

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE

ADRIANA FIGUEIREDO CARVALHO

**PRIVÊ ATLÂNTICO - DE CONJUNTO HABITACIONAL A CONDOMÍNIO:
um caso incomum de valorização imobiliária.**

GOIÂNIA

2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS
DE TESES E
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

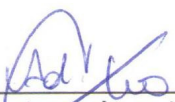
Nome completo do autor: Adriana Figueiredo Carvalho

Título do trabalho: PRIVÊ ATLÂNTICO – DE CONJUNTO HABITACIONAL A CONDOMÍNIO: um caso incomum de valorização imobiliária.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO¹**

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura da autora

Ciente e de acordo:



Assinatura da orientadora

Data: 28/08/2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

ADRIANA FIGUEIREDO CARVALHO

**PRIVÊ ATLÂNTICO - DE CONJUNTO HABITACIONAL A CONDOMÍNIO:
um caso incomum de valorização imobiliária.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em *Projeto e Cidade*, sob orientação da Profa. Dra. Márcia Metran de Mello.

GOIÂNIA

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Carvalho, Adriana Figueiredo
PRIVÊ ATLÂNTICO - DE CONJUNTO HABITACIONAL A
CONDOMÍNIO: um caso incomum de valorização imobiliária.
[manuscrito] / Adriana Figueiredo Carvalho. - 2017.
166 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Márcia Metran de Mello.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura - Projeto e Cidade, Goiânia, 2017.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras,
lista de tabelas.

1. condomínio fechado. 2. Privê Atlântico. 3. segregação. 4.
gentrificação. 5. Goiânia. I. Mello, Márcia Metran de, orient. II. Título.

CDU 72

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE
Campus Samambaia, Av. Esperança, s/nº - Campus Universitário – CEP: 74.690-900, Goiânia/GO.
Fones: (62) 3521-1413 www.fav.ufg.br/projetoecidade

Ata nº 02/2017 da reunião da banca examinadora da defesa de dissertação de **ADRIANA FIGUEIREDO CARVALHO** - Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete (02/08/2017), às 09h30min, no auditório da Faculdade de Artes Visuais da UFG, Campus Samambaia, foi realizada a sessão pública de avaliação da dissertação intitulada “Privê Atlântico – de conjunto habitacional a condomínio: um caso incomum de valorização imobiliária”, em nível de Mestrado, área de concentração em Projeto, Teoria, História e Crítica, linha de pesquisa em História e Teoria da Arquitetura e da Cidade, de autoria de ADRIANA FIGUEIREDO CARVALHO, discente do Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás na a Profa. A banca examinadora foi composta pela Profa. Dra. Márcia Metran de Mello (PPGPC/UFG), orientadora e presidente da sessão; pela Profa. Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira (PPGPC/UFG) e pela Profa. Dra. Christine Ramos Mahler (FAV/UFG). A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Márcia Metran de Mello, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra a seguir, foi concedida à autora da dissertação que, em 20 minutos procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda. Terminada a arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº. 1183/2013 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, a dissertação foi considerada APROVADA, com as seguintes observações da banca examinadora: ATENDER AS OBSERVAÇÕES SUGERIDAS PELA BANCA.

Cumpridas as formalidades de pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação e para constar eu, Rafael Argôlo Coelho, secretário do Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora em quatro vias de igual teor.


Profa. Dra. Márcia Metran de Mello
Presidente – PPGPC/UFG


Profa. Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira
PPGPC/UFG


Profa. Dra. Christine Ramos Mahler
FAV/UFG

As grades do condomínio
São para trazer proteção,
Mas também trazem a dúvida
Se é você quem está nessa prisão.

Marcelo Yuka

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa às pessoas que estão mais próximas a mim e me deram força e coragem para continuar.

Ao meu marido, Lucas Amaral de Farias, pelo amor e amizade que tem me dedicado ao longo de nossa jornada. Obrigada por sempre acreditar em minha capacidade.

Aos meus queridos pais, Cloves e Anita, pelo carinho, amor e paciência.

Às minhas irmãs, Renata e Daniella, por todo o amor que nos une.

Ao meu cunhado-irmão, Igor, por ser sempre um grande incentivador.

Aos gêmeos Rafael e Heitor, que nasceram em meio a esta pesquisa e de quem tenho pouco aproveitado o crescimento.

À minha segunda família e sobrinhas, Luana e Luísa.

E ao meu sogro, Joaquim Afonso de Faria, que, infelizmente, não está mais entre nós.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir que eu enfrentasse este desafio e por ter colocado pessoas tão especiais ao meu lado.

À Professora Dra. Márcia Metran de Mello, pelas orientações valiosas e indicações de autores importantes para a minha formação. Pelos conselhos, disposição e paciência em me ajudar a manter o foco e me acalmar nos momentos de inseguranças e dúvidas.

À Professora Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira e à Professora Dra. Christine Ramos Mahler, pelas contribuições e direções apontadas no momento da qualificação. Suas indicações para novos autores foram muito valiosas para a finalização desta pesquisa.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Goiânia, colegas de trabalho que mergulharam comigo no trabalho da busca de dados, pela sua compreensão durante minhas ausências.

À SOMOPA, que se dispôs a me ajudar com informações sobre o Privê Atlântico e abriu as portas do condomínio para que eu pudesse coletar dados indispensáveis à pesquisa.

A todos os moradores e ex-moradores do Privê Atlântico, que se dispuseram a colaborar comigo, concedendo-me entrevistas valiosas para a compreensão da dinâmica e do valor sentimental que esse espaço representa para todos.

Ao Lucas Amaral de Farias, meu esposo e meu maior incentivador, por estar sempre disposto a me ajudar, a buscar novas fontes e a encontrar pessoas que pudessem contribuir de alguma forma com o meu trabalho.

E a todos que, de alguma maneira, colaboraram com a realização desta pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva compreender a modalidade habitacional que tem atraído muitos adeptos em Goiânia e em outras cidades brasileiras: os condomínios fechados. Com base em um condomínio de histórico particular e diferenciado, o Privê Atlântico, a intenção é desvendar como essa modalidade pôde se tornar tão sedutora a ponto de transformar um conjunto habitacional em um condomínio fechado e alterar o valor de mercado de seus imóveis. Para tanto, a pesquisa partiu, inicialmente, de um olhar macro, buscando questões comuns às cidades contemporâneas e sua sociedade em um cenário de mundo globalizado e capitalista, para, em seguida, percorrer a origem dos condomínios fechados, os discursos utilizados pelo mercado para sua valorização, e a imagem que tais empreendimentos ocupam na sociedade goianiense. Após, voltou-se para a compreensão do objeto de pesquisa, o Privê Atlântico, analisado novamente com um olhar macro sobre a cidade, em resgate do crescimento de Goiânia e em como esta se valorizou rumo à região sudoeste, onde se localiza o condomínio. A pesquisa ainda buscou compreender como investimentos pontuais, como parques, podem estimular o crescimento populacional e atrair investidores e serviços que valorizam a região. Assim, os documentos, os levantamentos feitos no local e as entrevistas concedidas por moradores e ex-moradores possibilitaram entender algumas especificidades: o Privê Atlântico nasceu despretensioso e o seu maior valor não é o seu reconhecimento como condomínio, que alguns moradores lutaram para conquistar, mas, ironicamente, o valor de sua história de origem humilde. Os laços de vizinhança desenvolvidos e fortalecidos pelas lutas enfrentadas pelos seus moradores são o que ele possui de mais rico, riqueza que, talvez, não exista em nenhum outro condomínio que tenha sido elaborado com requinte, organização e elegância.

Palavras-chave: condomínio fechado, segregação, gentrificação, intervenção urbana, valorização imobiliária, Privê Atlântico, Goiânia.

ABSTRACT

The present research deals with the pursuit for an understanding of a housing modality that has attracted many adepts in Goiânia and in other Brazilian cities, the gated community. Based on a private and differentiated historical gated community, called Privê Atlântico, the intention is to bring to light how this modality can become as strong as a point to transform a housing complex into a gated community and change the market value of their real estate. For this, a search of a macro look, seeking common questions to the cities of the contemporaneity and its society, in a scenario of a globalized and capitalist world. Afterwards, the focus shifts to the discussed theme. We chose to go from the origin of the gated community, the discourses used by the market for its valorization, and an image that these enterprises occupy in Goiania's society. The next moment is aimed at an understanding of the research object, Privê Atlântico. Again, the initiative is a quest for a macro look on the city. A recovering of the increase in the growth of Goiânia is done in order to know how a city developed and became appreciated towards the southwest region, where the gated community is located. It was also done in order to find out how specific investments such as parks can stimulate the population growth and attract investors and services that could value a region. Then, the look turns to the object of study. From the search for documents, the surveys made on the spot and the interviews granted by residents and former residents, it was possible to understand that it is a gated community that was born unpretentious, and that the greatest value that exists in the place is not the recognition of itself as a gated community, something which some villagers fought to conquer. Ironically, the value of Privê Atlântico can be explained by its history, by its humble origins. The neighborhood ties developed throughout its history, strengthened by the struggles faced by its residents, are what the Privê Atlântico possesses as the richest. Perhaps, the wealth of Privê Atlântico does not exist in any other gated community that has been elaborated with refinement, organization and elegance.

Keywords: gated community, Segregation, Gentrification, Urban intervention, Increasing Real Estate Market Value, Privê Atlântico, Goiânia.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Tabela dos condomínios em 2013.....	56
Tabela 2 - População de Goiânia por região.	77

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Jardim Atlântico e Privê Atlântico em 1992.	17
Figura 2: PUAMA, Privê Atlântico e Parque Cascavel.	38
Figura 3: Condomínios da região sudeste de Goiânia.	54
Figura 4: Mapa de Goiânia com os principais condomínios horizontais.	55
Figura 5: Condomínios da região sudoeste de Goiânia.	57
Figura 6: Condomínios da região nordeste de Goiânia.....	58
Figura 7: Condomínios da região oeste de Goiânia.	59
Figura 8: Condomínios da região sudeste de Goiânia.	59
Figura 9: Mapa esquemático com a localização dos empreendimentos produzidos pela COHAB/BNH.	67
Figura 10: Conjunto Novo Horizonte na década de 1970.....	67
Figura 11: As doze regiões administrativas de Goiânia.	73
Figura 12: As sete regiões administrativas de Goiânia.	74
Figura 13: Imagem aérea do Privê Atlântico e seu entorno em 1992.....	75
Figura 14: Imagem aérea do Jardim Atlântico em 2006.	76
Figura 15: Imagem aérea do Jardim Atlântico em 2008.	76
Figura 16: Mapa da densidade populacional de Goiânia por região.....	78
Figura 17: Imagem aérea da região do Privê Atlântico em 2016.	79
Figura 18: Mapa Adensamento.....	79
Figura 19: Parque Cascavel em 2009.....	83
Figura 20: Lago do Parque Cascavel assoreado.....	84
Figura 21: Mata do Parque Cascavel.....	84
Figura 22: Parque Cascavel.	84
Figura 23: Localização do PUAMA.....	85
Figura 24: PUAMA.	86
Figura 25: Área de abrangência do PUAMA.....	86
Figura 26: Parque Macambira.	87
Figura 27: Loteamento Jardim Atlântico e Condomínio Privê Atlântico.....	88
Figura 28: Imagem aérea do Jardim Atlântico em 1992, com maior ocupação das quadras do Privê Atlântico.	89
Figura 29: Portaria do Privê Atlântico em 1987.....	90
Figura 30: Quadras do Jardim Atlântico isoladas, formando o Privê Atlântico.....	92
Figura 31: Mapa das Áreas Públicas Municipais invadidas.	94
Figura 32: Mapa das APMs de que trata a Cláusula Sétima do Termo de Alteração de Concessão Administrativa de Uso.....	95
Figura 33: Muro do Privê Atlântico interrompendo a continuação da rua.	97

Figura 34: Edificação com fachada simples.....	98
Figura 35: Edificação com fachada de médio padrão.	98
Figura 36: Fachada de alto padrão.	98
Figura 37: Organização das quadras do Privê Atlântico.....	99
Figura 38: Modelo de casa entregue na quadra 64.	100
Figura 39: Modelo de casa entregue na quadra 83.	100
Figura 40: Mapa de categorização por área construída por terreno.	101
Figura 41: Gráfico de área construída por terreno.....	102
Figura 42: Gráfico da área do terreno.....	102
Figura 43: Mapa de categorização por área do terreno.....	103
Figura 44: Casa fechada com grade.....	104
Figura 45: Edificação fechada com muro.....	104
Figura 46: Edificação sem fechamento frontal.....	105
Figura 47: Gráfico de testada do terreno.....	105
Figura 48: Mapa de categorização por testada do terreno.....	106
Figura 49: Supermercado.....	107
Figura 50: Centro de estética.....	107
Figura 51: Escola de música.....	107
Figura 52: Salão de beleza.....	107
Figura 53: Habitação geminada no Privê Atlântico.....	108
Figura 54: Habitação coletiva no Privê Atlântico.....	108
Figura 55: Mapa de categorização por usos.....	109
Figura 56: Gráfico - Tipologia de uso.....	109
Figura 57: Mapa de categorização por número de pavimentos.....	110
Figura 58: Gráfico do número de pavimentos.....	111
Figura 59: Edificação com quatro pavimentos ao lado de edificação com dois pavimentos.	111
Figura 60: Mapa de ocupação de 1992.....	112
Figura 61: Mapa de ocupação de 2008.....	113
Figura 62: Mapa de ocupação de 2016.....	113
Figura 63: Campo de Futebol na Praça do Privê Atlântico.....	120
Figura 64: Parquinho da praça do Privê Atlântico.....	120
Figura 65: Centro de Convivência.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CHF – Condomínio Horizontal Fechado

SEPLANH – Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação

BNH – Banco Nacional da Habitação

COHAB – Companhia de Habitação

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

PDIG – Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia

AA – Área Adensável

ADD – Área de Desaceleração da Densidade

AAB – Área de Adensamento Básico

AUS – Área de Uso Sustentável

ARA – Área de Restrição Aeroportuária

APP – Área de Preservação Permanente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SESC – Serviço Social do Comércio

ESUP – Escola Superior Associada de Goiânia

PUAMA – Programa Ambiental Macambira Anicuns

SOMOPA – Associação dos Moradores do Privê Atlântico

IPLAN – Instituto de Planejamento

APM – Área Pública Municipal

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS	24
1.1 – Cidades contemporâneas	24
1.2 – A sociedade nas cidades contemporâneas.....	29
1.3 - Intervenções urbanas	34
1.4 - Gentrificação	39
CAPÍTULO 2 – CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS	43
2.1 – Dos subúrbios aos Condomínios Horizontais Fechados	43
2.2 – Os condomínios fechados, o discurso do medo e o preconceito social	46
2.3 – A questão da imagem e os condomínios horizontais fechados em Goiânia	51
CAPÍTULO 3 - LEITURA DA REGIÃO.....	61
3.1 - O crescimento de Goiânia.....	61
3.2 - A Região Sudoeste	72
3.3 – Parque Cascavel e Parque Ambiental Macambira Anicuns	80
CAPÍTULO 4 – O PRIVÊ ATLÂNTICO	88
4.1 – O histórico.....	88
4.2 – A materialidade	98
4.3 – A Imagem.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICE:	134

INTRODUÇÃO

A lógica mercadológica das cidades contemporâneas, que busca atrativos para destacá-las como boas opções para integrar polos dinâmicos da economia globalizada e flexibilizada, faz com que essas cidades passem por sucessivos planos de transformação. Entretanto, planos no âmbito da economia podem se manifestar negativamente no espaço urbano.

O sistema de hierarquia social se torna mais evidente no contexto urbano com a globalização e seus impactos sobre a estrutura socioespacial. A segregação social é uma forma de evidenciar a hierarquia de classes na sociedade. Tida como uma das problemáticas comuns da contemporaneidade, a segregação social não deve ser vista apenas como uma separação espacial. Ela pode ser entendida também como uma distância espacial enquanto representação da distância social. Pode-se sugerir que “a segregação é a expressão das desigualdades sociais circunscritas ao território das cidades como manifestação da apropriação desigual das terras, bens e serviços pelas diferentes classes sociais.” (BÓGUS, 2009, p. 117).

Um dos aspectos importantes da segregação é a formação de espaços homogêneos nas cidades, favorecendo o surgimento de áreas residenciais altamente apartadas. Esse modelo de segregação vem se tornando cada dia mais presente nas cidades contemporâneas. Trata-se de uma autosegregação praticada pela classe média e por uma parcela da população com melhores condições financeiras.

A auto-segregação crescente das classes médias expressa e aumenta o seu poder social na sociedade brasileira. Ela vem se dando pelo esvaziamento demográfico das áreas onde elas já estão densamente presentes e pela recriação do modelo de cidadela próprio das cidades medievais, que atualmente se materializa através dos condomínios horizontais fechados. De uma maneira ou de outra, a auto-segregação decorre do poder de as classes médias se colocarem à distância ou colocarem à distância outras classes, fragmentando a sociabilidade própria do modo de vida urbano. A experiência urbana deixa de ser marcada pela convivência decorrente de um espaço de diversidade social, incentivando o individualismo narcíseo e agnóstico com relação aos valores cívicos que incentivam a alteridade e a cooperação. (MOYSÉS, 2005, p. 15 – 16)

Assim, a segregação residencial pode ser vista como uma consequência da luta de classes que resulta na apropriação desigual dos bens de consumo, do território e da habitação. Nesse sentido, é importante apontar três situações que podem ser consideradas como causas da segregação residencial:

- em primeiro lugar, a globalização, ao difundir idéias liberais por todo o planeta, gerou mudanças nos modelos regulatórios das políticas urbanas, contribuindo para a liberalização do mercado de terras;
- como decorrência, os preços imobiliários tornaram-se um dos mecanismos mais importantes para a distribuição e a localização da população no território da cidade, reforçando a importância das desigualdades de renda na apropriação do espaço urbano;
- um terceiro ponto a ser assinalado diz respeito à privatização dos serviços urbanos, aumentando a desigualdade de acesso aos serviços públicos e equipamentos coletivos, sobretudo no que diz respeito à qualidade desses serviços. (RIBEIRO¹, 2003, apud BÓGUS, 2009, p. 118)

É possível identificar que esse fenômeno aconteceu e continua acontecendo em Goiânia. Durante as décadas de 1980 e 1990, houve um aumento no número de condomínios verticais voltados para a classe média e classe média alta nas regiões sudoeste e oeste da capital goiana. Entretanto, essas áreas enfrentaram, dentre outros problemas, a escassez de áreas verdes e de áreas voltadas para o lazer. Assim, surgiram, no final da década de 1990, os primeiros condomínios horizontais fechados da cidade, voltados para uma parcela mais abastada da população.

Vários fatores podem ter contribuído para o surgimento e o sucesso desse novo modelo habitacional: a busca por segurança, liberdade para os filhos, proximidade da natureza, distância da confusão dos centros urbanos. Tais fatores reunidos em um mesmo local possibilitariam que seus moradores tivessem melhor qualidade de vida. Não obstante, pode-se dizer que, além desses fatores, o mercado imobiliário tem a sua parcela de contribuição para a boa receptividade dessa tipologia habitacional por parte da população interessada.

O Privê Atlântico, tido por muitos moradores como o primeiro condomínio de Goiânia, possui um histórico diferenciado que resultou em um espaço fora dos padrões dos demais condomínios da cidade. O referido condomínio nasceu como conjunto habitacional no final da década de 1960 e início da década de 1970, quando foi ocupado por famílias que buscavam sair do aluguel. Posteriormente, outras famílias se mudaram para o local já com a concepção de condomínio horizontal fechado, buscando segurança e tranquilidade.

Atualmente, o seu espaço é ocupado por famílias de diferentes classes sociais, caracterizando um espaço heterogêneo quanto ao perfil dos moradores. Além do muro que fecha o condomínio, várias casas são muradas ou fechadas com grade. A tipologia

¹ RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço da cidade na gestão do território. RASSI, Neto; BÓGUS, Cláudia Maria (org.). *Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada*. Brasília: OPAS, 2003. (Série Técnica 3).

das edificações não segue um padrão, caracterizando um espaço bem diversificado quanto ao perfil de seus moradores.

As peculiaridades do Privê Atlântico ultrapassam o campo histórico. É possível observar que o seu fechamento não era previsto quando foi concebido, vez que as fronteiras do condomínio fazem divisa com lotes e interrompem a continuidade de ruas, como é possível observar na imagem aérea do Jardim Atlântico, loteamento do qual o Privê faz parte. Tal imagem revela a falta de planejamento ou de intenção de se fechar aquele espaço quando de seu projeto (Figura 1).



Figura 1: Jardim Atlântico e Privê Atlântico em 1992.
Fonte: SEPLANH - organizado pela autora.

Com as recentes mudanças na dinâmica da cidade contemporânea e novos investimentos na região sudoeste de Goiânia, como a construção de parques urbanos e o aumento da densidade populacional no local, seus imóveis passaram por um significativo processo de valorização. Apesar de o Privê Atlântico estar apartado de seu entorno pela presença marcante do muro, o condomínio também sentiu os reflexos das melhorias recentes na região. Além disso, não se pode esquecer que o seu reconhecimento como condomínio é um fato recente. Assim, nos últimos anos, os imóveis dentro do Privê têm passado por mudanças na dinâmica do local e pela valorização imobiliária.

É possível que essas mudanças estejam ocasionando um processo de troca tanto da população pioneira por uma população com melhores condições financeiras quanto de um espaço diversificado e heterogêneo em diversos aspectos por um espaço homogêneo totalmente organizado e próximo de um cenário. Ressalta-se, assim, a necessidade de compreender se o Privê Atlântico está realmente passando por esse processo de enobrecimento e de mudanças estruturais. Talvez os seus primeiros moradores não consigam acompanhar as mudanças ocorridas no condomínio, como o estabelecimento de regras de convivência, o controle de acesso de visitantes ou a cobrança de taxa de condomínio, e optem por vender seus imóveis para pessoas com melhores condições financeiras.

Tais mudanças são frutos de fatores externos e internos. Como fatores externos, entende-se a valorização de áreas próximas ao Parque Cascavel, ao Parque Linear Macambira-Anicuns e aos outros condomínios horizontais fechados próximos, localidades que influenciaram e ainda influenciam na valorização da região e, conseqüentemente, dos imóveis dentro do condomínio. Como fatores internos, entendem-se o estabelecimento de regras após o reconhecimento do condomínio perante a Prefeitura Municipal de Goiânia e a imagem que um condomínio horizontal fechado representa para a população de cidades contemporâneas como Goiânia.

Diante desse contexto, é necessário investigar as condicionantes das transformações desse espaço e a possível troca de um espaço heterogêneo dentro de um condomínio horizontal fechado por um espaço aos moldes dos demais condomínios horizontais fechados em Goiânia. Pretende-se observar se o condomínio realmente passa por um processo de troca da sua população original e se as intervenções urbanas na região, a construção dos parques como um atrativo para habitações coletivas verticalizadas na região sudoeste, influenciaram na ocupação e valorização de seus imóveis. Além disso, é importante atentar para as alterações que ocorreram e ocorrem após a sua legalização e a fatura de seu regimento interno.

A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi efetivada com base no método indutivo. A partir do estudo do condomínio horizontal fechado Privê Atlântico, o propósito é observar as particularidades do modelo adotado e, a partir dessas particularidades, compreender o que o diferencia dos demais modelos, além dos elementos comuns a todos.

O trabalho é constituído por uma etapa teórica conceitual, uma etapa de leitura da região e uma etapa operacional com foco no estudo de caso, juntamente com uma etapa de leitura crítica e comparativa dos resultados.

Para tanto, o trabalho se organizou em quatro capítulos. O capítulo inicial faz uma abordagem teórica quanto às questões da contemporaneidade. São tratados temas, como a cidade e a sociedade contemporâneas, intervenções urbanas e o conceito de gentrificação. O capítulo busca compreender as questões da cidade contemporânea e a origem de seus problemas para alcançar o entendimento da lógica espacial e ideológica que as cidades vivem na atualidade. Serão abordados a necessidade de as cidades contemporâneas se destacarem para que possam se manter competitivas em um mundo globalizado e o papel do planejamento urbano nesse processo. A abordagem desse tema tem importância fundamental para entender as mudanças que as cidades enfrentam a fim de construir uma “boa imagem” e a forma como isso se reflete na valorização de imóveis urbanos, de forma a se ter uma pista do processo ocorrido no Privê Atlântico que acarretou a recente valorização de seus imóveis.

Ainda nesse primeiro capítulo, será visto também que as cidades contemporâneas são o reflexo de sua sociedade. Para compreender a dinâmica da cidade, é necessário entender que os hábitos e preferências dos que a habitam interferem na produção de seus espaços. Assim, nesse momento do trabalho, será efetivada uma abordagem sobre as diferenças da sociedade das cidades contemporâneas com a sociedade das cidades antigas, pretendendo identificar as principais causas dessas diferenças e seus momentos de alteração. As alterações sofridas foram tão significativas que interferiram em valores sociais, transformando a sociedade atual em alvo de consumo. Assim, pois, é necessário investigar a forma como o indivíduo se comporta em sociedade e na cidade para entender a sua multidisciplinaridade. Os indivíduos se relacionam com um grande número de pessoas em diferentes ocasiões e em um curto prazo de tempo. Portanto, devem estar aptos a assumir diferentes papéis na vida em sociedade. Com o inchaço das cidades pós-Revolução Industrial, esses papéis têm se intensificado, e as próprias cidades têm passado por alterações estruturais, como conurbações urbanas. Assim, neste capítulo, serão focalizadas também as questões referentes à metropolização, megalopolização e metapolização, a partir da conceituação desses termos e da forma como o crescimento das cidades enfraquece as relações sociais. A partir desse enfoque, será possível

elucidar questões comportamentais da sociedade contemporânea e, consequentemente, contribuir para o entendimento das preferências habitacionais que se direcionam para os condomínios horizontais e valorizam essas áreas.

A questão das intervenções urbanas há de complementar a observação sobre a lógica mercadológica das cidades contemporâneas, que as fazem ser pensadas como empresas que devem gerar lucro. Nesse contexto, o planejamento urbano assume o papel de transformar locais dentro das cidades em lugares atrativos: espaços degradados ou esquecidos passam por intervenções urbanas. Tais intervenções, apesar de assumirem um caráter mais estrutural com qualificação de equipamentos e melhorias, causam significativas alterações na vida da sociedade. É comum o poder público optar por intervenções que possam recriar espaços antes degradados ou marginalizados com o objetivo de conduzir determinada região ao sucesso econômico. Entretanto, ao atender aos interesses do mercado imobiliário, as reais necessidades da população deixam de ser o principal objetivo dessas ações. Assim, esse subcapítulo também identificará diferentes modelos de intervenções urbanas e as suas consequências para o local onde são implantadas e seu entorno. Essa abordagem auxiliará o entendimento das recentes intervenções que a região do entorno do Privê Atlântico vem passando, como a implantação do Parque Cascavel, a implantação do Parque Ambiental Macambira Anicuns (PUAMA) e a alteração da paisagem com a chegada de edifícios verticalizados de habitação coletiva. Tais edifícios caracterizam algumas áreas como áreas de verticalização e aumento de densidade populacional.

Para finalizar esse primeiro capítulo, conceitua-se a gentrificação e suas causas. As cidades contemporâneas enfrentam realidades urbanas que extrapolam o modelo centro-periferia, comum durante anos. Atualmente, as cidades se tornaram alvo de investimentos que direcionam novas dinâmicas públicas. Uma dessas dinâmicas vem se tornando frequente em várias cidades como consequência de intervenções urbanas ou de algum processo de alteração do meio: trata-se da gentrificação. A compreensão desse conceito é importante para relacionar o processo pelo qual o condomínio em estudo vem passando. É um processo de troca de população pioneira, de origem mais simples, por uma população com melhores condições financeiras. Nesse subcapítulo, portanto, será estudado o termo gentrificação e as formas como esse processo acontece para que, mais à frente, possa ser identificado se o Privê Atlântico está sendo gentrificado e quais as motivações desse processo no local.

No segundo capítulo, ainda de caráter teórico, será abordada a origem dos condomínios horizontais a partir do conceito de subúrbio, seguida de uma leitura sobre o discurso do medo e do preconceito social como elementos do imaginário social que são valorizados na imagem a ser vendida pelos condomínios de médio e alto padrão. Além disso, será traçado um paralelo entre a imagem dos condomínios em Goiânia e a forma como tais empreendimentos estão distribuídos na malha urbana. Será possível identificar que a procura por lugares tranquilos e afastados das cidades para se morar é antiga. Entretanto, desde o início, essa prática se afigurou um privilégio para poucos. A pretensão de discutir a origem e as motivações da existência de Condomínios Horizontais Fechados implica observar o caráter exclusivista e excludente que essa tipologia de habitação causa na cidade. Outra questão a ser tratada é a da segregação social e a forma sedutora como empreendimentos dessa natureza criam uma necessidade coletiva para que parte da população se enclausure entre pessoas da mesma classe social a fim de se sentirem seguras. Assim, a abordagem feita nesse capítulo irá contribuir para o entendimento das motivações que fizeram com que os novos moradores do Privê Atlântico buscassem o reconhecimento do local como condomínio e todas as mudanças práticas que vieram como consequência desse reconhecimento.

Ainda nesse segundo capítulo, serão abordados também o momento e as motivações para o surgimento e o sucesso dos condomínios horizontais em Goiânia. A elite populacional goianiense, que ocupava áreas centrais em prédios residenciais de luxo nas regiões oeste e sudoeste da cidade, buscou, a partir da década de 1990, lugares que pudessem garantir a mesma segurança dos prédios e que oferecessem mais espaços voltados para o lazer. Assim, o mercado imobiliário investiu em condomínios horizontais em áreas afastadas do centro urbano. Muitos desses condomínios cercam áreas de preservação e outras áreas que deveriam ser públicas na prática. Entretanto, por estarem próximos a bairros ocupados por uma população mais humilde, os condomínios horizontais são cercados por muro. A presença desse muro marca uma forma de delimitar os espaços, separar pessoas de diferentes classes sociais e causar a ideia de segurança nos moradores.

O terceiro capítulo apresenta um breve histórico do crescimento de Goiânia para compreender como se deu esse processo. Em diferentes momentos, vários instrumentos legais direcionaram o crescimento da cidade para a região estudada. Todavia, a questão da valorização imobiliária não se deu em paralelo com esse

crescimento. Para fins de leitura da região, foram analisadas fotos aéreas coletadas do programa SIGGO da Prefeitura Municipal de Goiânia e imagens aéreas capturadas pelo Google Earth. A partir dessas imagens, foi possível observar as alterações ocorridas no condomínio e em seu entorno.

O capítulo investiga ainda o histórico da região Sudoeste de Goiânia, com foco no Setor Jardim Atlântico onde está inserido o Condomínio Horizontal Fechado Privê Atlântico. Foram identificados os seus principais equipamentos - o SESC, o Shopping Buriti, a Cidade Empresarial, os condomínios Jardins da FGR Incorporadora - assim como a mudança da característica das principais vias de acesso que, atualmente, estão se configurando como comerciais e eixos de mobilidade da região. A proposta é identificar se houve relação entre os equipamentos e a mudança de uso do solo a partir das características das principais vias e das edificações que ali se encontram.

O quarto capítulo está dedicado ao objeto de estudo, o Condomínio Privê Atlântico. Inicialmente, foi elaborada a apresentação histórica e os problemas enfrentados pelos primeiros moradores. Sequencialmente, a busca pela legalização do condomínio. O condomínio que surgiu como conjunto habitacional voltado para a classe média é um caso peculiar, pois acomoda, em uma mesma área, pessoas de classes sociais diferentes e que buscaram aquele espaço por diferentes motivos. Apesar dos conflitos de interesses, a Associação de Moradores do Privê Atlântico (SOMOPA) travou uma luta junto aos órgãos públicos para que o condomínio fosse reconhecido como tal. Ao finalizar o processo, a cobrança de taxa de condomínio se tornou legal mesmo que moradores antigos, que buscaram o local ainda no início do então Conjunto Habitacional Privê Atlântico, achassem injusto serem obrigados a pagar tais taxas.

Em seguida, serão tratadas questões da materialidade do condomínio, que comprovam vários aspectos de sua heterogeneidade. Além da heterogeneidade do perfil de seus moradores, o condomínio se apresenta com várias peculiaridades que o diferem dos modelos adotados pelos demais condomínios horizontais fechados. Parte dos seus limites faz fronteira com terrenos particulares ou interrompe ruas. É marcante a presença de muros laterais e frontais entre as casas. Além disso, possui estabelecimentos comerciais que atendem ao público externo, o que facilita o acesso de pessoas que não moram no local. Para finalizar esse quarto capítulo, serão apresentadas as entrevistas realizadas com moradores e ex-moradores com o intuito de compreender as motivações que fizeram com que essas pessoas buscassem

moradia no Privê Atlântico ou saíssem de lá. A partir dessa colaboração, serão identificados os principais fatores de atração do local, seus pontos fortes e frágeis. Entretanto, antecipando, a maior percepção foi a relação de vizinhança fortalecida pela história do local, que não se percebe em condomínios construídos para serem comercializados como tal. Ou seja, o fato de o Privê Atlântico ter enfrentado problemas estruturais ao início de sua história fortaleceu a união dos moradores em busca de melhorias, o que não acontece em condomínios que são entregues já totalmente estruturados.

Nas considerações finais, identificaremos as principais diferenças entre o Privê Atlântico e os demais condomínios horizontais fechados de Goiânia. Entretanto, o mais importante será observar as consequências dessas mudanças: se o Privê Atlântico realmente passa por um processo de gentrificação e se sua heterogeneidade caminha para o desaparecimento ou continua fortalecida.

CAPÍTULO 1 - QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

1.1 – Cidades contemporâneas

A realidade de muitas grandes cidades contemporâneas do hemisfério sul é de enfrentamento de problemas sociais e de ordem urbana, como a desigualdade social, a segregação espacial e social e o enobrecimento de determinadas áreas. Tais problemas são agravados pela especulação imobiliária, vez que são partes do processo de manutenção da rentabilidade de interesses privados.

Essa realidade é fruto de um processo iniciado no século XIX e que ainda não findou. A industrialização e a necessidade de mão-de-obra para trabalhar nas indústrias fizeram com que muitas pessoas saíssem do campo em direção às cidades. Surgiram, então, as metrópoles e, com elas, as transformações nas estruturas econômicas, políticas e sociais citadinas.

Com a Revolução Industrial, as cidades, que já haviam sido espaço político e religioso, se tornaram o espaço essencial para a existência do sistema capitalista por meio da intensificação do processo de urbanização das sociedades que até então eram predominantemente agrárias.

A Revolução Industrial chega para colocar as cidades de uma vez por todas como o lugar da sustentação e da expansão do sistema capitalista. Nesse sentido, elas são multiplicadas por todo o planeta e se constituindo cada vez mais no lugar hegemônico das sociedades modernas e contemporâneas. A hegemonia econômica que se tinha no campo com a concentração do principal meio de produção – a terra – migrava para as cidades com o advento da máquina a vapor que produzia mercadorias em grande escala e monopolizava o comércio e o serviço dos grandes centros urbanos.

Hoje, a hegemonia das cidades como espaço de controle do sistema produtivo faz delas também espaços de reprodução de uma sociedade industrial capitalista que concentra os meios de produção e riquezas nas mãos de uma elite burguesa, que se instaurou no mundo desde a transformação do mundo feudal em mundo capitalista. (OLIVEIRA; BARREIRA, 2011, p. 77)

Além de transformar a cidade no principal espaço de produção do sistema capitalista, a Revolução Industrial trouxe problemas urbanos então desconhecidos, como a insalubridade e a falta de moradia para abrigar a população que vinha do campo em busca de trabalho. As famílias que buscavam as cidades para trabalhar nas fábricas ficavam alojadas em espaços inadequados. Sem um sistema de abastecimento de água, captação de esgoto e coleta de lixo, surgiram epidemias difíceis de serem controladas. Em função dos problemas causados pelo crescimento

demográfico desordenado, despontou, nesse momento, o urbanismo sanitaria, com o intuito de melhorar as condições de salubridade nas cidades industrializadas.

Ao nível das idéias, os primeiros intelectuais a estudar e a propor formas para corrigir os males da cidade industrial polarizaram-se em dois extremos: ou se defendia a necessidade de recomeçar do princípio, contrapondo à cidade existente novas formas de convivência ditadas exclusivamente pela teoria, ou se procurava resolver os problemas singulares e remediar os inconvenientes isoladamente, sem ter em conta suas conexões e sem ter uma visão global do novo organismo citadino. (ABIKO; ALMEIDA; BARREIROS, 1995, p. 41)

Os intelectuais que acreditavam no êxito das práticas de recomeço, chamados utópicos², deram origem a uma posição antiurbana que se opunha à industrialização. Já o grupo dos pensadores que buscavam resolver os males da cidade industrial, sem assumir uma posição extrema, buscavam novos regulamentos de higiene e de instalações. Tratava-se de especialistas que buscavam introduzir na cidade novos regulamentos por meios técnicos e jurídicos, dando início à legislação urbanística (ABIKO; ALMEIDA; BARREIROS, 1995).

A partir da preocupação com a insalubridade, surgiram leis específicas de natureza urbanística para garantir a circulação do ar, a qualidade da água, a saúde pública e a organização da cidade. Tais leis definiam critérios para a implantação de loteamentos, zoneamento, densidade populacional, afastamentos e recuos para as edificações.

O grupo de pensadores utópicos, que buscava propor e colocar em prática uma cidade ideal, seguia os preceitos do equilíbrio funcional entre cidade e campo. Para isso, era necessário estabelecer o controle de crescimento, limites populacionais e a eliminação da especulação do terreno, que passaria a pertencer à população. Tem-se a partir desses preceitos a proposta de uma cidade-jardim.

Urbanistas europeus progressistas, que buscavam pensar a cidade de forma racional e funcional, procuravam conceber cidades ordenadas com a conjugação de soluções utilitárias e plásticas. Tal pensamento foi consolidado em 1928, com a realização do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Em 1933, o CIAM produziu como relatório, a Carta de Atenas, e, a partir desse documento, o urbanismo passou a ser visto como uma das chaves para uma mudança qualitativa da sociedade e da vida humana. As transformações das estruturas sociais e de ordem econômica deveriam ter correspondência com a transformação do fenômeno

² Owen, Saint-Simon, Fourier, Cabet, Godim.

arquitetônico. O urbanismo não poderia mais se submeter ao esteticismo gratuito, mas deveria ser racionalista e funcionalista. Para tanto, era necessário submeter a propriedade privada aos interesses públicos, padronizar as construções, propor um zoneamento funcional, separar a circulação de veículos da circulação de pedestres, buscar um tratamento homogêneo para todos, sem considerar as diferenças de classe.

Para se pensar a cidade de uma maneira nova, diferentemente do que vinha sendo feito, o urbanismo modernista negou o passado das cidades. “Com o triunfo do urbanismo progressista e com os meios de destruição e de construção dos quais ele dispõe [dispunha], assistimos a um massacre urbano de amplitude desconhecida até então.” (HAROUEL, 2004, p. 132). Além dessa crítica à destruição e à negação das cidades existentes, o urbanismo moderno foi questionado quanto à padronização de suas ações. Ao buscar soluções homogêneas para as cidades com o propósito de atender de forma igualitária a todos os habitantes, o movimento moderno ignorou as diferenças culturais e as especificidades de cada localidade.

Assim, a partir da década de 1970, o pós-modernismo buscou revisar esse modelo de cidade pela valorização e respeito das qualidades existentes em cada local. Entretanto, as especificidades valorizadas se tornaram atrativos para as cidades que se conhecem na atualidade e que se aproximam de um entendimento de cidade enquanto empreendimento que deve satisfazer as necessidades individuais e coletivas dos vários setores da população. Para isso, devem-se articular recursos financeiros, humanos, institucionais, naturais e políticos para a sua produção, funcionamento e manutenção.

Com a crise do planejamento ortodoxo e o início do pós-modernismo, acrescida ao fortalecimento do capitalismo e posteriormente à inserção dos princípios neoliberais entre as décadas de 80 e 90, intensificou-se mundo afora a prática indiscriminada do planejamento urbano como ferramenta do capital. (ARANTES, 2015, p. 27,28)

Atualmente, pode-se observar um modelo de cidade que busca ser atrativa e competitiva internacionalmente. A globalização, como um fenômeno internacional impulsionado pela redução de custos dos meios de comunicação e transporte no final do século XX e início do século XXI, possibilitou a integração social, política, econômica e cultural entre diversos países. A partir dessa realidade mundial, tem-se um sistema de redes que conecta as cidades umas às outras, intensificando o fluxo de cultura, capitais e mercadorias. Uma das consequências desse processo é a existência de uma sociedade com sujeitos e espaços contraditórios.

Com o sistema de redes que conecta as cidades umas às outras, gerando grande fluxo de ideias e mercadorias, os objetos são compartilhados numa dimensão global e numa dimensão local. Há nesse sentido, duas dimensões da força dos objetos sobre o espaço da sociedade: a força hegemônica que compartilha os objetos globalizados e globalizantes e a força local, que contrapõe os objetos mundiais com a exposição e inserção de objetos locais. Portanto, nas cidades encontramos espaços contraditórios num mesmo mosaico de paisagens. (OLIVEIRA; BARREIRA, 2011, p. 79)

Diante dessa realidade de economia globalizada e flexibilizada, as cidades que melhor se vocacionam para integrar essa rede são as que, além de oferecerem uma eficiente infraestrutura produtiva, apresentam alta qualidade de vida, densidade educacional e cultural. Nesse contexto, a produção e o consumo de uma “boa imagem” para as cidades se tornou um importante elemento do processo de sua mercantilização.

Com a concorrência entre nações e cidades, a referência passa a ser mundial. A cidade passou a ser objeto de consumo da sociedade, devendo, assim, recriar-se e buscar formas para atrair investimentos e giro de capital. Nesse sentido, o planejamento urbano estratégico teria a função de tornar a cidade competitiva. Entretanto, em alguns casos, boas ideias e soluções podem se transformar em realidades contrárias. Pode-se dizer que “as transformações ocorridas no âmbito da economia têm se manifestado de forma negativa sobre as cidades.” (MOYSÉS, 2005, p. 17)

O planejamento estratégico como processo gerencial de formulação de estratégias de ação e execução que busca alcançar objetivos pré-estabelecidos, inicialmente utilizado em empresas, vem sendo aplicado ao planejamento urbano. A sua aplicação visa à acumulação de dinheiro e poder por meio da comercialização da imagem da cidade. Nessa dimensão, a cultura passa a ser utilizada como instrumento de valorização. O planejamento estratégico:

[...] veio agravar ainda mais o inchaço cultural imperante desde que governantes e investidores passaram a desbravar uma nova fronteira de acumulação de poder e dinheiro – o negócio das imagens. [...] E como o planejamento estratégico é antes de tudo um empreendimento de comunicação e promoção, compreende-se que tal âncora identitária recaia de preferência na grande quermesse da chamada animação cultural. Inútil frisar nessa altura do debate – quase um lugar comum – que o que está em promoção é um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende, como disse, se não se fizer acompanhar por uma adequada política de *image-marking*. (ARANTES, 2000, p. 16 – 17)

Percebe-se que o planejamento urbano, estratégico ou não, assume a função de tornar a cidade atraente para o capital estrangeiro e inseri-la na rede internacional de cidades. Assim, deixa de ser o instrumento que apenas controla o crescimento urbano e passa a ser também um instrumento voltado para o *marketing* da cidade.

A arquitetura e o projeto urbano se tornaram elementos importantes na construção da imagem de uma cidade contemporânea a ser vendida. Tais imagens, fruto do *marketing* urbano, estimulam o consumo de determinadas áreas da cidade aproveitando-se da simbologia que as classes sociais mais abastadas representam.

A publicidade e o *marketing* trataram, então, de transformar uma parcela da sociedade em potencial na sociedade do consumo. Afinal. De que valeria um mundo sem fronteiras e acesso a diferentes mercados, se não houvesse uma população pronta para o consumo em massa? (ARANTES, 2015, p. 35)

Sobre o *marketing* urbano, ainda segundo Arantes:

[...] Ele tem como objetivo principal a publicidade dos atos públicos relacionados ao desenvolvimento das cidades. Porém, o que realmente se vê é o uso inverso desse instrumento, pois diversos governos preferem construir uma imagem enganosa e simulada daquilo que vem a ser a realidade de uma determinada cidade, onde os defeitos e desvantagens são escondidos e as potencialidades elevadas de forma excessiva. (ARANTES, 2015, p. 35 – 36)

O resultado disso é uma cidade mercadoria que se baseia na ficção por meio de criações muitas vezes inadequadas à realidade social. O *marketing*, nesses casos, é capaz de manipular a opinião pública e os investidores e moldar a imagem de acordo com os interesses de um pequeno grupo dominante. Não existe o interesse em representar a maioria da população, o que gera um modelo que aumenta as desigualdades sociais.

Percebe-se que a cidade contemporânea é orientada pelo consumo. Consequentemente, a disposição espacial das pessoas na cidade acontece em função de sua classe social.

Por trás de todos os sentidos e significados, dos signos e símbolos, da política e da religião, da construção de um palácio e de um casebre, está o fator consumo. Na cidade consome-se de tudo: mão-de-obra, alimentos, ícones, idéias, espaço. Por isso ela afirma-se como “um lugar de consumo, e um consumo de lugar.” (OLIVEIRA, 2005, p. 130)

Segundo Adão Francisco Oliveira (2005), Goiânia foi idealizada a partir de uma ordem política e econômica cujo intuito era articular regiões produtivas de Goiás no âmbito nacional e se adequar ao novo ritmo de produção capitalista do país. Inicialmente, com o *marketing* de modernidade de nova capital de Goiás e de cidade planejada, Goiânia atraiu olhares e pessoas vindas do campo, mesmo que a realidade fosse ainda diferente do que era divulgado, já que se tratava de um grande descampado o local onde a cidade estava sendo edificada.

Percebe-se que, além da imagem de modernidade, a capital goiana surgiu emaranhada da lógica do valor de troca. Ao longo de sua história de crescimento urbano, que será abordado no terceiro capítulo, é possível observar que o mercado imobiliário sempre esteve presente como importante agente de idealização e indução. Dessa maneira, é possível identificar que Goiânia, desde o seu nascimento, se caracteriza como uma cidade que, apesar das intenções positivas de seus idealizadores, não conseguiu escapar da voracidade do capital.

1.2 – A sociedade nas cidades contemporâneas

Para estudar as cidades é preciso entender que elas não se constituem apenas de mecanismos físicos. Faz-se necessário compreender que as pessoas e seus costumes compõem e interferem em seus espaços.

Muito do que normalmente consideramos como a cidade — seu estatuto, organização formal, edifícios, trilhos de rua, e assim por diante — é, ou parece ser, mero artefato. Mas essas coisas em si mesmas são utilidades, dispositivos adventícios que somente se tornam parte da cidade viva quando, e enquanto, se interligam através do uso e costume, como uma ferramenta na mão do homem, com as forças vitais residentes nos indivíduos e na comunidade. (PARK, 1973, p. 27)

Os hábitos e os costumes das pessoas que habitam as cidades estão nela enraizados. Portanto, é inevitável que as cidades possuam, além de uma organização física, uma organização moral e que as duas interajam entre si. Contudo, é preciso compreender que as cidades contemporâneas não possuem a mesma organização das cidades antigas.

A cidade antiga era principalmente uma fortaleza, um lugar de refúgio em tempo de guerra. A cidade moderna, pelo contrário, é principalmente uma conveniência de comércio, e deve sua existência à praça do mercado em volta da qual foi erigida. A competição industrial e a divisão do trabalho, que provavelmente mais fizeram pelo desenvolvimento dos

poderes latentes da humanidade, somente são possíveis sob a condição da existência de mercados, dinheiro e outros expedientes para facilitar os negócios e o comércio. (PARK, 1973, p. 36)

Após a Revolução Industrial, modificou-se a forma como a sociedade se organizava. As relações que se baseavam em laços familiares, tradição, associações locais deram lugar a uma sociedade organizada em interesses vocacionais e ocupacionais.

Nas metrópoles todos eram desconhecidos e o interesse em se relacionar com os demais já não estava ligado às qualidades pessoais, mas sim às posses materiais ou qualitativos supérfluos, como o modo de falar, as características das vestes, o capital possuído. A sociedade industrial foi aos poucos se materializando em uma sociedade do consumo. (ARANTES, 2015, p. 29)

Considerando que as cidades pós-Revolução Industrial se tornaram o local da massa trabalhadora e da divisão social e territorial do trabalho, pode-se dizer que elas se tornaram também o lugar do capitalismo moderno. Assim, é na própria cidade que se manifestam todas as suas contradições. As pessoas se veem atraídas pela lógica capitalista, porém essa atração será responsável pela segregação das próprias pessoas em função de suas condições sociais. (OLIVEIRA; BARREIRA, 2011)

As transformações sofridas pela sociedade foram profundas e abalaram os valores sociais, fazendo com que a sociedade se tornasse alvo do consumo. Essa realidade consumista juntamente com a indústria do entretenimento contribuíram para a formação de uma sociedade que valoriza a estética, o visual e a imagem, embora muitas dessas imagens não sejam reais.

A sociedade do espetáculo é aquela na qual o fruto do seu trabalho se converte em um capital empregado no consumo de mercadorias e produtos considerados como essenciais por essa sociedade. No entanto, trata-se, na verdade, de imagens irreais criadas por uma indústria que transforma e ilude toda uma sociedade incapaz de refletir e compreender as reais necessidades a sua volta. [...]

Através do *marketing*, cria-se um imaginário urbano altamente cultural, porém incompatível com a realidade, que seduz a sociedade do supérfluo. Esta termina por adquirir tal imagem, ludibriada pelo visual, em função da novidade e principalmente do espetáculo fornecido. (ARANTES, 2015, p. 30)

A dinâmica da cidade grande contemporânea é marcada pela disponibilidade de muitas informações, situações diversas ocorrendo simultaneamente, ocasionando uma vida social complexa. Esse fato gera múltiplas opções de escolhas, que resultam na individualização dos perfis sociais, dificultando a formação e a identificação de grandes

grupos, já que os interesses pessoais e individuais se tornam, a cada dia, mais específicos e variados.

Dessa diferenciação social ocorre uma sociedade composta por indivíduos que compartilham, em poucos momentos, valores e experiências sociais de diferentes pessoas. Assim, temos pessoas multidisciplinares. François Ascher (2010) denomina essas pessoas “indivíduo-palavra” e faz delas uma relação com o hipertexto:

Em um hipertexto, cada palavra pertence simultaneamente a vários textos; cada um deles participa na produção de sentidos diferenciados interagindo com outras palavras do texto, porém segundo sintaxes que variam eventualmente de um texto para outro. (ASCHER, 2010, p.46)

Dessa relação metafórica, percebe-se que os sujeitos contemporâneos das grandes cidades estão inseridos em vários campos sociais, assumindo um papel multidisciplinar, ora profissional, ora familiar, dependendo do contexto e do grupo de que ele participa no momento.

O indivíduo das grandes cidades contemporâneas assume diferentes papéis em diferentes contextos e se relaciona com um número incontável de pessoas, mesmo que de forma superficial. “O local muda de natureza e sentido: é cada vez mais escolhido e apenas contempla realidades sociais fragmentárias.” (ASCHER, 2010, p. 64). Assim, o crescimento do território urbano gera espaços que são frequentados habitualmente pela população e a importância da proximidade das relações sociais se vê enfraquecida.

Com o inchaço das grandes cidades em função do fluxo migratório pós-revolução industrial, surgem novas realidades, como a conurbação urbana. Barbara Freitag (2006) elucida que existem diferentes formas de conurbação urbana e diferencia metropolização de megalopolização.

Para ser considerada uma metrópole, para Freitag (1998), apesar de grande, a cidade não pode chegar a 10 milhões de habitantes. Segundo a autora, a metropolização ocorre em cidades grandes com “capacidade renovadora (na produção cultural) e tecnológica (nos transportes), democracia (autogestão administrativa), e uma política imigratória dosada (controles severos para entrada de povos refugiados e migrantes)” (FREITAG, 2006, p.154). Dessa forma, a metrópole controla os processos migratórios.

A utilização do termo megalópole está relacionado a questões qualitativas e quantitativas. Segundo Freitag (1998), as megalópoles são cidades com população em torno de 10 milhões de habitantes, que tiveram um crescimento urbano vertiginoso nos anos 70,80 e 90, resultado da confluência maciça de populações de diferentes origens. São cidades que recebem um grande fluxo migratório de outras regiões do país e do mundo e, portanto, são cidades multiculturais, que possuem vários pequenos grupos de culturas homogêneas.

As diferenças sociais e culturais dos habitantes das megalópoles refletem-se no tecido urbano, onde se mesclam construções de luxo da arquitetura pós-moderna, reunidas em condomínios fechados, e favelas, cortiços, *barrarias* (cf. Davis 2006, pp.27 e 127), invasões. (FREITAG, 2006, p. 154)

Segundo a autora, esse processo, mais comum em cidades gigantescas do hemisfério sul, é consequência da internacionalização do mercado interno das últimas décadas do século XX, que tornou algumas cidades atraentes para o capital externo e, conseqüentemente, para a mão-de-obra nacional. Assim, tais cidades enfrentaram um fluxo migratório significativo, que acarretou um crescimento vertiginoso para o qual não estavam preparadas. Marcadas pelo descontrole do crescimento urbano, as megalópoles passaram a enfrentar problemas de desemprego, falta de escolas, déficit habitacional.

Partindo da definição de Freitag (1998), pode-se identificar em Goiânia características de uma megalópole. Mesmo não se encaixando no aspecto quantitativo, já que a grande Goiânia³ possui mais de 2.458.504 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, e quinhentos e quatro) habitantes⁴, os aspectos qualitativos, como o crescimento populacional das últimas décadas em função do fluxo migratório descontrolado, que gera a multiplicidade cultural, pode ser identificado em qualquer área central da cidade onde haja aglomeração de pessoas.

Freitag (2002) elucida ainda que o grau de afetividade entre os membros de uma comunidade depende do seu tamanho. Ou seja, a relação de afetividade é inversamente proporcional ao tamanho da sociedade em questão. Em sociedades menores, mais simples e primitivas, há uma rica relação de afetividade, a relação entre vizinhos.

³ A grande Goiânia, ou a região metropolitana de Goiânia, é composta por onze municípios, sendo eles: Goiânia, Trindade, Goianira, Santo Antônio de Goiás, Nerópolis, Goianápolis, Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, Hidrolândia, Aragoiânia e Abadia de Goiás.

⁴ Estimativa do IBGE 2016.

Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares à sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. Dentro dessa vizinhança a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente, e a vida de qualquer localidade se movimenta com um certo momento próprio, mais ou menos independente do círculo da vida e interesses mais amplos a seu redor. (PARK, 1973, p. 30)

Com a lógica das grandes cidades, a vizinhança perde o seu significado em função dos meios de transporte e de comunicação. Esses instrumentos possibilitam a aproximação de pessoas de lugares distantes e diminuem o convívio e, em consequência, a intimidade entre vizinhos (PARK, 1973). Torna-se quase inevitável que a sociedade contemporânea das grandes cidades tenha dificuldades para identificar sua identidade individual e coletiva.

Diante de tantas informações sempre acessíveis e de forma rápida, pode-se dizer que a sociedade contemporânea é composta por uma grande camada de sujeitos carregados de múltiplas identidades à procura de sua identidade individual e coletiva.

A contemporaneidade tem se pautado por vários pares dicotômicos. Sposito (2013) elenca alguns desses pares. A lógica da integração ao sistema global caminha ao lado da lógica de fragmentação da cidade e da sociedade. A homogeneização dos espaços e das pessoas é evidenciada pela construção de barreiras materiais e imateriais nas cidades como forma de diferenciação de grupos sociais. O crescimento das cidades não favorece as relações sociais, pelo contrário, enfraquece-as. A sensação de insegurança possibilita que o mercado imobiliário comercialize segurança, ou seja, o medo generalizado gera lucro para esse tipo de mercado.

As cidades contemporâneas que enfrentaram um crescimento significativo em função do fluxo migratório, como Goiânia, “são a própria sociedade fragmentada e doente que se estabeleceu nos últimos anos.” (OLIVEIRA; BARREIRA, 2011, p. 81). As cidades representam mais do que a lógica hegemônica da sociedade atual. A falta de referenciais coletivos faz com que os indivíduos se vejam ligados à fragmentação e à alienação social. Assim, os espaços produzidos nas cidades atuais, que são o reflexo das práticas sociais, assumem uma realidade flexível de território simbólico e estão cada dia mais ligados aos princípios do capitalismo contemporâneo.

1.3 - Intervenções urbanas

Como já dito, com a Revolução Industrial e a busca de oportunidades de trabalho nas cidades por parte da população originalmente rural, os centros urbanos passaram a abrigar um número de habitantes cada dia maior. Esse crescimento populacional inesperado ocasionou problemas relacionados à falta de moradia, insalubridade e saúde pública. Diante desse cenário, surgiu o planejamento urbano como uma forma de tentar sanar esses problemas sociais, higienistas e de meio ambiente. O urbanismo buscou, então, intervir no espaço construído na tentativa de conter o crescimento desordenado e o caos urbano. Iniciaram-se, nesse momento, algumas práticas intervencionistas. O conceito de Intervenção Urbana pode ser compreendido a partir de um paralelo com o termo cirurgia:

Intervenção e cirurgia são sinônimos, e o organismo submete-se a uma intervenção basicamente em três situações: para a recuperação da saúde ou manutenção da vida; para a reparação de danos causados por acidentes e, mais recentemente, para atender às exigências dos padrões estéticos. (VARGAS; CASTILHO, 2015, p. 3)

Assim, compreende-se que as intervenções urbanas podem acontecer para a recuperação de uma determinada área da cidade, para reparar danos causados por catástrofes, guerras ou acidentes, e para atender a novos padrões estéticos, uma forma de embelezamento de determinada região. Esse tipo de ação acarreta a valorização do patrimônio edificado, de áreas degradadas que já possuem alguns equipamentos da cidade, ou de marcos urbanos como elementos de identidade urbana ou reconhecimento social.

Para Heliana Comin Vargas e Ana Luisa Howard de Castilho (2015), as intervenções urbanas tiveram três principais momentos. Entre os anos de 1950 e 1970, elas assumiram o caráter de renovação. Os centros não respondiam mais às demandas dos seus cidadãos quanto ao tipo de habitação, traçado de ruas e usos urbanos. Assim, o que era existente era considerado inadequado, portanto deveria “ceder” espaço para uma nova realidade.

Grande parte da população residente em áreas alvo de renovação foi transferida para outras áreas da cidade para que as áreas renovadas pudessem ser ocupadas por outros estratos sociais de mais alta renda. Com isso, as renovações urbanas foram responsáveis por vários desalojamentos, além da dispersão de várias comunidades que possuíam uma relação afetiva com a vizinhança.

Nos EUA, a intensidade da deterioração dos centros urbanos atribuída à migração para os subúrbios e ao impacto dos shoppings periféricos induziu ao processo de renovação urbana de grandes proporções, quando comparadas com outras partes do mundo [...] (VARGAS; CASTILHO, 2015, p. 7)

O momento seguinte, entre os anos de 1970 e 1990, as intervenções urbanas buscavam preservar as vizinhanças e valorizar as memórias das áreas objeto de ação. “Nesse contexto, a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, como elemento fundamental para o resgate da identidade e da cidadania, atuou como pano de fundo das intervenções urbanas (muitas vezes, sobrepondo-se a elas).” (VARGAS; CASTILHO, 2015, p. 18).

O reconhecimento da importância da preservação da história logo gerou lucros para investidores em áreas objeto de preservação urbana.

Iniiciava-se a fase em que o universo simbólico resumido pela cultura, [...] integrava o programa básico dos empreendimentos. Esses novos espaços deixaram de ser exclusivos das exposições contemplativas para se transformarem em uma experiência extraordinária, exótica e de consumo. (VARGAS; CASTILHO, 2015, p. 21)

A partir de 1980, têm-se as intervenções urbanas na forma de reinvenções para recuperar a base econômica das cidades e gerar empregos e renda. A união entre setor público e setor privado é uma das características desse processo, que visa reconstruir ou reinventar o ambiente construído com uma nova “roupagem” e valorizar a “boa imagem” da cidade.

O capital imobiliário e o poder público local tornaram-se grandes parceiros nesse processo. O primeiro foi capaz de criar localizações privilegiadas e induzir à demanda por intermédio da oferta. O segundo buscou a valorização positiva da imagem da cidade para a captação de investimentos externos destinados ao desenvolvimento da economia urbana. Juntos adotaram o planejamento de mercado e introduziram as técnicas de marketing urbano (city marketing). (VARGAS; CASTILHO, 2015 p. 31)

O território urbano se transforma em mercadoria a ser consumida pelos cidadãos com maior poder aquisitivo, turistas, investidores. Assim, a cidade passa a ser o lugar do consumo, deixa de ser o lugar da permanência e passa a ser o lugar dos fluxos. Consequentemente, as relações de troca e encontro perdem lugar em função da lógica da transição, do movimento.

É importante estar ciente de que o uso de determinadas terminologias, como revitalização urbana, regeneração urbana ou requalificação urbana, podem causar confusão, tendo em vista que suas utilizações são feitas por profissionais de diversas áreas e nem sempre são consensuais. Lélia Mendes de Vasconcellos e Maria Cristina Fernandes de Mello (2015) lembram que o prefixo “re” indica um movimento de retorno, volta. Ou seja, a busca por um passado que, de alguma forma, não existe mais ou existe de forma tímida. As autoras explicam que, a partir da década de 1960, o reconhecimento do valor histórico e cultural é introduzido nas ações em áreas com pré-existências significativas.

Essas práticas passam a ser identificadas na própria terminologia que aponta para a ‘volta a’ refazer uma relação temporal. O prefixo “re” começa a ser empregado nas novas definições, representando referências explícitas às preexistências. O “re” é uma estratégia que considera (ou finge considerar) a inclusão do tempo na análise do espaço, sem, contudo, explicitar um significado, uma metodologia para tal. Aparecem, nesse caso, o modismo oportunista, as imprecisões de definição e da própria metodologia a ser adotada como elementos promocionais de marketing urbano. Misturam-se os conceitos, pois esses foram transportados de um campo do conhecimento para outro. (MELLO, VASCONCELLOS, 2015, p.71)

Além de fazer uma referência ao passado, o uso do prefixo “re” pode indicar uma crítica às práticas urbanistas de renovação, quando todo o existente é ignorado e destruído para ceder lugar a uma nova realidade planejada.

Essa nova postura em relação ao meio ambiente construído indica uma atitude crítica às práticas precedentes de demolição de extensas áreas da cidade, para fins de expansão e/ou substituição de usos e edificações. Os planos urbanísticos passam a ganhar denominações sempre acompanhadas do prefixo ‘re’ – reabilitação, revitalização, entre outras. A variedade na terminologia aplicada às práticas urbanas evidencia um elenco de metáforas. (MELLO, VASCONCELLOS, 2015, p. 61)

Porém, o que importa é compreender que são tipos de intervenções urbanas que resultam da busca pela melhoria da imagem da cidade. Além disso, é relevante salientar que a dinâmica e os processos sociais que são causadores dessas intervenções estão relacionados com:

[...] a evolução das economias urbanas, marcada pela expulsão das indústrias do setor secundário para as margens da cidade; a tendência para a policentralidade e a perda de vitalidade dos antigos centros urbanos, num quadro de alargamento incessante da malha urbana e da consequente produção de novos centros e de novas margens; a consolidação de um mercado urbano do lazer construído à volta da ideia de espaço público e do

consumo visual; e a emergência de um cenário de concorrência e de competitividade entre cidades que adensa a importância de factores representacionais e imagéticos, assim como intervenções urbanísticas e arquitetônicas que concretizam no espaço símbolos de afirmação e de identificação das cidades. (PEIXOTO, 2009, p.41-42).

Nesse momento, é importante, então, o conceito de centro urbano. Pode-se considerar que se trata de local de convergência de trajetos que facilitam os encontros e as trocas comerciais, induzindo à noção de centro de mercado. Juntamente com a função comercial, os centros urbanos são caracterizados pelo agrupamento de diversas atividades urbanas, como o lazer, as políticas, as atividades religiosas, as culturais e as financeiras. Assim, não se pode confundir o conceito de centro urbano com o conceito de Centro Histórico, que está associado ao núcleo de origem da área urbana, mesmo que eles sejam coincidentes. (VARGAS, CASTILHO, 2015)

Como visto, o planejamento das cidades contemporâneas é capaz de transformar boas ideias em ações ruins do ponto de vista social já que a lógica das grandes cidades é baseada na economia. Assim, várias ações enfrentadas nos centros urbanos visam um bom retorno econômico e não uma melhoria para a comunidade.

Segundo Vargas e Castilho (2015), na atualidade, as intervenções urbanas buscam melhorar a imagem da cidade por meio da reutilização de edifícios, valorização do patrimônio construído, otimização do uso da infraestrutura estabelecida, dinamização do comércio e geração de novos empregos. Ou seja, o foco é programar ações que atraiam investimentos de moradores, turistas, usuários e possam contribuir com a dinâmica da economia e com a melhoria da qualidade de vida.

Entendendo a cidade como uma “empresa” que deve gerar “lucro”, a criação de imagens rentáveis se torna uma grande estratégia de *marketing*. Nesse contexto, surge o planejamento estratégico com a junção de governantes, urbanistas e empresários do campo imobiliário. Esse planejamento assume a função de tornar as cidades competitivas entre si e atraentes para novos investimentos. A receita utilizada é uma renovação, intervenção ou requalificação urbana. (ARANTES, 2000)

Geralmente, essas ações ocorrem em áreas degradadas ou marginalizadas, ocupadas por pessoas com baixo poder aquisitivo e onde são feitas intervenções pontuais, que mudam a imagem daquele local. Para isso, encaram-se como única solução a negação da realidade local e a imposição de uma nova realidade, muito mais convidativa e atraente para os futuros “consumidores”.

As intervenções são entendidas, assim, como uma maneira de recriar espaços com características que os conduzam ao sucesso. Entretanto, trata-se de um sucesso econômico à custa de prejuízos sociais. Conforme Mello e Vasconcellos (2015), “não se pode esperar que nenhum desses planos represente uma intervenção indolor.”

As áreas alvo dessas intervenções passam por um processo de gentrificação, que, segundo Germana de Faria Arantes (2011), é um processo marcado pelo conflito de classes. Bairros de classe popular, após passarem por investimentos e melhorias, veem a substituição de sua população original por uma população de maior poder aquisitivo. A autora, ao estudar os casos ocorridos em Goiânia, no Parque Vaca Brava e no Parque Flamboyant, pôde observar essa inversão de população nessas áreas anteriormente degradadas.

Percebe-se que as cidades contemporâneas, ao assumirem a lógica do capital, passam a estabelecer e a aplicar ações que atendam ao mercado imobiliário, deixando de lado as reais necessidades de sua população.

Ao relacionar esses fenômenos urbanos com o objeto de estudo, o condomínio horizontal fechado Privê Atlântico, observa-se que, mesmo não ocorrendo nenhuma intervenção interna no condomínio, existem ações urbanas importantes acontecendo na região sudoeste, como a construção do Parque Cascavel no Jardim Atlântico e a construção do Programa Ambiental Macambira Anicuns (PUAMA), que incluem em sua área de influência o Privê Atlântico (Figura 2).



Figura 2: PUAMA, Privê Atlântico e Parque Cascavel.
Fonte: Google Earth - organizado pela autora.

O Parque Cascavel ainda se configura como uma promessa que investidores da região insistem em dizer que “dará certo” economicamente, já que enfrenta um processo de degradação e descuido por parte de seus responsáveis. O PUAMA ainda está em fase de construção, com algumas etapas já entregues. Mais à frente, os dois parques serão discutidos como elementos de valorização de seu entorno. Por ora, pode-se observar o aumento na densidade populacional nas proximidades das duas áreas de intervenção em função da construção de prédios residenciais voltados para a classe média. Assim, é possível supor que a valorização de áreas nessa região em função dos referidos parques pode ter influenciado a valorização dos imóveis dentro do condomínio objeto de estudo. Consequentemente, o processo de troca de população comum em áreas degradadas que passam por “requalificações” urbanas pode estar se estendendo aos imóveis do Privê Atlântico.

1.4 - Gentrificação

Após enfrentar, durante algumas décadas, processos de suburbanização, as cidades dos países desenvolvidos vivenciam outras realidades urbanas. Nos últimos anos, as grandes cidades se viram alvo de investimentos importantes e novas dinâmicas públicas. Uma dessas dinâmicas acontece mais especificamente no campo social, relacionada às questões de povoamento, e vem sendo denominada gentrificação.

O termo gentrificação é uma adequação do termo *gentrification*, derivado de *gentry*, que vem do Francês arcaico *genterise* e significa “de origem nobre”. Esse termo foi utilizado inicialmente por Ruth Glass, durante a década de 1960, em referência ao processo pelo qual famílias de classe média ocuparam bairros anteriormente desvalorizados na região central de Londres. Esses bairros e moradias, que pertenciam às classes de operários e populares, receberam investimentos e melhorias e passaram por um processo de substituição de classes sociais. Áreas antes ocupadas por classes sociais mais baixas passaram a ser ocupadas pela classe média (BIDOUZACHARIASEN⁵, apud ARANTES, 2011).

⁵ BIBOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. Tradução de Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume Editora, 2016.

Tratando-se de um processo que se concretiza a partir de alterações materiais e imateriais, pode-se observar que uma das suas alterações, ou consequência, é a valorização das áreas afetadas.

O fenômeno urbano conhecido como gentrificação consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seus *status*. (BATALLER, 2013, p. 10)

Todavia, essa valorização não ocorre para a população que já ocupava a área em foco, mas para a parcela da população de melhores condições econômicas. Trata-se, portanto, de um processo que, apesar de aparentar fins sociais, se concretiza com fins mercadológicos.

Este processo é de grandes decisões tomadas por aqueles capazes de controlar o mercado imobiliário, sendo os grandes prejudicados neste caso, os cidadãos de baixa renda, que são de certa forma expulsos de suas residências, para as classes de alto poder aquisitivo apropriarem do local, nada mais do que um filtro social. (sic) (ARANTES, 2011, p. 8)

É importante ressaltar que, diante da lógica mercadológica das cidades contemporâneas, a gentrificação assume o papel de uma estratégia que se tornou global. Tal estratégia trata dos interesses da reprodução capitalista e social do urbanismo neoliberal. Pode-se dizer que é uma recentralização urbana e social que acontece de forma seletiva e motivada pela revalorização ou reutilização física e social de áreas degradadas.

Nas últimas décadas, o processo de gentrificação tem se apresentado associado a ações de intervenções de renovação e regeneração urbanas, geralmente incentivadas pelas intenções políticas e neoliberais de governos locais. Assim, algumas intervenções públicas acarretam a valorização da cidade e desencadeiam reações contraditórias, como a reapropriação de determinada área. (MENDES, 2011)

Os governos municipais utilizam diversos mecanismos para intervir no meio urbano com o foco na valorização mercadológica de áreas pré-estabelecidas das cidades.

Os mecanismos de intervenção estatal são diversos: promoção dos bairros ou zonas suscetíveis de experimentar a gentrificação – por exemplo, qualificando-os como “históricos” -; oferta de benefícios fiscais para a reabilitação; investimento de fundos públicos na melhoria dos serviços públicos nas áreas selecionadas; intervenções dirigidas aos proprietários para reabilitar ou vender

suas propriedades; novo zoneamento e requalificação do solo etc. (BATALLER, 2013, p. 16)

Essas políticas urbanas espelham uma atenção maior ao mercado em detrimento das classes sociais mais desfavorecidas. Entretanto, a imagem que é enfatizada nessas ações busca sempre enaltecer os investimentos e as melhorias recebidas pelo local.

Na mídia, a gentrificação tem sido apresentada como o maior símbolo do amplo processo de renovação urbana que vem ocorrendo. Sua importância simbólica ultrapassa em muito sua importância real; é uma pequena parte, embora muito visível, de um processo muito mais amplo. [...] Quaisquer que sejam as reais forças econômicas, sociais e políticas que pavimentam o caminho para a gentrificação, e quaisquer que sejam os bancos e imobiliárias, governos e empreiteiros que estão por trás do processo, o fato é que a gentrificação aparece, à primeira vista, e especialmente nos EUA, como um maravilhoso testemunho dos valores do individualismo, da família, da oportunidade econômica e da dignidade do trabalho (o ganho pelo suor). (SMITH, 2011, p. 18)

Maria Alba Sargatal Bataller (2013) explica que a gentrificação tem raízes na dinâmica social e econômica das cidades. O contexto local, como os agentes e atores urbanos, os bairros, as funções dominantes da cidade e a política local, determina a forma como esse processo acontece. De maneira que a gentrificação pode seguir diferentes trajetórias, transformando totalmente ou parcialmente uma determinada área. Todavia, o processo resultará sempre no deslocamento de uma parcela da população para outra área da cidade.

O deslocamento pode ocorrer sob diversas formas: através da reabilitação das moradias ocupadas por grupos populares, reclassificadas como residências de alto nível; o abandono involuntário do bairro por parte de habitantes com rendimentos limitados (famílias numerosas, anciãos, etc.) que não podem pagar os crescentes impostos sobre a propriedade (fruto da política governamental local); a impossibilidade por parte de jovens emancipados, originários do bairro, de custear suas moradias no mesmo; a emigração de residentes pela desaparecimento de instituições sociais, econômicas e religiosas – além, inclusive, pela perda de amigos no bairro. (BATALLER, 2013, p. 14)

Outras questões importantes levantadas por Bataller (2013) são o aumento significativo do preço da propriedade que passou pelo processo de renovação, a diminuição da densidade populacional das áreas gentrificadas e a alteração da modalidade de ocupação, já que diminui o número de imóveis alugados e aumenta o número de imóveis ocupados por proprietários. Tais alterações podem ser percebidas

no mercado de moradia e contribuem com as transformações da estrutura física e econômica das áreas em questão.

Segundo Mendes (2011), áreas periféricas também têm atraído os interesses de grupos sociais de situação socioeconômica mais elevada. Nas cidades contemporâneas, esse processo pode ser observado em regiões afastadas dos centros e ocupadas por condomínios horizontais fechados. Segundo o autor, a gentrificação é uma recentralização urbana e social que acontece de forma seletiva.

O estudo da gentrificação está, geralmente, associado a uma ação pré-estabelecida de agentes interessados para que haja a valorização de determinada área a partir de intervenções urbanas. Entretanto, podem existir outros caminhos que resultam na troca da população de uma determinada área.

O caso do Conjunto Habitacional Privê Atlântico, que foi reconhecido como condomínio, é peculiar por se tratar de um espaço que foi planejado para ser habitado por uma parcela da população que buscava sair do aluguel e conquistar a casa própria. Entretanto, anos depois da entrega do conjunto, ele passou a ser reconhecido como condomínio. As unidades habitacionais do Privê Atlântico passaram por um significativo processo de valorização. É perceptível que muitos dos moradores pioneiros cederam lugar para novos moradores de maior poder aquisitivo, que buscavam um local com a concepção de condomínio fechado para morar. Nota-se que talvez o local venha passando por um processo de troca de população, podendo ser caracterizado como um tipo de gentrificação.

Apesar de o Privê Atlântico não ter passado por nenhum processo de renovação urbana com a presença de agentes como o poder público e o setor imobiliário, o local passou por significativas transformações internas e externas. As transformações internas foram e são provenientes do reconhecimento, por parte do Município, do Privê Atlântico como condomínio, resultado da luta de uma parcela de moradores que tinha interesse em legalizar o local nesse sentido para que, a partir de então, fossem estabelecidas regras próprias de controle de acesso e taxa de condomínio. As transformações externas ocorreram e ocorrem em função da chegada de equipamentos importantes à região, dentre eles, outros condomínios fechados, que atraem novos investimentos para a área, provocam a abertura de vias, a construção de parques e outros pontos que serão discutidos mais à frente. Tais transformações acarretam o enobrecimento da região e induzem a saída de moradores de menor poder aquisitivo e a chegada de moradores de classe média ou classe média alta.

CAPÍTULO 2 – CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS

2.1 – Dos subúrbios aos Condomínios Horizontais Fechados

Segundo Lewis Mumford (1998), a busca por um lugar afastado dos problemas comuns às cidades não é recente. Durante a Idade Média, já era possível perceber mosteiros, cabanas ou tendas fora dos muros que cercavam a cidade medieval. Entretanto, esse início já se deu marcado pela exclusividade de acesso a essas áreas com jardins, pomares e ambientes de parque por parte da camada mais abastada da população.

Desde o princípio, os privilégios e deleites do suburbanismo ficaram em grande parte reservados às classes superiores, de modo que o subúrbio podia ser descrito quase como a forma urbana coletiva da casa de campo – a casa num parque –, como o modo de vida suburbano é, em tão grande parte, um derivado da vida descansada, jovial e consumidora da aristocracia, que se desenvolveu a partir da existência rude, belicosa e árdua da fortaleza feudal. (MUMFORD, 1998, p. 523)

Com a Revolução Industrial e o inchaço das cidades industriais, surgiram problemas, como insalubridade, poluição sonora e visual, higiene e saúde. Nesse momento, o campo se tornou uma forma de se ter saúde, independência e liberdade em função do ar puro, contato com a natureza e o afastamento das regras sociais.

Embora o afastamento da cidade apresentasse vantagens evidentes para a saúde e a vida familiar, era igualmente uma tentativa de conseguir liberdade ante as convenções e compulsões às vezes estéreis de uma sociedade urbana: um esforço, dados os necessários meios financeiros, no sentido de viver a vida em seus próprios termos, mesmo que isso significasse vivê-la sozinho; o anarquismo da bolsa recheada, a heresia do indivíduo privado a procurar conter dentro dos limites de uma família particular as funções de uma comunidade inteira. (MUMFORD, 1998, p. 524)

Já no séc. XIX, o subúrbio assumia forma de parque com edificações espalhadas e maior liberdade formal baseada em princípios românticos. Nesse tempo, os planos suburbanos mostravam as vantagens econômicas dos investimentos em vegetação. Assim, a classe média passou a ter acesso ao subúrbio e a vislumbrar nele o local ideal para a criação dos filhos. Para Mumford (1998), o afastamento que o subúrbio mantinha da cidade, como o êxodo suburbano nos Estados Unidos, evidenciava as suas vantagens. O fato de as pessoas se deslocarem diariamente da cidade densa que causava a sensação de enclausuramento para o subúrbio amplo apresentava sensação de alívio e conforto aos moradores suburbanos.

Entretanto, no final do séc. XX, com a popularização dos subúrbios em função da propagação do ideal democrático, as vantagens antes oferecidas por esses espaços deram lugar à perda da liberdade, à padronização das edificações, áreas desprovidas de vegetação e padronização da própria população. Além disso, a necessidade de novas vias de acesso se tornou cada vez mais evidente. Assim, até os congestionamentos, que eram restritos aos centros urbanos, começaram a acontecer também nas vias de ligação entre subúrbios e cidades.

Enquanto a cidade se estendia para os subúrbios, a nota rural desaparecia: com o tempo, o suburbano não gozava das vantagens da sociedade nem das da solidão. Mesmo no século XIX, as fraquezas sociais do subúrbio eram aparentes: pagava-se um preço elevado pelo ar puro. (MUMFORD, 1998, p. 530)

Portanto, percebe-se que, inicialmente, o modo de vida suburbano era menos formal e menos trabalhoso do que o modo de vida dos centros urbanos. Porém, o subúrbio se tornara a fuga da realidade problemática das cidades, uma forma de manter a ilusão de uma realidade organizada e padronizada. O modo de vida suburbano tomou como referência o ambiente centralizado na criança, para quem o prazer é mais importante que o dever.

Como tentativa de recuperação daquilo que faltava na cidade, o êxodo suburbano pode ser amplamente justificado, pois preocupava-se com necessidades humanas fundamentais. Havia, contudo, outro aspecto: a tentação de fugir a realidades desagradáveis, de não cumprir deveres públicos e de encontrar todo o significado da vida no grupo social mais elementar, a família, ou mesmo ainda no mais isolado indivíduo centralizado em si mesmo. Aquilo que, na realidade, constituía um princípio era tratado como um fim. (MUMFORD, 1998, p. 534)

Durante as décadas de 1960 e 1970, aconteceram importantes mudanças históricas que influenciaram o campo da economia, da política e da sociedade mundial. A globalização da economia e o processo de integração das sociedades contemporâneas possibilitaram que tais mudanças atingissem cidades de todo o mundo. Consequentemente, houve alteração na forma de organização do contexto das metrópoles e de seu espaço.

Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) exemplifica diferentes formas de isolamento comuns às metrópoles contemporâneas no Brasil:

Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os “marginais”, os sem-teto. Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público. (CALDEIRA, 2000, p. 11,12)

Mauro Almada (1983) afirma que os condomínios horizontais fechados no Brasil, produto da indústria imobiliária, tiveram sua origem voltada para a camada da sociedade com maior poder aquisitivo. Sempre com o atrativo de lazer, *status* social, qualidade de vida, segurança, proximidade com a natureza e facilidade de serviços:

[...] podemos dizer que esses condomínios se constituem, hoje, em verdadeiras “cidades dentro da cidade”. Uma espécie de versão burguesa das conhecidas comunas socialistas segundo uns, um gueto ‘ao contrário’ para outros, o certo é que, pelo menos sob o ponto de vista ideológico, o que se propõe é um espaço relativamente autônomo (funcional e ideologicamente) em relação ao restante da cidade (‘caótica’, ‘desordenada’, ‘insegura’, e ‘poluída’ física e socialmente). (ALMADA, 1983, p. 40)

O autor relaciona a ideia de “ilhas de tranquilidade” como forma de “fugir” do caos urbano, como as ideias de Thomas More no início do século XVI, que deram origem ao ideário *Cidades-Jardim*. Ou seja, a “nova” forma de morar não é tão nova assim.

Os condomínios horizontais fechados (CHF) estão se tornando cada vez mais marcantes na paisagem das cidades contemporâneas brasileiras. No contexto das cidades problemáticas, como as grandes cidades do hemisfério sul que enfrentam, dentre outras questões, dificuldades em garantir a segurança de seus habitantes, os CHFs se mostram como uma boa opção para uma parcela da população. Entretanto, apesar da fuga da realidade urbana, os moradores dos condomínios não vivenciam, atualmente, diferenças significativas desses espaços com as cidades. Na realidade, o que se vê, em casos de condomínios horizontais fechados, é uma realidade ofuscada ou filtrada pelas propagandas sedutoras, que iludem seus moradores com relação à ausência de problemas urbanos contemporâneos, como violência, falta de qualidade ambiental, falta de contato com a natureza, entre outros.

É preciso compreender que essa tipologia de moradia está relacionada à lógica mercadológica das cidades contemporâneas. Pode-se dizer que os CHFs são produtos imobiliários que têm a sua imagem associada à ideia de segurança, qualidade de vida

e, principalmente, *status* social. Esta imagem valoriza os empreendimentos já que o foco principal é a maximização de lucros. (SPOSITO, 2013)

Com relação à sua descrição, é preciso entender que os CHFs são espaços cercados, destinados a fins habitacionais e com a presença marcante de elementos de garantia de segurança do local.

Sem dúvida, o elemento mais emblemático dos condomínios é o muro, que acaba por estabelecer uma ruptura, seja ela física ou mesmo simbólica, diante do aglomerado maior da cidade. Conjunto de habitações horizontais, isolado em um sítio urbano comum, caracteriza-se principalmente pelo seu caráter privado e pelo espaço relativamente autônomo e funcional em relação à cidade. (BERNARDES; JUNIOR, 2007, p. 2013)

Além de estabelecer uma drástica ruptura na paisagem urbana, separando o espaço coletivo de uso privado do espaço público, o muro evidencia processos de intensa desigualdade social. Como a maioria dos CHFs encontra-se nos subúrbios das cidades, dividindo o espaço periférico com a população mais pobre, o muro se configura um importante elemento de barreira que delimita o espaço restrito de uso de seus moradores.

2.2 – Os condomínios fechados, o discurso do medo e o preconceito social

Segundo Marcelo Lopes Souza (2008), a sensação de insegurança e medo está sempre vinculada a uma relação de tempo. O senso comum de cada época julga os problemas com base em comparações de tempos próximos e condiciona as relações sociais. Além disso, as preocupações com a segurança pública estão, geralmente, vinculadas ao fenômeno urbano.

A violência urbana está associada às cidades contemporâneas como se essas fossem as responsáveis pelo crescimento da criminalidade. Entretanto, de acordo com Barbara Freitag (2002), a cidade é apenas um cenário para os fatos que nela acontecem.

A causalidade da violência que leva as taxas de homicídio mais ou menos elevadas no mundo inteiro não deve ser buscada na cidade enquanto tal, e sim na organização da sociedade subjacente, que inflige a seus membros maiores ou menores taxas de frustração, das quais pode decorrer maior ou menor agressão [...] (FREITAG, 2002, p. 197)

O medo parece estar enraizado na psicologia coletiva das grandes cidades brasileiras, provocando consequências comportamentais. Souza chama de fobópoles as cidades

em que grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico (entre outras síndromes fóbico-ansiosas, inclusive transtorno de estresse pós-traumático) por causa da violência, do medo da violência e da sensação de insegurança. (SOUZA, 2008, p. 40)

A falta de segurança em grandes cidades de países semiperiféricos tem influenciado não só políticas de segurança pública, mas também a economia.

Com particular intensidade, mas de maneira alguma com exclusividade, testemunha-se, nas grandes cidades de um país semiperiférico como o Brasil, o transbordamento do tema da (in) segurança pública, cada vez mais, para fora das páginas do noticiário policial. Ele vem passando a ocupar lugar de destaque também no noticiário político e até econômico, devido aos custos materiais que o medo da criminalidade violenta acarreta para famílias, empresas e governos. (SOUZA, 2008, p. 33)

Observa-se que o crime e a fala do crime são utilizados como itens altamente rentáveis tanto na mídia, quando geram matérias sensacionalistas a serem vendidas rapidamente, quanto no mercado, quando geram o sentimento de insegurança e o consequente consumo de artefatos que prometem garantir a segurança.

O crime rende boas manchetes, o medo do crime vende jornais e encontra ampla audiência – da mesma forma que cada vez mais, o medo do crime rende bons negócios (de carros de passeio blindados a armas, de “condomínios exclusivos” aos serviços de firmas de segurança particular) e promete render votos a candidatos a cargos no Executivo e no Legislativo. (SOUZA, 2008, p. 30)

O aumento da criminalidade leva as pessoas a culpar as instituições públicas e a julgar que precisam de uma autoridade forte nessa área. A partir do momento em que as instituições públicas falham nesse papel, as pessoas buscam resolver o problema com seus próprios meios. Se o ambiente é considerado perigoso, a solução é construir barreiras, intensificar o controle privado e evitar o contato com o meio ou pessoas que venham de áreas que possam ser consideradas como “contagiadas” pelo crime.

Uma consequência importante dessa teoria de contágio e do fracasso das autoridades em controlar o mal é que as pessoas intensificam suas próprias medidas de encerramento e controle, de separação e construção de barreiras, tanto simbólicas (como preconceito e estigmatização de alguns grupos) como

materiais (muro, cercas e toda parafernália eletrônica de segurança). (FREITAG, 2002, p. 90)

Destarte, uma das soluções encontradas para fugir do problema da insegurança pública é a autossegregação. Trata-se de uma solução escapista e não de um enfrentamento do problema.

Se, de uma parte, os “condomínios exclusivos” prometem solucionar os problemas de segurança de indivíduos e famílias de classe média ou da elite, de outra parte deixam intactas as causas da violência e da insegurança que os nutrem. Pior: no longo prazo, colaboram para deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade, sob determinados aspectos. (SOUZA, 2008, p. 73)

O discurso do medo, muito utilizado para justificar a busca por espaços fechados, tem colocado a fuga para os CHFs como uma necessidade coletiva, uma forma de proteção dos problemas urbanos. Tais problemas são relacionados ao crescimento citadino desordenado e, principalmente, a processos sociais associados à presença das classes populares nas cidades, como a favelização e as periferias pobres. (JAENISCH, 2010).

Parece evidente que essa nova maneira de habitar a cidade, tolerada pelo poder público, constitui uma solução menos democrática, na medida em que segrega em vez de unir, desobrigando o Estado do cumprimento de deveres para com a população. O estágio alcançado por essa nova forma de “viver na cidade” é resultado de um processo de mão dupla: de um lado, o setor imobiliário que se aproveita da situação em que se encontra a sociedade e cria nichos de mercados seletivos para possuidores de alta renda: estes, por sua vez, para fugir da cidade caótica em termos de violência e para buscar privacidade, procuram refúgios mais seguros, com medo de criminosos e marginais. Essas várias modalidades de habitar interferem nas formas urbanísticas da cidade, como processo coletivo de apropriação desigual, ocasionando a privatização do espaço público, da segurança e da infraestrutura básica e, conseqüentemente, os processos de isolamento e uma aparente “autonomização” com relação à cidade. (BERNARDES; JUNIOR, 2007, p. 223 - 224)

É preciso compreender que a utilização do discurso do medo como justificativa da busca por enclaves fortificados evidencia problemas urbanos e preconceito social.

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigüamente. (CALDEIRA, 2000, p. 10)

A autora explica que o medo e o preconceito existentes na fala do crime contribuíram para o aumento da separação de diferentes grupos sociais e de tensões entre eles (CALDEIRA, 2000).

[...] no contexto de crescente medo do crime e de preocupação com a decadência social, os moradores não mostram tolerância em relação a pessoas de diferentes grupos sociais nem interesse em encontrar soluções comuns para seus problemas urbanos. Em vez disso, eles adotam técnicas cada vez mais sofisticadas de distanciamento e divisão social. (CALDEIRA, 2000, p. 255)

Esse afastamento entre pessoas de diferentes classes sociais tem consequências negativas para as cidades do ponto de vista político-pedagógico. Mesmo que os condomínios se configurem como ilhas dentro das cidades, uma espécie de quarta dimensão, totalmente às avessas do seu entorno, eles estão inseridos na cidade. Com isso, fazem parte da dinâmica urbana, devem respeitar as leis e as regras da cidade em que estão inseridos, e seus moradores devem cumprir os seus deveres cívicos. Todavia, o que se vê é uma atitude egoísta - os problemas são ilusoriamente resolvidos dentro dos muros - e o que prevalece é o sentimento de que o restante da cidade é de responsabilidade somente de moradores de fora dos muros. É importante ressaltar que, ao denegrir a imagem dos espaços públicos urbanos a partir de mensagens indiretas por meio das propagandas, os condomínios dificultam o fortalecimento dos valores de civilidade.

De um ponto de vista político-pedagógico, pode-se afirmar que os “condomínios exclusivos” ameaçam o fortalecimento de valores de civilidade e solidariedade cidadã, vez que são ambientes de socialização que, a um só tempo, pressupõem e reforçam um descompromisso para a cidade como um todo. Reforçam porque implicam um empobrecimento adicional da violência da cidade e da experiência do contato com o Outro (entendido esse Outro como o favelado, o morador de rua, o suburbano...), o enclausuramento voluntário só pode terminar por reforçar preconceitos, na esteira da ignorância e do medo. O espaço urbano também educa – ou “deseduca”. No caso dos condomínios, educa não para a liberdade, para o diálogo, para o respeito à diferença, para a solidariedade, mas sim para o ódio de classe (não raro amalgamado com o ódio racial), para o elitismo arrogante, para o temor e o desinteresse (e o desrespeito) em face dos diferentes. (SOUZA, p. 74, 2008)

Muitos condomínios não estimulam a criação e a valorização de espaços heterogêneos. Pelo contrário, a valorização e a segurança estão relacionadas ao convívio entre pessoas da mesma classe social, pessoas tidas como “iguais”. Os CHFs.

[...] contribuem para o estranhamento entre esses dois “mundos”, tanto porque reduzem o tempo cotidiano que seus moradores destinam aos espaços externos aos muros, quanto porque criam microambientes de convivência entre aqueles que são supostamente iguais, oferecendo a oportunidade de “estar entre os seus” [...] (SPOSITO, 2013, p. 98)

Como visto, a dificuldade das instituições existentes em impor a ordem contribui para o sentimento de exposição às “forças do mal” por parte dos moradores. Para tentar se proteger do mal, da violência, do crime, as pessoas constroem suas barreiras, seus muros, e optam por acreditar que essa é a solução para o problema. Contudo, mesmo que possam se sentir seguras dentro dos muros, é impossível viver enclausurado sem usufruir ou utilizar de tudo que a cidade oferece. Além disso, diversas reportagens⁶ comprovam que os condomínios fechados, mesmo com todo o aparato de segurança que têm, são frequentemente alvo de assalto ou roubo. Percebe-se que roubos a residências em condomínios fechados são mais comuns do que se imagina. Entretanto, não é louvável para a imagem do local a exposição desses fatos. Assim, moradores e direção optam por manter sigilo para que tais fatos não exponham a fragilidade do lugar.

Ademais, não é somente a fragilidade que pode atrair mais bandidos. Em matéria publicada pelo *G1*⁷, um assaltante especializado em roubos a residências de condomínios admitiu ser vantajoso assaltar esse tipo de casa tendo em vista o poder aquisitivo de seus moradores: nas casas fora dos condomínios, as casas de bairro, nem sempre se encontra algo de valor, pois, segundo ele, são casas de “pessoas pobres”.

Outro ponto importante é o fato de que, em diversos casos abordados em matérias e reportagens⁸, o bandido pode estar dentro do condomínio, como um de seus moradores. Tal situação leva a pensar na ironia da fala dos que buscam esses espaços para estar “entre iguais” e fugir de áreas ocupadas por diferentes classes sociais.

⁶ “Moradores denunciam furtos em condomínios de luxo de Goiânia” (*G1* de 27/10/2014); “Ladrões furtam R\$650 mil em casa de condomínio de luxo, diz família” (*G1* de 23/11/2015); “Condomínios foram alvo de 12 furtos em 30 dias” (*O Popular* de 24/11/2015, Benedito Braga); “Condomínios fechados vivem onda de furtos” (*O Popular* de 02/11/2017); “Família é feita refém durante assalto no condomínio Alphaville Araguaia, em Goiânia” (*Mais Goiânia* de 10/09/2016); “Polícia prende suspeito de furtar e roubar casas de condomínio de luxo” (*G1* de 19/09/2016).

⁷ “Preso por furtar condomínios de luxo critica vítimas “pobres” da vizinhança” (*G1* de 01/01/16).

⁸ “Vizinhos acusam filho de coronel de furtar casas em condomínio de Goiás” (*G1* de 24/05/15); “Ação prende “atacadista” do tráfico em condomínio de luxo em Goiás” (*G1* de 08/04/16); “Polícia apreende meia tonelada de maconha em condomínio de classe média de Goiânia” (*O Popular* de 10/11/2016).

Assim, percebe-se que existe uma ilusão quanto à privatização da segurança e que a opção por essa tipologia de moradia configura uma nova forma de morar que não se refere apenas a essa questão. Trata-se, muito mais, da questão do *status* social. O lugar onde as pessoas moram representa a sua posição na hierarquia social. O isolamento, por meio do muro e por meio de todos os equipamentos e medidas de segurança, materializa essa divisão social e evita “perigosas” misturas de pessoas de diferentes classes sociais.

2.3 – A questão da imagem e os condomínios horizontais fechados em Goiânia

As imagens da cidade são importantes elementos responsáveis pelo seu reconhecimento e sua representação. Segundo Ferrara (2000), a imagem não é um resultado do imaginário; é preciso compreender que imagem e imaginário se constroem simultaneamente. O imaginário possui memória: seria uma relação do que se vê com o que se conhece, com o que já foi visto.

A imagem é um dado e corresponde a uma concreta intervenção construída na cidade; o imaginário é um processo que acumula imagens e é estimulado ou desencadeado por um elemento construído ou não, porém, claramente identificado com o meio e o cotidiano urbano. Imagem e imaginário se distinguem. (FERRARA, 2000, p. 118)

Enquanto a imagem está relacionada a um contexto, uma referência, o imaginário refere-se à associação de imagens pré-existentes para a produção de uma nova imagem. Seria uma relação entre diferentes significados a partir de uma imagem primária. Assim, as cidades podem ser organizadas a partir de imagens e imaginários.

A imagem é concretamente construída, o imaginário é estimulado ou desencadeado pelas características urbanas que se comunicam pelas imagens. Assim sendo, a sintaxe do imaginário está diretamente vinculada à identificação desses estímulos e imagens. (FERRARA, 2000, p. 121)

Enquanto a imagem urbana é visual e icônica, o imaginário é sensorial e trabalha a partir de signos, índices, marcas, que permitem a compreensão da cidade. A partir da memória, o imaginário consegue dialogar com a história do urbano e formular a imagem da cidade.

Essas imagens geradoras e geradas pelo imaginário constituem os elementos de identificação dos lugares, porém são signos, representações, mediações de formas de relações do homem com o espaço. Entendê-las é indispensável para

reconhecer os lugares e suas histórias e, sobretudo, identificar as percepções acionadas pela cidade e os significados que, no plano mais abstrato e geral do urbano, ela é capaz de sugerir à mente que procura interpretá-la como matriz de um fluxo contínuo de vivências. (FERRARA, 2000, p. 124)

Não é possível prever ou planejar as representações imaginárias que atuam como metáforas da cidade. Essas representações são referentes a uma tomada de consciência do sentido lógico da experiência cotidiana que tem a cidade e o seu modo de vida como pano de fundo. Entretanto, a imagem e o imaginário podem ser utilizados como elementos geradores de lucro nas cidades contemporâneas.

De certa forma, a cidade dos nossos dias vive o impacto crescente dos veículos de comunicação e informação que, se de um lado, são responsáveis por uma civilização que se globaliza pela possibilidade de criar e propagar a informação minimizando tempos e diferenças; de outro, transforma a vida urbana na imagem padrão que unifica todos os espaços públicos e privados. O imaginário transforma-se na imagem que corrige o particular indeterminado, adaptando-o ao padrão comum e geral. (FERRARA, 2000, p. 130)

No caso dos condomínios horizontais fechados, podemos perceber a repetição de um modelo padrão. A imagem, nesse tipo de empreendimento, é cuidadosamente trabalhada para resgatar referências positivas no imaginário da sociedade. O simbolismo é um dos elementos utilizados na estratégia de valorização imobiliária, buscando sempre relacionar os condomínios à qualidade de vida, segurança e valorização.

Segundo Márcia Metran de Mello (2006), o imaginário goianiense possui raízes sólidas no mundo rural e um sentimento saudosista da vida do campo. Ao fazer uma relação entre essa afirmação e a realidade dos CHFs, pode-se imaginar que esse sentimento seja um dos elementos importantes para o sucesso dos condomínios horizontais fechados em Goiânia, já que eles se apresentam como uma forma tranquila de se morar. Entretanto, é preciso considerar a questão do *status* social como um dos principais elementos que garantem o sucesso desse tipo de empreendimento na capital goiana.

Para Matheus André Gomes Mota e Sandra Catharinne Pantaleão Rezende (2016), as mudanças das dinâmicas das cidades estão diretamente relacionadas ao poder econômico de sua população. A desigualdade na distribuição da renda e a diferença de poder aquisitivo caracterizam a cidade e indicam a sua imagem. Assim, os condomínios horizontais fechados se caracterizam como a imagem de um lugar ideal para a moradia da classe média e da elite. Os projetos trabalham paisagens bucólicas,

o contato com a natureza. E a presença marcante de muros e portarias trabalha a imagem de elementos essenciais para a garantia da segurança.

Outros aspectos se tornaram aliados ao *marketing* usado para a promoção desses empreendimentos. O medo da violência urbana, a busca pelo contato com a natureza, a fuga dos problemas comuns às cidades e o *status social* são também utilizados para a sedução dos compradores de terrenos em condomínios horizontais fechados (CAMPOS, 2007).

Em Goiânia, os principais condomínios horizontais fechados estão localizados em regiões periféricas da cidade e áreas de conurbação urbana. Todavia, seus terrenos são supervalorizados em função de elementos, como o imaginário goianiense e a normatização interna própria, que estabelece um padrão construtivo a fim de homogeneizar o padrão arquitetônico e, conseqüentemente, o padrão socioeconômico de seus moradores.

Num breve resgate da movimentação residencial da elite goianiense até a chegada aos condomínios horizontais fechados e o surgimento de novas centralidades e de movimentação das regiões residenciais ocupadas por esta elite, identifica-se que, historicamente, durante as décadas de 1980 e 1990, aumentou o número de condomínios verticais de luxo nos setores das regiões oeste e sudoeste de Goiânia. Roberto Cintra Campos (2007) explica que tais setores se viram saturados, já que se tratavam de bairros implantados na década de 1950 e que não tinham a infraestrutura necessária para receber essa nova demanda de habitantes. Além disso, os espaços públicos arejados se tornaram restritos a pequenas praças.

Foi no final da década de 1990 que o mercado imobiliário identificou uma demanda por essa outra tipologia de habitação de luxo, a dos condomínios horizontais fechados (CHF), com a mesma motivação da busca pela segurança, *status social* e qualidade de vida, como dito. Assim, o sucesso imobiliário dos CHFs foi inevitável.

A produção de espaços exclusivos, na Grande Goiânia, é recente e atrela-se a uma tendência de perda funcional dos espaços públicos. Isso, sem dúvida, fomenta uma cultura de autosegregação, informando práticas distintas de habitar e morar na cidade. (BERNARDES; JUNIOR, 2007, p. 223)

Ocupando principalmente áreas afastadas do núcleo urbano consolidado e próximo aos fundos de vale, esse novo modelo contribuiu para o espraiamento da cidade e a dependência do meio de transporte individualizado (figura 3). Incorporar

elementos naturais ao projeto dos condomínios fechados tem sido uma prática publicitária que valoriza o empreendimento, já que se contrapõe à imagem das grandes cidades.



Figura 3: Condomínios da região sudeste de Goiânia.
Fonte: Google Earth

Goiânia tem apresentado uma expansão urbana nas áreas periféricas da cidade, marcada por processos de autoss segregação, polarização social e constante busca pela segurança. Os CHFs têm chamado a atenção como parte integrante da nova paisagem da capital goiana e como uma crescente opção da parcela mais elitizada da população goianiense nas últimas décadas. A maioria desses condomínios horizontais fechados são implantados na periferia da cidade, estabelecendo áreas de conurbações e espraiamento urbanos (Figura 4).

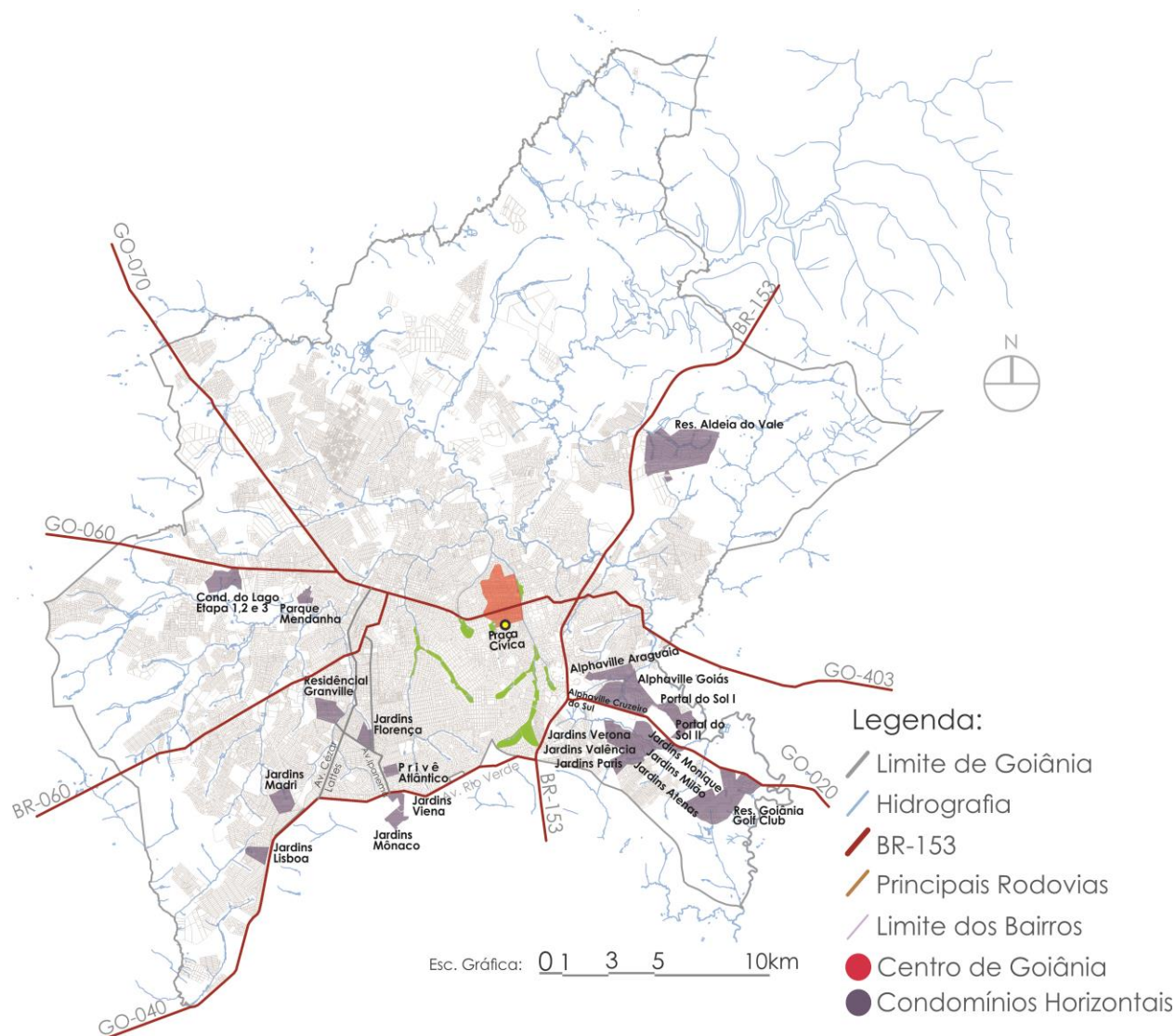


Figura 4: Mapa de Goiânia com os principais condomínios horizontais.
 Fonte: MOTA e REZENDE, 2016.

Conforme Tabela 1, observa-se que os primeiros CHFs aprovados na região metropolitana de Goiânia datam da década de 1990 e, desses, o Jardins Florença, o Jardins Madri e o Residencial Granville encontram-se na área de conurbação urbana entre Aparecida de Goiânia e a região sudoeste de Goiânia. Apesar de muitos autores e mesmo a própria população indicar o Privê Atlântico como o primeiro condomínio horizontal fechado de Goiânia, é preciso esclarecer que essa não é uma afirmação segura, porque se trata de um conjunto habitacional que não foi concebido como condomínio. Ademais, o seu reconhecimento como CHF possui data recente e seus dados não aparecem na tabela de condomínios de Goiânia.

Bairro	Área Parcelada (m²)	Áreas Públicas (m²)	Área dos Lotes (m²)	Número de lotes	Data do Decreto
Jardins Milão	342.836	50.554	207.927	282	28/12/2004
Jardins Paris	424.059	55.201	253.882	320	04/12/2002
Jardins Verona	392.156	49.541	187.091	380	04/03/2008
Jardins Atenas	404.946	41.898	230.861	451	04/12/2002
Jardins Lisboa	453.398	61.004	223.874	498	30/11/2005
Jardins Munique	418.043	124.093	209.514	239	27/07/2010
Jardins Valência	491.143	86.029	264.573	638	04/03/2008
Residencial Araguaia	632.425	98.613	368.400	558	30/12/2003
Cond. do Lago 1ª Etapa	229.352	34.395	141.393	289	12/11/2002
Cond. do Lago 2ª Etapa	286.262	25.234	167.257	288	02/02/2009
Cond. do Lago 3ª Etapa	208.838	15.854	133.648	213	02/02/2009
Res. Goiânia Golfe Clube	2.058.645	155.753	1.156.703	860	11/11/2003
Res. Parque Mendanha	233.966	27.297	136.052	233	27/12/2006
Jardins Florença	424.986	74.946	210.195	408	12/09/1996
Jardins Madri	735.508	111.601	399.860	943	19/08/1999
Residencial Granville	894.272	219.778	388.177	759	20/11/1997
Jardins Viena ⁹	439.906	220.000	219.906	423	09/1994
Portal do Sol I	629.937	155.297	233.928	528	30/05/2000
Portal do Sol II	636.370	81.439	337.728	772	31/10/2000
Res. Alphaville Flamboyant	2.308.637	446.109	957.385	1110	18/12/2000
Res. Aldeia do Vale*	1.372.251		1.258.659	684	02/07/1999
Privê Atlântico	-	-	-	456	-

Tabela 1: Tabela dos condomínios em 2013.
Fonte: SEPLANH

A mesma Tabela 1 mostra ainda um crescimento significativo do número de CHFs em Goiânia a partir do ano 2000. Apesar do grande interesse do mercado imobiliário nessa nova forma de morar, o poder público também possui a sua parte de responsabilidade nas problemáticas ocasionadas pelo espraiamento da cidade em função da periferação dos CHFs, já que o processo de sua implantação não acontece sem a participação do município.

⁹ O Jardins Viena está localizado em Aparecida de Goiânia e não integra a tabela oficial retirada do Anuário 2013 de Goiânia. As informações foram concedidas pela administração do Condomínio Jardins Viena.

O alargamento horizontal da cidade traz ônus e quem paga o preço disso é o conjunto da população. Quanto mais se aprovarem loteamentos distantes da malha urbana, mais caro custa levar os benefícios sociais, como eletricidade, água, esgoto, asfalto, transporte, escolas, segurança e lazer a esses novos bairros. (BERNARDES; JUNIOR, 2007, p. 219)

A região sudoeste de Goiânia e parte de Aparecida de Goiânia receberam os primeiros condomínios horizontais fechados na área de conurbação urbana (Figura 5). As glebas vazias, em pouco tempo, se transformaram em várias áreas fechadas que, rapidamente, se valorizaram e influenciaram a valorização de toda a região.

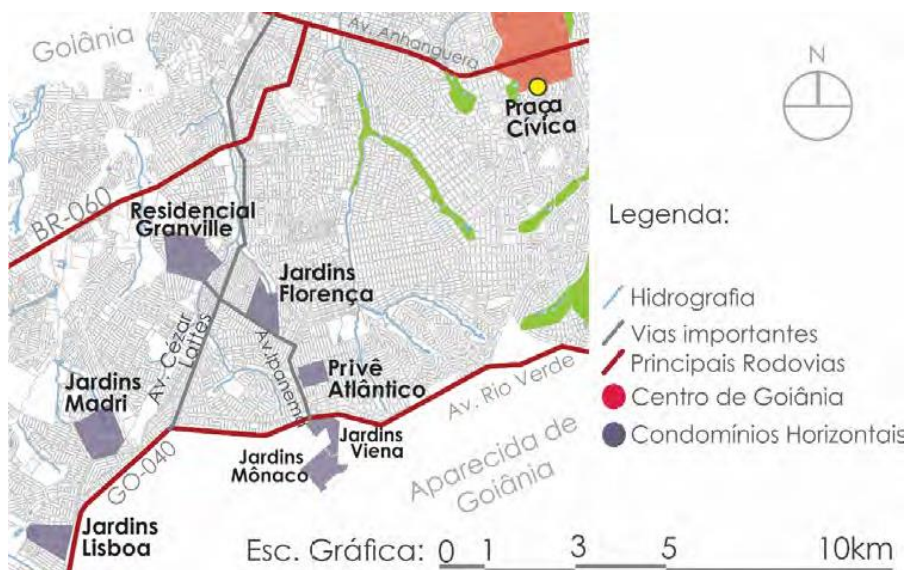


Figura 5: Condomínios da região sudoeste de Goiânia.
Fonte: MOTA e REZENDE, 2016.

Segundo Mota e Rezende (2016), a associação de áreas verdes, sistema viário e fundos de vale, trabalhados na implantação desses condomínios, garantiu o sucesso imobiliário dos empreendimentos. A falta de relação com o entorno, pela presença do muro e pela diferença social - já que a região era caracterizada como área de implantação de conjuntos habitacionais para população de baixa renda -, foi uma sacada intencional que garantiu investimentos privados e ações públicas para a melhoria da infraestrutura do local.

Mesmo com a grande quantidade de lotes vagos e glebas vazias na região na década de 1990, os lotes dos condomínios foram rapidamente vendidos e, com a ocupação deles, houve estímulo para o crescimento dos bairros adjacentes, principalmente com a transformação de uso das vias de ligação entre a cidade e os condomínios - de residencial para usos mistos. (MOTA e REZENDE, 2016, p. 555)

A região nordeste de Goiânia é a que possui o menor aglomerado de condomínios. Porém um dos maiores e mais luxuosos condomínios de alto padrão da cidade está localizado nessa região, o Aldeia do Vale (Figura 6). Tendo como diferencial o tamanho generoso dos lotes, com área a partir de 1.250m² (mil, duzentos e cinquenta metros quadrados), o condomínio foi implantado às bordas da cidade com o intuito de se integrar à natureza. Ao lado do Aldeia do Vale, foi construído o Residencial Monte Verde, inicialmente um local destinado à moradia dos prestadores de serviço do Aldeia do Vale em função da sua dificuldade de acesso. Atualmente, o Residencial Monte Verde configura um condomínio fechado, com casas-padrão, algumas já modificadas, ocupado por moradores da classe média.

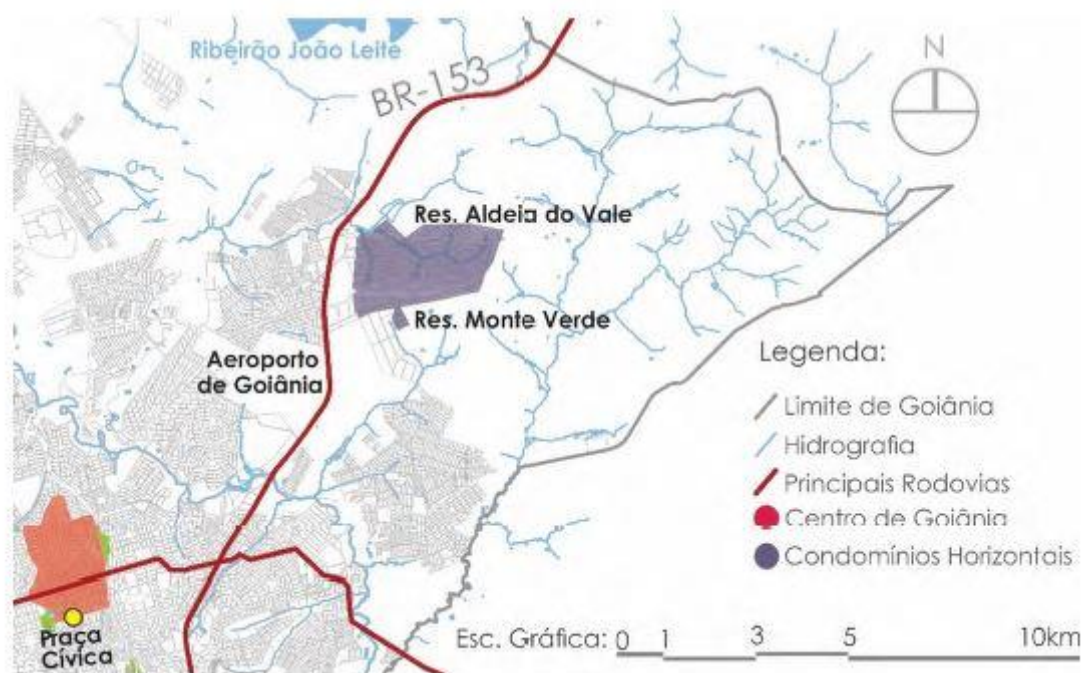


Figura 6: Condomínios da região nordeste de Goiânia.
Fonte: MOTA e REZENDE, 2016.

Após a reconstrução do trecho da GO-060, entre Goiânia e Trindade, a região oeste de Goiânia passou por um processo de valorização que impulsionou a ocupação e o sucesso dos condomínios horizontais na região. Além da proximidade com a GO-060, esses condomínios estão próximos à Área de Proteção Ambiental Alto Anicuns e ao Morro do Mendanha, o ponto mais alto de Goiânia (Figura 7).

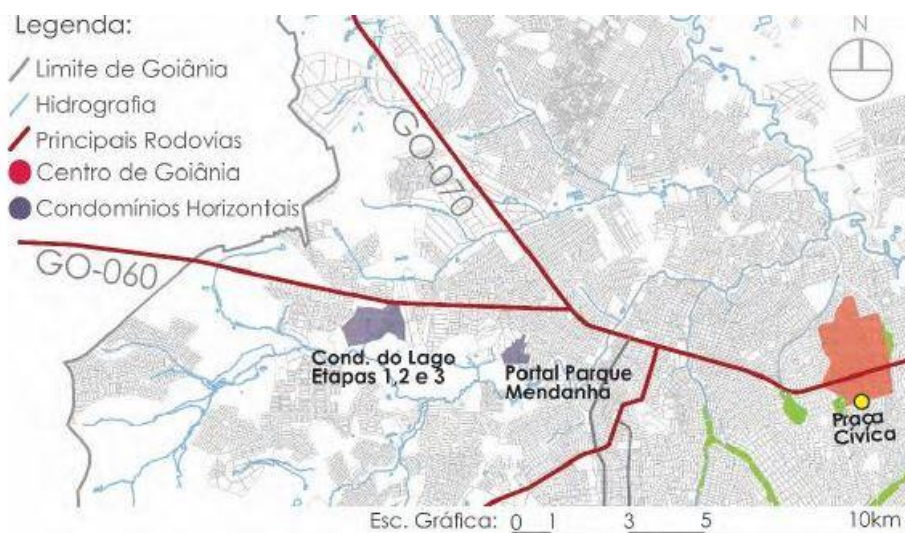


Figura 7: Condomínios da região oeste de Goiânia.
Fonte: MOTA e REZENDE, 2016.

A região sudeste de Goiânia é ocupada pela maioria dos condomínios da cidade. Trata-se de um aglomerado de bairros murados que enclausuram grandes extensões de terras urbanas e fecham áreas de preservação permanente. A GO-020 é a principal via de acesso a esses bairros e é a partir dela que se consolida um ponto de conurbação urbana entre Senador Canedo e Goiânia (Figura 8).

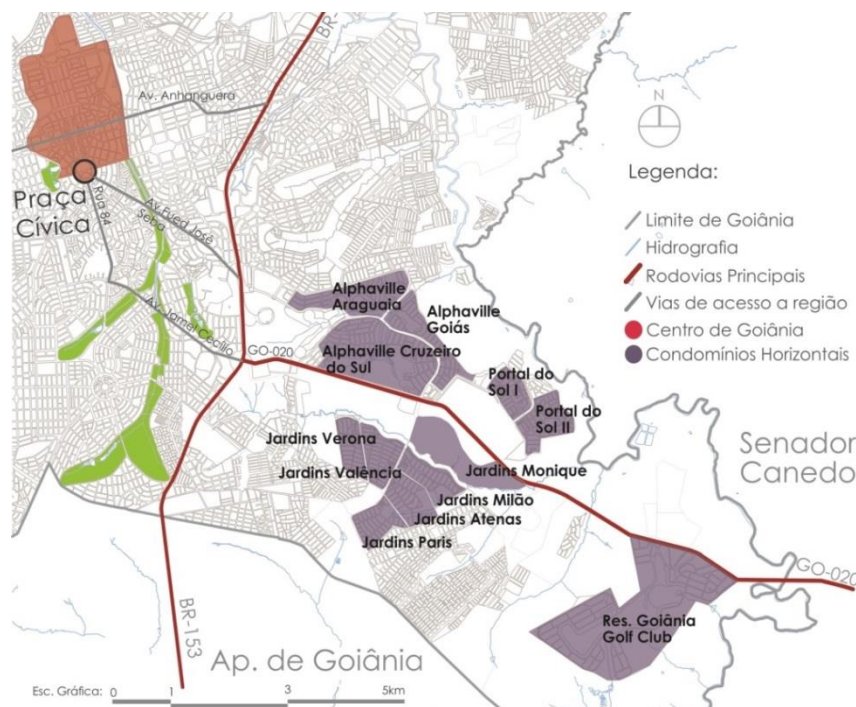


Figura 8: Condomínios da região sudeste de Goiânia.
Fonte: MOTA e REZENDE, 2016.

Em todas as regiões da cidade, a implantação desses condomínios configurou polos atrativos de serviços e alterou a dinâmica social das áreas de seu entorno.

O que observamos é que a implantação e a manutenção dos condomínios dependem da criação de toda uma estrutura, o que gera, por exemplo, empregos de prestadores de serviço e atração de novos comércios. Os serviços de segurança, principalmente externos, oferecem uma sensação de segurança para os moradores do entorno. Esses fatores todos produzem um aumento do valor do solo, valorizando a região. (BERNARDES; JUNIOR, 2007, p. 223)

Daí que os empreendedores do ramo imobiliário buscaram o aumento do seu lucro. Os condomínios horizontais são empreendimentos que garantem o retorno financeiro rápido justamente por serem vistos como investimento na qualidade de vida ou na valorização financeira a médio e longo prazo.

A incorporação de elementos e paisagens naturais é uma prática publicitária que tem obtido resultados satisfatórios, já que confronta a ideia de vida caótica dentro da cidade e oferece um novo estilo de vida. As propagandas publicitárias desses condomínios ressaltam sempre a ideia de contato com a natureza, qualidade de vida, segurança e deixam implícita a ideia de *status* social. O jogo de palavras seduz grande parcela da população. Alguns empreendimentos trabalham a sua marca como um estilo de vida ou alegam que mudar para determinado condomínio torna possível compreender a “diferença entre morar e viver”.

Apesar desse jogo de publicidade em torno dos CHFs, o Privê Atlântico foge dessa realidade, ou seja, mantém sua diferença com os demais. Por se tratar de um conjunto que virou condomínio, nunca existiu um forte investimento publicitário que trabalhasse a imagem do lugar. Entretanto, parece que a falta de publicidade não tem atrapalhado a valorização dos seus imóveis. Além disso, não é possível identificar a tipologia das edificações, o perfil de seus moradores ou o padrão social de seus habitantes. Trata-se de um condomínio com moradores heterogêneos, que compreendem que não estão entre iguais e usam o discurso do respeito do espaço do outro dentro dos muros.

CAPÍTULO 3 - LEITURA DA REGIÃO

3.1 - O crescimento de Goiânia

Para compreender a relação entre a evolução da região sudoeste de Goiânia e a valorização dos imóveis do condomínio horizontal fechado Privê Atlântico é necessário, inicialmente, fazer um resgate histórico da região e uma abordagem sobre a forma como ela foi ocupada. Assim, é necessário regressar ao período de construção e ocupação de Goiânia.

Aristides Moysés (2004) cita que, durante os anos 1933 e 1950, a discussão estava “centrada no processo de construção da cidade, tendo como base cartográfica o plano original elaborado por Atílio Corrêa Lima, alterado e ampliado por Armando Augusto de Godoy.”

Segundo Sérgio de Moraes (1991), até a década de 1950, “a formação do espaço urbano de Goiânia obedeceu ao Plano Piloto inicial, desenvolvido pelos urbanistas Correia Lima e Godoy, com a interferência da firma Coimbra Bueno e Cia Ltda”. Entretanto, o crescimento populacional de Goiânia nos anos seguintes se deu de forma inesperada, causando um significativo *déficit* habitacional. Assim, a cidade passou por um processo de grandes mudanças nas décadas seguintes:

A liberação para construções nos lotes do Setor Sul e da Vila Coimbra, dos Setores Oeste, Leste Universitário e Vila Nova, além da dispensa de exigências de infra-estrutura para os loteamentos privados, levou a aprovação de um grande número de novos parcelamentos, bem como do número de construções, ativando o circuito imobiliário. (MORAES, 1991, p. 37)

Diante do crescente fluxo de migrantes, da fragilidade do planejamento em função do crescente poder do mercado imobiliário e perda de controle estatal sobre a expansão urbana, durante a década de 1950 houve um significativo crescimento no número de loteamentos aprovados em Goiânia. O fato de os proprietários de terras estarem desobrigados da infraestrutura dos loteamentos impulsionou a proliferação de novos parcelamentos urbanos e, conseqüentemente, o alargamento da cidade. Segundo Moysés (2004), o que houve nesse momento foi um receio, por parte do mercado imobiliário, de que o governo suspendesse as facilidades para a aprovação de novos loteamentos.

Importa perceber que, com o intuito de solucionar o problema habitacional e isentar o loteador da obrigação de executar toda a infraestrutura dos loteamentos, o

poder público gerou problemas urbanos que ele próprio teve que solucionar posteriormente. Obviamente, o Estado assumiu a pavimentação das principais vias desses setores, a rede de energia elétrica e a rede de esgoto. Também teve que buscar soluções para ligar esses loteamentos ao centro urbanizado. Moysés (2004) explica que os loteadores lucravam com a venda dos lotes, dado que o investimento por parte deles era mínimo. O lucro maior viria com a valorização das áreas reservadas após o investimento do Estado nas áreas periféricas:

Fazia dinheiro na ponta, isto é, com a venda dos lotes mais distantes, praticamente sem custos, já que a responsabilidade do loteador era obedecer à localização indicada e fazer apenas o arruamento, enquanto as áreas reservadas valorizavam-se com os investimentos que o poder público fazia, também sem custo, para a iniciativa privada [...]

Assim, o *valor de uso da ponta* (venda de lotes aos pobres) era insignificante, mas necessariamente importante para alcançar o *valor de troca do meio* (áreas reservadas para fins de especulação). (MOYSÉS, 2004, p. 158)

Ao final da década de 1950, foi sancionada a Lei nº 1.556, de 11.09.59, que impediu a liberação de novos loteamentos particulares até que se revisasse a situação geral da cidade.

No período compreendido entre os anos 1951 e 1979, os fluxos migratórios se intensificaram, especialmente até a década de 1960, ocasionando o abandono do plano original (MOYSÉS, 2001). Consequentemente, Goiânia cresceu de forma desordenada, tendo em vista que o poder público privatizou a sua construção sem exercer nenhuma forma de controle. Nesse momento, surgiram vários loteamentos afastados do centro da cidade, sem infraestrutura. Surgiram, também, os vazios urbanos, que ficaram reservados para a especulação imobiliária entre os loteamentos afastados e o centro planejado. A população pobre e sem moradia planejou invadir esses vazios e a região noroeste de Goiânia passou a ser alvo de loteamentos clandestinos para suprir o mercado habitacional. Nesse período, de 1950 até 1979, o Estado se tornou refém do capital imobiliário.

De 1951 a 1959, o poder público se ausenta completamente no que se refere à gestão do espaço urbano e, com isso, permite ao setor imobiliário intervir no parcelamento da cidade de acordo com as leis do mercado.

Isso evidencia a força política e econômica do nascente setor imobiliário, de um lado, e a fragilidade política e técnica do planejamento, de outro. Mesmo admitindo que o planejamento não é panaceia para todos os problemas da cidade, não deixa de ser um instrumento político também gerido pelo capital. Paradoxalmente, vale dizer, a cidade necessita de instrumentos de controle, já

que, naquele momento, estava sendo submetida a um processo crescente de expansão de sua malha urbana. (MOYSÉS, 2004, p.147)

Note-se que, em função do crescente fluxo migratório, a lógica política que orientara a construção de Goiânia cedeu lugar à lógica dos interesses econômicos da época. Consequentemente, a ocupação do solo passou a ser determinada pelo mercado. Os interesses particulares se sobrepuseram aos interesses de um planejamento preocupado com o lado social.

Segundo Lúcia Maria Moraes (2003), apesar de cidades como Goiânia terem sido idealizadas pelo Estado sob o prisma da modernidade urbana, a formação de seus espaços se deu a partir de um poder econômico segregador, uma estrutura fundiária arcaica e o suporte de um poder político autoritário. De maneira que as cidades planejadas são caracterizadas pela existência de um centro urbano planejado e urbanizado, e uma cidade periférica que serve de abrigo para classes sociais menos favorecidas.

Entre as décadas de 1960 e 1970, a população de Goiânia duplicou de tamanho, aumentando a pressão por mais infraestrutura social e física, principalmente na área habitacional. Surgiram, então, os conjuntos habitacionais como forma de solucionar essa problemática (MOYSÉS, 2004). Enquanto, nas décadas anteriores, a ocupação do território de Goiânia era marcada pela expansão horizontal, na década de 1970 o crescimento de Goiânia foi marcado, ao mesmo tempo, pelo avanço sobre as zonas rurais e de expansão urbana, pela ampliação da face ilegal da cidade com o crescimento do número de loteamentos clandestinos e pela verticalização e adensamento nas áreas e lotes estocados próximos ao centro.

[...] a cidade *verticaliza-se*, através da ocupação intensiva dos lotes localizados e estocados na 'zona urbana', assumindo um novo desenho que se caracteriza pela *expansão vertical* das 'áreas do meio', combinada com a *horizontalização* das 'áreas da ponta', porém, dessa vez com a construção de vários conjuntos habitacionais em vários pontos da cidade, destinados às camadas populares.(MOYSÉS, 2004, p. 164)

As áreas reservadas, os vazios urbanos, se tornaram alvo da camada da população mais elitizada, vez que o poder público já havia feito os investimentos necessários para atender às áreas afastadas, o que tornava, consequentemente, o atendimento da infraestrutura das áreas "do meio" mais simples. Para Moysés (2004),

foi a partir desse momento que se estabeleceu o processo de segregação socioespacial em Goiânia.

Com a aprovação da Lei 4.526, de 1971, passou-se a exigir do loteador a implantação da infraestrutura do loteamento. Nessa década, surge a figura do incorporador imobiliário como o principal articulador do processo de construção da capital goiana. Assumindo o papel central, o incorporador imobiliário articulava o proprietário urbano, os escritórios de planejamento e de projetos, as empresas de construção, as agências financiadoras, as corretoras de imóveis e o comprador imobiliário para transformar habitações em mercadorias. Os conjuntos habitacionais horizontais e as habitações verticais foram a materialização dessa transformação (MOYSÉS, 2004).

Naquele momento, o cenário econômico brasileiro era favorável ao mercado imobiliário, porque “o governo federal, a partir de 1964, montou [havia montado] um aparato urbano de grandes proporções, sinalizando para uma atuação vigorosa do Estado quanto à produção de moradias e de toda a infraestrutura urbana que cercava a habitação.” (MOYSÉS, 2004). Somando a esse fator a disponibilidade de recursos financeiros, a facilidade ao seu acesso e a existência de grandes vazios urbanos, houve um crescimento significativo da economia local a partir da dinamização da construção civil. Para o construtor, o processo estava encerrado com a conclusão da obra, porém, para o incorporador, o ciclo só se fechava com a comercialização das unidades habitacionais produzidas.

Segundo Moraes (1991), os empreendedores tiveram o apoio do poder público - Banco Nacional de Habitação (BNH) - para a construção de conjuntos habitacionais, que eram aprovados pela Prefeitura com o mínimo de exigências. Alguns tinham a sua construção feita pela Companhia de Habitação (COHAB) do Governo Estadual. Além da construção, a COHAB fazia o papel de agente financeiro, repassando ao consumidor final os custos ampliados do empreendimento de forma a que esse comprometesse parte da sua renda familiar durante muitos anos. Entretanto, muitas famílias viam nessa situação uma boa oportunidade para sair do aluguel e conquistar a casa própria. Não se vendia somente o lote, mas o lote com a casa, ambos de qualidade questionável, agravada pela falta de infraestrutura urbana e pelos vazios urbanos gerados entre os conjuntos e o restante da cidade.

Edinardo Rodrigues Lucas (2016) explica que o BNH foi criado em 1964 e que, em 22 anos de existência, entregou 2,4 milhões de unidades habitacionais para a

classe baixa e 1,9 milhão de unidades habitacionais para a classe média em todo o país. As casas entregues para a população de classe baixa eram, em geral, produzidas pelas COHABs com recursos vindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), enquanto as demais eram financiadas pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

A produção geral do BNH e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) é caracterizada por grandes conjuntos habitacionais nas franjas das cidades que desprezam a qualidade do projeto. Casas isoladas e blocos de quatro pavimentos foram “carimbados” de norte a sul, desrespeitando o meio físico, a identidade e a participação da população. (LUCAS, 2016, p.78)

Rosana Fernandes Silva (2003) lembra que, em paralelo à criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, foi implantado pelo poder público o terceiro plano diretor da cidade, o Plano de Desenvolvimento Integrado de 1968 (PDIG), de autoria do Arquiteto e Urbanista Jorge Wilhelm. Juliana Costa Mota (2004) comenta que o debate urbanístico no Brasil durante os anos 50 e 60 foi marcado pelo reconhecimento dos problemas advindos da urbanização acelerada que as cidades brasileiras enfrentavam e da necessidade de um planejamento urbano. Nesse contexto, Goiânia teve dois planos diretores elaborados durante a década de 1960. O primeiro, o plano de Luís Saia, contou com a participação de poucos profissionais e não foi concluído. Entre março de 1968 e junho de 1969, Jorge Wilhelm, em parceria com a Serete¹⁰, elaborou o PDIG/68.

Para Jorge Wilhelm (1969), a elaboração do PDIG/68 ocorreu em meio a uma euforia referente às transações imobiliárias, um significativo crescimento populacional e problemas relacionados à habitação.

A elaboração do Plano de Goiânia (1968-69) caracteriza-se pela dominância dos aspectos especulativos lá encontrados. Cidade de crescimento vertiginoso (14% ao ano), a posse da terra, sem valor especulativo, - têm acarretado vetores de ocupação do solo. A carência em habitações, aliada à expectativa de “casa própria” como apropriação de uma posição na sociedade urbana, - levou-nos a estabelecer o caráter do plano, a motivação básica sobre a qual apoiamos a estratégia de sua implantação: planejar Goiânia significa fundamentalmente utilizar conjuntos habitacionais como força indutora de adensamento e expansão urbana. (WILHEIM, 1969, p. 247)

¹⁰ Serete era uma empresa de engenharia, fundada em 1959, com sede em São Paulo e filiais em Curitiba, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Desenvolvia estudos, projetos e consultoria técnica em diferentes áreas e ficou responsável pela elaboração dos aspectos socioeconômicos do PDIG.

Wilheim lançou três alternativas para a expansão de Goiânia: o crescimento linear norte-sul, o desenvolvimento contínuo para oeste e sudoeste, e o crescimento ao longo da BR-153. A fim de não gerar uma conurbação, que hoje é existente, Wilheim optou pelo desenvolvimento para as regiões oeste e sudoeste. Sobre a escolha da habitação como elemento de desenvolvimento e expansão urbana, Wilheim elucida:

[...] os grandes conjuntos habitacionais (hoje há quatro principais: Bairro Feliz, Vila Iara, Vila União e Vila Redenção) constituem forte elemento gerador; seu mecanismo de atuação corresponde ao que ocorre com loteamentos dispersos, porém com um efeito mais rápido, em virtude de sua implantação maciça; assim, essas novas vilas estão demandando e exigindo do poder público: vias pavimentadas, acesso a locais de trabalho (Centro, Campinas e Anhangüera), redes de infra-estrutura, transporte, etc. Ao serem atendidas essas exigências, elas provocarão a extensão de benfeitorias e adensamento provável de setores intermediários. (WILHEIM, 1969, p. 259 - 260)

Nesse momento, a expansão do espaço urbano da capital goiana se deu de acordo com o PDIG de Jorge Wilheim, com a construção dos conjuntos habitacionais, principalmente. Lucas cita que os “empreendimentos produzidos pelo estado sob responsabilidade da COHAB-Goiânia e financiados pelo BNH foram as vilas: Redenção (1967), União (1968), Alvorada (1968) e Canaã (1969).” (LUCAS, 2016, p. 82). Observa ainda que, conforme a proposta de Wilheim, os conjuntos habitacionais seriam indutores de crescimento da cidade em direção à região sudoeste. Todavia, a implantação dos conjuntos ocorreu de forma dispersa (Figura 9).

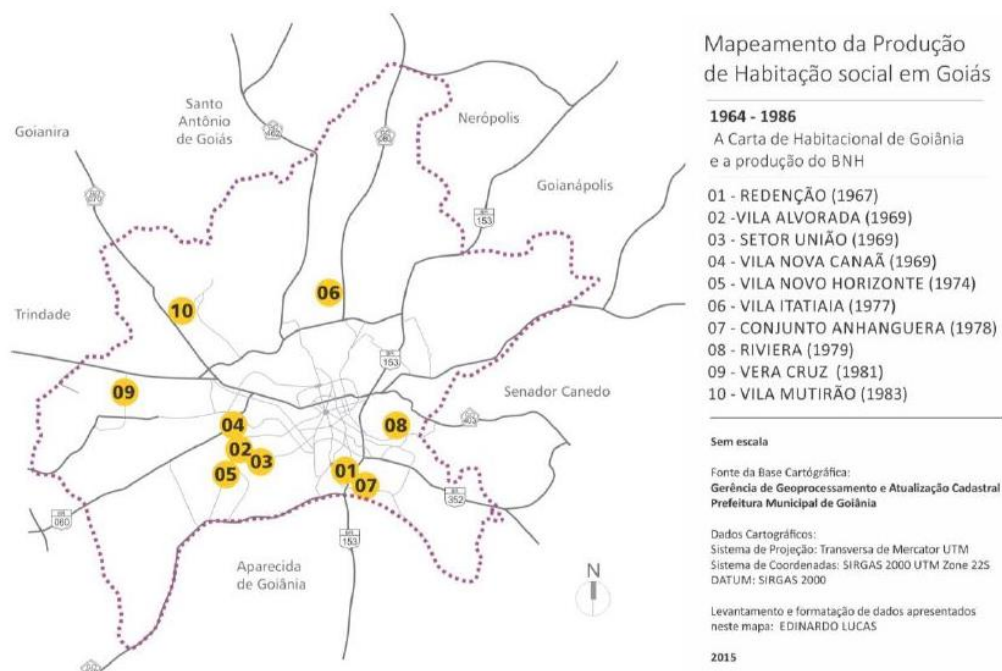


Figura 9: Mapa esquemático com a localização dos empreendimentos produzidos pela COHAB/BNH.
Fonte: LUCAS, 2015.

Somente os conjuntos Vera Cruz (1981) e Novo Horizonte (1974) foram implantados conforme a orientação de localização do PDIG/68, e a região sudoeste já possuía outros conjuntos consolidados¹¹. O conjunto Novo Horizonte, um dos maiores do período, foi entregue com 2.310 unidades habitacionais e com casas isoladas no lote (Figura 10).

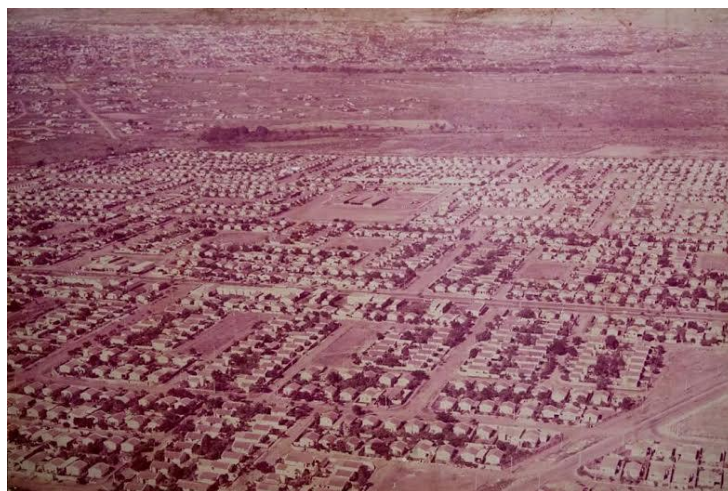


Figura 10: Conjunto Novo Horizonte na década de 1970.
Fonte: Internet (desconhecida).

Durante os anos 1980, o crescimento de Goiânia foi marcado pelo avanço de novos loteamentos sobre as áreas rurais restantes. O setor imobiliário investiu em loteamentos clandestinos e irregulares, aproveitando-se da ânsia das famílias mais carentes de possuir casa própria. Além disso, as imobiliárias apostaram na fragilidade política e no poder de mobilização da população mais pobre junto ao governo para uma

¹¹ Vila Redenção (1967), Vila União (1968), Vila Alvorada (1968) e Vila Canaã (1969).

futura regularização desses loteamentos. Paralelamente, o poder público assumiu um modelo de governo populista a partir da construção de habitações para a população pobre. Essa camada da população foi reassentada em áreas afastadas, fora do perímetro urbano, onde foram construídos conjuntos habitacionais e demarcados loteamentos de qualidade questionável. Assim, o capital imobiliário se viu beneficiado, já que a remoção dessa população de baixa renda das áreas de interesse da promoção imobiliária possibilitou a revalorização dessas áreas. (MOYSÉS, 2004)

Na década de 1990, a Lei 4.526, de 1971, que exigia do loteador da implantação de infraestrutura, foi revogada. Entrou em vigor, então, a Lei de Parcelamento nº 7.222, de 1993, que novamente isentava o loteador da responsabilidade de implantação de infraestrutura no local com a alegação de se tratar de interesse social. Dessa forma, um número considerável de lotes foi colocado à venda para atender à população de baixa renda, exigindo do poder público investimentos em equipamentos sociais, pavimentação asfáltica, iluminação pública, rede de água e esgoto. (MOYSÉS, 2004)

Cálculos feitos com base nos resultados censitários de 1991, quando o número de pessoas residentes em Goiânia era de 920.840, indicavam que, em 2005, a capital goiana teria cerca de 1.300.000 habitantes. Em função dessa previsão de crescimento populacional, foi desenvolvido o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG/2000).

O PDIG/2000 indicou a questão habitacional como alvo de tentativas de melhorias e como principal elemento da morfologia urbana de Goiânia. A partir da questão habitacional, seriam definidas as tendências de expansão da cidade assim como os equipamentos urbanos e as redes de serviços públicos.

A função habitacional deveria contemplar o crescimento previsto da população e a melhoria de seu nível tendo como referência um padrão básico de qualidade e requisitos mínimos de atendimento pelos equipamentos urbanos e comunitários. Tais objetivos seriam condicionados por vários fatores: a renda das pessoas, os recursos para financiamento de habitações, as áreas disponíveis na cidade, as decisões dos proprietários de terrenos e lotes quanto a sua utilização, a política da Prefeitura referente ao uso do solo etc., visando priorizar a população de renda mais baixa, que, por isso, enfrenta sérias dificuldades de conseguir moradias mais satisfatórias de habitação. (BELLORIO, 2013, p. 108 – 109)

Diante do diagnóstico apresentado, o PDIG/2000 propôs diretrizes considerando os setores econômico, industrial-administrativo, cultural e físico-territorial- ambiental. A partir de então, delineou-se a etapa de formulação do Plano Diretor, que definiu

diretrizes gerais e setoriais. Dentre as diretrizes gerais, existia a intenção de promover o crescimento da cidade preferencialmente a sudoeste do município. Algumas áreas foram definidas para a implantação da estrutura urbana proposta no Plano, tendo em vista que eram novos polos regionais de atividades ou eixos de atividades existentes. Dentre os eixos, pode-se destacar a Avenida T-63, que ligava a região sudoeste de Goiânia e o Setor Bueno.

Com a finalidade de descentralizar as atividades econômicas e melhorar as condições de acessibilidade da população na realização de diversas funções, o Plano definiu polos de atividades intermediárias de caráter local, denominados subcentros. Dentre os subcentros definidos, a região sudoeste de Goiânia apresentava o Setor Jardim América e a Vila Novo Horizonte.

A Lei Complementar nº 031, de 29 de dezembro de 1994, Lei de Zoneamento, referia-se ao uso e à ocupação do solo nas Zonas Urbanas e de Expansão Urbana, fixando os usos compatíveis com o objetivo de garantir o bem-estar da população e um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Foram definidas zonas de uso residencial, zonas mistas e zonas de atividade econômica, de baixa, média ou alta densidade. Além disso, a lei dispunha sobre a ocupação - ou a quantidade de edificação em determinada área - e sobre o índice de aproveitamento, recuos e afastamentos.

As Zonas de uso residencial tinham um caráter residencial, horizontal ou vertical. Nas zonas mistas poderia haver atividades residenciais e econômicas sem predominância de uma delas. Já a zona de atividade econômica, como o nome mesmo indica, seria predominantemente econômica e a habitação unifamiliar seria tolerada.

A zona de predominância residencial de baixa densidade (ZPR-BD), com característica de residências unifamiliares, comércio, serviço e indústria de pequeno porte e usos tolerados, que eram os já existentes, e com densidade relativa, 250 hab/ha, seria constituída dos setores Marista, Bueno (grande parte), Pedro Ludovico (parte), Oeste (pequena parte), Serrinha (áreas do contorno do Morro da Serrinha), Vila Sol Nascente, Jaó, Jardim América, Jardim Atlântico, Jardim Planalto, Vila Rezende, Setor Santa Genoveva, Jardim Guanabara e Jardim Goiás. [...]

Outra zona seria a mista de média densidade (ZM-MD), constituída pelos Setores Coimbra e adjacências, Vila Nova e parte dos setores: Pedro Ludovico, Jardim das Esmeraldas, Nova Suíça, Bela Vista, Centro-Oeste, Serrinha, Jardim América, Santa Genoveva e Universitário, Vila Jaraguá, Vila Abajá e adjacências. (BELLORIO, 2013, p. 130-131)

Note-se que parte da região sudoeste de Goiânia, como o Setor Jardim Atlântico e parte do Setor Jardim América, era destinada ao uso residencial de baixa densidade, e outra parte do Jardim América seria de uso misto de média densidade. O Parque Amazônia, apesar de ter sido destinado para uso residencial de alta densidade,

intensificou o seu processo de verticalização somente após a instalação do Buriti Shopping na Avenida Rio Verde.

A lei de zoneamento visava a criação de bairros com estruturas urbanas capazes de descentralizar as atividades da região central de Goiânia. Para tanto, foram efetuadas vias de suporte e equipamentos urbanos com o intuito de viabilizar a criação dessas Zonas de Desenvolvimento Local. Os dois principais acessos à região, a Avenida T-63 e a Avenida Rio Verde, fariam o papel de eixos comerciais e de transporte coletivo. Com isso, alguns bairros da região sul se valorizaram mais em relação a outros bairros da capital.

O adensamento da região sul, assim como a ampliação da zona de expansão urbana em direção à região sudoeste aconteceram sem a expansão da rede viária e a ampliação dos corredores viários. Consequentemente, cresceram o número e a intensidade dos congestionamentos, da poluição sonora, visual e do ar.

As áreas verticalizadas de Goiânia, onde a densidade habitacional era maior, estavam concentradas nas áreas centrais e adjacentes de setores como Bueno, Jardim América e Central, ocorrendo em manchas ao longo da cidade. As atividades econômicas eram vinculadas à hierarquização viária.

O Plano Diretor de 1992 estava consolidado nos primeiros anos de 2000. Iniciou-se então a produção do novo Plano Diretor de Goiânia a partir de uma parceria entre os técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento e do arquiteto e urbanista Luiz Fernando Cruvinel Teixeira. (BELLORIO, 2013).

A partir do diagnóstico do PDG/2006, identificaram-se vazios urbanos na região sul assim como o aumento da densidade populacional nos setores Parque Amazônia e Jardim Goiás, em função de investimentos do mercado imobiliário com a construção de condomínios verticais. O Plano previu, então, algumas reformulações para o tecido urbano de Goiânia, a fim de incentivar a ocupação dos vazios urbanos, o adensamento diversificado e buscar reverter a tendência de cidade espalhada.

Com esse diagnóstico, aprovou-se o Plano Diretor de Goiânia, pela Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007 [...]. A concepção original propunha o fim do zoneamento tradicional, tornando todo o município em área urbana e, portanto, sob a administração municipal. Segundo essa proposta, as atividades econômicas são [seriam] admitidas em toda a extensão do município, desde que adequadas aos parâmetros estabelecidos pela legislação de uso do solo. (BELLORIO, 2013, p. 152 – 153)

A nova legislação, além de destinar os vazios urbanos para a implantação de conjuntos habitacionais como forma de ocupação, determinou que, para novos parcelamentos urbanos, seria necessário obedecer a alguns critérios, dentre eles a obrigatoriedade de oferecer a infraestrutura completa, comprovar taxa de ocupação do loteamento vizinho superior a 30% e obedecer ao critério da contiguidade. Assim, o novo loteamento estaria ligado ao loteamento anterior por vias públicas e não ficaria mais ilhado na cidade. Assim, seria possível dar continuidade à malha viária e minimizar o espraiamento do tecido urbano.

O modelo de ocupação previsto no novo Plano privilegiou os eixos de transporte, estimulando o aumento da densidade populacional ao longo deles a fim de ocupar os vazios urbanos existentes. Segundo o de PDG/2006, existia uma grande demanda habitacional de baixa renda que seria resolvida ao longo dos Eixos Preferenciais, localizados na região sudoeste e em Áreas Especiais de Interesse Social.

Com relação às edificações e usos, a nova legislação dividiu a macrozona construída de Goiânia em: Áreas Adensáveis (AA), Áreas de Desaceleração da Densidade (ADD), Áreas de Adensamento Básico (AAB), Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), Áreas de Usos Sustentáveis (AUS), Áreas de Restrição Aeroportuária (ARA) e Áreas de Preservação Permanente (APP). Com o fim do zoneamento, em toda a cidade foi permitido qualquer tipo de edificação, exceto em APPs. Entretanto, alguns critérios iriam restringir ou estimular, e ainda o fazem, as ocupações ao longo da cidade, como a seguir.

As Áreas Adensáveis são áreas onde existe estímulo para o aumento da densidade populacional e da verticalização dos edifícios, sustentadas pela rede viária básica de transporte coletivo. Nessas áreas, não existe limite de altura pré-estabelecido para a edificação. Na verdade, o que irá definir a altura do edifício é o tamanho do terreno, já que é necessário atender à exigência de afastamentos e recuos, que aumentam conforme a altura do pavimento.

As Áreas de Desaceleração são áreas que passaram por uma intensificação do processo de adensamento permitido na legislação anterior e que receberam uma atenção especial na nova legislação. Para tanto, foi aplicado o valor mais alto da outorga onerosa nessas áreas, medida que, no entanto, não tem atingido o seu objetivo, já que esse valor é repassado para os compradores. Setores como Alto da

Glória, Bela Vista e Jardim Goiás são alvos dessa medida, que deveria controlar e reduzir o processo de densificação urbana.

A maior parte da malha urbana de Goiânia é denominada Área de Adensamento Básico, para a qual existe limite de altura, ocupação e fração ideal. Nessas áreas, a edificação não pode ultrapassar 9,00m de altura, sendo que, acima de 6,00m, deverá obedecer à ocupação de 50%. A fração ideal, instrumento que define o número máximo de unidades habitacionais em cada terreno, é de 90,00m² em ABB. Assim, em um lote de 360,00m², não poderão coexistir mais do que quatro unidades habitacionais.

Em AUS, existe uma restrição mais rígida quando à ocupação, já que o máximo permitido é de 40%. Entretanto, com relação a alturas e afastamentos, os parâmetros são idênticos aos de ABB.

Atualmente, o Plano Diretor (Lei nº 171, de 29 de maio de 2017) e as suas Leis Complementares estão em processo de implantação e revisão. É possível observar a instalação de corredores de ônibus ao longo da cidade e a modificação da paisagem em setores como Marista e Oeste, que se tornaram alvo da verticalização.

Durante muitos anos, o crescimento de Goiânia se deu em direção às regiões sul e sudoeste. Em alguns momentos, esse crescimento aconteceu de forma desorganizada, vez que muitos loteamentos foram construídos sem infraestrutura e sem ligação com loteamentos vizinhos, ficando ilhados na malha urbana. Esse é o caso do Privê Atlântico, que, durante muitos anos, teve o seu entorno desabitado.

A partir desse panorama, é possível compreender que, apesar de não existir uma centralidade forte na região quando da construção do Privê Atlântico, este acabou se tornando um centro de apoio para os moradores dos loteamentos vizinhos durante alguns anos. Atualmente, a relação com o entorno, que já se caracteriza como um subcentro, estabelece uma dinâmica de valorização de seus imóveis.

3.2 - A Região Sudoeste

O artigo 77 do Plano Diretor de Goiânia, Lei nº 171 de outubro de 2007, define a divisão do território de Goiânia em oito macrozonas. A primeira, Macrozona Construída, é coincidente com o perímetro urbano definido pela própria lei. As demais são definidas pelas sub-bacias e dividem a zona rural do município: Macrozona Rural do Barreiro, Macrozona Rural do Lajeado, Macrozona Rural do João Leite, Macrozona Rural do Capivara, Macrozona Rural do São Domingo, Macrozona Rural do Alto do Anicuns e

Macrozona Rural da Alto Dourados. Apesar de essa divisão ser o modelo legal, é necessário caracterizar as regiões da Macrozona Construída de Goiânia.

Segundo Bellorio (2013), Goiânia se divide em doze regiões administrativas: Central, Sul, Macambira Cascavel, Oeste, Mendanha, Noroeste, Vale do Meia Ponte, Norte, Leste, Campinas, Sudeste e Sudoeste (Figura 11). Essa divisão coincide com o mapa digital utilizado por técnicos da prefeitura de Goiânia até o ano de 2007, quando houve a aprovação da Lei 171, o Plano Diretor de Goiânia.

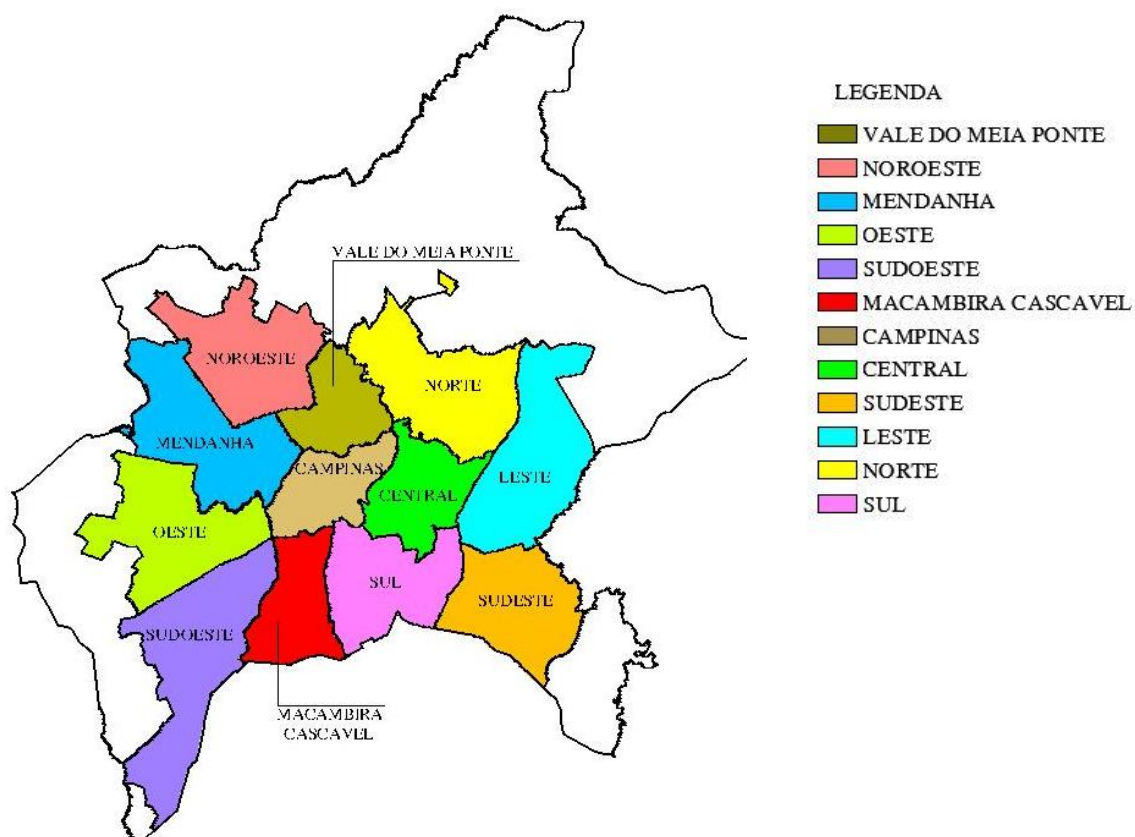


Figura 11: As doze regiões administrativas de Goiânia.
Fonte: SEPLANH - tratado pela autora.

Com a aprovação da Lei Complementar nº183, de 19 de dezembro de 2008, Goiânia foi dividida em sete regiões administrativas. Atualmente, o cadastro da prefeitura da capital goiana reconhece as sete regiões propostas como Noroeste, Norte, Oeste, Centro, Leste, Sudoeste e Sul e tem utilizado essa regionalização (Figura 12). Portanto, nesta pesquisa, será adotado esse modelo de divisão da cidade.

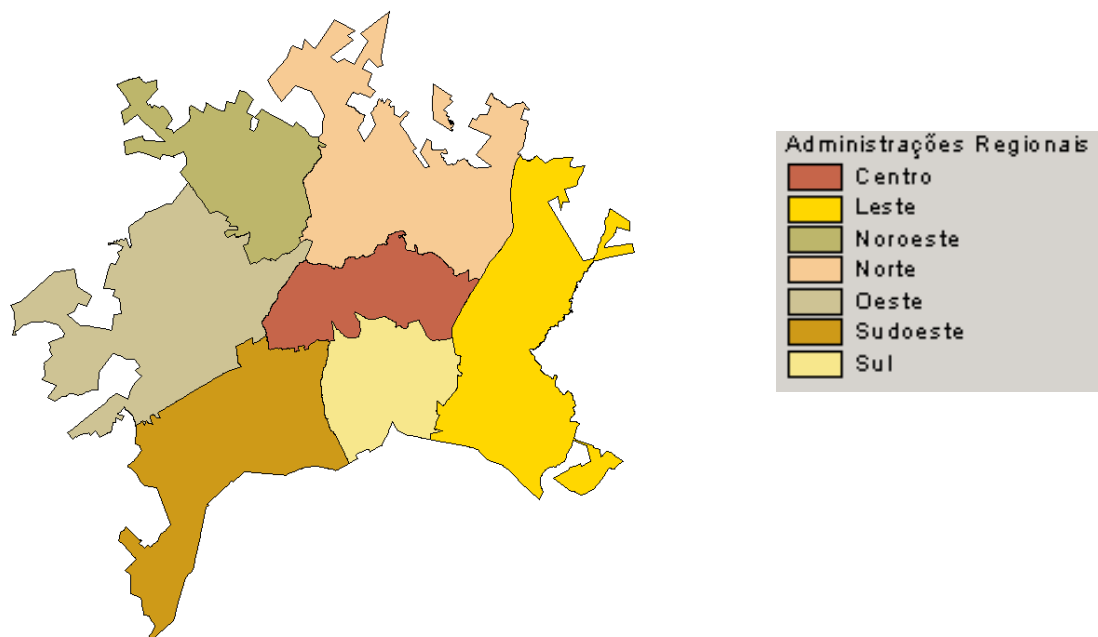


Figura 12: As sete regiões administrativas de Goiânia.
Fonte: SEPLANH.

Tendo em vista que o foco deste trabalho é o Condomínio Horizontal Fechado Privê Atlântico e seu entorno, será necessário observar o crescimento da região sudoeste de Goiânia assim como seus principais equipamentos.

Segundo Silva (2003), a expansão de Goiânia em direção à região sudoeste se deu em função das diretrizes propostas por Jorge Wilhelm, que indicavam como uma das alternativas de expansão urbana o desenvolvimento contínuo para oeste e sudoeste assim como a identificação da questão habitacional como agente indutor desse desenvolvimento.

Como visto, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964, a construção de conjuntos habitacionais se tornou possível. Com a construção desses conjuntos, o poder público estava buscando soluções para a questão da habitação e uma forma de orientar a expansão urbana.

Assim, percebe-se que, a partir desse momento, a formação do espaço urbano de Goiânia resultou de um adensamento pontual na periferia da cidade, já que os conjuntos eram construídos em áreas afastadas do centro. A partir da imagem aérea de 1992, constata-se que o Privê Atlântico se destacava de seu entorno em função de sua densidade. As demais quadras do Jardim Atlântico estavam desocupadas assim como as dos setores vizinhos (Figura 13).

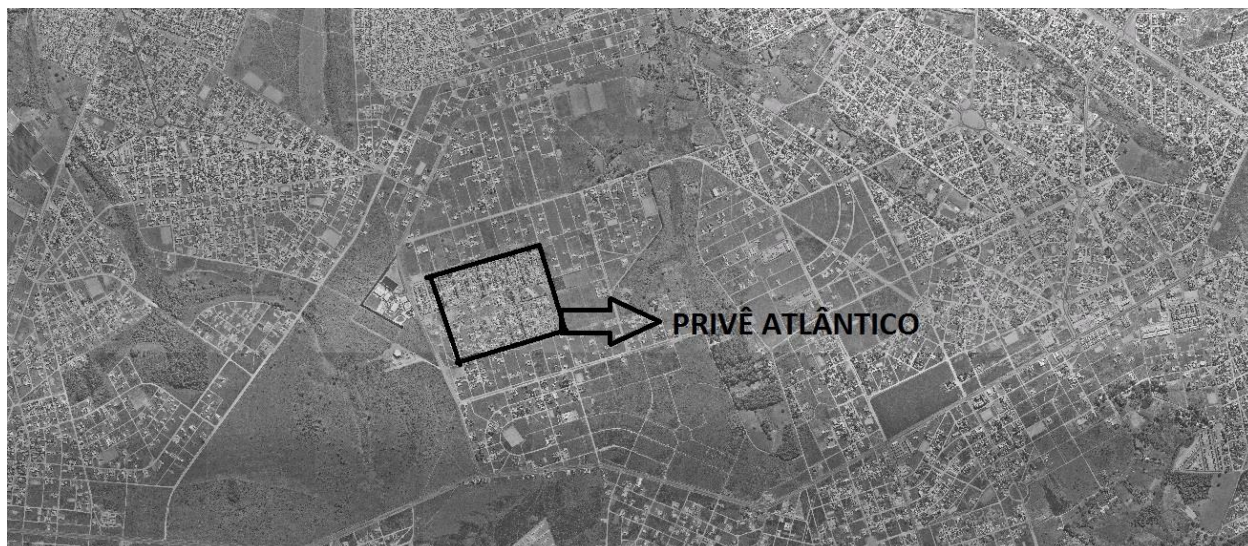


Figura 13: Imagem aérea do Privê Atlântico e seu entorno em 1992.
Fonte: SEPLANH, organizado pela autora.

A localização desses conjuntos foi determinante para que houvesse investimento do poder público em construção de vias de acesso ao centro, asfaltamento, rede de esgoto, rede de água, rede de energia e equipamentos de segurança, educação e saúde pública. Entretanto, em reportagem do jornal *Diário da Manhã*¹², do ano 1987, moradores do Privê Atlântico comemoravam a chegada da rede de esgoto e clamavam por melhorias no serviço de transporte público, pavimentação das vias, dentre outras questões. “A colocação de mais ônibus na linha, ampliação da rede de água tratada, um posto telefônico e uma farmácia. Benefícios que se vêem privados deles num lugar que o acesso mais fácil é o Setor Sudoeste e Vila União.” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1987).

Em outra reportagem¹³, mais recente, do jornal *O Popular*, de 1994, moradores do entorno do conjunto, mais precisamente do Jardim Atlântico, reclamavam da falta de água tratada, de esgoto e asfalto. É interessante observar que esse problema foi enfrentado pelos moradores da região até 2008, já que, na imagem aérea de 2006 (Figura 14), várias ruas do Jardim Atlântico não estavam asfaltadas enquanto, na imagem aérea de 2008 (Figura 15), todo o setor já contava com esse benefício.

¹² Matéria publicada no dia 18/09/1987, no caderno “Bairros” do Jornal *Diário da Manhã*, com o título: “Privê Atlântico: Conforto e tranquilidade. O Paraíso”.

¹³ Matéria publicada no dia 24/04/1994, no caderno “Bairros” do Jornal *O Popular*, com o título: “Jardim Atlântico. Demora do progresso desanima o setor”.

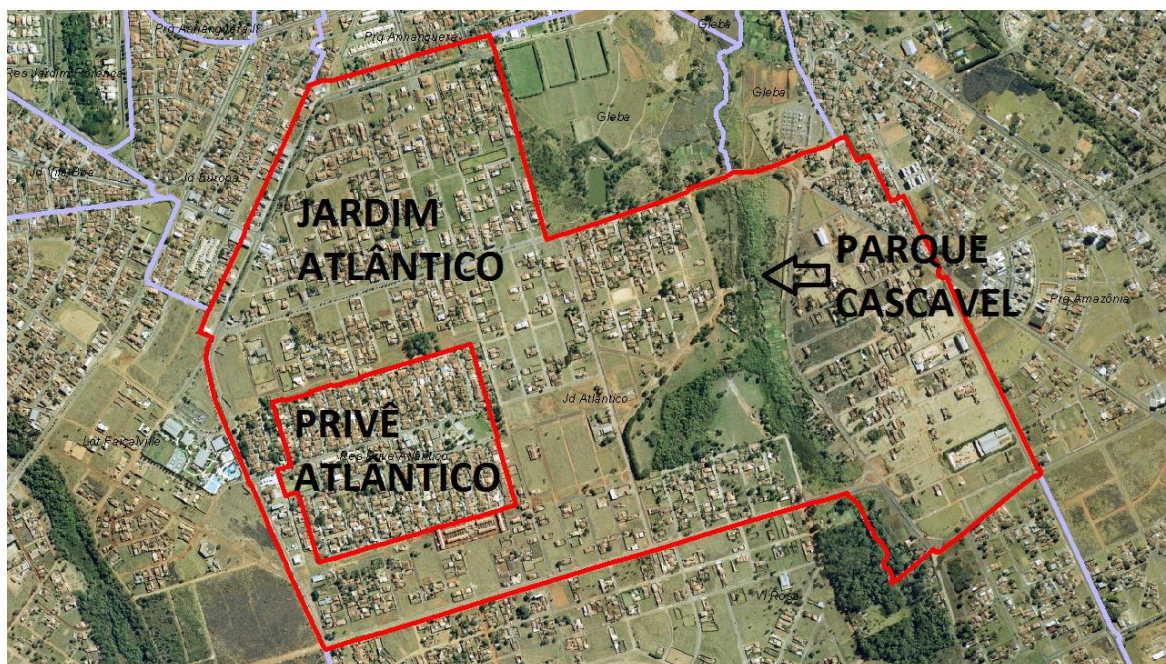


Figura 14: Imagem aérea do Jardim Atlântico em 2006.
Fonte: SEPLANH - organizado pela autora.



Figura 15: Imagem aérea do Jardim Atlântico em 2008.
Fonte: Google Earth - organizado pela autora.

Ademais, a região do Privê Atlântico fica localizada a sudoeste de Goiânia e faz divisa com Aparecida de Goiânia. Portanto, trata-se de uma área de conurbação urbana. Durante muitos anos, o conjunto residencial Novo Horizonte foi o limite edificado de Goiânia, existindo apenas pastos na área existente entre o setor e Aparecida de Goiânia. Todavia, atualmente, a realidade é outra. A malha urbana da cidade cresceu até seus limites, juntando-se à cidade vizinha.

De acordo com o IBGE, pelo Censo de 2010, a região sudoeste de Goiânia era a mais populosa. No entanto, as regiões censitárias definidas pelo IBGE não coincidem com as regiões administrativas adotadas pelo cadastro da prefeitura de Goiânia. A região sudoeste, alvo deste estudo, apresenta divergências quanto aos seus limites, mas não quanto à sua localização em relação à cidade toda.

REGIÃO	POPULAÇÃO
CAMPINAS-CENTRO	21.464
LESTE	172.436
SUL	221.925
SUDOESTE	223.027
OESTE	152.189
NOROESTE	164.283
NORTE	146.677
TOTAL GERAL	1.302.001

Tabela 2 - População de Goiânia por região.
Fonte: IBGE - Censo 2010.

Confome o mapa das densidades da SEPLANH (Figura 16), a densidade populacional da região sudoeste de Goiânia é a terceira maior da cidade.

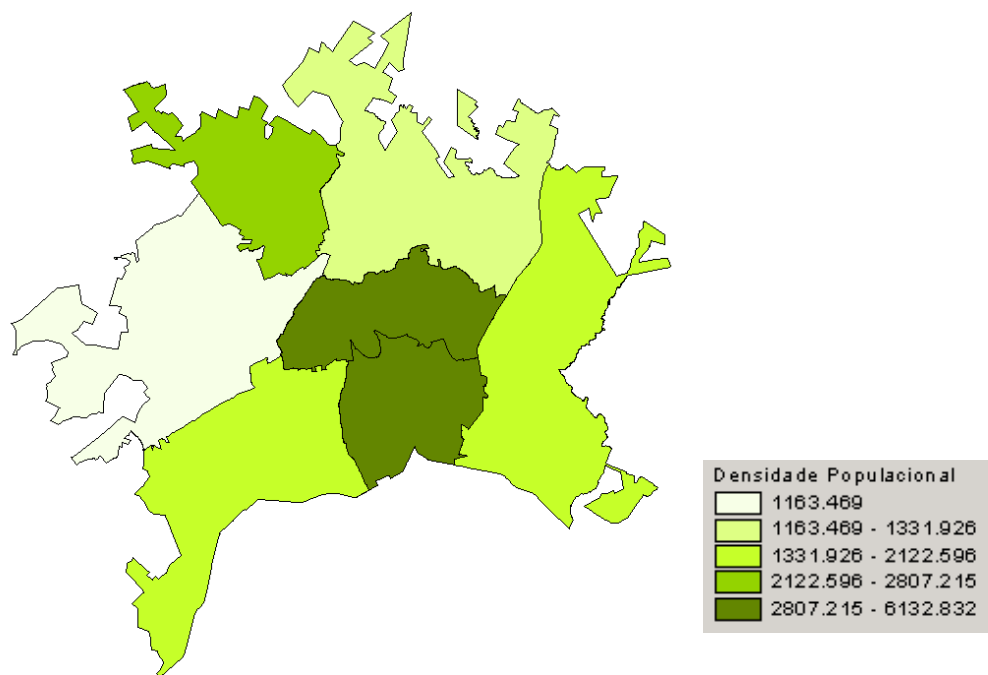
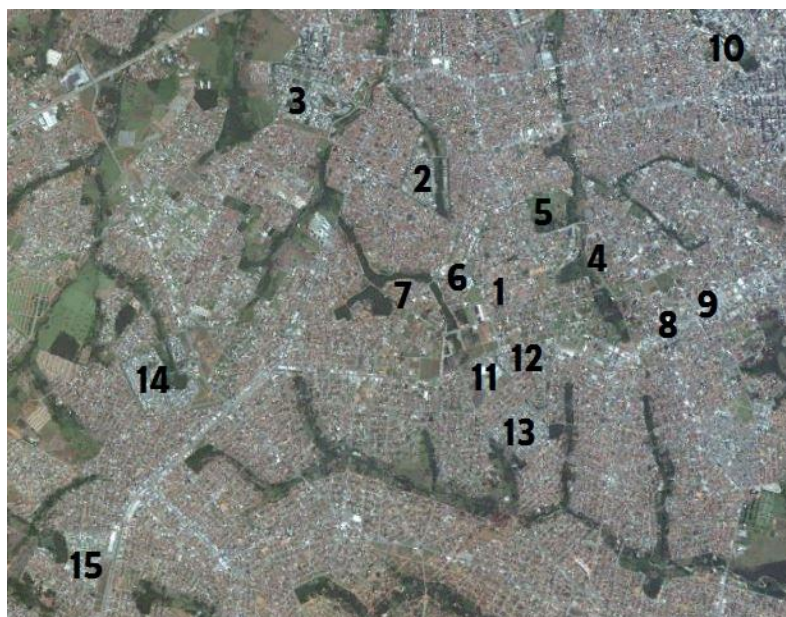


Figura 16: Mapa da densidade populacional de Goiânia por região.
Fonte: SEPLANH

Trata-se ainda de uma região em fase de crescimento, que teve o seu início impulsionado pelas diretrizes do PDIG/68 de Jorge Wilhelm e a construção de conjuntos habitacionais. Contudo, equipamentos importantes, que podem funcionar como atrativos para a região, fazem já parte da sua realidade. Ao observar a foto aérea de 2016 (Figura 17), identificam-se: outros condomínios horizontais fechados, a Cidade Empresarial, o Shopping Buriti, o clube SESC Façalville, a faculdade ESUP, o supermercado Extra e seu atacadista ASSAI, o Parque Cascavel e parte do Parque Linear Macambira Anicuns (PUAMA).



- LEGENDA:
1. Privê Atlântico
 2. Jardins Florença
 3. Residencial Granville
 4. Parque Cascavel
 5. Centro de Treinamento do Goiás
 6. ESC Faíçalville
 7. PUAMA
 8. ASSAI/EXTRA
 9. Buriti Shopping
 10. Parque Vaca Brava
 11. Cidade Empresarial
 12. Jardins Viena
 13. Jardins Mônaco
 14. Jardins Madri
 15. Jardins Lisboa

Figura 17: Imagem aérea da região do Privê Atlântico em 2016.
Fonte: Google Earth - organizado pela autora.

Conforme o mapa a seguir (Figura 18), pode-se perceber que a região se compõe de: Áreas de Adensamento Básico, para as quais existe o limitador de altura das edificações (9,00m) e de densidade por meio de fração; Áreas Adensáveis, para as quais não existem limites de altura ou de densidade; áreas verdes; e Áreas Especiais de Interesse Social, destinadas a habitações de população de baixa renda.

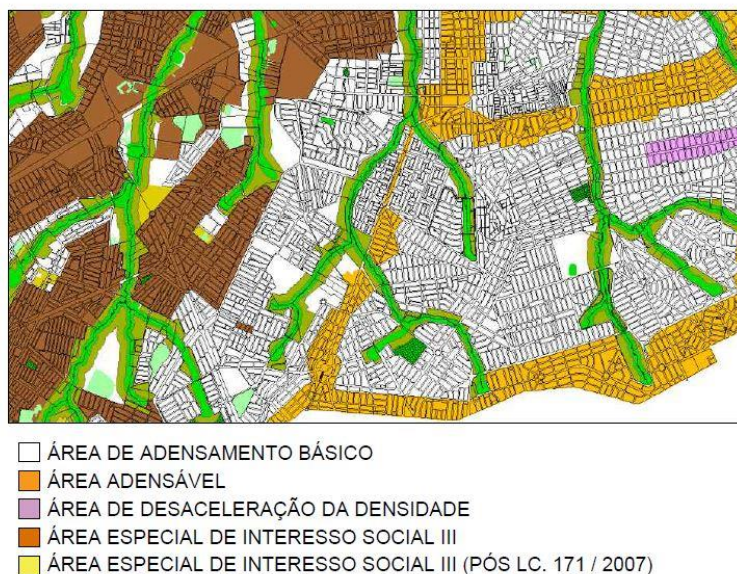


Figura 18: Mapa Adensamento.
Fonte: SEPLANH

A partir desse diagnóstico, percebe-se que a região sudoeste de Goiânia passa por uma fase de aumento de densidade demográfica. Consequentemente, os seus imóveis passam por um processo de valorização. Também se percebe, em outras áreas da cidade, como o entorno do Parque Vaca Brava e o entorno do Parque

Flamboyant, que esses equipamentos foram determinantes para a valorização de suas áreas assim como as mudanças sofridas em função da construção de prédios habitacionais de alto padrão próximos aos parques.

Levando em consideração o Parque Cascavel, que está fazendo o papel de elemento atrativo, e a construção de parte do Parque Ambiental Macambira Anicuns (PUAMA) na região, é comum observar entre os moradores certo otimismo com relação à melhoria dos equipamentos da região e até certa especulação por parte de proprietários de imóveis, já que existem apartamentos reservados, à espera de um melhor momento para serem colocados à venda. Assim, constata-se que a região sudoeste de Goiânia passa por uma fase de transformação da sua paisagem e valorização dos seus imóveis.

3.3 – Parque Cascavel e Parque Ambiental Macambira Anicuns

A formação do espaço urbano tem sido alvo de reflexões em diversas áreas do conhecimento. Janaína de Holanda Camilo (2014) explica que, no campo urbanístico e econômico, destacam-se quatro escolas que tratam as teorias de formação do espaço urbano, que se separam em dois grupos. O primeiro grupo, formado pela Escola de Chicago e pela Escola de Economia Neoclássica, classifica-se como Paradigma do Equilíbrio e está ligado a princípios como o de mercado perfeito e de equilíbrio social no âmbito urbano. Já o segundo grupo, Paradigma do Conflito, é composto pela Escola Marxista e pela Escola Institucionalista, que associam o espaço urbano à dinâmica social e política da luta de classes.

Nas escolas do paradigma do equilíbrio, a formação do espaço urbano é tida como consequência equilibrada de afinidades étnicas e/ou socioeconômicas. A segregação seria algo natural, que ocorreria em função de decisões de grupos baseadas em afinidades culturais. As teorias da Escola de Chicago se fundamentam na ideia de que a competição natural tende ao equilíbrio natural de adaptação da sociedade ao espaço urbano.

[As primeiras teorias da Escola de Chicago] foram desenvolvidas a partir de estudos empíricos realizados nas cidades norte-americanas e na decisão locacional “voluntária” de seus imigrantes, mas a mesma análise, aplicada ao tipo de urbanização brasileira ou mesmo latino-americana, dificilmente teria as mesmas conclusões. Dada a escassez de recursos e de infraestrutura das cidades brasileiras, as elites tenderam a se localizar junto ao centro, melhor

abastecido, enquanto as classes menos favorecidas foram empurradas para as periferias desequipadas. (CAMILO, 2014, p. 22)

Já a abordagem marxista defende que a diferenciação do espaço das cidades com a formação de guetos é consequência dos conflitos de classes sociais dentro do sistema capitalista e não uma simples opção locacional baseada em afinidades. Esse pensamento contribui com a compreensão da dinâmica mercadológica que as cidades assumem na contemporaneidade. É possível observar que, a exemplo de Goiânia, as classes sociais se localizam de forma agrupada dentro da malha urbana. Esse agrupamento não ocorre em função de uma afinidade cultural ou social. A cidade é produzida para que tais agrupamentos aconteçam. O mercado imobiliário aposta e valoriza a segregação urbana de forma velada. Empreendimentos como condomínios fechados são oferecidos para a população como uma forma de viver em comunidade com pessoas da mesma classe social, longe dos problemas da cidade. A ideia implícita nos discursos é a de que os problemas urbanos são causados pelos outros, os não iguais.

Também se percebe que a produção da cidade, no caso Goiânia, segue as regras de um mercado que investe em áreas visando um retorno financeiro. O valor do espaço urbano é resultado das aglomerações, dos equipamentos, prédios e serviços de sua região.

Há consenso atualmente de que o espaço urbano é produzido – todo espaço social o é, mas vamos nos limitar ao espaço urbano. É produzido pelo trabalho social dispendido na produção de algo socialmente útil. Logo, esse trabalho produz um valor. Uma pergunta fundamental que poucos se fazem: qual é o produto desse trabalho? Há aí dois valores a considerar. O primeiro é o dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infra-estruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração. Esse valor é dado pela *localização* dos edifícios, ruas, praças, pois é essa localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta assim como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – valor que, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte. (VILLAÇA, 2001, p. 72)

A terra urbana tem valor em função do acesso que ela possibilita a toda a cidade. Assim, a acessibilidade pode ser entendida como um termômetro que revela a quantidade de trabalho dispendido em sua produção, já que ela existe em menor ou em maior grau em toda a malha urbana. Ou seja, a acessibilidade é um importante elemento de valorização da terra urbana. Milton Santos (1987) revela que o valor das

peças, como produtores, consumidores, está relacionado à sua localização no território. O valor muda em função da acessibilidade, já que as oportunidades não são as mesmas em todas as áreas de uma cidade. Nesse sentido, a aglomeração é outro fator importante de valorização da terra urbana.

Existem situações em que é necessário investimento em determinadas áreas urbanas para que se tornem atrativas com um bom nível de acessibilidade e de aglomeração, com serviços próximos e formação de centralidade. A partir desses investimentos, tais áreas passam a render retornos financeiros lucrativos. Essa realidade pode ser observada em práticas intervencionistas que vislumbram atrair investimentos em determinadas áreas da cidade, gerando nova centralidade, aglomeração e fortalecendo a acessibilidade.

Em Goiânia, a prática intervencionista com fins de valorização imobiliária tem se mostrado recorrente. A construção do Parque Vaca Brava e do Parque Flamboyant foi seguida de um processo de gentrificação e valorização das áreas próximas. Terrenos na proximidade desses parques foram ocupados por prédios habitacionais de luxo. Em 2009, foi entregue o Parque Cascavel no Jardim Atlântico como uma promessa de melhoria e valorização da região sudoeste.

A partir da inauguração do Parque Cascavel, ocorrida no ano de 2009, tem início a um notável processo de mudança na dinâmica territorial, econômica e social dos bairros Parque Amazônia, Jardim Atlântico e Vila Rosa. Dentre os processos espaciais mais evidentes, nota-se a verticalização, o adensamento populacional, a instalação de novas empresas privadas dos ramos de serviços e comércio. (RESENDE, 2014, p. 87)

As melhorias foram rapidamente percebidas com a chegada do asfalto em todo o setor, que sofria com a sua falta desde a sua implantação no final da década de 1960. Além disso, a construção de prédios habitacionais no seu entorno atraiu pessoas interessadas em investimento imobiliário, desde que o histórico dos outros parques na cidade indicavam como certa a valorização da região em poucos anos.

A construção do Parque Cascavel na zona de confluência entre os bairros Jardim Atlântico, Parque Amazônia e Vila Rosa, área de conurbação entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, foi resultado de uma parceria firmada entre a Prefeitura de Goiânia e construtoras. Com quase 400 mil metros quadrados de área, uma com 191 mil metros e outra com 170 mil metros, cortadas ao meio pela Avenida Independência, o projeto do parque possui atrativos para diversos gostos. Além disso, atraiu

compradores para imóveis próximos com a construção de um pequeno lago (Figura 19).

Com equipamentos, como pista de caminhada, parque infantil, lago, área verde, o Parque Cascavel se tornou um importante elemento de atração de compradores dos imóveis da região. As campanhas publicitárias enfatizaram a proximidade com o parque



Figura 19: Parque Cascavel em 2009.

Fonte: Disponível em: <http://www.jornalhoraextra.com.br/noticias-he/2134-gustavo-cruvinel-comanda-audiencia-publica-sobre-o-parque-cascavel>

como uma vantagem, vinculando o local com imagens de vida saudável, qualidade e felicidade. A questão relacionada à valorização dos imóveis não aparece de forma clara no material publicitário, desde que é enfatizada a imagem de um lar feliz. Segundo Resende (2014), os principais fatores de atração dessa área foram a promessa de valorização, a proximidade com áreas nobres da cidade (Setores Bueno, Jardim América e Nova Suíça), a facilidade de acesso e a proximidade a *shopping centers*. Contudo, a promessa de valorização não tem acontecido.

Apartamentos de dois ou três quartos com suítes, vista para um parque, área de lazer completa e vias de rápido acesso. Poderia ser perfeitamente o anúncio de qualquer imóvel bem localizado na Capital, mas quando se trata das torres erguidas às margens do Parque Cascavel, região Sudoeste de Goiânia, o anúncio pode ser interpretado como golpe ou mentiroso. Isso porque nada do que foi prometido em 2008 perdurou. (CRYSTHIAN, 2016)

Atualmente, a situação do Parque Cascavel é de incerteza. O parque encontra-se descuidado, com o lago assoreado, mobiliário urbano degradado, mato e falta de segurança (Figuras 20,21 e 22). Os imóveis do seu entorno sofrem o reflexo desse descuido e não tiveram a valorização esperada.



Figura 20: Lago do Parque Cascavel assoreado.
Fonte: Acervo da autora.

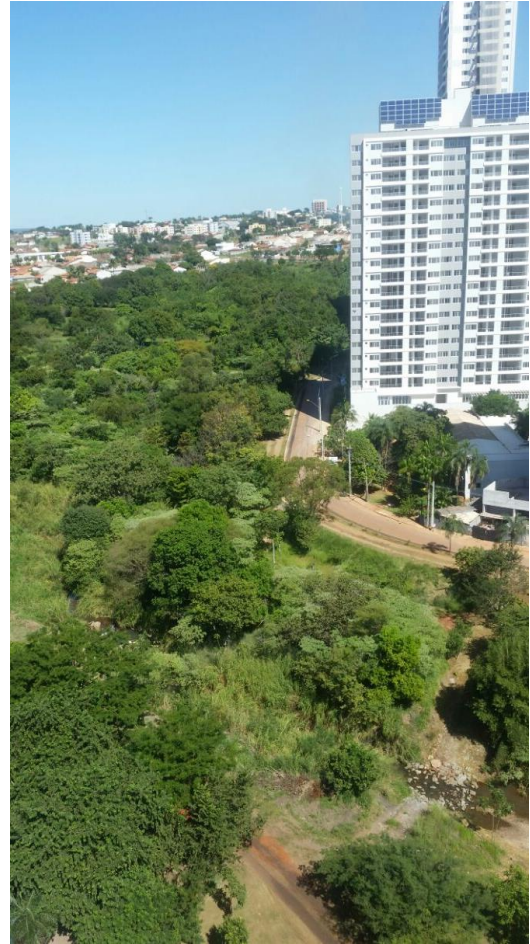


Figura 21: Mata do Parque Cascavel.
Fonte: Acervo da autora.



Figura 22: Parque Cascavel.
Fonte: Acervo da autora.

Foram feitas audiências públicas com moradores da região, construtores e investidores, a fim de buscar uma solução definitiva. A promessa é que as melhorias e mudanças estão sendo feitas para serem entregues no aniversário de Goiânia, no mês de outubro, assim como foi prometido em 2015. Apesar dos problemas enfrentados, pessoas que procuram imóveis para investimento acreditam que a área tem um futuro promissor, já que as construções ao redor do parque indicam que será uma área enobrecida.

Outra intervenção importante é o Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns (PUAMA). Trata-se de um conjunto de ações em implantação ao longo das margens do Córrego Macambira e Ribeirão Anicuns, com a construção de dois parques ambientais e de um parque linear que se inicia no Setor Façalville, na região sudoeste de Goiânia, e se estende até a região norte da cidade (Figura 23).

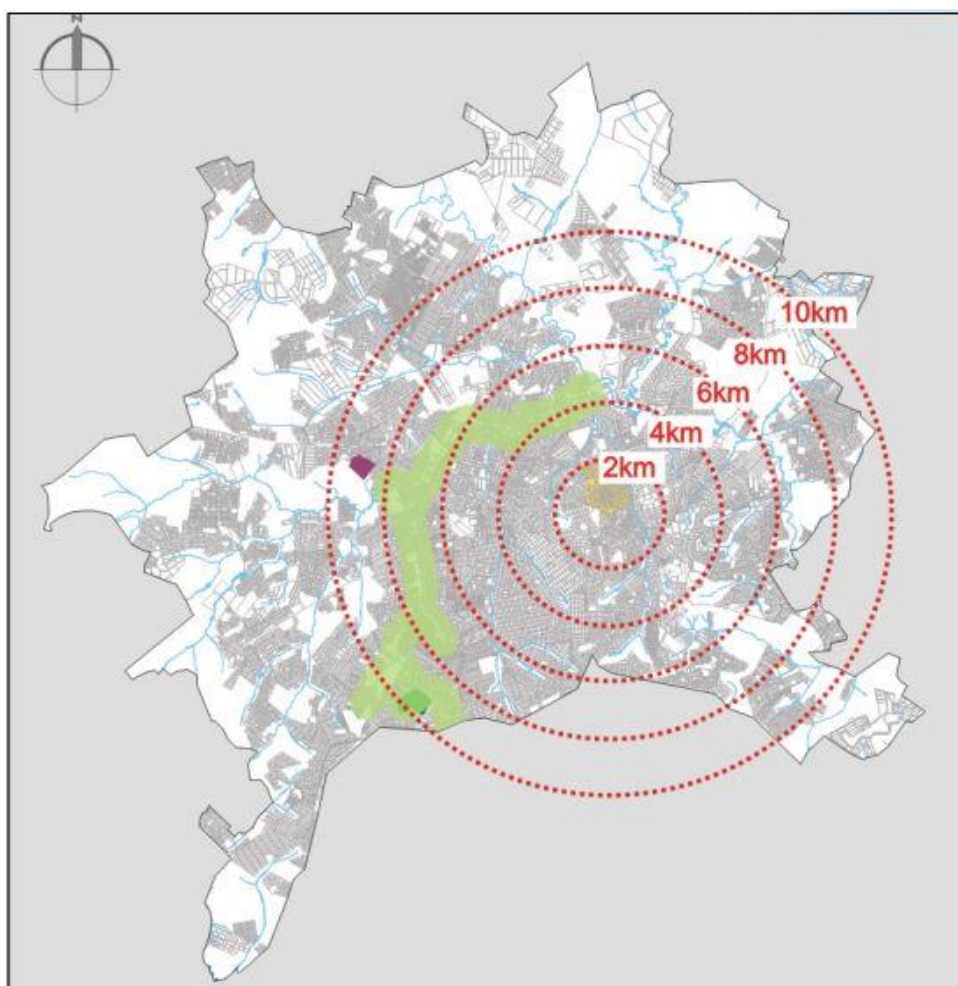


Figura 23: Localização do PUAMA.
Fonte: Prefeitura de Goiânia.

O PUAMA é resultado de um acordo firmado entre a Prefeitura de Goiânia e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID). As negociações se iniciaram em 2003, a assinatura do empréstimo ocorreu em 2009, em 2011 foi publicado o Decreto nº1392/2011 e aprovada a Lei nº 9.123/2011, que delimitou a área de abrangência do programa e criou os parques do PUAMA. Em 2012, foram iniciadas as obras para a construção dos parques.

A intervenção de grandes dimensões abrange 131 bairros, entre eles o Privê Atlântico (Figuras 24 e 25). Dentre as ações previstas, tem-se a relocação de famílias que ocupam áreas destinadas para a construção dos parques, construção de escolas, melhoria da mobilidade urbana, incorporação da comunidade local ao processo de educação ambiental e recuperação dos mananciais.

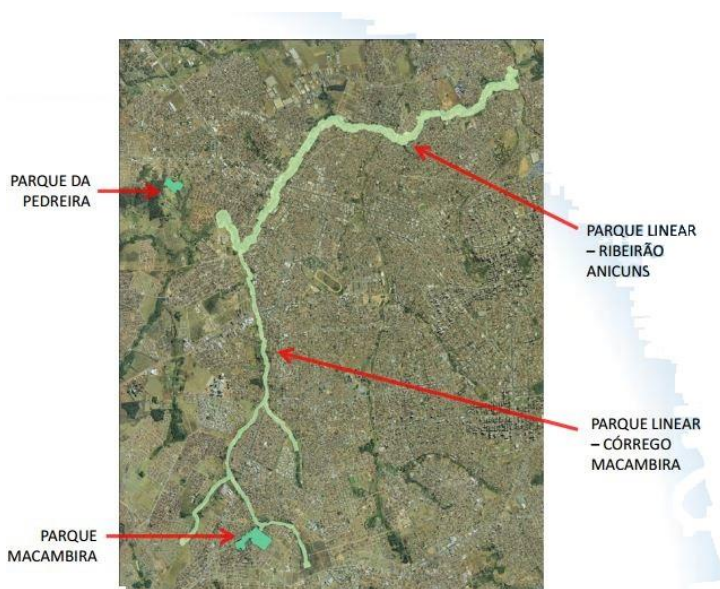


Figura 24: PUAMA.
Fonte: Prefeitura de Goiânia



Figura 25: Área de abrangência do PUAMA.
Fonte: Prefeitura de Goiânia

Um dos parques do PUAMA, o Parque Macambira (Figura 26), está localizado no Setor Faiçalville, próximo ao Privê Atlântico, e tem exercido o papel de atração de habitações coletivas. Mesmo que o número de prédios ainda seja pequeno, trata-se de uma área onde não havia nenhuma edificação desse tipo, ou seja, a implantação do PUAMA também tem se mostrado uma estratégia capaz de alavancar a valorização econômica da região.



Figura 26: Parque Macambira.
Fonte: Prefeitura de Goiânia.

Percebe-se que a apropriação de áreas verdes visando a implantação de parques urbanos tem se tornado cada vez mais frequente como estratégia para alcançar investimentos na região e maximizar os lucros do mercado imobiliário. Assim, as áreas verdes são incorporadas aos anúncios publicitários como elemento de valorização dos imóveis, vistas como elementos raros na cidade. Mesmo que a construção desses parques na região sudoeste de Goiânia não esteja diretamente relacionada aos imóveis do Privê Atlântico, é inegável que a proximidade entre esses equipamentos e o condomínio vem contribuindo para a valorização dos imóveis internos ao Privê.

CAPÍTULO 4 – O PRIVÊ ATLÂNTICO

4.1 – O histórico

A criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) no início da década de 1960 juntamente com a proposta de desenvolvimento urbano (PDIG/68) possibilitaram a construção de vários conjuntos habitacionais na cidade a partir de 1967 e o desenvolvimento urbano rumo à região sudoeste de Goiânia. Com o Decreto nº334, de 22 de outubro de 1968, foi aprovado o loteamento Jardim Atlântico na referida região. Entretanto, algumas quadras do loteamento foram destinadas à construção do Privê Atlântico (Figura 27) e estas foram ocupadas prioritariamente (Figura 28).



Figura 27: Loteamento Jardim Atlântico e Condomínio Privê Atlântico.
Fonte: SIGGO Web-Beta.

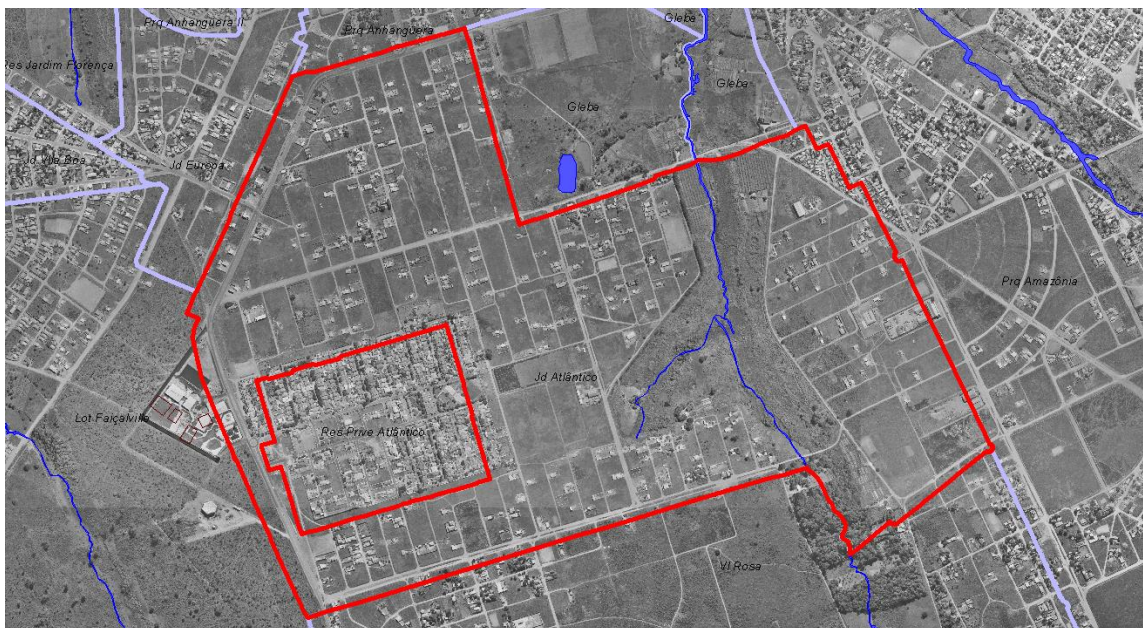


Figura 28: Imagem aérea do Jardim Atlântico em 1992, com maior ocupação das quadras do Privê Atlântico.

Fonte: Prefeitura de Goiânia.

A origem do conjunto carrega teorias diversas. Para a engenheira civil M.J.¹⁴, técnica aposentada da Prefeitura Municipal de Goiânia, o loteador vislumbrou no Privê Atlântico uma forma de atrair compradores para a região que, na época, ficava isolada da parte urbanizada da cidade. Em matéria publicada no jornal *Diário da Manhã* (1987), fica claro que o Privê Atlântico era um conjunto que teve a venda de seus imóveis financiada pela Caixa.

Conforto, tranquilidade e segurança, foram os requisitos básicos buscados pelos moradores que fizeram o financiamento junto à Caixa para adquirir uma casa no Privê Atlântico. O bairro conjunto foi entregue a seus moradores em 1978, com quase toda a infra-estrutura necessária: água tratada, iluminação, pavimentação asfáltica e áreas de lazer, menos esgoto. Funcionando como uma espécie de condomínio fechado, para se adentrar ao conjunto é necessário que a pessoa se identifique no único portão de entrada, guardado por seguranças. (AFONSO, 1987)

Em documento¹⁵ entregue à Prefeitura de Goiânia em 08 de março de 2004, o então presidente da Associação dos Moradores do Privê Atlântico (SOMOPA), Rui Dias da Costa, fez um breve histórico do local.

¹⁴ Arquiteta e Urbanista, técnica aposentada da prefeitura de Goiânia que contribuiu com a pesquisa, mas não autorizou a divulgação de seu nome.

¹⁵ Anexado ao processo nº24064387, que solicitou a regularização do Privê Atlântico como condomínio.

O Privê Atlântico foi entregue aos seus proprietários em 1997. Um conjunto habitacional, com casas padronizadas, 3 a 4 projetos diferentes, não tinha a nobreza dos setores tradicionais, mas tinha tudo o que as famílias queriam: tranquilidade, segurança e certa facilidade de financiamento pelo BNH. A novidade surgiu como uma grande solução para dezenas de famílias que ainda não tinham sua casa própria. (PROCESSO nº24064387, 2004, p.3)

O mesmo documento cita que a maioria dos primeiros moradores do condomínio eram funcionários públicos, professores, pequenos empresários, todos de classe média, com poder aquisitivo estável. Silva (2003) compartilha da teoria de que os primeiros moradores do Privê Atlântico, então conjunto habitacional, buscaram o local para realizar o “sonho” da casa própria e sair do aluguel. Como, nesse período inicial, a região do conjunto não era totalmente habitada e era distante da centralidade das cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia, o perímetro do conjunto foi cercado por muro. Não se sabe se o conjunto já foi entregue dessa forma ou se os moradores sentiram a necessidade de se protegerem e viram no muro uma forma de garantir a segurança. Entretanto, é possível constatar que no final da década de 1980 o muro e o controle de acesso ao local já existiam (Figura 29) (AFONSO, 1987).



Figura 29: Portaria do Privê Atlântico em 1987.
Fonte: *Diário da Manhã* (1987).

A fase inicial do Privê Atlântico foi marcada pelas dificuldades enfrentadas pela maioria dos conjuntos implantados nas franjas da cidade: a falta de asfalto e iluminação na principal via de acesso, a Avenida Ipanema; a insuficiente quantidade de ônibus que ligava a região com o centro da cidade; a falta de rede de esgoto; a precariedade do abastecimento de água; a falta de segurança; a distância de áreas mais urbanizadas com comércio e serviços públicos estabelecidos. De acordo com documento entregue

pela SOMOPA à Prefeitura de Goiânia em 2004, o Privê Atlântico nunca se isolou de seu entorno e sempre buscou melhorias para toda a região.

O muro que limita a área do condomínio nunca impediu o relacionamento natural e respeitoso entre moradores do Privê Atlântico e os moradores externos. Ao contrário, esse relacionamento sempre foi muito estreito.

[...]

Durante todos esses anos os moradores do Privê Atlântico batalharam melhorias para toda a região: transporte coletivo urbano, os serviços de telefonia, a segurança, o saneamento básico, inclusive a construção de redes de esgoto, que não existia antes, o asfalto, a iluminação e toda a urbanização da Av. Ipanema, hoje com um intenso comércio. A conquista de todos esses benefícios, que mudaram a realidade e trouxeram maior qualidade de vida para a região, teve com toda a certeza, a participação expressiva dos moradores do Privê Atlântico. (PROCESSO nº24064387, 2004, p. 4)

Após as dificuldades enfrentadas no início, alguns moradores do conjunto buscaram o reconhecimento do Privê Atlântico como condomínio. A primeira tentativa ocorreu em 1995 por meio do processo nº 8726205 junto à Prefeitura Municipal de Goiânia. Tal processo teve como representante da parte interessada o então vereador Honor Cruvinel. O requerimento solicitava a regularização do Privê Atlântico como condomínio com base na justificativa de se tratar de um dos condomínios pioneiros da cidade e do fato de que tal procedimento viabilizaria outros empreendimentos.

Em relatório emitido pelo Instituto de Planejamento Municipal (IPLAN), foram estabelecidas algumas diretrizes a serem atendidas pelo Privê Atlântico para que fosse regularizado o fechamentos parcial do loteamento Jardim Atlântico, englobando as quadras totais 59,60,61,62,63,64,65,84,86,87,88,89,90 e parciais 58,66,83 e 91 (Figura 30).



Figura 30: Quadras do Jardim Atlântico isoladas, formando o Privê Atlântico.
Fonte: Prefeitura de Goiânia.

Dentre as diretrizes, foi solicitado que fosse construída uma creche na Quadra 78, externa ao muro do condomínio, que fosse revisto o uso de algumas áreas públicas, que o fechamento com o muro não prejudicasse o acesso dos lotes à via pública, que fosse feita a revisão da largura da via de acesso (que deveria ter 5,00m de largura) e da rotatória de entrada. Além disso, foi solicitada a construção de um muro na área remanescente das quadras 77/78, na linha de eixo das Ruas do Coral/Carapeba, dividindo a área da Creche com o clube da SOMOPA, hoje conhecido como Ranchão. Para tanto, seria necessário aprovar uma lei de desafetação da rua e sua incorporação na área da SOMOPA. Assim, o Termo de Concessão Administrativa de Uso foi assinado pelo então prefeito Darci Accorci, o então presidente da SOMOPA, Helder Fausto de Souza, e o procurador geral do município Ronaldo de Moraes Jardim no dia 27 de setembro de 1996.

O referido documento concedeu à SOMOPA o direito de administrar a área de 286.480,00m² e autorizou a utilização das ruas, áreas verdes e praças internas ao Privê Atlântico para uso exclusivo de seus moradores. Além disso, o documento

estabeleceu que a manutenção das áreas internas ao Privê, como coleta de lixo e varrição de ruas, ficasse a cargo da SOMOPA; que as áreas públicas internas ao fechamento atendessem aos integrantes da SOMOPA; que a associação executasse paisagismo em áreas públicas externas e contíguas ao muro assim como a construção da creche na quadra 78; e houvesse a obrigatoriedade de licenciamento prévio pelo órgão municipal competente para a construção de qualquer edificação dentro do perímetro do fechamento.

Em 2004, a SOMOPA protocolou novo processo (nº24064387) junto à Prefeitura Municipal de Goiânia, solicitando uma resolução definitiva, já que o Termo de Cessão de Uso foi considerado um instrumento frágil que poderia ser revogado a qualquer tempo.

Contudo uma incerteza sempre permeou as mentes de todos os priverianos, a fragilidade das relações jurídicas que envolvem a manutenção do condomínio, que passa necessariamente pela manutenção da existência do muro que cerca. Sabidamente a Prefeitura de Goiânia sempre apoiou os moradores do Privê Atlântico, sobretudo nos gestões populares do Partido dos Trabalhadores, sempre que teve a frente pessoas sensíveis e realistas. Os tempos mudaram e até mesmo o velho Código Civil Brasileiro mudou. Não se admite mais que relações humanas tão complexas que envolvem mais de 400 famílias, sejam tratadas apenas na base da amizade e respeito do gestor público com essas pessoas. As pessoas mudam, as gestões mudam, mas a família, como célula mãe da sociedade necessita de estabilidade, sob pena de ruir, e junto com ela toda a sociedade. Uma cessão de uso é precária, podendo ser revogada a qualquer tempo. (sic) (PROCESSO 24064387, 2004, p.5)

Ao longo desse processo, com as vistorias fiscais feitas *in loco* pelos técnicos da prefeitura, ficou constatado que algumas das diretrizes do Termo de Concessão Administrativa de Uso não haviam sido atendidas assim como outras situações que deveriam ser regularizadas.

1. As áreas públicas municipais (área verde) situadas intramuros e frontais às quadras 72,73,74,75 e 76 encontram-se ocupadas pelos proprietários dos respectivos imóveis lindeiros. Tal ocupação dá-se pelo fechamento com cercas, muros e até mesmo edificações.
 2. A área pública intramuros denominada “bosque” (Parte da Quadra 71) é utilizada para lazer, existindo ali um campo de futebol, quadras de esporte e jardins.
 3. A quadra 77 e o logradouro público denominado TRAVESSA 8 também encontram-se fechados, área aparentemente utilizada para lazer.
 4. A quadra 78 encontra-se dividida, existindo ali uma igreja e um centro espírita; o restante da área, onde conforme a cláusula oitava do TERMO DE CONCESSÃO DE USO deveria ser construída um creche, está vago.
- (PROCESSO 24064387, 2004, p.16)

Em relação às áreas públicas municipais (APMs) frontais às quadras 72,73,74,75 e 76, é possível constatar que são as quadras centrais do condomínio (Figura 31).

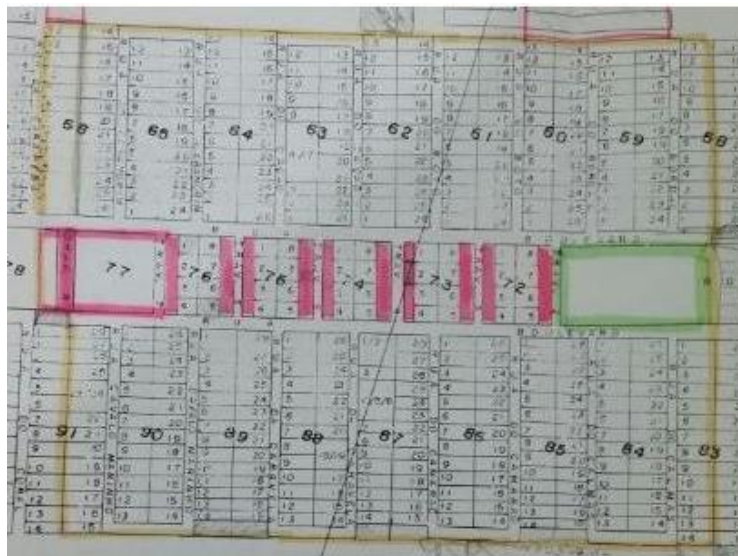


Figura 31: Mapa das Áreas Públicas Municipais invadidas.
Fonte: Processo nº 24064387, folha 15.

Alguns moradores invadiram áreas frontais aos seus lotes e as ocuparam com edificações ou com fechamento de muro ou grade de forma que as APMs

ficassem de uso restrito a esses moradores, diversamente do que havia sido acordado no Termo de Concessão de Uso em sua cláusula sexta: “As áreas públicas integrantes do parcelamento, interna a área de fechamento, deverão ter atividades que atendam aos integrantes da SOMOPA.” (PROCESSO 24064387, 2004, p. 11)

Além da questão da ocupação das APMs internas ao condomínio, o relatório de vistoria feita no dia 06 de abril de 2004 cita que a construção da creche, acordada no Termo de Concessão de Uso (1996) em sua cláusula oitava, que seria de responsabilidade do Privê Atlântico, não aconteceu, assim como não aconteceu a implantação das APMs externas ao Privê e contíguas ao muro do condomínio, conforme cláusula sétima do mesmo Termo.

Após a emissão desse relatório, a SOMOPA solicitou que fosse feito um levantamento das APMs. A partir desse levantamento, observou-se que a maior parte das APMs externas ao Privê havia sido convertida em lotes. Tal fato possibilitou que, mesmo sem o cumprimento das cláusulas sétima e oitava do Termo de Concessão de Uso de 1996, não houvesse a invalidação do referido documento, já que a própria Prefeitura desafetou algumas áreas externas e contíguas ao muro do Privê Atlântico. Então, ficou acordado que os proprietários que ocuparam as APMs intramuros deveriam entrar com processo solicitando a sua alienação, e foi feita uma alteração no Termo de Concessão de Uso. O novo documento, Termo de Alteração de Concessão Administrativa de Uso, revogou a cláusula oitava - que obrigava o Privê Atlântico a construir uma creche na quadra 78 - e alterou a cláusula sétima.

CLÁUSULA SÉTIMA

A Concessionária se obriga a implantar a urbanização e paisagismo no que se refere às áreas públicas externas e contíguas ao muro de fechamento do Privê Atlântico, de acordo com levantamento topográfico elaborado pela Divisão de Cartografia – DVCG/SEPLAM – assim discriminadas:

- remanescente escola – parque7.788,08m²
- remanescente escola – parque6.559,51m²
- área verde 74.606,50m²

(PROCESSO 24064387, 2004, p. 29)

Entretanto, as áreas de que trata a cláusula sétima, Área Verde 7 (4.606,50m²), Área Remanescente Escola/Parque (6.559,51m²), e Área Remanescente Escola/Parque (7.788,08m²), não tiveram sua urbanização e paisagismo implantados pela SOMOPA. São áreas de difícil identificação no local em função da quantidade de mato. No mapa a seguir (Figura 32), é possível identificar essas áreas e a área que seria destinada à construção da creche, ocupada por uma igreja católica e um centro espírita.

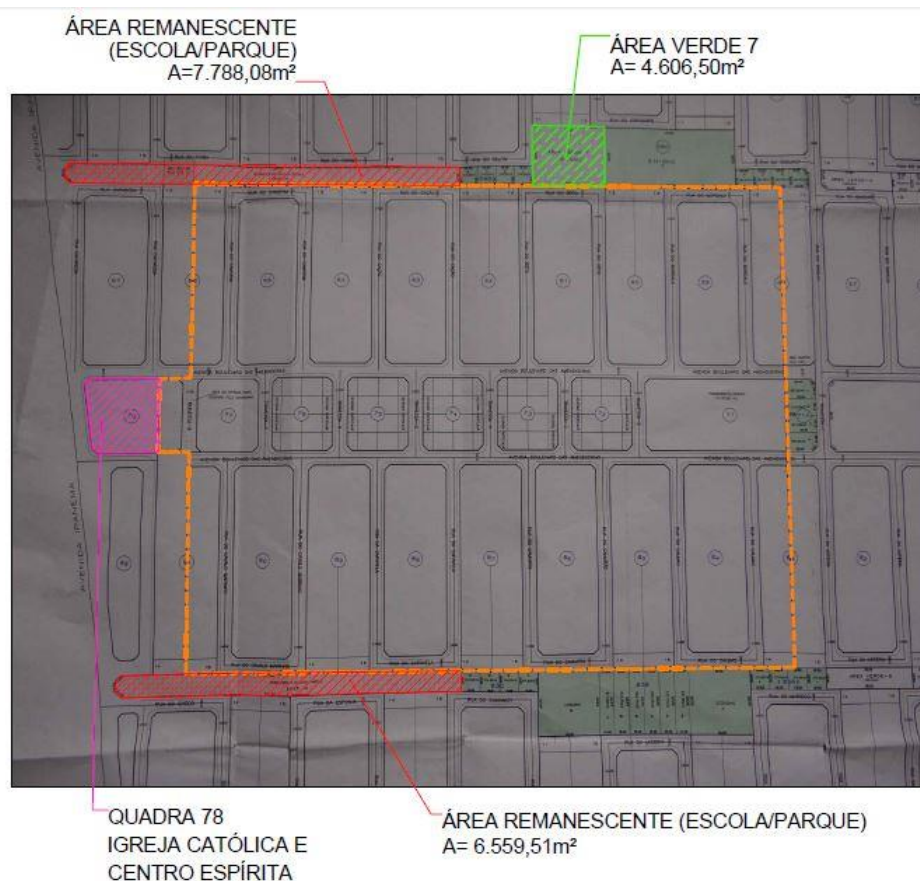


Figura 32: Mapa das APMs de que trata a Cláusula Sétima do Termo de Alteração de Concessão Administrativa de Uso.

Fonte: PROCESSO 24064387, 2004, p. 19 - Tratado pela autora.

Após a emissão desse documento, o processo foi finalizado. Assim, o que foi solicitado no início do processo pela SOMOPA, a regularização definitiva do condomínio, não aconteceu. Entretanto, cabe ressaltar que a forma de aprovação dos demais condomínios de Goiânia é semelhante. Quando se trata de loteamento fechado, a aprovação do parcelamento é feita da mesma forma que se aprova todos os demais loteamentos da cidade, baseada na Lei Federal 6766 de 19 de dezembro de 1979 e na Lei Municipal 4523. Somente após a aprovação, o loteador se encarrega de registrar a associação de moradores no cartório e solicitar o Termo de Concessão Administrativa de Uso junto à prefeitura, e é a partir desse documento que um loteamento comum se torna um loteamento fechado. Ou seja, todos os loteamentos fechados possuem um instrumento frágil que garante a manutenção daquela área como privada.

Apesar de ambos estarem amparados pelo mesmo tipo de instrumento legal, Termo de Concessão Administrativa de Uso, os loteamentos fechados são planejados como condomínio, o que não aconteceu com o Privê Atlântico. Mesmo não existindo nenhum registro dessa afirmação, existem indícios de que ela seja verdadeira.

Apesar do projeto de loteamento do Jardim Atlântico ter sido aprovado sem visar um fechamento futuro, o seu traçado urbanístico propicia um fechamento, ou seja, contém elementos necessários para a sua adequação, tais como: vias em alças, quadras delimitadas por área verde. (sic) (PROCESSO 8726205, 1995, p. 8)

Além desse relato, o próprio desenho do bairro indica que não houve intenção de fechamento quando da concepção do Jardim Atlântico, já que o muro interrompe ruas (Figura 33) e corta quadras ao meio.



Figura 33: Muro do Privê Atlântico interrompendo a continuação da rua.
Fonte: Acervo da autora.

Entre a construção do Conjunto Habitacional Privê Atlântico e a assinatura do Termo de Concessão de Uso de 1996, fatores importantes precisam ser levantados para se compreender como um conjunto habitacional se tornou um condomínio horizontal fechado mesmo antes da assinatura do documento que o regularizava nesse sentido.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, o Privê Atlântico começou a ser habitado também por famílias com perfis sociais diferentes. Segundo Silva (2003), famílias de outras cidades, que tiveram de se mudar para Goiânia em função do trabalho, encontraram no conjunto/condomínio um lugar tranquilo para morar. Além disso, a comodidade de serviços oferecidos dentro do Privê, como supermercado, salão de beleza e restaurantes, foi atrativa aos novos moradores.

Contudo, durante todo o período de busca pelo reconhecimento do Privê Atlântico como condomínio e mesmo atualmente, a opinião da população quanto a essa questão nunca foi unânime. A partir de entrevistas¹⁶ feitas com os moradores, é possível constatar que sempre houve um grupo que se opunha a pagar a taxa de condomínio. Entretanto, é fato que o Privê Atlântico é um condomínio consolidado que possui um histórico rico e diferente de todos os demais loteamentos fechados de Goiânia. Existe mesmo a dificuldade em classificar o tipo de ocupação que nele

¹⁶ As entrevistas serão analisadas ao final deste capítulo.

ocorreu, vez que não se pode falar dela como loteamento, por ser parte de um bairro, e também não se pode falar dela como habitação seriada, já que engloba ruas e APMs.

4.2 – A materialidade

Conforme visto, o Privê Atlântico não se assemelha aos demais condomínios horizontais fechados de Goiânia em vários aspectos. Além da questão relacionada à tipificação da ocupação (conjunto/loteamento/seriada/condomínio) e do diferencial quanto ao histórico, percebe-se que, nos demais condomínios, existe homogeneidade com relação ao padrão das edificações, das fachadas e da classe social de seus moradores. No Privê Atlântico, o que prevalece é a heterogeneidade em vários aspectos.

Com relação às fachadas das edificações, a predominância não é de fachadas de alto padrão. O condomínio possui edificações: com fachadas simples (Figura 34) que, provavelmente, são de casas que foram entregues prontas no início do conjunto; casas com fachadas de médio padrão (Figura 35), que podem ser casas que passaram por algum tipo de reforma; e casas de alto padrão (Figura 36).



Figura 34: Edificação com fachada simples.
Fonte: Acervo da autora.



Figura 35: Edificação com fachada de médio padrão.
Fonte: Acervo da autora.



Figura 36: Fachada de alto padrão.
Fonte: Acervo da autora.

Em função da dificuldade em definir essa tipologia de fachadas, foi feita uma associação com a área construída em cada lote. Segundo relatos de moradores, o Privê Atlântico foi entregue com casas construídas nas quadras que ficam à esquerda (58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65 e 66) e nas últimas quadras que ficam à direita de quem entra no condomínio (83, 84, 85, 86 e 87). Os lotes das demais quadras foram vendidos vazios. O acesso ao condomínio é feito pela portaria, que fica na rua Boulevard das Amendoeiras, entre as quadras 77 e 66 (Figura 37).

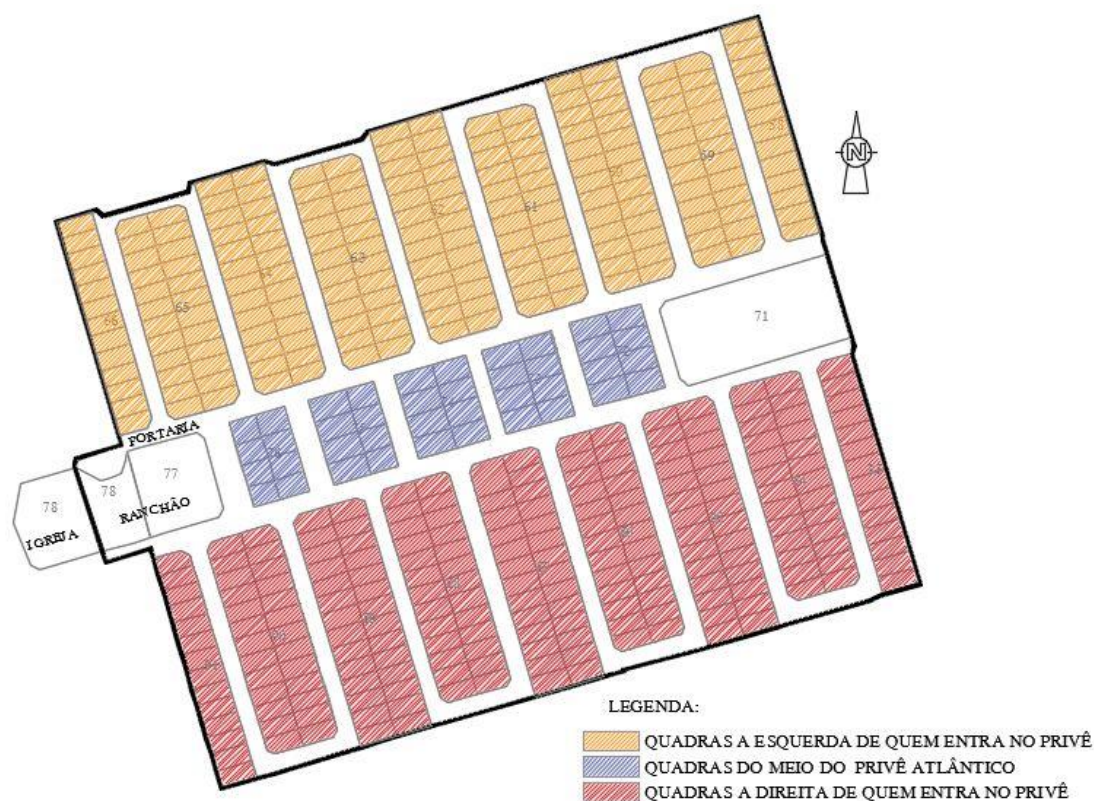


Figura 37: Organização das quadras do Privê Atlântico.
Fonte: Organizado pela autora.

Como dito, algumas casas do Privê Atlântico foram entregues prontas para morar. Dessa forma, alguns projetos se repetem. Também é possível observar que existiam vários tipos de projeto. De uma busca nos processos de regularização da Prefeitura de Goiânia, foram resgatados dois tipos (Figuras 38 e 39). No entanto, não foram encontrados processos de regularização dos outros tipos de casas entregues aos primeiros moradores, comprovando que não houve a aprovação dessas edificações junto à Prefeitura Municipal de Goiânia. O que foi regularizado inicialmente

foi o loteamento Jardim Atlântico e, posteriormente, solicitada a concessão administrativa de uso da área interna ao muro do Privê Atlântico.

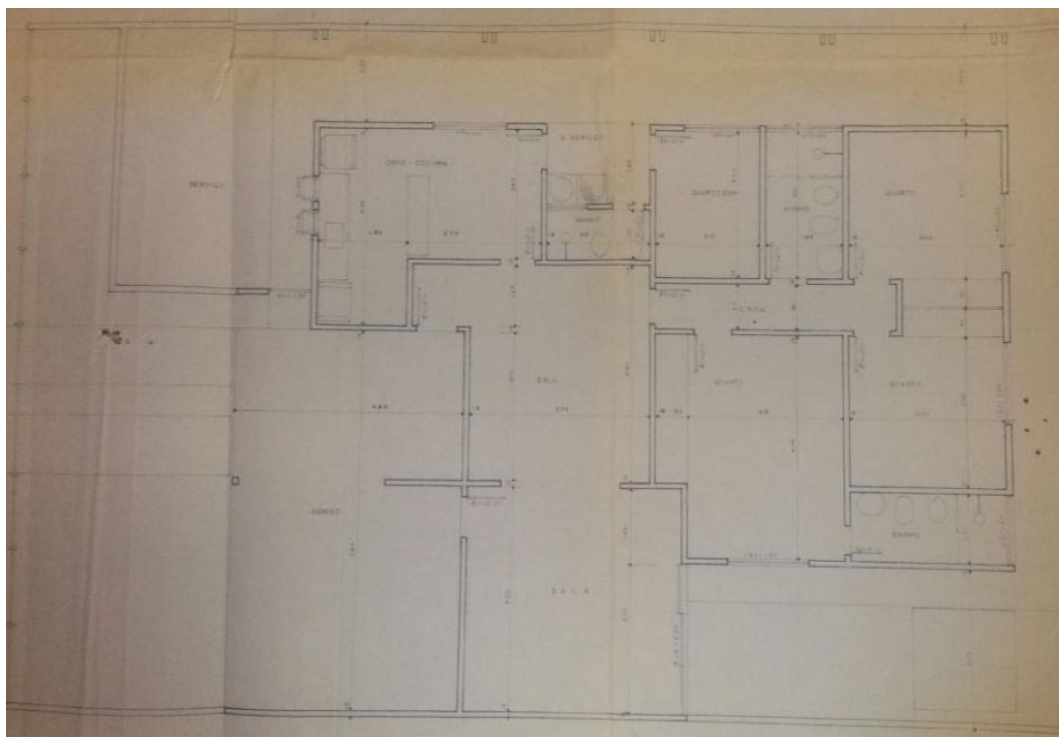


Figura 38: Modelo de casa entregue na quadra 64.
Fonte: Prefeitura de Goiânia.

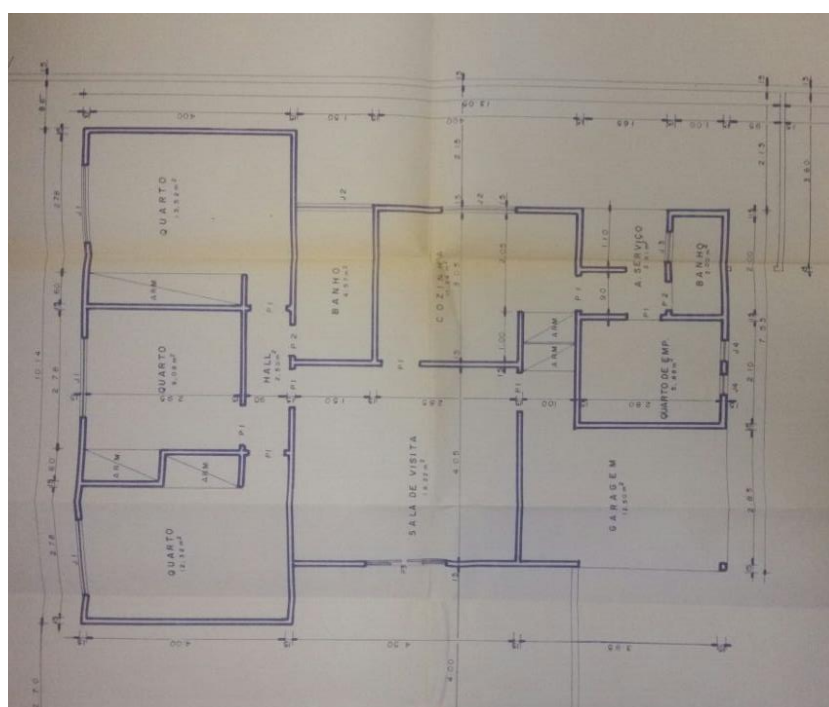


Figura 39: Modelo de casa entregue na quadra 83.
Fonte: Prefeitura de Goiânia.

A partir do mapa de categorização por área construída por terreno (Figura 40), constata-se a repetição de edificações com a mesma área construída nas quadras que foram entregues com as casas já edificadas. As áreas construídas que se repetem são, provavelmente, áreas originais das edificações entregues no início do Conjunto Privê Atlântico. Nessas mesmas quadras, muitas edificações passaram por reforma ou foram demolidas para a construção de novas edificações.

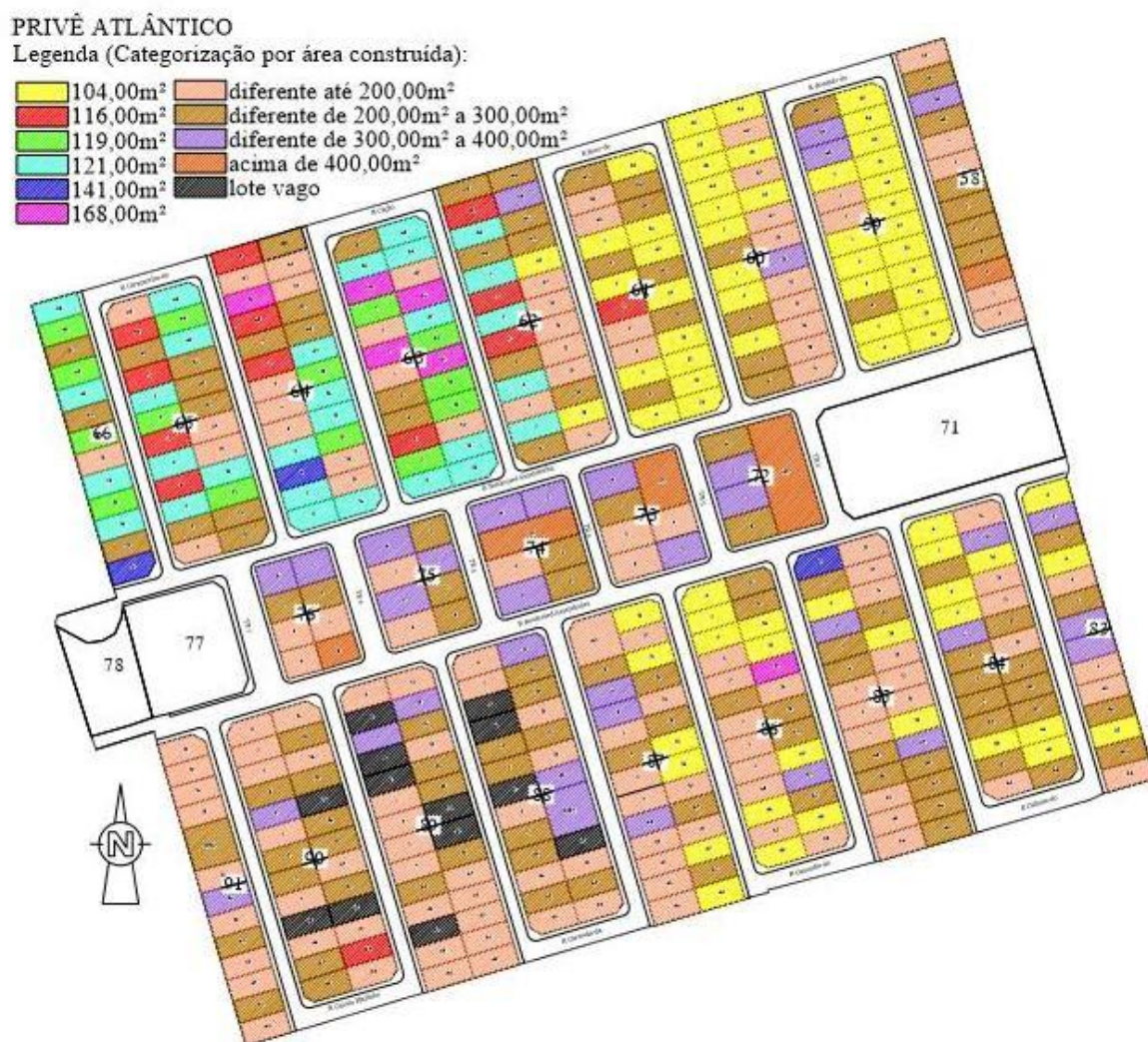


Figura 40: Mapa de categorização por área construída por terreno.
 Fonte: Dados da Prefeitura de Goiânia organizados pela autora.

Conforme o gráfico Área Construída por Terreno (Figura 41), também se constata que se trata de um condomínio cujas edificações, em sua maioria, possuem área construída inferior a 300,00m². Além disso, o número de edificações com 104,00m², metragem da menor casa padrão do conjunto, é bastante significativo, totalizando 47 casas. Outro ponto importante é a repetição de seis metragens

diferentes (104,00m², 111,00m², 116,00m², 119,00m², 121,00m², 141,00m² e 168,00m²), que, provavelmente, são metragens das áreas das casas entregues prontas para os moradores.

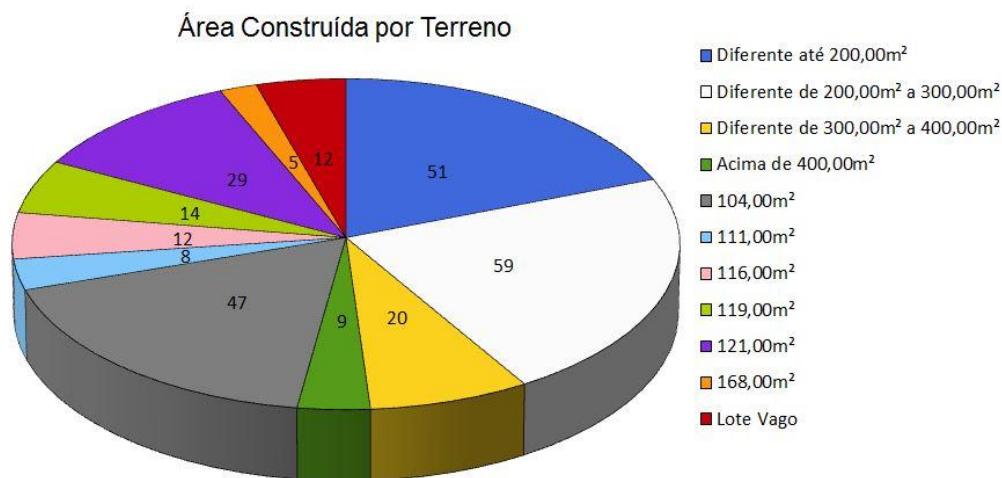


Figura 41: Gráfico de área construída por terreno.
Fonte: Dados da Prefeitura organizados pela autora.

Os dados da Prefeitura Municipal de Goiânia permitem organizar as informações referentes à área de cada terreno em gráfico e em mapa. O gráfico (Figura 34) possibilita identificar que a maioria dos terrenos possui área de 420,00m². Esses terrenos estão localizados nas quadras que ficam à esquerda e à direita de quem acessa o Privê Atlântico (Figura 42). Outro fator importante é o quantitativo de terrenos com áreas que não se repetem. São terrenos que foram lembrados ou incorporaram as APMs aos seus lotes.

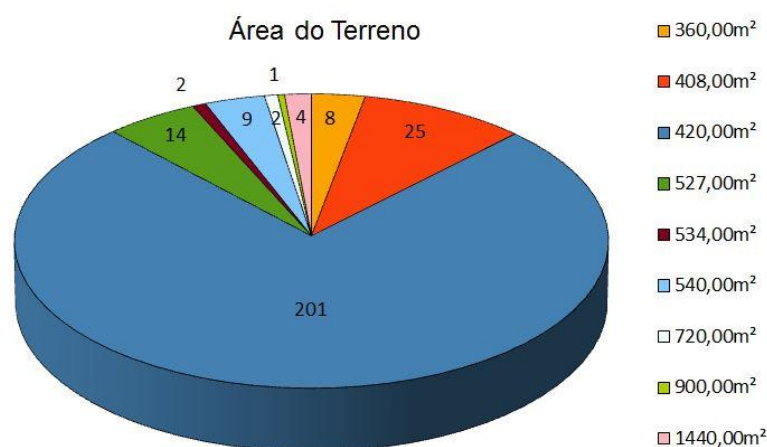


Figura 42: Gráfico da área do terreno
Fonte: Dados da Prefeitura Municipal de Goiânia organizados pela autora.

Pelo mapa de categorização por área do terreno do Privê Atlântico (Figura 43), os lotes das quadras centrais do condomínio possuem áreas diferentes, justamente pelo fato de que nem todos os proprietários regularizaram a situação de invasão das AMPs. Tais lotes, quando em meio de quadra, eram originalmente de 360,00m²; após a compra da APM e seu remembramento, passaram a ter 540,00m². Já os lotes de esquina passaram para 527,00m². Importantes também são o quantitativo de lotes remembrados, totalizando 6 lotes, e a quantidade de lotes vagos, 12 lotes.



Figura 43: Mapa de categorização por área do terreno.
 Fonte: Dados da Prefeitura Municipal de Goiânia organizados pela autora.

Com relação à frente das edificações, existe também um fator interessante. As pessoas buscam os condomínios horizontais fechados por motivos diversos, porém, como já se viu, os mais comuns são liberdade e segurança. Assim, mesmo que seus moradores estejam enclausurados dentro dos muros do condomínio, eles alegam sentir

liberdade, pois as frentes de suas casas não possuem muros e a segurança dentro do condomínio garante essa liberdade. Entretanto, a realidade do Privê Atlântico não é essa. Apesar do muro no perímetro do condomínio, várias edificações internas apresentam algum tipo de fechamento, muro ou grade (figuras 44, 45 e 46).



Figura 44: Casa fechada com grade.
Fonte: Acervo da autora.



Figura 45: Edificação fechada com muro.
Fonte: Acervo da autora.



Figura 46: Edificação sem fechamento frontal.
Fonte: Acervo da autora.

De acordo com o gráfico testada do terreno (Figura 47) e o mapa categorização por testada do terreno (Figura 48), o condomínio é bastante heterogêneo nesse quesito. A maioria das edificações possui algum tipo de fechamento frontal no terreno, total ou parcial. Entretanto, uma parcela significativa desses, que somam 104 unidades, possui a sua frente aberta.



Figura 47: Gráfico de testada do terreno.
Fonte: Dados levantados e organizados pela autora.

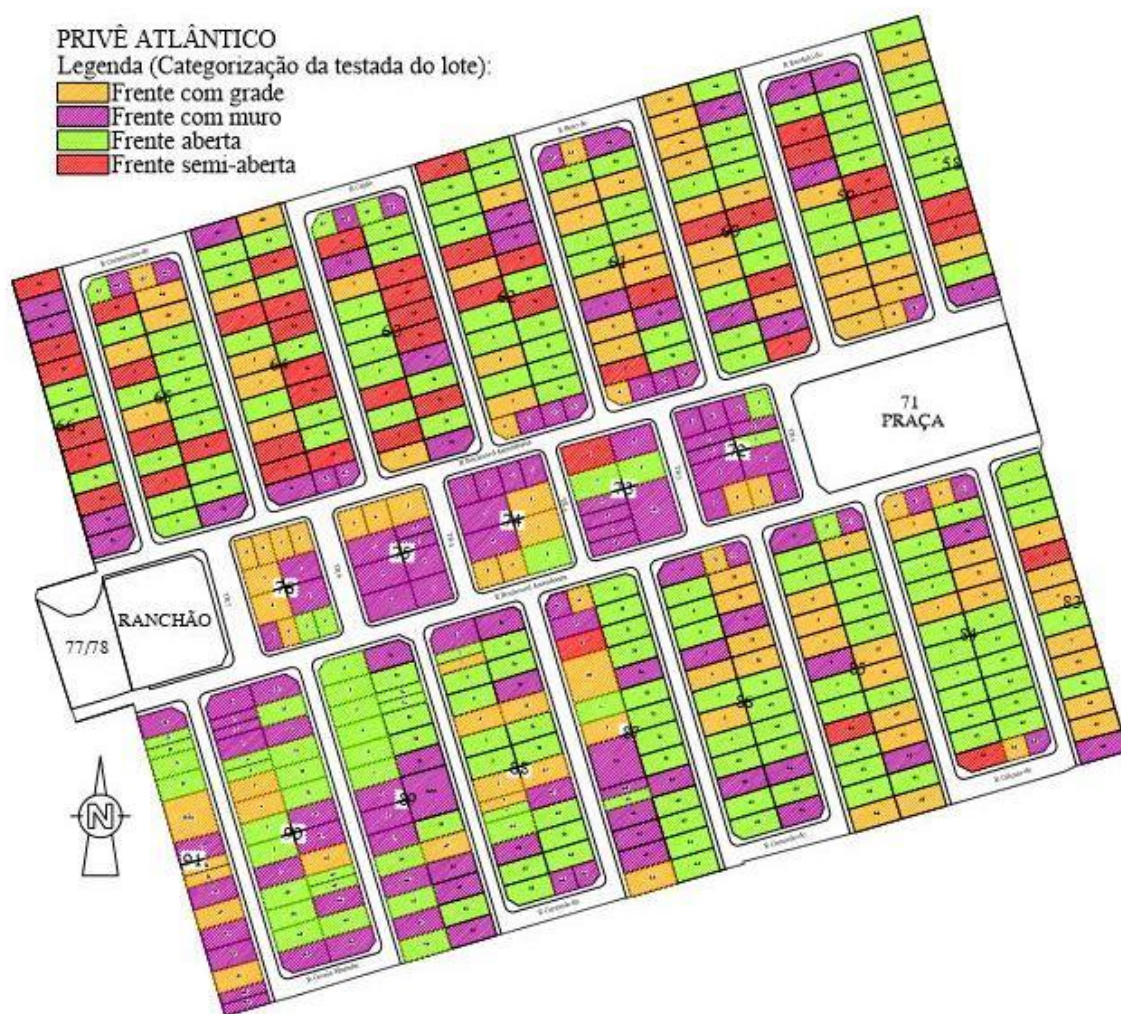


Figura 48: Mapa de categorização por testada do terreno.
 Fonte: Dados levantados e organizados pela autora.

Outra característica do condomínio é o fato de existirem estabelecimentos comerciais que atendem tanto aos moradores como ao público externo (Figuras 49, 50, 51 e 52). Apesar de não serem muitas as edificações, chama atenção existirem estabelecimentos comerciais que liberam o acesso para seus clientes com a senha de visitante. Alguns desses estabelecimentos existem desde a época do conjunto, como é o caso do supermercado (figura 49).



Figura 49: Supermercado.
Fonte: Acervo da autora.



Figura 50: Centro de estética.
Fonte: Acervo da autora.



Figura 51: Escola de música.
Fonte: Acervo da autora.



Figura 52: Salão de beleza.
Fonte: Acervo da autora.

Entretanto, após a aprovação do regimento interno, ficou estabelecido que os usos comerciais existentes poderiam continuar funcionando no condomínio, mas não seria permitida a abertura de novos comércios.

Art. 38º - É vedada a transformação das unidades residências em salas comerciais ou pontos de comércio ou, ainda, a abertura de qualquer tipo de atividade comercial e/ou industrial nas unidades residenciais do Privê Atlântico. Parágrafo único – Somente será permitido o funcionamento de estabelecimentos comerciais nas áreas originariamente reservadas para esse fim e as que já estejam estabelecidas e que não comprometam a segurança, higiene e sossego dos demais moradores e que após avaliadas receberão autorização da Administração para continuarem em atividade. (PRIVÊ ATLÂNTICO, 2006, p. 11 – 12)

Além da peculiaridade referente à presença de estabelecimentos comerciais, no que se refere às edificações habitacionais o Privê Atlântico não é um condomínio onde

há a exclusividade de habitações unifamiliares. Ao contrário, há habitações geminadas (duas unidades por terreno) e coletivas (mais de duas unidades no terreno, justapostas e sobrepostas) (Figuras 53 e 54).



Figura 53: Habitação geminada no Privê Atlântico.
Fonte: Acervo da autora.



Figura 54: Habitação coletiva no Privê Atlântico.
Fonte: Acervo da autora.

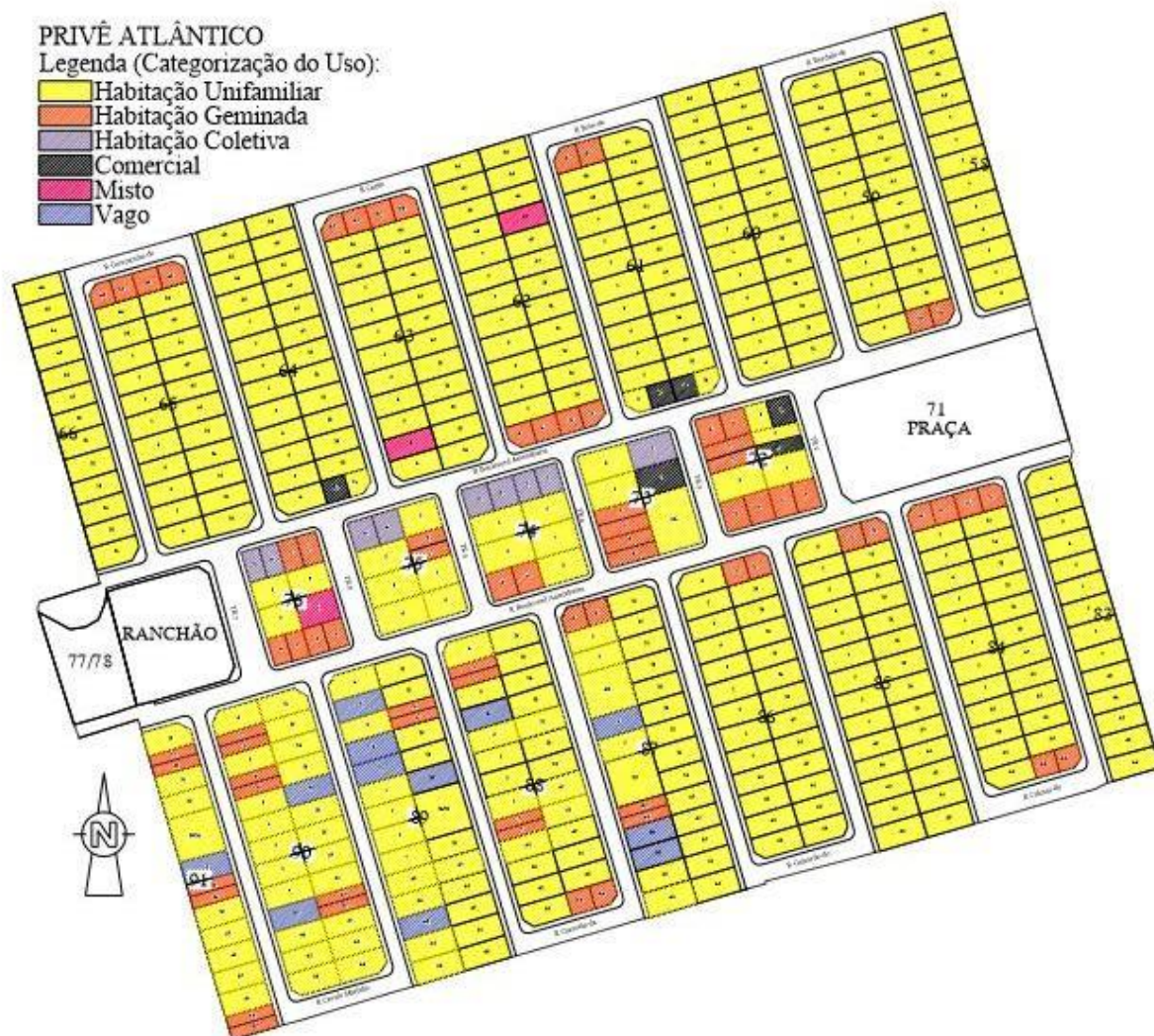


Figura 55: Mapa de categorização por usos.
 Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

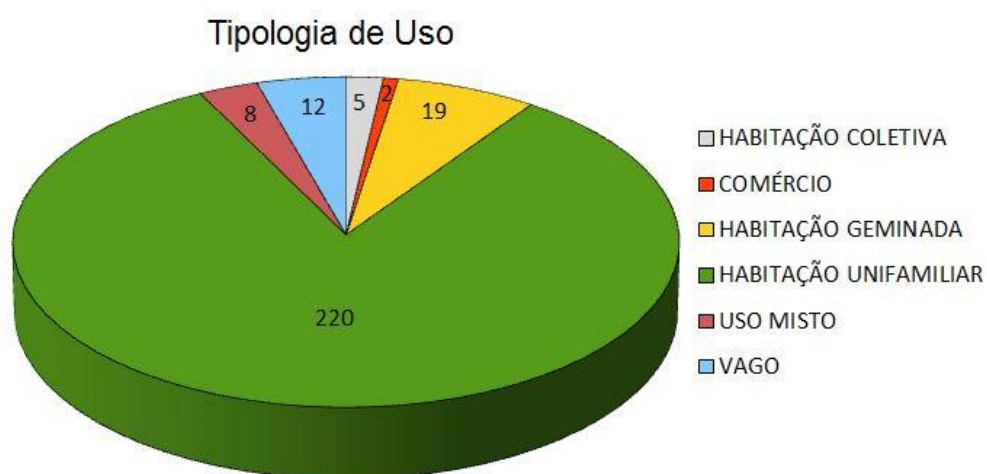


Figura 56: Gráfico - Tipologia de uso.
 Fonte: Dados coletados e organizados pela autora.

Mesmo que a grande maioria das edificações tenha como destinação as habitações unifamiliares, quase 20% das edificações são destinadas a outros usos (Figuras 55 e 56). Considerando que se trata de um condomínio fechado, esse percentual é relevante, desde que não se vê esse tipo de situação nos outros condomínios de Goiânia.

Outro elemento investigado foi o número de pavimentos das edificações: há a predominância de edificações térreas, principalmente nas quadras onde foram construídas as casas de conjunto (Figura 57).



Figura 57: Mapa de categorização por número de pavimentos.
 Fonte: Acervo da autora.

Mesmo não sendo muito significativo, o número de edificações com mais de dois pavimentos (Figura 58), alguns dos contrastes causados tanto pela diferença de número de pavimentos quanto pela diferença de tipologia de fachada, são comuns dentro do Privê Atlântico (Figura 59).



Figura 58: Gráfico do número de pavimentos.
Fonte: Acervo da autora.



Figura 59: Edificação com quatro pavimentos ao lado de edificação com dois pavimentos.
Fonte: Acervo da autora.

Sobre a forma como ocorreu a ocupação do Privê Atlântico, os primeiros imóveis comercializados foram os terrenos com casas construídas nas quadras 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 82, 84, 85, 86, 87 e 88 (todas as quadras à direita e as últimas quadras à esquerda de quem entra no local). Tal fato é possível de ser observado pelo mapa de ocupação de 1992 (Figura 60), feito a partir da aerofotometria desse ano.

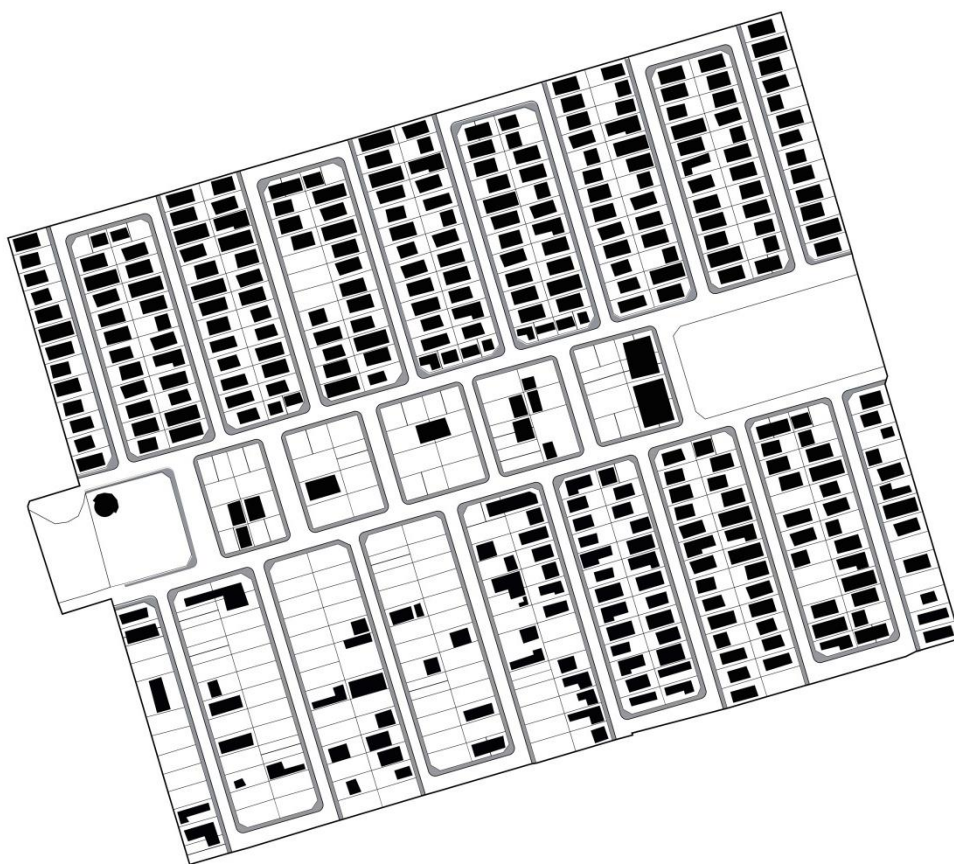


Figura 60: Mapa de ocupação de 1992.
Fonte: Acervo da autora.

As demais quadras foram comercializadas sem a construção das casas. E a partir de 2008, com a inauguração do Parque Cascavel no Jardim Atlântico, essa ocupação foi mais intensa (Figura 61). Em 2016, quase todo o condomínio encontrava-se ocupado (Figura 62), sobrando poucos lotes vagos para serem comercializados, todos eles pertencentes a proprietários particulares.

Outro elemento nos mapas de ocupação dos anos 1992, 2008 e 2016 é a construção do Centro de Convivência (Ranchão). Até o ano de 1992, a edificação tinha o formato circular, lembrando a forma de um rancho. Em 2008, foi acrescentada ao terreno uma edificação retangular. E em 2016, houve um acréscimo na edificação retangular, transformando-a em uma edificação em “L”. À frente, serão abordadas as contribuições de moradores e a importância dessa edificação para o Privê Atlântico.

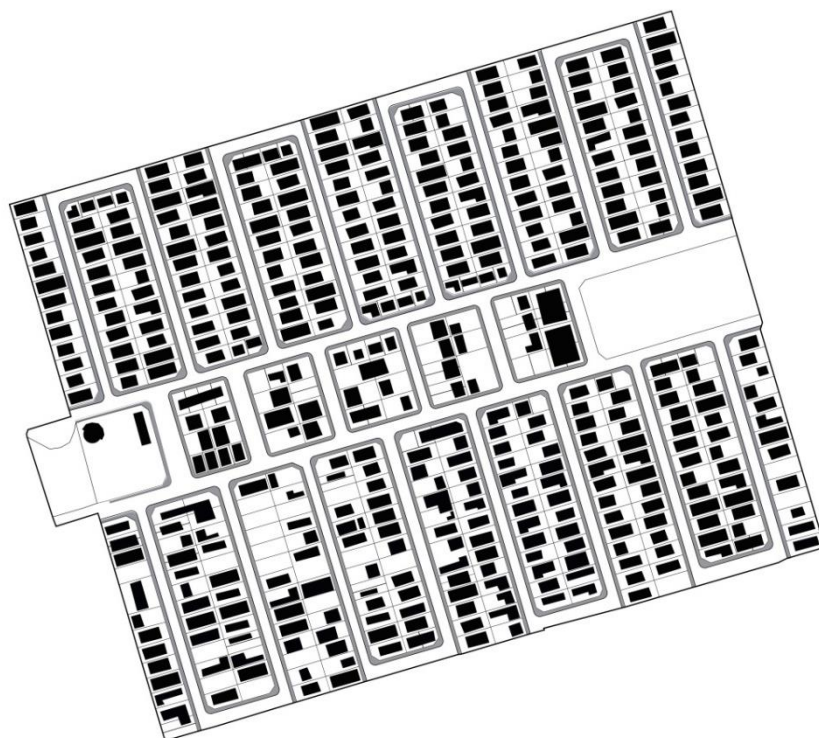


Figura 61: Mapa de ocupação de 2008.
Fonte: Acervo da autora.

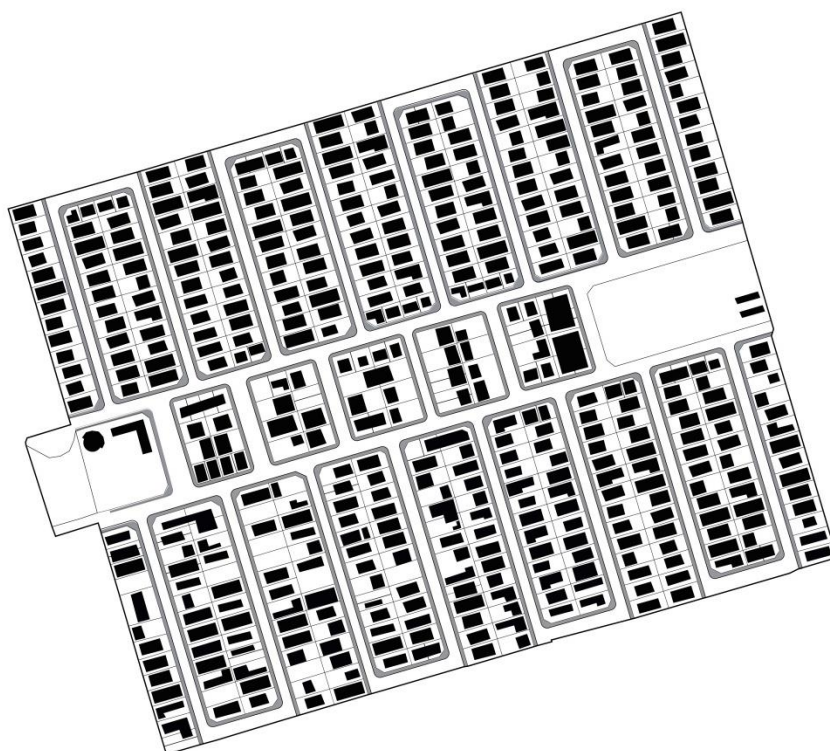


Figura 62: Mapa de ocupação de 2016.
Fonte: Acervo da autora.

Percebe-se, portanto, que se trata de um condomínio fora dos padrões dos demais condomínios de Goiânia com relação a vários aspectos.

Com relação à tipologia das edificações frente aos demais condomínios da cidade, que apresentam tipologias de edificações bastante homogêneas, o Privê Atlântico se mostra como um condomínio de características heterogêneas. Daí não ser possível afirmar qual o perfil social de seus moradores a partir dessa tipologia, vez que existem, de forma equilibrada, edificações de alto, médio e baixo padrão.

Também, como os condomínios horizontais vendem a imagem de liberdade e segurança, é comum que o muro ao seu redor propicie habitações com as frentes abertas. Essa é uma imagem que pode ser observada nos demais condomínios de Goiânia. No Privê Atlântico, é marcante a existência de muros ou grades, configurando outra imagem heterogênea das formas de fechamento das habitações. Esses fechamentos de terrenos podem ser um indício de que o muro do Privê Atlântico foi construído após a entrega de suas casas. Ou seja, o conjunto não foi idealizado como condomínio.

Com relação aos usos, apesar de condomínios horizontais serem voltados para fins habitacionais, o Privê Atlântico mantém alguns estabelecimentos comerciais, cujos usos não são restritos aos seus condôminos.

No geral, disso se pode inferir que essa heterogeneidade do condomínio é uma herança do conjunto habitacional.

Entretanto, talvez o Privê Atlântico esteja passando por um processo de gentrificação, já que se tornou um lugar atrativo para classes sociais mais favorecidas do que a parcela da população para a qual o conjunto foi construído. A troca da população pioneira pela nova população pode ter sido motivada pelo reconhecimento do condomínio como tal: estabelecimento de regras, taxa de condomínio, valorização dos imóveis internos. De outro lado, também a mudança do caráter da região a partir da chegada do Parque Cascavel, do Parque Ambiental Macambira Anicuns e a consequente valorização das áreas próximas a eles parece ter contribuído com essa troca populacional.

4.3 – A Imagem

Para compreender a dinâmica do Privê Atlântico é necessário buscar a visão do morador atual assim como a visão de ex-moradores para identificar se houve ou não o processo de gentrificação no local. Portanto, foram feitas entrevistas de enfoque

qualitativo, abertas, com interação entre a pesquisadora e o colaborador, possibilitando o surgimento de novos pontos a serem abordados. Todas as entrevistas realizadas encontram-se transcritas nos apêndices desta dissertação.

Conforme orientação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás, deve ser preocupação do entrevistador não constranger o colaborador. Os entrevistados, então, tiveram a opção de se identificar ou não e de responder ou não as perguntas.

Além de ilustrar os perfis dos moradores e ex-moradores do condomínio em questão, as entrevistas foram instrumentos primordiais na pesquisa, porque, a partir delas, foi possível compreender a relação entre diferentes moradores do condomínio e as mudanças pelas quais o local passou desde a sua implantação.

No enfoque qualitativo, não há necessidade de um número muito amplo de entrevistados. No caso, a seleção destes foi feita em parceria com os diretores do Privê Atlântico e por meio de indicação dos próprios colaboradores. Foram entrevistados cinco (5) moradores e dois (2) ex-moradores. Deu-se preferência a moradores que se mudaram para o Privê em diferentes décadas, justamente para verificar quais foram os atrativos do conjunto/condomínio com o passar dos anos.

A colaboradora Rosângela Araújo Silva Nunes se mudou para o Privê Atlântico durante a década de 1970. Ela explica que o lugar “sobreviveu” em função das amizades. Para ela, o Privê Atlântico não é igual aos demais condomínios, pelo contrário, é um condomínio que se assemelha aos bairros, onde as pessoas têm uma convivência mais próxima. As atividades que a comunidade desenvolvia no início do Privê eram importantes para compensar a distância do conjunto até o centro da cidade.

[...] porque aqui a gente sobreviveu com a amizade de antigamente. E aí fazia muita festa, muito encontro. E nos encontros a gente se confortava com a distância. Porque tem muita gente que mora fora, que é de fora. E com a distância do centro, que nós agora que estamos dentro da cidade. Mas pra Goiânia isso aqui era muito distante. (Informação verbal)¹⁷

De acordo com os relatos de Rosângela, o Privê Atlântico já foi entregue aos seus moradores com o muro. Segundo ela, o representante da imobiliária conseguiu,

¹⁷ Entrevista concedida por NUNES, Rosângela Araújo Silva. **Entrevista 1** (dezembro de 2016). Entrevistadora: Adriana Figueiredo Carvalho. Goiânia. 2016. A entrevista encontra-se transcrita nos Apêndices desta dissertação.

junto ao prefeito, a liberação da construção do muro para que fosse possível vender as casas. Inicialmente, existia uma portaria que não era legalizada, mas era sustentada pela contribuição mensal de parte dos moradores. A outra parte se opunha a contribuir mensalmente com as despesas do local, o que impedia investir em melhorias. Em função do isolamento da região naquele momento, as linhas de telefone demoraram a chegar às casas, até porque eram muito caras. A portaria oferecia um (1) telefone que atendeu a todos os moradores do Privê Atlântico durante, mais ou menos, seis (6) anos.

Quando a Associação dos Moradores do Jardim Europa mostrou interesse em derrubar o muro do Privê Atlântico, pois entendiam os associados que tinham o direito de passar de um lado para o outro da região, iniciou-se a luta pelo reconhecimento do Privê Atlântico como condomínio. Atualmente, com o Termo de Alteração de Concessão Administrativa de Uso, o Privê é reconhecidamente um condomínio. No entanto, existem divergências significativas de opinião entre os moradores:

[...] a diferença hoje é entre o morador antigo e o morador novo. O morador antigo ainda cria caso por conta de pouca coisa e não entende por que se um cachorro ficar solto você vai pagar uma multa; ele não entende por que se não tiver lixeira você vai pagar multa; não entende por que você tem que pagar em dia o condomínio; por que é rateado, as despesas são pagas.... Os novatos não, os novatos nem perguntam. (informação verbal)¹⁸

Ainda segundo a colaboradora, várias situações motivaram a saída de alguns moradores. A primeira delas foi a dificuldade enfrentada pelas famílias em função da distância e da falta de serviços no início do Privê Atlântico. As outras foram a obrigatoriedade de pagamento da taxa de condomínio e a busca de condomínios mais “elaborados”.

Tem os grupos. Por exemplo: as mulheres xingavam tanto, porque aqui era tão longe pra carregar os meninos, as mães. Elas falavam tanto e choramingavam tanto, porque não gostavam daqui, porque era muito longe, porque tinha que levar o menino pro (sic) inglês, pra natação, tinha que levar pra escola, tinha que levar pros aniversários... então eles acabavam se mudando daqui porque era longe. Tá . Ponto. O outro é porque, quando ficou a obrigação de pagar, muitos não tinham condições de pagar. Porque embora tinha nome de

¹⁸ Entrevista concedida por NUNES, Rosângela Araújo Silva. **Entrevista 1** (dezembro de 2016). Entrevistadora: Adriana Figueiredo Carvalho. Goiânia. 2016. A entrevista encontra-se transcrita nos Apêndices desta dissertação.

condomínio e pensava-se que todo mundo aqui era abastado e tinha condição econômica boa, não, não tinha. [...]
Eram preços populares, certo? Então, eles.... Isso acabou empurrando. Empurrando. E os primeiros foram porque não tinha linha de ônibus, os meninos foram crescendo e foi ficando difícil. Porque agora que tem uma linha... que tem anos pra cá que tem uma linha de ônibus. Outros é porque.... Ah, ah... E... Nossa! Migraram muito pra outros condomínios (Informação verbal)¹⁹

A colaboradora explica ainda que muitos que buscaram outros condomínios acabaram voltando para o Privê em função da dinâmica de bairro que o lugar carrega. Essa informação aparece também na fala de outros moradores, como é o caso de Hidelbrando Santana Neto e Karina Pereira da Cunha Alves, que alega ter buscado uma casa segura para morar e encontrou uma “cidade do interior” dentro de Goiânia.

Primeiro a nossa escolha foi a região da cidade e, por morar em apartamento, a gente queria a segurança. Mas tinha que ser casa, porque o Cauã tinha cinco anos na época, né? Então a gente procurou um condomínio fechado. Então, lá, a gente encontrou o interior. Essa frase que eu vou repetir pra você depois. O interior dentro de Goiânia. Por isso. (Informação verbal)²⁰

Hidelbrando Santana Neto²¹ se mudou para o Privê Atlântico em 1981. A escolha do local foi aleatória. O morador explica que ficava próximo à casa do seu pai e seu primo tinha uma casa para alugar no local. Como a experiência no Privê foi muito boa, no ano de 2001 ele construiu sua casa e voltou para o condomínio.

Karina se mudou para o Privê Atlântico depois de 2010 e justifica sua escolha em função das peculiaridades do condomínio, que o diferem dos demais de Goiânia. Além da relação com os vizinhos, dos serviços comerciais que são oferecidos pelos próprios moradores, a heterogeneidade de classe social é uma vantagem para ela, já que vê nessa situação uma maneira de ensinar ao filho que todos são iguais.

E lá é muito humano. Então lá é um condomínio que você dá “bom dia”, “boa tarde”, “boa noite”. Você anda na rua e todo mundo se cumprimenta, por mais que você não saiba o nome da pessoa que tá passando, né? Cumprimenta e conversa às vezes... O que eu acho interessante lá, que eu falo... Quando eu

¹⁹ Entrevista concedida por NUNES, Rosângela Araújo Silva. **Entrevista 1** (dezembro de 2016). Entrevistadora: Adriana Figueiredo Carvalho. Goiânia. 2016. A entrevista encontra-se transcrita nos Apêndices desta dissertação.

²⁰ Entrevista concedida por ALVES, Karina Pereira da Cunha. **Entrevista 2** (dezembro de 2016). Entrevistadora: Adriana Figueiredo Carvalho. Goiânia. 2016. A entrevista encontra-se transcrita nos Apêndices desta dissertação.

²¹ Entrevista concedida por NETO, Hidelbrando Santana. **Entrevista 5** (dezembro de 2016). Entrevistadora: Adriana Figueiredo Carvalho. Goiânia. 2016. A entrevista encontra-se transcrita nos Apêndices desta dissertação.

fui comprar também a casa, me ofereceram uma casa aqui perto da onde a gente trabalha. Eu não vou citar o nome dos condomínios pra não... Por que eu trabalho no Paço, na prefeitura, e meu marido trabalha na CELG. Ele trabalha do lado de lá da BR e eu do lado de cá. Então se a gente fosse escolher um condomínio fechado pra morar, seria essa região aqui do Flamboyant, do Autódromo e tal. Por que não? Porque a sensação do primeiro condomínio é que eles são meio "cemitérios". Você não tem vizinho, você não tem pra quem pedir um açúcar emprestado, não tem uma convivência. E é exatamente o contrário do que tem no Privê. Lá, se eu precisar agora de alguém, ligar: "olha, corre lá em casa e vê pra mim assim assado, eu tenho, né?" [...] Até "ah, se sua condição financeira melhorar, você iria pra um condomínio melhor?" "Não". Por causa dessa questão da qualidade de vida, entendeu? Então lá é muito agradável, sim. Lá tem uma coisa que é uma vantagem também, diferencial do condomínio que é bom. Lá tem supermercado, o meu filho faz natação na casa da vizinha que é professora de educação física. Ele vai a pé pra natação. Então, assim, tem essa questão da proximidade e da convivência social... é um diferencial, é o que traz muito essa questão do agradável. E eu uso muito assim... E lá tem muita diferença social também, entendeu? Então, por exemplo, o meu filho, ele.. Que é o que a gente valoriza e ensina pra ele. Que todo mundo é igual. Independente das condições, todo mundo é igual. Então ele brinca com o filho da moça que vende marmita e com o filho do juiz que mora lá dentro. Não tem diferença, trata do mesmo jeito. Então, assim, são princípios, são contatos, convívios que a gente valoriza e se torna um lugarzinho agradável [...]. É o interior dentro de Goiânia. (Informação verbal)²²

Essa diferença social pode ser observada tanto no mapa sobre categorização de áreas construídas, apresentado no subcapítulo anterior (Figura 40), quanto na amostra dos entrevistados. Ainda nessa amostra, foram questionados a renda familiar e o nível de escolaridade do chefe da família, mas não houve um padrão de resposta. Em cada família existe uma realidade diferente e até mesmo entre pessoas que moram de aluguel dentro do Privê Atlântico.

Os entrevistados, exceto Rosangela e Hidelbrando, citaram a segurança como um dos principais motivos de terem se mudado para o Privê Atlântico. Em um dos casos, houve, inclusive, uma motivação maior: a moradora Elizabeth Maria Vieira se mudou para o condomínio após passar por uma situação traumatizante no seu local anterior de moradia.

Eu fui entrando na minha casa, eu fui chegando, os ladrões me abordou . Dois. Na porta da minha casa. Fez eu descer, me passou pro outro lado, andou comigo uma hora dentro do carro, depois me pôs dentro de um porta-mala do meu carro, ligaram o som no último. Eles eram dois, Ficou comigo dentro do

²² Entrevista concedida por ALVES, Karina Pereira da Cunha. **Entrevista 2** (dezembro de 2016). Entrevistadora: Adriana Figueiredo Carvalho. Goiânia. 2016. A entrevista encontra-se transcrita nos Apêndices desta dissertação.

porta-mala quatro horas. Depois me soltou no meio do mato e foi embora no meu carro. Aqui no Jardim Planalto. (Informação verbal)²³

Para Guilherme Isac Souza²⁴, que se mudou para o condomínio na década de 1990, a sensação de segurança dentro do Privê Atlântico acontece em função da presença de vigias armados da portaria e do controle de acesso. Mas para Karina a segurança está além desses serviços. A moradora entende que o fato de conhecer seus vizinhos e os trabalhadores do condomínio pelo nome, mais a relação que existe entre as pessoas são o que garante a segurança e o cuidado entre eles. Para Hidelbrando, a segurança é relativa, já que qualquer condomínio possui falhas. No entanto, os riscos diminuem, mesmo que o controle de acesso seja falho. Essa segurança relativa se comprova na fala da moradora Elizabeth, que destaca como um dos pontos negativos do condomínio o uso de drogas ilícitas dentro dos muros e relembra a notícia²⁵ de que a Polícia Federal prendeu um traficante dentro do Privê com meia tonelada de maconha. Segundo ela, trata-se de um morador que nasceu no local, de uma das famílias mais antigas do lugar.

Sobre a cobrança da taxa de condomínio, todos os moradores que colaboraram com a pesquisa se mostraram favoráveis, pois entendem que existe um retorno e que o serviço prestado dentro dos muros é satisfatório. Entretanto, houve relatos sobre moradores que se opõem a pagar pelos serviços assim como se opõem a seguir as regras do local.

Sobre a presença de estabelecimentos comerciais no Privê Atlântico, todos se mostraram favoráveis aos existentes, pela comodidade oferecida. Todavia, a abertura de novos estabelecimentos divide opiniões. Para Guilherme, seriam interessantes novos estabelecimentos, desde que atendessem à demanda do local. Já Karina entende que, como era um “bairro” não seria justo fechar os estabelecimentos existentes, porém o condomínio ficaria feio se autorizasse a abertura de novos comércios. Rosângela explica que a abertura de novos comércios dentro do Privê sobrecarregaria a portaria, desde que os estabelecimentos comerciais não atendem

²³ Entrevista concedida por VIEIRA, Elizabeth Maria. **Entrevista 3** (dezembro de 2016). Entrevistadora: Adriana Figueiredo Carvalho. Goiânia. 2016. A entrevista encontra-se transcrita nos Apêndices desta dissertação.

²⁴ Entrevista concedida por SOUZA, Guilherme Isac. **Entrevista 4** (dezembro de 2016). Entrevistadora: Adriana Figueiredo Carvalho. Goiânia. 2016. A entrevista encontra-se transcrita nos Apêndices desta dissertação.

²⁵ Reportagem publicada no jornal *O Popular*: “Polícia apreende meia tonelada de maconha em condomínio de classe média de Goiânia”, em 10/11/2016.

somente aos moradores do local. Hidelbrando possui escritório de engenharia e arquitetura na quadra 72, que, segundo ele, seria uma quadra comercial do tipo galeria, com 16 salas. Entretanto, dependendo do uso, a demanda de público ficaria bastante restrita em função do controle de acesso e inviabilizaria alguns estabelecimentos. Ainda relata que, mesmo com o Regimento Interno de 2006, que proibiu novos estabelecimentos comerciais dentro do Privê, novos comércios foram abertos.

Quanto ao uso dos espaços comunitários do condomínio, percebeu-se que nem todos utilizam esses espaços. A praça foi o local mais citado, talvez pela diversidade de equipamentos que ela oferece. Guilherme e Karina disseram que usam os equipamentos para a prática de atividades físicas, como o campo de futebol (Figura 63). Karina participa de um grupo de futebol feminino composto por moradoras e convidadas.



Figura 63: Campo de Futebol na Praça do Privê Atlântico
Fonte: Acervo da autora.



Figura 64: Parquinho da praça do Privê Atlântico.
Fonte: Acervo da autora.

Hidelbrando explica que, apesar de não utilizar os equipamentos, sua família frequenta o parquinho (Figura 64) da praça. Também Rosângela afirmou o costume de levar os netos ao mesmo local. Além da praça, outro espaço citado foi o Centro de Convivência (Figura 65), conhecido pelos moradores como Ranchão: uma espécie de espaço comunitário onde acontecem festas, reuniões e atividades físicas inclusas na taxa de condomínio, de acordo com a fala de Elizabeth. Rosângela conta que, inicialmente, o Ranchão era coberto de palha e era o lugar onde aconteciam as festas para arrecadação de verba de manutenção do conjunto. Entretanto, a palhoça pegou fogo e os moradores tiveram que reconstruir o Centro Comunitário.



Figura 65: Centro de Convivência.
Fonte: www.priveatlantico.com.br

Questionados sobre os pontos positivos do Privê Atlântico, os moradores enumeraram vários deles: segurança, vizinhança, tranquilidade e a presença de estabelecimentos comerciais. Sobre os pontos negativos, alguns levaram um tempo para formular uma opinião e as respostas foram diversas: Rosângela citou a falta de respeito com as leis de convivência por parte de alguns moradores; para Hidelbrando, o controle de acesso é falho e os preços do imóvel dentro do Privê são incompatíveis com os serviços do condomínio, já que estão na mesma faixa de preço de condomínios que foram previamente planejados; para Guilherme, o condomínio poderia oferecer uma academia; e Karina explicou que o estatuto é falho, dado que algumas pessoas utilizam de forma inadequada as áreas públicas.

A imagem que os moradores possuem do Privê Atlântico é uma imagem positiva. Eles veem o local como um condomínio familiar. Muitos filhos de moradores

que cresceram no local se casam e se mudam para dentro do Privê, como é o caso de filhos de dois dos entrevistados, Rosangela e Hidelbrando.

A visão dos ex-moradores Samuel Ângelo Ulhôa Aguiar²⁶ e Humberto Tannus²⁷ não difere muito da visão dos moradores entrevistados. Samuel se mudou para o Privê Atlântico durante a década de 1990. Morou com sua família em uma casa alugada no condomínio até o ano de 2001. A escolha do local se deu em função da proximidade com outro condomínio, o Jardins Florença, onde haviam comprado um lote e construiria a casa onde mora atualmente. Para Samuel, o Privê é um lugar familiar que oferece atrativos, como comércio, supermercado, e a relação com os vizinhos o torna um lugar mais aconchegante. Entretanto, por se tratar de um condomínio, alguns fatores poderiam ser melhorados, especialmente a falta de regras ou a falta de respeito às regras existentes. Humberto Tannus buscou o Privê Atlântico em 1993 com o intuito de proporcionar aos filhos uma infância segura. Entretanto, quando os filhos cresceram e a rotina da família mudou em função dos passeios e aulas, a distância do Privê dos principais serviços e equipamentos da cidade dificultou a permanência deles. Após sete anos, a família se mudou para um apartamento no Setor Oeste e, em seguida, para uma casa no Setor Sul. Quando questionado sobre o motivo de não ter buscado um novo condomínio, Tannus explica que, apesar da boa experiência no Privê Atlântico, com as amizades e a dinâmica do local, atualmente prefere morar em lugar mais centralizado, pela comodidade que essa situação oferece. Ele acredita que a distância dos condomínios torna seus moradores antissociais. O ex-morador conta ainda que as amizades feitas no Privê Atlântico durante os anos que morou no local ainda permanecem.

De forma geral, todos os entrevistados se referem ao Privê Atlântico com certo carinho. Falam de um lugar aconchegante, com cara de interior, onde a relação entre vizinhos é muito valorizada. É possível compreender que os laços afetivos construídos entre os primeiros moradores há cerca de 40 anos permanecem fortes e se estendem aos novos moradores. É um lugar que não se parece com os demais condomínios de Goiânia, mas, ao contrário, se parece com um bairro comum. As crianças brincam nas ruas e na praça, os idosos se sentam à porta de suas casas para observar o movimento, o supermercado faz vendas no fiado para moradores e as festas da

²⁶ Entrevista concedida por ULHÔA, Samuel Ângelo. **Entrevista 6.** (dezembro de 2016). Entrevistadora: Adriana Figueiredo Carvalho. Goiânia. 2016. A entrevista encontra-se transcrita nos Apêndices desta dissertação.

²⁷ Entrevista concedida por TANNUS, Humberto. **Entrevista 7.** (maio de 2017). Entrevistadora: Adriana Figueiredo Carvalho. Goiânia. 2016. A entrevista encontra-se transcrita nos Apêndices desta dissertação.

SOMOPA são animadas e procuradas mesmo por quem não mora no Privê Atlântico. As casas não seguem um padrão: podem ter muro, grade ou nada como fechamento. Podem ser bem simples ou muito requintadas. E é justamente essa diversidade que desenha a imagem do Privê.

Muito do que existe dentro do muro, de uso comunitário, foi construído pelos moradores, diferentemente de outros condomínios, em que o comprador chega e encontra tudo pronto, feito pela construtora. Esse é um fator importante para o sentimento de pertencimento que muitos moradores do Privê Atlântico carregam. Além do tempo de convivência entre os moradores mais antigos, a vontade de construir um lugar agradável para todos foi o que possibilitou o fortalecimento das primeiras associações de moradores do lugar. A partir da organização de festas para a arrecadação de dinheiro com o fim de investir no Privê é que essa relação de vizinhança foi se solidificando.

Inicialmente, não se pensava em *status* social. O intuito era somente construir um lugar agradável e seguro para as famílias que moravam lá. Com o tempo e o surgimento de novos condomínios em Goiânia, planejados para uma parcela da população de melhores condições financeiras, a imagem do Privê Atlântico passou a ser associada à imagem de condomínio. Entretanto, é preciso compreender que a riqueza desse lugar não está no fato de se ter segurança, muro, ou ser reconhecido como condomínio, mas no que foi construído pelos seus moradores. Se os moradores entrevistados indicam problemas que precisam ser resolvidos, como a presença de cachorro solto na rua, carros estacionados por muito tempo nos logradouros, entulhos, problemas de convivência, são esses também os elementos que dão vida ao lugar, que permitem a percepção de que não se trata de um cenário, mas de um bairro. Trata-se de uma história rica, de uma comunidade que se uniu e se fortaleceu a partir dessa união. Talvez, essa riqueza encontrada no Privê Atlântico possa ser encontrada em outros conjuntos que tiveram um início parecido, em que a distância do centro da cidade favoreceu a união entre vizinhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Goiânia foi uma cidade pensada com o propósito de articular a participação de Goiás na produção capitalista do Brasil a partir de suas regiões produtivas. A sua imagem inicial de modernidade contribuiu para a vinda de pessoas em busca de novas oportunidades de trabalho e de recomeços, atraindo os olhares de todo o país. E o que se percebe desde o início, como elemento marcante de sua história, é a força do valor de troca como norteadora de seu crescimento e da distribuição de seus serviços e pessoas. O mercado imobiliário se fez e se faz presente, ditando as regras de indução do crescimento de Goiânia. Apesar da intenção de seus idealizadores de construir uma cidade socialmente justa, Goiânia, no entanto, desde a sua implantação, não escapou da ganância do capital.

O crescimento da capital foi e é marcado por interesses imobiliários. A questão social serve apenas como pano de fundo ou como boa imagem a ser valorizada e vendida. Sabe-se que não é possível comercializar relações sociais, porque essas são construídas ao longo dos anos e com a convivência cotidiana entre as pessoas. Nas grandes cidades, assim como em Goiânia, as relações de vizinhança se enfraquecem em função da velocidade dos meios de comunicação e meios de transporte, que possibilitam uma aproximação aparente entre pessoas distantes fisicamente e dificultam o convívio e a intimidade entre pessoas próximas fisicamente.

A sociedade das grandes cidades da contemporaneidade é composta por pessoas que assumem múltiplas funções e, conseqüentemente, múltiplas identidades, dificultando a formação de uma identidade coletiva. A cidade se torna reflexo de uma sociedade cada dia mais fragmentada. A formação de pequenos grupos aparentemente homogêneos é evidenciada nas inúmeras barreiras materiais e imateriais que fazem parte da urbanidade. Assim, quanto maior a cidade, maior será a sua dificuldade em formar uma identidade coletiva e maior será o número de pequenos grupos segregados. Nesse contexto, Goiânia ainda possui um agravante. Por se tratar de uma cidade cujo crescimento demográfico está diretamente relacionado ao crescimento do fluxo migratório, quando diferentes culturas se encontram, a falta de referências coletivas é potencializada.

Além disso, a dinâmica social e econômica das cidades contemporâneas favorece a formação de regiões socialmente segregadas e o conseqüente enobrecimento ou gentrificação de determinadas áreas. A gentrificação altera a

dinâmica social e econômica da área atingida, aumenta o preço dos imóveis, o custo de vida local e expulsa seus antigos moradores para outras áreas da cidade. Geralmente, esse processo está associado a algum tipo de intervenção urbana com o intuito de valorizar a área. Entretanto, o caso do Privê Atlântico é exceção a essa regra. Apesar de duas intervenções urbanas importantes terem acontecido próximas a ele, a construção do Parque Cascavel e a construção do PUAMA, não houve nisso uma ligação direta. No entanto, de outro lado, essas intervenções foram também estratégias capazes de alavancar os investimentos em toda a região e promover o acúmulo de capital. Assim, apesar de o condomínio não ter passado por nenhum processo de intervenção urbana ou renovação, as ações que aconteceram e acontecem fora de seus muros não deixam de influenciar na valorização da região como um todo e abrangem também os seus imóveis.

Este trabalho buscou compreender como um conjunto habitacional se transformou em condomínio e como seus imóveis, inicialmente acessíveis a uma camada de população que buscava sair do aluguel, se tornaram tão valiosos quanto imóveis de outros condomínios que já surgiram com esse intuito. Além disso, investigou a motivação de entrada e saída de moradores do Privê Atlântico em diferentes momentos, justamente para compreender se houve ou ainda está havendo um processo de gentrificação local e quais os seus motivos.

Além de mudanças externas, como a já citada construção dos parques e as consequências dessa ação em toda a região próxima, as mudanças internas foram de extrema importância para a compreensão de todo o processo: a união de seus moradores pioneiros em busca de melhorias nos serviços urbanos para a região deu força para a formação de uma associação que lutou pela legalização do condomínio. Após a legalização, práticas que antes poderiam ser questionadas passaram a ser aprovadas pelos moradores. Do momento em que se tornou um condomínio, a valorização do imóvel no mercado imobiliário foi ainda mais significativa, pois que passou a oferecer, além do imóvel, a segurança, a qualidade de vida e o lazer, que a cidade não conseguia nem consegue proporcionar de forma satisfatória.

Entretanto, sabe-se que não é possível garantir a segurança mesmo dentro de muros. Além dos casos de roubos a habitações em condomínios, não se pode esquecer dos casos em que bandidos são moradores e estão dentro dos muros, dividindo espaço com pessoas que acreditam estar entre “iguais”. O mesmo ocorre

com o lazer: em muitos casos, as áreas de lazer não são utilizadas pelos moradores, servindo apenas como atrativo que contribui para a valorização dos imóveis.

Também é sabido que o principal motivo de busca por essa tipologia de habitação é o *status* social. Segundo Milton Santos (1987), o valor do homem está relacionado ao local que ele habita na cidade. Assim, morar em um condomínio, no imaginário social, significa que a pessoa possui uma boa situação financeira, já que pode pagar para morar ali.

O Privê Atlântico, apesar de ser um condomínio fechado, difere em diversos aspectos dos demais condomínios da cidade. Por não ter sido pensado como condomínio, nunca houve um trabalho publicitário incisivo para o local. A imagem do condomínio não foi trabalhada ou previamente pensada. A maioria dos moradores e ex-moradores relaciona o espaço com uma cidade do interior, em função do cotidiano pacato e tranquilo e, principalmente, em função da relação de vizinhança que existe no local.

A principal característica do Privê Atlântico é, portanto, a sua heterogeneidade. A sua população não é composta por moradores de uma única classe social. Ao contrário, são pessoas que buscaram aquele espaço por diversos motivos e em diferentes momentos. Inicialmente, eram moradores que buscavam casa própria e encontraram uma possibilidade de financiamento facilitado. Em outro momento, pessoas que gostariam de morar em casas sem perder a segurança de um apartamento. Assim, as edificações do local materializaram essa diversidade social na tipologia de suas fachadas, de seu uso ou de sua área construída.

É possível ainda identificar a heterogeneidade de opiniões. Nem todos os moradores estão de acordo com as regras e taxas estabelecidas a partir da legalização do condomínio. Parte dos moradores pioneiros, que não buscou um condomínio para morar, entende que não deve participar de algumas regras estabelecidas pelo Regimento Interno. Alguns saíram do condomínio por não conseguir acompanhar o novo padrão de vida do local. Entretanto, outros motivos também provocaram essa evasão: existe o grupo dos que buscaram morar em locais mais centralizados da cidade para facilitar a acessibilidade a serviços e escolas; outro grupo buscou condomínios que foram implantados já com esse perfil e, portanto, possuem uma imagem mais elaborada e representam um *status* social mais elevado, mesmo que o valor do imóvel dentro do Privê Atlântico seja compatível com o valor de imóvel desses outros condomínios. Isso significa, então, um pequeno processo de gentrificação no

Privê Atlântico, o que, no entanto, não alterou ou altera sua heterogeneidade, até porque, como são pessoas de diferentes classes sociais e com diferentes opiniões, a busca por outros locais na cidade teve e tem diferentes motivações.

Cabe ressaltar ainda que, apesar de a pesquisa ter como foco a compreensão do processo de valorização dos imóveis do Privê Atlântico e um possível processo de gentrificação local, o que foi desvendado foi além do propósito inicial. Percebeu-se que o verdadeiro valor do local não pode ser medido pelo mercado e não é possível de ser comercializado. As relações de vizinhança fortalecidas pelo histórico de luta dos moradores pioneiros são o que realmente tornam o Privê Atlântico valioso. Mesmo em se tratando de um condomínio, o que os moradores mais identificam como ponto positivo do local é justamente o que foi construído quando não existia o conceito de condomínio na cidade: os laços afetivos entre seus moradores. Assim, é importante investigar, em pesquisas futuras, se é possível identificar esse tipo de riqueza em condomínios que foram elaborados com a previsão e a solução de problemas comuns às cidades e que estão relacionados com a maximização dos lucros de seus empreendedores.

REFERÊNCIAS

Livros

- ABIKO, Alex Kenya; ALMEIDA, Marco Antônio Plácido de; BARREIROS, Mário Antônio Ferreira. *Urbanismo: História e desenvolvimento*. São Paulo: ESUP, 1995.
- ARANTES, Germana de Faria. *Intervenções urbanas: rumo à cidade neoliberal*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2015.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. *A cidade do pensamento único*. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- ASCHER, François. *Os novos princípios do urbanismo*. Trad. Nadia Somekh. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2010.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. Tradução de Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume Editora, 2006.
- BOGUS, Lúcia Maria Machado. *Segregações Urbanas*. In FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org). *Plural de cidades: novos léxicos urbanos*. Lisboa: Edições Almedina. S.A., 2009.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.
- FREITAG, Barbara. *Teorias da Cidade*. Campinas: Papirus Editora, 2006.
- FERRARA, Lucrécia d'Alessio. *Os significados urbanos*. São Paulo: Esup, Fapesp, 2000.
- GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: uma modernidade possível*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.
- HAROUEL, Jean-Louis. *História do urbanismo*. Tradução: Ivone Salgado. 4ed. Campinas: Papirus, 2004 (Série Ofício de Arte e Forma).
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia, uma concepção urbana, moderna e contemporânea. Um certo olhar*. Goiânia: Edição do Autor, 2001.
- MELLO, Maria Cristina Fernandes; VASCONCELLOS, Lélia Mendes de. *Re: atrás de, depois de*. In VARGAS, Heliana Comim. *Intervenções em centros urbanos. Objetivos, estratégias e resultados*. 3ed. Barueri, SP: Manole, 2015.
- MELLO, Márcia Metran de. *Goiânia, cidade de pedras e de palavras*. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

- MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.
- MOYSÉS, Aristides. *Metrópoles, desigualdades socioespaciais e governança urbana: a inserção da Região Metropolitana de Goiânia*. In MOYSÉS, Aristides (coordenador). *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Ed. UCG, 2005.
- MORAES, Lúcia Maria. *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. 2ed. Goiânia: Ed. UCG, 2003.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4 ed. Trad. Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- OLIVEIRA, Adão Francisco. *A reprodução do espaço urbano de Goiânia: uma cidade para o capital*. In MOYSÉS, Aristides. *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Ed. da UCG, 2005.
- PARK, Robert Ezra. *A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano*. In VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. 2ed. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- PEIXOTO, Paulo. *Requalificação Urbana*. In FONTURA, Carlos; PROENÇA, Rogério. *Plural de cidades: léxicos da cultura urbana*. Lisboa: Edições Almedina. S.A., 2009.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 2ed. Trad. Sérgio Marques dos Reis. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópolis: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação sócio espacial*. 1ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. 3ed. Barueri, SP: Manole, 2015.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP; Lincoln Institute, 2001.
- ZAPATEL, Juan Antônio. *Visões Urbanas e Habitação no Século XX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- WILHEIM, Jorge. *Urbanismo no Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

Dissertações

- BARBOSA, Daniela Batista Lima. *Do medo da violência à “condominiarização” das cidades brasileiras: sobre as consequências sócio-espaciais da modificação da*

legislação federal de parcelamento do solo urbano. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, 2008.

BELLORIO, Grazielli Bruno. *Adensamento e verticalização em Goiânia nos Planos Diretores (1968 – 2007)*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Pró- Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Departamento de Ciências Econômicas, 2013.

CAMILO, Janaína de Holanda. *O preço da terra e o Plano Diretor de Aparecida de de Goiânia. (2001 – 2014)*. Dissertação (mestrado). PUC Goiás. Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Departamento de Ciências Econômicas, 2014.

CAMPOS, Roberto Cintra. *Não – lugares: Condomínios horizontais fechados em Goiânia*. Dissertação (mestrado). Programa MINTER-URFGS/UCG, 2007.

LUCAS, Edinardo Rodrigues. *Cidades na cidade: Habitação social e produção do espaço urbano em Goiânia*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da FAV da UFG, 2016.

MORAES, Sérgio de. *O empreendedor imobiliário e o Estado: o processo de expansão de Goiânia em direção sul 1975-1985*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

SILVA, Rosana Fernandes da. *Condomínios Horizontais Fechados em Goiânia. Um caso: Privê Atlântico*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós- Graduação em Sociologia, UFG, Goiânia, 2003.

SOUZA, Renato Medeiros de. *Novos modelos de ocupação urbana: Os condomínios fechados horizontais em Goiânia*. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. PUC-GO, 2012.

Artigos de periódicos

ALMADA, Mauro. Condomínios fechados saúdam o povo e exigem passagem. *Revista Projeto* (Revista Brasileira de Arquitetura, Planejamento, Desenho Industrial e Construção), n. 51, 1983, p.40.

ARANTES, Germana de Faria. Reabilitação nos centros urbanos. O caso dos Parques “Vaca Brava” e “Flamboyant”. *XIV Encontro Nacional da Ampur*, Rio de Janeiro, 2011.

BATALLER, Maria Alba Sargatal. O estudo da gentrificação. *Revista Continentes*, v. 1, 2013, p. 9-37.

BERNARDES, Genilda D’Arc; JUNIOR Ademar Azevedo Soares. Condomínios horizontais fechados: reflexão sobre a configuração do espaço intrametropolitano de

Goiânia. <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/3142/3147>. Acessado em: 06 de abril de 2015

DE OLIVEIRA, Ubiratan Francisco; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. Cidades contemporâneas: “Locus” do capitalismo pós-moderno. *Caminhos de Geografia*, v. 12, n. 38, 2011.

FREITAG, Barbara. O mito da megalópole na literatura brasileira. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 132, jan-mar. 1998, p. 143-158.

FREITAG, Barbara, Cidade dos Homens. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 2002, p.19-37.

JAENISCH, Samuel Thomas. Entre cercas, muros e alarmes: sobre o medo da violência urbana e a criação de espaços segregados na cidade. *II Simpósio Interacional Diálogos da Contemporaneidade*, Centro Universitário Univates, 2010.

MENDES, Luis. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. *Caderno Metrôpoles*, v. 13, n. 26, 2011, p. 473-495.

MOYSÉS, Aristides, et al. Da formação urbana ao empreendedorismo imobiliário: a nova face da metrópole goianiense. *MERCADTOR – Revista de Geografia da UFC*. Ano 6. 2007.

MOTA, Matheus André Gomes; REZENDE, Sandra Catharinne Pantaleão. Condomínios Horizontais de alto padrão em Goiânia como elementos da condição urbana contemporânea em Goiânia. *Anais do Seminário Nacional Pensando o Projeto, Pensando a Cidade*, Goiânia, 2016.

RESENTE, Ubiratan Pereira. Especulação imobiliária e verticalização urbana: um estudo a partir do Parque Municipal Cascavel em Goiânia. *Geografia*, v. 22, n.2, p. 79 – 102, Londrina, 2014.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *GEOUSP: espaço e tempo*, n. 21, 2011, p. 15.

Artigos de jornais

AFONSO, José. Privê Atlântico: conforto e tranquilidade. O paraíso. *Diário da Manhã*. Goiânia, Bairros, fl. 12,18 de setembro de 1987.

AUTOR DESCONHECIDO. Demora do progresso desanima setor. *O Popular*. Goiânia, Bairros, fl. 06, 24 de abril de 1994.

_____. Paraíso longe do centro. Privê Atlântico mostra por que a tranquilidade continua sendo um bom negócio. *O Popular*. Goiânia, Bairros, fl. A, 24 de abril de 1994.

_____. Condomínios fechados vivem onda de furtos. *O Popular*. Reprodução/TV Anhanguera. Goiânia, 02 de novembro de 2015.

_____. Ladrões furtam R\$650 mil em casa de condomínio de luxo de Goiânia. *G1 GO*. Goiânia, 23 de novembro de 2015.

_____. Família é feita refém durante assalto no condomínio Alphaville Araguaia, em Goiânia. *Mais Goiás*. Goiânia, 10 de setembro de 2016.

_____. Moradores denunciam furtos em condomínio de luxo de Goiânia. *G1 GO*. Goiânia, 27 de outubro de 2016.

_____. Preso por furtar condomínios de luxo critica vítimas “pobres” da vizinhança. *G1 GO*. Goiânia, 01 de janeiro de 2017.

BRAGA, Benedito. Condomínios foram alvo de 12 furtos em 30 dias. *O Popular*. Goiânia, 24 de novembro de 2015.

CRUVINEL, Gustavo. Água do Parque Cascavel. Principal desafio é a recuperação do seu lago. *Diário da Manhã*. Goiânia, 20 de março de 2017.

CRYSTHIAN, Rhudy. Parque Cascavel. Um golpe imobiliário que ainda atrai. *O Hoje*. Goiânia, 19 de maio de 2016.

MAIA, Cloves Reges. Roubos a condomínios acabam com o mito de segurança possível em Goiânia. *Opinando*. Goiânia, 10 de setembro de 2016.

MARTINS, Vanessa. Polícia prende suspeito de furtar e roubar casas de condomínio de luxo. *G1 GO*. Goiânia, 19 de setembro de 2016.

RAFAEL, Ricardo. Mansões e mato. Jardim Atlântico. Moradores de bairro nobre dizem que mato alto gera insegurança. *Meu Bairro*. Goiânia, 13 de janeiro de 2005.

RIBEIRO, Poliana. Campo do Goiás impede continuação de avenidas. *O Sucesso*. Goiânia, 16 de setembro de 2016.

TAVARES, Enio. Polícia apreende meia tonelada de maconha em condomínio de classe média de Goiânia. *O Popular*. Goiânia, 10 de novembro de 2016.

VELASCO, Murilo. Ação prende “atacadista” do tráfico em condomínio de luxo em Goiás. *G1 GO*. Goiânia, 10 de setembro de 2016.

Leis, Decretos e Regulamentos

BRASIL. Lei nº 6.766. de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

GOIÂNIA. Lei Complementar nº 4.526, de 20 de janeiro de 1972. Dispões sobre loteamentos urbanos e remanejamentos. *Diário Oficial do Município de Goiânia*, n. 271, 21 de jan. 1972.

_____. Lei Complementar nº 7.222, de 20 de setembro de 1993. Estabelece condições especiais para aprovação de parcelamento do solo nas áreas urbanas e de

expansão urbana do município de Goiânia, caracterizados como parcelamento prioritário e dá outras providências.

_____. Lei Complementar nº 031, de 29 de dezembro de 1994. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo nas Zonas Urbana e de Expansão Urbana do Município de Goiânia e estabelece outras providências urbanísticas.

_____. Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007. Dispõe sobre o Plano Diretor e o processo de planejamento do Município Goiânia e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Goiânia*, n. 4147, 26 de jun. 2007.

_____. Lei Complementar nº 177, de 16 de janeiro de 2008. Dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Goiânia e dá outras providências.

_____. Lei Complementar nº 183, de 19 de dezembro de 2008. Estabelece o novo modelo de gestão para a Administração Pública Municipal, dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.123, de 28 de dezembro de 2011. Cria os Parques integrantes do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns – PUAMA; Disciplina o regime urbanístico especial para a Área de Programa Especial de Interesse Ambiental Macambira Anicuns; regulamenta a aplicação de instrumentos de política urbana, nos termos dos artigos 130, alíneas “b” e “c”; 132; 133; 134; 140 e 145 da Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007 que aprovou o Plano Diretor do Município de Goiânia; cria o Bônus Moradia e dá outras providências.

_____. Tabela de Condomínios Fechados – Goiânia – ABR 2012. *Anuário Estatístico de Goiânia*, 2013.

Outros

Processos da Prefeitura de Goiânia:

6593101, Alvará de Aceite, 11 de fevereiro de 1983.

6615082, Alvará de Aceite, 22 de julho de 1993.

12514263, Alvará de Aceite, 19 de maio de 1998.

8726505, Regularização, 23 de junho de 1995.

24064387, Regularização, 10 de março de 2004.

Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns.

<http://www.goiania.go.gov.br/shtml/puama/principal.shtml>. Acessado em 20/05/2017.

APÊNDICE:

Entrevista 1 : Entrevista concedida à pesquisadora, Adriana Figueiredo Carvalho, pela moradora do Privê Atlântico, Rosângela Araújo Silva Nunes, no dia 06 de dezembro de 2016.

Rosângela: *E as pessoas me cobram escrever um livro, mas na veia do social, porque aqui a gente sobreviveu com a amizade de antigamente. E aí fazia muita festa, muito encontro. E nos encontros a gente se confortava com a distância. Porque tem muita gente que mora fora, que é de fora. E com a distância do centro, que nós agora que estamos dentro da cidade. Mas pra Goiânia isso aqui era muito distante.*

Pesquisadora: Era bem distante.

Rosângela: *Então vinha pra (sic) cá quem era de fora, quem não encarava, as mulheres não gostavam, os maridos gostavam. Então, nessa veia das festas e dos encontros é que eles me cobram. E eu peguei dois autores, dois teóricos sobre... Um sobre condomínio da modernidade, né da... Contemporâneo.*

Pesquisadora: Quem?

Rosângela: *É o Cristian Duncan. Ele escreveu um livro sobre condomínio.*

Pesquisadora: Eu vou procurar.

Rosângela: *É, eu tenho. Eu vou ver se eu acho ele aqui. Eu só emprestei. Ele escreveu um livro. Eu fui na palestra dele aqui. Não me identifiquei com o condomínio dele, não entendi. Falei pra (sic) minha amiga olha não entendi, porque... Aí eu fiquei nessa, falei assim... Aí eu não entendi muito o livro dele e tal. Bom, mas não demorou um ano e a minha irmã manda um vídeo do Antônio Cândido, que é um da área da literatura e da área da língua portuguesa que ele escreve – e ele é sociólogo também – que ele escreveu sobre a formação do povo do bairro, das vilas, do bairro, da convivência. Mas no interior de São Paulo e Minas Gerais. Aí eu entendi. Ele escreveu sobre o caipira. Não o caipira caricato. Ele escreveu sobre a vida caipira. De trocar o cafezinho, de trocar o café, a ...*

Pesquisadora: O açúcar...

Rosângela: *A xicrinha de açúcar, é fazer o.... a.... Apoiar os velórios, fazer as festas... Então ali ele fez... É o jeito caipira de viver é esse. Aí eu entendi e eu falei: Então por isso que eu não entendi o Duncan. Porque ele descreveu um condomínio da modernidade, e eu mora... E aqui era um condomínio dos caipiras. Era um bairro. Ele chama de bairro esse encontro. Era um bairro que as pessoas se encontravam e obrigatoriamente pelas circunstâncias, porque o telefone era um só, pelas circunstâncias nós tínhamos que nos relacionar e ser cúmplices um dos outros. E juntos, as três religiões no mesmo espaço juntos, contribuimos para a construção da igreja, pra (sic) construção do centro espírita. Os evangélicos já tinham as suas formações por fora e não entraram muito nisso. Mas o centro espírita e a igreja católica ali foi (sic) obra do bairro, dos caipiras, do grupo. É, e era interess... E isso foi muito interessante descobrir isso. E eu dei esse estalo porque eu fui numa primeira comunhão de uma coleguinha da Isabela, porque a Tatiana não podia levar, e aí no último banco que nós chegamo (sic) atrasada (sic) na igreja da catedral, sentou uma mocinha do meu lado, uma jovem senhora. Aí ela olhou pra (sic) mim e falou assim: - Tia, você não está me reconhecendo?!*

Pesquisadora: (risos)

Rosângela: *Aí quando ela sorriu eu falei: Uai, mas você cresceu! E você é mãe! Aí ela se identificou.*

Pesquisadora: Era vizinha daqui?

Rosângela: *Era vizinha. Ela foi criada aqui. Aí ela disse assim pra (sic) mim, ela fez a seguinte pergunta: Eu mudei pro Milão (pro condomínio) e pro Guilherme – acho que é Guilherme mesmo o nome do filho – pro Guilherme ter a mesma infância que eu tive. Tia, mas ele não tem! Por quê? Por que aí ela veio com.... Com..... Saudosamente ela veio falando sobre a infância dela no Privê. Os coleguinhas tudo brincando na rua; e eles iam no seu Valter sozinhos, e andavam de bicicleta, disputavam as bicicletas e depois os namoradinhos e tal. Ela falou assim: Mas não tem, eu não conheço ninguém! Aí eu instantaneamente e assim, muito rapidamente, porque já tava (sic) com a (inaudível) impaciente, respondi pra ela: - Porque você foi criada no condomínio do Antônio Cândido! E você mora hoje no condomínio do Cristian Duncan.*

Pesquisadora: (risos). Ela não entendeu nada!

Rosângela: *Então assim, não. Aí eu expliquei mais ou menos pra (sic) ela. Aí ela: Tia, porque você não escreve um livro: Aí eu falei olha todo mundo tá (sic) cobrando. Aí eu liguei pra minha irmã e ela falou assim a primeira parte, o prefácio já tá escrito. Aí eu fui pro (sic) computador e agora eu tô (sic) escrevendo pela via do social.*

Pesquisadora: ótimo.

Rosângela: *E não pela via da estrutura, pelas casas. Porque na verdade, isso aqui eles chamaram de condomínio. Mas o modelo era de conjunto habitacional. Mas como tava (sic) na moda no final dos anos*

1970, em São Paulo quando começou os condomínios, e eles queriam vender, ah! Todo mundo veio. Achavam que todo mundo vinha pra (sic) cá era rico. Coitados! Eram funcionários públicos, eram bancários, certo? Médico que tinha acabado de se formar, casais bem jovens, bem jovens, certo? É verdade que eu cheguei grávida do meu filho que hoje tem trinta e seis anos. E aí as casas eram.... Tinham quatro modelos, mas eram todas do mesmo padrão. Eram casa de conjunto, mas se chamasse conjunto o pessoal não comprava. Aí puseram o muro.

Pesquisadora: Na década de 1970?

Rosângela: 1979. 1978

Pesquisadora: Final da década de 1970.

Rosângela: Final da década de 1970 e foi inaugurado em dezembro de 1978 e eu cheguei em setembro de 1979. Aí as casas eram iguais, praticamente. E colocaram o muro ilegal. Porque o cara da imobiliária era amigo do prefeito, aí ele cedeu umas licenças e pôs esse muro.

Pesquisadora: O muro em volta do condomínio?

Rosângela: Do condomínio. Aí virou condomínio. Não é. Tinha uma portaria, mas era totalmente ilegal.

Pesquisadora: Quando você veio pra (sic) cá, já tinha o muro ou não?

Rosângela: Não, ele já entregou as primeiras casas com o muro. Por isso é que vendeu. E a preços de casa popular. E era financiado pela Caixa, antiga Caixa que fechou. E a preços bem populares, pra (sic) funcionários. E aí criou-se essa coisa na sociedade, porque a sociedade do consumo vira moda, e aí pega, e depois que pega não sai mais, virou que aqui era um condomínio. Então o primeiro condomínio horizontal de Goiânia, embora totalmente irregular e com casas iguais de conjunto habitacional, foi o Privê Atlântico. Aí que se foi criar uma associação, aí que se foi criar... aí não era obrigado a pagar porque isso aqui não era legalizado...

Pesquisadora: Como é que cobra?

Rosângela: Como é que cobra? Aí pagava os voluntários. Aí começou a briga. Metade pagava, metade não pagava. Então não sustentava essa portaria. E tinha um telefone pra (sic) todo mundo.

Pesquisadora: Pra (sic) todas as casas.

Rosângela: Porque antigamente era muito difícil telefone. Cê (sic) comprava, a linha demorava chegar, tinha que esperar a linha chegar até a área da cidade, aí chegou lá mas demorou um pouquinho. Lá pelos ... demorou uns seis anos pra (sic) chegar telefone na casa de todo mundo. Uns seis anos a gente usava um telefone só. Ônibus ali, Parque Anhanguera não existia, era só... aqui não existia. E os serviços, os serviços gerais que prestava (sic) serviço da lavadeira, da passadeira, da diarista, do jardineiro, morava na vila rosa que hoje é um bairro de classe média já. Então era isso, então as casas eram todas iguais e começaram as modificações. É tanto que hoje nós chamamos... E aquilo ali eram lotes vagos. E aí os lotes vagos hoje nós chamamos de setor das mansões.

Pesquisadora: (risos). As casas do meio?

Rosângela: Não! Se você descer do lado direito! Do lado direito.

Pesquisadora: Lá não tinha casa?

Rosângela: Não! Nenhuma casa foi construída!

Pesquisadora: Não, mas parece que nas quadras de baixo...

Rosângela: Nas casas de baixo, à direita do lado de baixo. E pra (sic) cima. Todas são construídas de acordo com as normas de um condomínio. Metros quadrados, modelo, afastamento de...

Pesquisadora: O condomínio cobra isso? Ou não?

Rosângela: O condomínio agora cobra.

Pesquisadora: Cobra?

Rosângela: Cobra. Cobra. Por quê? Porque pra (sic) ingressar no sindicato dos condomínios que chama... Esqueci o nome. Ascon! Isso, pra.... Ah, porque aí começou a surgir depois na década de 90...

Pesquisadora: Vários, né?

Rosângela: O primeiro que surgiu foi aqui. O Viena. Depois o Florença. Aí que depois foi surgindo os outros. E aí criou-se o condomínio. Eles têm umas regras, até tanto que quando eles vieram aqui tinha cachorro solto, eles falaram: não. Se tiver um cachorro a gente não... Monte de areia na ...

Pesquisadora: Na calçada.

Rosângela: Na calçada, construção sendo feita na calçada modificando o asfalto, né? Detonando com o asfalto, né? É... Lixos, casas sem lixeira... Pra (sic) você ver que isso tudo aí já eram coisas que não precisavam nem... Não precisava nem cobrar. E.... e era um condomínio não muito limpo, não tinha os... Os varredores de rua vinha (sic) poucas vezes por semana, e agora não, agora a prefeitura não põe mais varredor de rua. Agora nós temos que pagar. Daqui a pouco o lixo vai sair daqui também. Porque os outros condomínios não têm, então...

Pesquisadora: Coleta de lixo, né...

Rosângela: Aí começou-se a.... a luta pra (sic) reconhecimento do muro, porque já era usucapião,

Pesquisadora: (risos)

Rosângela: Do muro porque a associação dos bairros do Jardim Europa queria derrubar os muros. Porque eles tinha (sic) direito de passar pra lá e pra cá. Bom, é um condomínio que tem comércio. Nenhum outro condomínio tem. Outros condomínios também não têm salão social; aqui tem, certo? Então tem umas modificações pela natureza da criação do condomínio.

Pesquisadora: Pela origem, né?

Rosângela: É. E a diferença hoje, Adriana, a diferença hoje é entre o morador antigo e o morador novo. O morador antigo ainda cria caso por conta de pouca coisa e não entende porque que se um cachorro ficar solto você vai pagar uma multa, ele não entende porque que se não tiver lixeira você vai pagar multa, não entende porque você tem que pagar em dia o condomínio porque é rateado, as despesas são pagas.... Os novatos não, os novatos nem perguntam. Eles já são.... É outra ideia. Chegam aqui... O condomínio do Ducan é mais educado. O condomínio do Antônio Cândido é.... Eu vou te mandar o “zap”, se você me der, o “zap” do Antônio Cândido e eu vou te mostrar qual é o livro. O do Antônio Cândido como ele define. A minha irmã falou assim: Aqui você se acha no Privê Atlântico! (risos)

Pesquisadora: (risos)

Rosângela: É um discurso que não tem nada a ver com o condomínio, mas que trazendo dentro da sociologia, né, dentro da comunidade e aí começa-se a luta pela legalização pra (sic) poder ser.... Pra poder todo mundo ser obrigado a pagar o condomínio, porque todas as causas que eles entraram contra eles perderam porque o juiz entendeu que vocês... isso aqui é uma divisão de despesas de um bem comum. O bem comum é o seguinte: Se você não joga vôlei e a coisa tá (sic) lá, você tem outras coisas pra fazer também, mas tá lá pra todo mundo. E aí, as casas foram modificadas, poucas casas são originais. Aqui na rua tem a da Xará. É original, a da Maria do Carmo é original, pouco modificada, mas é original. A do Vitorio aqui, a do Hélio Júnior, né? Poucas casas são originais. Certo?

Pesquisadora: É, eu cheguei até a fazer um levantamento disso. Mas é muito interessante essa visão que você tem porque é justamente a visão que eu tô (sic) tentando passar no.... na minha dissertação. Só que aí você já trouxe mais coisas. Porque na minha dissertação eu tô (sic) tentando descobrir se tá tendo evasão desse morador antigo pra chegada dos novos moradores e o que que pode tá motivando isso.

Rosângela: É, aí.... o que que motivou? Tem.... Tem algumas.... Algumas evasões.... Tem os grupos. Por exemplo: As mulheres xingavam tanto, porque aqui era tão longe pra (sic) carregar os meninos, as mães. Elas falavam tanto, e choramingavam tanto, porque não gostavam daqui, porque era muito longe, porque tinha que levar o menino pro (sic) inglês, pra natação, tinha que levar pra escola, tinha que levar pros aniversários, então eles acabavam se mudando daqui porque era longe. Tá (sic). Ponto. O outro é porque quando ficou a obrigação de pagar, muitos não tinham condições de pagar. Porque embora tinha nome de condomínio e pensava-se que todo mundo aqui era abastado e tinha condição econômica boa, não. Não tinha.

Pesquisadora: Teve gente que (restante da frase inaudível).

Rosângela: Porque era tanta classe.... É... Os preços das casas...

Pesquisadora: Eram populares, né?

Rosângela: Eram preços populares! Certo? Entoa eles.... Isso acabou empurrando. Empurrando. E os primeiros foram porque não tinha linha de ônibus, os meninos foram crescendo e foi ficando difícil. Porque agora que tem uma linha... que tem anos pra (sic) cá que tem uma linha de ônibus. Outros é porque.... Ah, ah... E.... Nossa! Migraram muito pra (sic) outros condomínios, os outros condomínios do Ducan.

Pesquisadora: Os mais...

Rosângela: Os mais... os mais... Os condomínios mais elaborados, condomínios mais estruturados, certo? Com menos problemas administrativos. Por exemplo, a mãe dele sabe, que ela morou no Mônaco, a organização lá é diferente da organização daqui. Como que se lida com isso aqui. Embora o vizinho do lado num (sic) sabe quem que você é. E ali ela senta na porta, dá tchau, brinca com os cachorrinho (sic), certo? Então a mãe dele tem a experiência dos dois condomínios, né? E então tem isso. São condomínios que as pessoas vão – os outros – pra (sic) segurança e individualidade também, porque nem no prédio você consegue individualidade. É muito pelo contrário. Cê (sic) Agora cê (sic) pergunta aos que chegam pra (sic) cá. Os que chegam pra (sic) cá muitos são filhos. Foram criados aqui e voltaram. A minha filha é uma, aqui na rua tem vários. Pois é, os filhos tão voltando e criando os filhos aqui. Por quê? Porque você sabe que pode.... Pode contar com o vizinho.

Pesquisadora: Tem essa cara de bairro.

Rosângela: Embora.... Embora essa mesma, por exemplo. A minha filha é muito sistemática. Ela não tem um cafezinho na rua com o vizinho. Ela tem outra visão de condomínio, certo? Ela tem outra visão, mas ainda tem uma coisa de que chama a coleguinha de lado pra (sic) brincar na casa dela. Mas dentro da casa dela, também. Não é igual a gente senta na rua... É. Então tem isso. Então migraram muito por conta da obrigatoriedade... Da obrigatoriedade de pagar o condomínio e sentiu que tava (sic) caro, sentiu

que não dava conta de manter, e também por conta da distância. Agora recebemos também por conta do... da... dessa coisa que teve muitos que saíram e falou assim: Ah, não! Lá é humanizado e tem um... e tem um supermercadinho lá dentro. É, porque o preço do lote é o mesmo. Engraçado! O preço do lote aqui varia... Bate mais ou menos com o do Mônaco. E o preço da área construída o engenheiro vai cobrar o mesmo, da firma. Aqui tem muito de um rapaz que morreu, saudoso Braz Campos,

Pesquisadora: Sei!

Rosângela: *Pois é, o Braz Campos construiu demais aqui. Ele era sócio do meu irmão.*

Pesquisadora: O Braz Campos.... Eu trabalho na prefeitura, sou arquiteta. Realmente, ele protocolava muito processo lá, a gente conhecia ele. (Vê um senhor se aproximar e diz): Oi, tudo bem?

Rosângela: Marcos, ela é arquiteta e está fazendo uma entrevista sobre o Privê Atlântico antes.

Marcos: Só que o antes é difícil de resgatar, né? Porque as casas já foram todas modificadas.

Pesquisadora: É isso que eu tava (sic) falando pra ela.

Marcos: Essa aqui em frente é a que tá (sic) menos... Menos

Rosângela: Menos modificada. Quase original.

Pesquisadora: Quase original?

Marcos: Essa aqui da frente aqui é.

Pesquisadora: Essa daqui foi modificada?

Rosângela: Super ultra modificada. AH não! Os quartos nós mantivemos lá.

Pesquisadora: Você mora aqui desde.... Nessa mesma casa?

Rosângela: Nessa mesma casa. Desde 1979.

Pesquisadora: Deixa eu marcar aqui.

Marcos: Então me dá licença, tá (sic)? Dá licença.

Pesquisadora: Tá (sic), obrigada.

Rosângela: *Aqui era cozinha, aqui era sala.... Foi a casa mais linda que eu já tive. Podia modificar, botar parede, mas foi a casa mais linda que eu já tive. Era um capricho! Linda!*

Pesquisadora: Você permite a publicação da sua opinião na pesquisa?

Rosângela: Sim.

Pesquisadora: E a utilização da imagem da sua casa caso eu precisar tirar foto da fachada?

Rosângela: Sim, sim. Do fundo também.

Pesquisadora: Deixa eu assinar aqui.

Rosângela: *Vou ver se eu acho o livro. E eu agora quando eu escrever esse livro eu vou mandar pra (sic) ele antes de publicar. Porque o livro eu vou.... O meu pano de fundo, a minha base teórica vai ser a dele e a do (inaudível).*

Pesquisadora: Cê (sic) tá fazendo um paralelo.

Rosângela: É, um paralelo. (Pausa para buscar o livro). Você aceita uma água geladinha?

Pesquisadora: Não, obrigada.

Rosângela: O livro é esse. Ele até dedicou pra (sic) mim, porque eu fui lá no café de ideias...

Pesquisadora: Vou tirar foto da capa dele. Mal-estar, sofrimento e sintoma. (Risos)

Rosângela: É, porque ele é psicanalista também. É, ele é psicanalista, então ele escreve também por essa veia da... porque que as pessoas vêm pra (sic) um condomínio. Esse livro é interessante. Se você não achar ele aqui em Goiânia eu te empresto. Você fala com o Guilherme e eu te empresto.

Pesquisadora: Tá (sic), tá bom. Vou procurar ele.

Rosângela: Porque às vezes.... Eu comprei quando ele veio da palestra, né? Aí se você não achar eu te empresto ele, tá (sic)?

Pesquisadora: (...). Seu nome, idade....

Rosângela: Aqui, tá (sic) aqui meu nome.

Pesquisadora: Nível de escolaridade?

Rosângela: Superior, né?

Pesquisadora: Superior. Superior completo. E do chefe da família? Qual a renda?

Rosângela: Superior também.

Pesquisadora: A renda familiar? Acima de nove? De sete a nove, de cinco a sete...

Rosângela: Salário mínimo?

Pesquisadora: É.

Rosângela: Ah, acima de sete.

Pesquisadora: Acima de sete. De sete a nove? Qual a motivação pra (sic) vir morar no Privê Atlântico?

Rosângela: (risos) Bom, eu nem sabia que eu ia morar aqui. Como eu amo muito Goiânia, eu não queria morar aqui. Achei isso aqui um horror! O Marcos veio pelo seguinte: Como o Marcos é do Rio de Janeiro, isso é interessante. O Marcos é do Rio de Janeiro e o pessoal que vinha pra (sic) cá do Rio, de São Paulo, de Belo Horizonte não achava isso aqui longe. Não, não achava. E ele se encantou por isso aqui. Por quê? Primeiro o preço chamou atenção. Segundo, era uma coisa muito organizada. E tava (sic)

pronto! E problema de distância ele não tinha. Entendeu? Então é preço, a organização.... Pra (sic) você ver, você tem só um filho, uma casa com uma suíte e dois quartos e um banheiro social e assim, relativamente grande, pra época, trinta e seis anos, sete anos atrás...

Pesquisadora: Tava (sic) ótimo, né?

Rosângela: *Era muito bom!*

Pesquisadora: Muito bom.

Rosângela: *E sem fazer diferença de casa de conjunto. E com uma área pra (sic) frente e pra trás pra construir. E muito organizado já, com asfalto, com praça, né? Então isso que chamou atenção. Porque já tava (sic) pronto. Porque na verdade a gente se casou e ele foi fazer mestrado no Rio. Quando nós voltamos isso aqui já.... Ah, e ele supervisionou nessa área aqui uma lavoura de... Soja ou arroz, Marcos?*

Marcos: Soja!

Rosângela: *Era soja né? Soja. Soja. Ele vinha com o colega dele porque o dono da... Do lote, do empreendimento, que cê (sic) sabe quem são? Os Barbosa ali, ó. É, eles eram donos dessa área todinha que eles plantavam soja. Porque aqui era fora da cidade. Você mora em Goiânia?*

Pesquisadora: Moro, eu moro em frente o (sic) parque Cascavel. Pertinho daqui.

Rosângela: *Ali então era só buraco. Ali ninguém passava.*

Pesquisadora: Ali eu tenho as fotos aéreas e em 2008 que asfaltou aquela região ali. É super recente.

Rosângela: *Mas lá era cada cratera que não tinha lógica.*

Pesquisadora: E nem tinha passagem, né?

Rosângela: *Não, tinha não. A gente dava a volta.*

Pesquisadora: Vocês passavam por onde?

Rosângela: *Pra (sic) ir pro Parque Amazônia? Era pela T-63, pegava lá daquelas lá...*

Pesquisadora: Lá embaixo e voltava.

Rosângela: *Isso. Exatamente.*

Pesquisadora: Eu tava (sic) tentando entender esses dias como que era essa volta...

Rosângela: *Pois é, então na T-63, que era uma rua, não era uma avenida. Aí ainda na segunda ou terceiro sinaleiro. Porque pra cá no.... No... Perto do córrego ali da baixada era só brejo e erosão.*

Pesquisadora: Meu Deus.

Rosângela: *Então aquela avenida Contorno que pega hoje que... A avenida das multas, né? Porque a hora que você desce a T-63 e dá multa, ali não existia, não passava. Então cê (sic) passava, cê (sic) pegava... NÃO!! É T-9! Não existia aquela T-63 ali. T-9.*

Pesquisadora: Ah, era lá? Nossa!

Rosângela: *Na T-9 que ocê (sic) ainda pegava a segunda ou a terceira é que você saía no Parque Amazonas. Por aqui não tinha passagem.*

Pesquisadora: Gente, e o parque Amazônia é aqui do lado, hein?

Rosângela: *É. Então não passava. Não tinha.*

Pesquisadora: Hoje você se sente segura aqui no Privê?

Rosângela: *Sim. Sim.*

Pesquisadora: Aqui pra (sic) você é um lugar agradável?

Rosângela: *É.*

Pesquisadora: Você é a favor da cobrança da taxa de condomínio?

Rosângela: *Claro! Eu sou uma das batalhadoras!*

Pesquisadora: (risos). Você é a favor do controle de acesso de visitante?

Rosângela: *Sim.*

Pesquisadora: E é a favor dos estabelecimentos comerciais dentro do Privê?

Rosângela: *Não. Do crescimento e expansão não. O que tem aí e já tá (sic) eu não...*

Pesquisadora: Só dos que tem?

Rosângela: *Só os que tem. A expansão não porque sobrecarrega a portaria.*

Pesquisadora: Hummm. É verdade.

Rosângela: *É uai. Sobrecarrega muito.*

Pesquisadora: Você utiliza os espaços comunitários daqui do Privê?

Rosângela: *Sim, sim.*

Pesquisadora: Quais?

Rosângela: *Olha, o parquinho, a praça, o ranchão! O Ranchão.*

Pesquisadora: Ranchão é onde tem festa?

Rosângela: *É, o ranchão é uma história a parte. O ranchão dá um livro.*

Pesquisadora: Sêrio?

Rosângela: *É. O ranchão dá um livro. Ele já foi queimado, o cara construiu com palhoça, nós jogamos água na cruz pra (sic) essa palhoça ficar pronta, aí fica pronta e queima. Não, isso aí era onde rendia os dinheiro (sic) pra poder pagar os guardas....*

Pesquisadora: Vocês faziam eventos?

Rosângela: *Fazia eventos pra (sic) isso. Cada um...*

Pesquisadora: Pra (sic) fora ou só pra morador?

Rosângela: *Não, aí recebia, aí dava os convitinhos e recebia. Entendeu? É nessa veia que o povo quer que eu conte. E nisso aí atrás você vai dando as informações, né? Da legalidade burocrática, sei lá como chama isso. Oficiais. Minha irmã chama de oficiais.*

Pesquisadora: E nesses espaços comunitários, quais atividades você...

Rosângela: *Olha, a praça, o lazer mesmo na praça, passeio. O parquinho pra (sic) acompanhar a neta. Antigamente acompanhava os filhos, agora acompanho a neta. E o ranchão pra festas, eventos particulares e comunitários. Porque eu não tenho mais idade de jogar peteca e nem vou e nem nada, né? Então como é que eu vou fazer isso?*

Pesquisadora: Os aspectos positivos do Privê Atlântico? Eu acho que você já vem me falando. Os aspectos positivos, mas e os negativos? Você consegue...

Rosângela: *Você fala do condomínio ou do Privê Atlântico? Porque tem essa diferença, né?*

Pesquisadora: É. Realmente. Do Privê.

Rosângela: *Os aspectos negativos do Privê, porque ainda.... Há um grupo.... Deixa eu formular primeiro. Porque há um grupo que ainda não.... Um grupo de antigos, hein? Não é dos novatos não. Dos antigos. Que ainda não compreendeu que as leis.... As leis de urbanidade, urbanização? Como é que fala isso? Ambientais, urbanização... Leis....*

Pesquisadora: Urbanização.

Rosângela: *Né, as municipais, elas têm que serem cumpridas. Na questão do som, na questão do horário de incomodar o vizinho, certo?*

Pesquisadora: São leis de convivência, né?

Rosângela: *É. E a questão da limpeza das ruas, a manutenção da limpeza das ruas. Isso ainda é falho, aqui é fraco. Eu acho fraco.*

Pesquisadora: Mas tem multas?

Rosângela: *Tem multas. E ah! As regras das construções. Por exemplo, o pai dele (Guilherme) derrubou uma casa e fez de novo. Você não viu uma coisa lá. Foi tudo colocado lá de dentro. Ou seja, são novas... São novos elementos chegando. (Pausa para falar com a neta). Essa é minha neta. A mãe dela veio com dois anos pra (sic) essa casa. (Fala com a neta novamente)*

Pesquisadora: Cite aspectos que transmitem conforto. Aqui. Acho que você acabou falando.

Rosângela: *Conforto? Segurança, é.... Segurança, aconchego, afetividade, é sentido de comunidade.*

Pesquisadora: Qual que é a imagem que você tem do Privê Atlântico hoje?

Rosângela: *Ah, de avanços.*

Pesquisadora: Avanços?

Rosângela: *Avanços, de modernida.... De pouca modernidade, mas há. Ele é mais bonito. Ele é menos afetivo, mas ele é mais bonito. Eu acho o Privê hoje mais chique, certo? Ele é mais bonito. Não escreve isso aí porque tá (sic) gravando não né? Eu tenho (inaudível)*

Pesquisadora: E a relação com a vizinhança? É boa?

Rosângela: *Pelo menos aqui nós tamo (sic) envelhecendo e engordando junto tem... (pausa pra (sic) falar com a neta)*

Pesquisadora: Quanto tempo por dia você passa no Privê Atlântico?

Rosângela: *Ah, bom. Eu sou suspeita, porque eu sou aposentada, né? Então eu passo o dia inteiro, porque eu sou aposentada. Mas as pessoas... A minha filha, por exemplo. Ela durante o dia ela não passa no Privê.*

Pesquisadora: Ela trabalha, né?

Rosângela: *Ela trabalha, a outra também não passa. Então os aposentados passam o dia inteiro. Os outros não. O meu marido não passa o dia no Privê, né? Então eu pela minha aposentadoria eu passo o dia inteiro.*

Pesquisadora: Aqui você já falou. Você tem conhecimento que aqui era um conjunto, né? Porque eu tava (sic) falando com você.

Rosângela: *Sim! Tenho.*

Pesquisadora: E você sabe como que surgiu o nome Privê Atlântico?

Rosângela: *Isso eu não sei, porque isso aí eu posso até levantar pra (sic) você. Porque que é que eles colocaram Privê Atlântico.*

Pesquisadora: Quando você veio pra (sic) cá já era?

Rosângela: *Já, Privê Atlântico, com os nomes de*

Pesquisadora: Já nasceu como Privê Atlântico?

Rosângela: *Com os nomes do.... Eu tenho a impressão, porque o pessoal que fez isso aqui é de Belo Horizonte. Eles vieram pra (sic) cá, de Belo Horizonte. E eles iam muito pra (sic) praia. E aí eu acho que eles queriam fazer uma coisa assim mais.... Porque a sociedade do espetáculo tava (sic) começando. Você já leu alguma coisa sobre a sociedade do espetáculo?*

Pesquisadora: Urrun (concordando).

Rosângela: *Então, a minha dissertação no mestrado de educação, o plano de fundo era eventos escolares da sociedade do espetáculo. Então eu estudei a teoria da sociedade do espetáculo. Então no final de 1970, tava (sic) começando essa sociedade consumista, dos nomes... Pra (sic) você ver, os prédios de Goiânia, os nomes da periferia! Eu fui professora de alfabetização de adulto, na periferia. Como é que ele vai escrever o nome do bairro dele "Papillon"? Granville, com dois "L"? Quer dizer, isso é a sociedade do espetáculo. Então eu tenho a impressão que no meio dum (sic) cerrado, cê (sic) entendeu? No meio de um deserto, de um cerrado, pra (sic) aparecer, no sentido de nome..., mas eu.... É até uma pergunta interessante que nunca...*

Guilherme: *É que não sei se você reparou, mas o nome das rua (sic) é nome de animal marinho.*

Pesquisadora: Não reparei.

Guilherme: *É rua do cavalo marinho, rua do cação, rua do (inaudível) ...*

Pesquisadora: Só as do meio que é a Avenida Boulevard que é diferente.

Guilherme: *É, a avenida e....*

Pesquisadora: As duas são Avenida Boulevard, de um lado e do outro.

Guilherme: *É, e as travessas.*

Pesquisadora: É, travessa sete, travessa seis.

Rosângela: *Então, eu falei que o Marcos era melhor pra (sic) responder coisas pontuais. O Privê Atlântico, o Privê em nome era pra (sic) indicar que era privacidade em condomínio. É porque o nome do jardim.... Do bairro era.... Já existia o Jardim Atlântico.*

Pesquisadora: A aprovação do Jardim Atlântico ela é de 1968.

Rosângela: *Pois é.*

Pesquisadora: Aí depois veio o Privê Atlântico.

Rosângela: *Isso, então o condomínio.... O nome do condomínio veio em detrimento do nome do Jardim Atlântico.*

Pesquisadora: Do nome do bairro.

Rosângela: *Que é só nome de... Nome de... Peixe do mar.*

Pesquisadora: Depois eu vou até reparar se as ruas do Jardim Atlântico essas...

Rosângela: *É também. Tainha, salmão, (cheele?), Guarapari aqui, ó.*

Pesquisadora: Não, a minha é avenida Leblon.

Rosângela: *Mas é Jardim Atlântico?*

Pesquisadora: É.

Rosângela: *Mas aí...*

Pesquisadora: *E Copacabana.*

Rosângela: *Mas aí o que que ele fez? Ele fez alguma coisa que lembra mar, porque aí loteou aqui.*

Pesquisadora: É, faz sentido.

Rosângela: *Porque a de lá já não é porque lá já é vila rosa. Chama avenida Independência. A de cá é que é. Tem a Guarapari, tem a Leblon, a que você tá (sic) falando aí agora, tem a Rua da Tainha, a Rua do Atum...*

Pesquisadora: É, tem a rua do atum. Interessante! Não, então é só isso as perguntas, mas acabou que você foi me falando mais coisas do que... foi muito bom.

Rosângela: *(conversa com o marido e com a Pesquisadora sobre outros assuntos relacionados à pesquisa, mas que não são informações necessárias para serem transcritas aqui).*

ENTREVISTA 2 : Entrevista concedida à pesquisadora, Adriana Figueiredo Carvalho, pela moradora do Privê Atlântico, Karina Pereira da Cunha Alves, no dia 07 de dezembro de 2016.

Pesquisadora: Idade?

Karina: 41.

Pesquisadora: Nível de escolaridade?

Karina: *É o superior completo e tem a especialização também.*

Pesquisadora: Deixa eu colocar aqui, superior completo. Renda familiar? Aí tem um salário mínimo, de um a três, de três a cinco, de cinco a sete, de sete a nove e acima de nove.

Karina: *Acima de nove.*

Pesquisadora: Em que ano você mudou pro Privê Atlântico?

Karina: 2010.

Pesquisadora: 2010. Qual a principal motivação que te fez buscar morar no Privê Atlântico?

Karina: *É, eu acho que eu vou ter muitas respostas pra essa pergunta. É.. na verdade, assim... Primeiro a nossa escolha foi a região da cidade, e por morar em apartamento a gente queria a segurança. Mas tinha que ser casa, porque o Cauã tinha 5 anos na época, né? Então a gente procurou um condomínio fechado. Então, lá a gente encontrou o interior. Essa frase que eu vou repetir pra você depois. O interior dentro de Goiânia. Por isso.*

Pesquisadora: Hoje você se sente segura no Privê Atlântico?

Karina: *Sim*

Pesquisadora: Por quê?

Karina: *É interessante meu sentimento a partir do momento que eu passo da portaria. Eu tenho o sentimento de segurança, literalmente. Eu fico um pouco insegura até chegar em casa. Na hora que eu passo da portaria, é realmente o sentimento de segurança, e realmente por essa questão de lá parecer o interior. Então, assim, lógico que acontece alguma ... Por exemplo meu carro às vezes acelero um pouco, essas coisas, mas normalmente é tudo muito tranquilo lá.*

Pesquisadora: Mas você acha que essa segurança que você sente tem mais a ver com esse "ar de interior" ou tem mais relação com a estrutura de segurança que tem no condomínio?

Karina: *Sim, porque quando eu fui comprar, a minha mãe comentou que lá não era seguro. Que aconteceu alguns roubos e tarará.*

Pesquisadora: Acontece em todos os condomínios.

Karina: *É, não. Aí eu fui pesquisar, relatando o que aconteceu com a amiga dela, e ela já tinha mudado há dez anos de lá. Então ela tinha mudado antes de 2000. Ainda não tinha, não tinha ainda o conceito de condomínio fechado, não tinha uma organização de associação, realmente era muito livre. E hoje não. Hoje é tudo organizado, né? Então assim, realmente assim.. Eu.. Eu... E sem contar, cê (sic) vê, cê (sic) sempre vê seguranças. Cê(sic) sempre tem... E são seguranças que cê (sic) conhece pelo nome, sabe? Conhece seu filho pelo nome. Que me alertou ontem à tarde, a segurança me alertou ontem à tarde: Olha, o Cauã tá brincando essa hora no sol, 4 horas da tarde é muito forte pra ele, você não acha? Entendeu? Então assim, até nisso! A minha sensação mesmo de segurança é o contraste: da segurança que realmente tem dentro do condomínio e da insegurança que eu tenho fora do condomínio. Então, assim, o meu sentimento em relação a isso. A insegurança que tem na cidade, de você andar dirigindo, e se uma moto acompanhar muito tempo você, você fica com receio, você começa a ficar olhando... essas coisas. Então assim, quando eu chego na rua do condomínio, chego na portaria eu já ... por ter uma segurança interna, entendeu?*

Pesquisadora: Lá tem, certeza. E lá é um lugar agradável?

Karina: *Muito. Eu sou suspeita.*

Pesquisadora: Por quê? (risos)

Karina: *Quando a gente mudou pra lá... Eu gosto muito da minha casa, né? Como arquiteta eu desenhava minha casa, sonhando com minha casa. Achei a casa pronta. Não precisei nem construir minha casa, né? Achei a casa com o projeto que eu queria. E lá é muito humano. Então lá é um condomínio que você dá bom dia, boa tarde, boa noite. Você anda na rua e todo mundo se cumprimenta, por mais que você não saiba o nome da pessoa que tá passando, né? Cumprimenta e conversa às vezes... O que eu acho interessante lá, que eu falo... Quando eu fui comprar, também, a casa, me ofereceram uma casa aqui perto da onde a gente trabalha. Eu não vou citar o nome dos condomínios pra não... Por que eu trabalho no Paço, na prefeitura, e meu marido trabalha na CELG. Ele trabalha do lado de lá da BR e eu do lado de cá. Então se a gente fosse escolher um condomínio fechado pra morar, seria essa região aqui do Flamboyant, do Autódromo e tal. Por que não? Porque a sensação do primeiro condomínio é que eles são meio "cemitérios". Você não tem vizinho, você não tem pra quem pedir um açúcar emprestado, não tem uma convivência. E é exatamente o contrário do que tem no Privê. Lá, se eu precisar agora de alguém, ligar olha: corre lá em casa e vê pra mim assim assado, eu tenho, né? Então quando a gente mudou pra lá, é o que a gente, eu.. Eu.. Falo. Eu não sei (inaudível). Até ah, se sua condição financeira melhorar, você iria pra um condomínio melhor? Não.*

Pesquisadora: É, tem gente que saiu e voltou.

Karina: *Por causa dessa questão da qualidade de vida, entendeu? Então lá é muito agradável sim. Lá tem uma coisa que é uma vantagem também, diferencial do condomínio que é bom. Lá tem supermercado, o meu filho faz natação na casa da vizinha que é professora de educação física, ele vai a pé pra natação. Então assim, tem essa questão da proximidade e da convivência social é um diferencial, é o que traz muito essa questão do agradável. E eu uso muito assim... E lá tem muita diferença social também, entendeu? Então por exemplo, o meu filho ele.. Que é o que a gente valoriza e ensina pra ele. Que todo mundo é igual. Independente das condições, todo mundo é igual. Então ele brinca com o filho*

da moça que vende marmita e com o filho do juiz que mora lá dentro. Não tem diferença, trata do mesmo jeito. Então assim, são princípios, são contatos, convívios que a gente valoriza e se torna um lugarzinho agradável, por isso que eu sinto falta. É o interior dentro de Goiânia.

Pesquisadora: É uma pequena cidade, né?

Karina: É.

Pesquisadora: E você é a favor da cobrança da taxa de condomínio?

Karina: *Sim, se não a gente não teria a estrutura que a gente tem.*

Pesquisadora: E o controle de acesso?

Karina: *Totalmente a favor.*

Pesquisadora: E você é a favor dos estabelecimentos comerciais lá dentro?

Karina: *Eu sou a favor, porque eu acho que é justo, de manter os que já tem. Não novos, porque é feio, né? A gente tem que ser justo. Então assim, era um bairro, tinha um comércio, então (pausa para atender um telefonema).*

Pesquisadora: Você utiliza os espaços comunitários lá dentro?

Karina: *Sim, muito.*

Pesquisadora: Quais?

Karina: *Principalmente o campo de futebol.*

Pesquisadora: (risos) E o que que você faz nesses espaços?

Karina: *É.. o campo de futebol e as ruas, né? Porque a gente faz caminhada (eu e meu marido). E o campo de futebol porque lá tem atividade esportiva pra mulheres, né? Futebol feminino, duas vezes por semana. Tem outras atividades, mas eu frequento só o futebol.*

Pesquisadora: E esse futebol é só pra morador ou tem gente de fora?

Karina: *Tem gente de fora. A maioria é convidado.*

Pesquisadora: Que interessante, né? E aí chega lá, tem entrada?

Karina: *Não, mas tem que ter autorização.*

Pesquisadora: Eles interfonam na casa da pessoa?

Karina: *Na casa da pessoa que convidou, que fica responsável por aquele convidado.*

Pesquisadora: É igual prédio, né?

Karina: *Sim.*

Pesquisadora: Cite aspectos positivos do Privê Atlântico. Essa você já falou um monte de coisa, né?

Karina: *É o interior dentro de Goiânia, a convivência, é isso.*

Pesquisadora: E aspectos negativos?

Karina: *Vamo(sic) pensar. Que bom que eu preciso pensar pra achar coisa errada, né? Eu acho assim, o que tem de negativo não é do Privê Atlântico. É questão de condomínio, né? É às vezes são pessoas que se acham donas das áreas comuns, da questão do direito adquirido, mas não é um problema do Privê Atlântico. É um problema*

Pesquisadora: Social, assim de convivência?

Karina: *Social, é a pessoa. Não tem um, um.. É de convivência, não é bem do condomínio. O condomínio em si, por exemplo, tô tentando lembrar (balbucia algumas palavras). Tem um morador lá dentro, por exemplo, lá no final depois você pode pesquisar e ver, eu não sei direito. Ele não tem uma oficina, eu acho que ele participa de corridas, alguma dessas coisas. Ele deixa cinco, dez carros, às vezes parado lá no final da praça. Você entrou lá na portaria, chegou lá na praça, é essa rua de cá. Lá naquele canto, porque como ele mora na última casa beirando o muro, ele aproveita a rua e para esses dez carros de corrida, de oficina, e fica aquela coisa horrorosa lá. Tem um carro abandonado pro lado esquerdo na rua também.*

Pesquisadora: Ninguém sabe de quem que é?

Karina: *Deve saber! Com certeza deve saber! Eu não sei porque eu não fui atrás. Mas assim, o que falta às vezes é um pulso mesmo da administração de exigir a ordem, entendeu? E nessas questões de estacionamento de carro, porque.. Mas assim, se eu reclamo (porque eu moro de frente a um salão de festa). Se eu reclamo do som, cinco dez minutos o som já tá desligado. Nisso eles atendem. Mas aí cê (sic) vai parar pra voltar, a raiz volta de novo. É questão de convivência. A pessoa que não tem muita noção e deixa seus dez carros na rua ... De carro de corrida.*

Pesquisadora: Mas isso é uma característica até da cidade do interior, que cê (sic) fez essa comparação, porque às vezes um político é parente de não-sei-quem, que faz alguma coisa que não tá muito de acordo, mas aí ele não tem como cobrar porque é parente ou amigo de não-sei-quem aí vai ficando. Essa relação que...

Karina: *É, assim, mas eu acho que na verdade, aconteceu um problema agora, e não sei se você ficou sabendo. Não aprovou o orçamento do ano que vem.*

Pesquisadora: Hum. Do condomínio?

Karina: *Do condomínio. Foi.. Teve uma reunião de orçamento pra aprovar e não aprovou. Montou uma comissão. Então, o que a gente tava conversando. No estatuto do condomínio faltam algumas coisas. Por exemplo: no estatuto do condomínio falta: se não aprovar o orçamento do ano que vem, o que faz? Não tem. Tem uma eleição sábado agora. Chapa única. E se a maioria for não? Não aceitamos essa chapa única? O que vai acontecer? Não tem administração.*

Pesquisadora: Uai, mas não tem outra chapa!

Karina: *E se eu não gostar dessa chapa? Eu posso votar sim ou não.*

Pesquisadora: Nossa, é complicado.

Karina: *Entendeu? Então, assim.. E não tem no estatuto a obrigatoriedade da administração chegar e falar assim, tira esses carro(sic) da rua. Cê (sic) não pode deixar esse carro na rua. Então, uma falha do condomínio, aí assim - é a questão da convivência. Se a pessoa não tem essa noção de que o limite dela acabou na hora que começa o meu direito, nós temos um limite aí, o condomínio tem que intervir. Mas nisso ele tem que ter regra, tem que ter um estatuto. E o estatuto é falho. O estatuto é falho não só nessa área, mas como por exemplo, uma coisa muito ruim, que eu já passei pra eles, que você vai entender muito que é questão de arquitetura, é que o código de obras permite que a gente use a fração ideal de 90 por unidade imobiliária. A gente não quer isso lá. Tem morador, por exemplo, que não vai morar mais lá, que pegou o lote dele e fez geminado. Vai estragar o condomínio. Se cada um fizer...*

Pesquisadora: Tá cheio de geminado lá..

Karina: *Imagine se vira festa. Então, assim.. Estraga o condomínio de uma certa forma. Ah, por que você acha que estraga? Porque é um condomínio de habitações unifamiliares. Não é um condomínio de casas geminadas pra serem vendidas. O conceito é esse. Não é um local – não seria um local pra rentabilidade. Ah, vou comprar um lote pra fazer duas casas e vender, igual a gente faz muito fora da cidade, né? E o condomínio não tem regra pra isso. Os outros condomínios são mais restritivos do que o próprio código de obras. O nosso condomínio não tem. Ele é o código de obras. Então isso eu já coloquei pra eles, que a gente deve fazer... Tava aprovando o estatuto e depois ia fazer alguns regimentos, inclusive na área de início. Então a gente ia fazer esse estatuto agora, entendeu? Esse é (inaudível).*

Pesquisadora: Bom, então você já citou os aspectos que transmitem conforto, e qual é a imagem que você tem do Privê Atlântico? Acho que eu já sei a resposta! (risos)

Karina: *Eu te falei que responderia várias vezes ela!*

Pesquisadora: É o interior, né?

Karina: *É o interior dentro de Goiânia. É o interior na capital.*

Pesquisadora: E a relação com a vizinhança? É boa?

Karina: *Tranquilo. Eu tenho um cargo lá.*

Pesquisadora: Você tem.. Sei lá se não .. é.. Diretoria, né?

Karina: *Diretoria de esportes. Quando eu falo assim: ah, você tem relacionamento bom? Tenho! Até onde eu sou vizinha.*

Pesquisadora: Na hora se você tem o cargo...

Karina: *Na hora que eu tenho que intervir como diretora... Por exemplo, tem .. Domingo agora mesmo tinha uma reserva de campo, porque o que que a gente faz? Nós temos nossos cronogramas semanais normais. Futevôlei segunda, quarta e sexta. Vôlei.. Isso tô falando da quadra de areia, por exemplo. Vôlei terça e quinta. Sexta à noite, sábado e domingo eu não.. A gente lá na diretoria, eu sugeri e foi acatado o seguinte: é de todo mundo. Não pode ser de uma turma só. Então, vamos supor: se eu for fazer, igual eu fiz uma festa domingo, eu queria o campo reservado pra minha turma que ia jogar bola. Então fui lá, liguei na quinta-feira, reservei o campo, beleza. Só que o pessoal acha que é deles, então eles dizem: AH, você não pode reservar! E não é... Todos podem reservar... Tem quatrocentos e cinquenta e seis imóveis aqui, né? Então a gente todos temos o mesmo direito. Então na hora que eu.. Aí aí é desacato, briga e tal, mas isso é por conta do esporte. Agora em relação a vizinho, nunca vi problema, graças a Deus, inclusive com esses meninos do esporte. Eles me desacatam às vezes como diretora, aí acaba a discussão, aí a gente fala tchau, até mais, porque eu sou vizinha!*

Pesquisadora: (risos) Ai ai!

Karina: *Mas é assim.*

Pesquisadora: Você quer acrescentar alguma observação?

Karina: Não.

Pesquisadora: Não? Você sabia que lá era um conjunto habitacional?

Karina: *Unrum (sim).*

Pesquisadora: Você que me contou, né? E você sabe como que surgiu o nome Privê Atlântico?

Karina: *Eu imagino que veio do Jardim Atlântico, né?*

Pesquisadora: Mas o Privê?

Karina: Não. Pra falar assim que alguém me contou, não consigo dizer, mas eu só suspeito do que.. Porque Privê é um, é um clube. Privê é um clube. Eles moraram, porque a história que eu sei, até cê(sic) me, depois você me conta tudo do que você descobrir, é que eram moradores, né. E que naquela época que eles foram pra lá tudo era fazenda, tudo era abandonado e por conta por questão de segurança vamo (sic) morar, vamo (sic) morar. Questão de segurança. E eles moraram. E assim foi ficando, ficando aí acabou que a gente tá onde a gente tá hoje.

Pesquisadora: Nasceu com o muro.

Karina: Nasceu com as casas.

Pesquisadora: Sem o muro?

Karina: Nasceu com as casas. O que eu saiba é isso. Nasceram as casas e era (sic) fazendas, fazendas assim, de você olhar e perder de vista. E não tinha nada em volta, foi logo quando fundou o jardim atlântico, ninguém foi pra lá, a primeira ocupação foi lá. E aí a questão de segurança fizeram o muro. Isso é boato, não sei a história realmente. Realmente eu não sei se é verdade. Mas acredito que é Privê Atlântico por isso, porque tá no Jardim Atlântico e é um clube. É um privado, uma área privada do jardim atlântico. Minha suspeita se eu tive

ENTREVISTA 3 : Entrevista concedida à pesquisadora, Adriana Figueiredo Carvalho, pela moradora do Privê Atlântico, Elizabeth Maria Vieira, no dia 13 de dezembro de 2016.

Pesquisadora: A sua idade?

Elizabeth: 52.

Pesquisadora: Nível de escolaridade?

Elizabeth: Oitava série. Antigamente era oitava, né? Hoje é nono.

Pesquisadora: É verdade. Eu fiz a oitava série. (risos)

Elizabeth: Põe nono na frente.

Pesquisadora: É, nono ano. A renda familiar? Aí, aqui tem: um salário mínimo, de um a três, de três a cinco, de cinco a sete, de sete a nove e acima de nove.

Elizabeth: Ih, eu não sei não! Nunca somei o que dá no mês não, porque não é só meu, né?

Pesquisadora: É.

Elizabeth: Por que tem que tirar o das menina (sic), cinquenta por cento delas. Põe de um a cinco.

Pesquisadora: De três a cinco. Em que ano você se mudou para o Privê Atlântico?

Elizabeth: Tem dez anos. Nós estamos em 2016, né? 2006.

Pesquisadora: 2006. Qual a principal motivação que fez você buscar morar no Privê Atlântico?

Elizabeth: Segurança. Não "dô conta" (sic) de morar fora. Morei um ano, fiquei louca!

Pesquisadora: É?

Elizabeth: Não dou conta. Você tem que chegar em casa, ruidar (sic) quarteirão, pra ver se não tem ladrão... Lá não. Lá você pode sair, sua casa fica à vontade, cê (sic) chega tá tudo no mesmo lugar, ninguém levou nada de você. Por que a gente não tem nada, o que tem faz falta se o ladrão levar, né?

Pesquisadora: É.

Elizabeth: Então a gente faz assim, fica mais difícil, porque as coisa(sic) tá (sic) muito difícil, mas por comodidade de ter segurança.

Pesquisadora: E você passou assim por alguma situação assim de assalto? Antes de mudar pra lá?

Elizabeth: Já.

Pesquisadora: É? Entraram na sua casa?

Elizabeth: Eu fui entrando na minha casa, eu fui chegando os ladrões me abordou (sic). Dois. Na porta da minha casa. Fez eu descer, me passou pro outro lado, andou comigo uma hora dentro do carro, depois me pôs dentro de um porta-mala (sic) do meu carro, ligaram o som no último - Eles eram dois - Ficou comigo dentro do porta-mala(sic) quatro horas, depois me soltou no meio do mato e foi embora no meu carro. Aqui no jardim planalto.

Pesquisadora: Você morava no jardim planalto? Aí depois disso..

Elizabeth: Aí depois disso eu não dei conta mais de morar fora do condomínio. Aí fui pro condomínio.

Pesquisadora: Você já tinha morado em condomínio antes?

Elizabeth: Não.

Pesquisadora: Foi a primeira vez?

Elizabeth: Foi, a primeira vez e não dô conta (sic) de sair mais. E aí eles foram embora no meu carro.

Pesquisadora: E prédio? Você já morou em prédio?

Elizabeth: Eu morei numa casa lá no Privê que era, é tipo um apartamento, porque é um apartamento. Eu morava embaixo e a mulher em cima.

Pesquisadora: Ah tá.

Elizabeth: *Mas não consigo também.*

Pesquisadora: Não tem muita privacidade, né?

Elizabeth: *Não tem, não tem, porque a mulher arrastava cama, a mulher batia panela em cima da cabeça da gente... Um dia meu marido levantou cedo e falou pra ela: "Ô criatura, cê sabe que mora gente embaixo? Acho que cê esqueceu." "Ah, desculpa, seu Sebastião, não vou fazer mais isso." Aí ela saía pras noitadas, largava as neta, fazia festa na cabeça da gente a noite inteira. A gente levanta cedo todos os dias pra trabalhar, e elas fazia festa dia de sexta, e dia de sábado é o dia que eu mais trabalho. Aí não dei conta também. Aí saí, fui pra uma casa, aí saí da casa só porque o dono da casa desmanchou a casa pra fazer outra. Morei sete anos na casa dele.*

Pesquisadora: Isso dentro desses dez anos.

Elizabeth: *Dentro do Privê. É. E agora eu mudei pra outra casa, agora moro em outra casa.*

Pesquisadora: Ah, então você saiu do Jardim Planalto e foi pro Privê Atlântico, morou nesse mini apartamento lá, aí depois você foi pra uma casa,

Elizabeth: *Morei sete anos e agora tô em outra casa.*

Pesquisadora: Em outra casa. Ah, tá. Essa daqui acho que você já respondeu. Você se sente segura no Privê Atlântico? E explique. Você já explicou porque você se sente segura lá, né? Mas é por conta dos vizinhos ou é por conta do sistema de segurança?

Elizabeth: *Cê fala de morar lá?*

Pesquisadora: É que você sente essa segurança é por conta dos vizinhos..

Elizabeth: *Não, não, do condomínio!*

Pesquisadora: Do sistema de segurança, né?

Elizabeth: *Do sistema de segurança, do condomínio mesmo. Vizinho, não conheço vizinho nenhum!*

Pesquisadora: Você não conhece não?

Elizabeth: *Não conheço, porque eu saio todos os dias de casa 6 - 6:30 e eu só chego de noite. Por que meu marido fecha a empresa dele 7 horas e ele fica lá dentro trabalhando. Aí quando ele chega pra me buscar é 7:30-8h. Aí eu só chego em casa nesse horário, 8, 8 e tanto. Tem dia que eu chego até 10. Aí vou lavar roupa, vou arrumar casa, vou fazer janta... Então não conheço ninguém, não tenho tempo. Aí todo final de semana eu vou pra fazenda. A gente vai pra fazenda porque nós temo (sic) uma fazenda aqui aí a fazenda é pra lá de Morrinhos e Goiatuba. Então, assim, a casa fica só. Se eu morasse fora, olha o perigo. Eu só fico fora de casa. Aí eu vou pra fazenda. Domingo mesmo eu cheguei era mais de meia-noite! Da fazenda. Então a casa fica sozinha, então ela tá segura no condomínio, porque lá tem segurança. Os vigília (sic) fica o tempo todo rondando. Tem dois motoqueiro (sic) que fica rondando e tem lá na portaria tem mais dois guarda (sic), fora os porteiro, né? Então tem segurança.*

Pesquisadora: Eu passei nas ruas anotando as casas né, as características de cada uma e rapidinho o motoqueiro veio atrás de mim perguntar o que eu tava fazendo. (RISOS)

Elizabeth: *É, lá eles é desse jeito.*

Pesquisadora: E foi porque eu tinha pego uma autorização com o Rodrigo, né? O Rodrigo tinha autorizado, e acho que ele esqueceu de avisar, aí ele me perguntou, aí eu expliquei pra ele. Aí ele falou: Aguarda só um momentinho. Ligou na portaria, aí o pessoal da portaria ligou pro Rodrigo, aí eu falei: não, tá certinho, né? Uma menina andando no meio do condomínio e anotando as casas tudo... É meio estranho.

Elizabeth: *Você passou em todas as ruas?*

Pesquisadora: Passei. Fui duas vezes

Elizabeth: *Eu moro na penúltima do lado direito, eu moro.*

Pesquisadora: Do lado direito? Descendo do lado direito.

Elizabeth: *Sem ser a principal, né? Aquela outra rua que desce. A Boulevard também. Tem a Boulevard assim que é a da entrada e a outra também é a Boulevard. A minha é aquela penúltima rua à direita.*

Pesquisadora: As outras são travessas. A sua é uma travessa então, né?

Elizabeth: *É. Uma travessa. Camarão.*

Pesquisadora: Você acha que lá é um lugar agradável?

Elizabeth: *É, eu acho.*

Pesquisadora: Por quê?

Elizabeth: *Ah, lá você fica tranquilo, de tudo, né? E tem um supermercado lá, que é bom. Cê pode comprar as coisa lá, tudo de primeira. Eu tenho muito cliente lá dentro, então assim, eu conheço muita gente lá dentro, eu tenho muita amizade lá dentro, mas não com os meus vizinhos. Das outras ruas.*

Pesquisadora: É por conta do salão então?

Elizabeth: *Unrum, por conta do salão, é por conta do salão.*

Pesquisadora: É interessante. Você é a favor da taxa de condomínio?

Elizabeth: *Ah, eu acho, com certeza. Só com a taxa de condomínio pra você ter segurança, né? Ninguém vai trabalhar de graça.*

Pesquisadora: Claro! (risos) Qual que é o valor da taxa de condomínio?

Elizabeth: *Trezentos e quarenta.*

Pesquisadora: Até que não é muito caro não.

Elizabeth: *Né não. O condomínio não é caro não. O que é caro é o aluguel.*

Pesquisadora: É, o aluguel é caro em qualquer lugar, né?

Elizabeth: *A minha casa é 1500.*

Pesquisadora: 1500? E a casa é de três quartos?

Elizabeth: *Quatro.*

Pesquisadora: Quatro quartos, mas é uma casa grande, né?

Elizabeth: *É, e ela tem área de lazer. Tem piscina, tem salão de festa. Tem mais de um banheiro, tem mais um cômodo enorme lá. A casa é grande.*

Pesquisadora: É.

Elizabeth: *Mas eu não tenho ninguém pra lavar nenhum garfo.*

Pesquisadora: E você é a favor do controle de acesso de visitantes?

Elizabeth: *Depende, né? Porque tem visitante que ele não é bem-vindo. Aí assim, o visitante que ele é seu amigo sim, com certeza. Porque quando ele se identifica né? Porque tem gente que mente, chega lá na portaria, fala ah, tô indo lá na fulana e é mentira, não vai. Aí o que é que acontece? Aí lá fora eles barram, aí as pessoas assustam, acham ruim barrar. Não, tá certo, uai. Tem que barrar.*

Pesquisadora: É, tem que ter um controle.

Elizabeth: *Tem que ter controle, ué.*

Pesquisadora: É, porque ninguém vai saber quem que é quem, né?

Elizabeth: *E lá pra entrar lá tem que ter carteira de motorista, tem que ter documento do carro, tem que ter identidade, e a maioria das pessoas que fazem isso, que faz baixaria lá na portaria não tem carteira de motorista.*

Pesquisadora: É porque tem alguma coisa errada, né?

Elizabeth: *Aham.*

Pesquisadora: E você é a favor dos estabelecimentos comerciais dentro do Privê Atlântico?

Elizabeth: *Ah, eu acho ótimo! (risos) Só de ter um supermercado lá! Nossa!*

Pesquisadora: Mas você acha que pode abrir mais? Ou..

Elizabeth: *Não, acho que não tem capacidade pra mais um, porque o condomínio é pequeno, mil casas só.*

Pesquisadora: É, lá parece que tem um salão, ...

Elizabeth: *Tem um salão, tem uma clínica de estética,*

Pesquisadora: Tem uma escola de música, parece, né? Tem uma pessoa que dá aula de natação lá.

Elizabeth: *É mas tem uma natação lá, que é a Dona Áurea,*

Pesquisadora: Que fica na casa dela mesmo, né?

Elizabeth: *Na casa dela mesmo, e tem agora o exercício lá no ranchão, né? Pra quem paga condomínio, pra gente que mora lá do ...*

Pesquisadora: Ah, tem aulas ..

Elizabeth: *Tem exercício.*

Pesquisadora: Nossa, bom demais, hein?

Elizabeth: *E isso aí inclui o condomínio!*

Pesquisadora: Então sai barato. Acaba que você tá pagando uma academia, né?

Elizabeth: *Acaba que sai barato porque é só você se inscrever e não paga nada pra fazer exercício, entendeu? Tem dança, tem outros, tem zumba, tem ... esqueci o nome da outra coisa que tem lá. Sei que tem um monte de coisa lá no ranchão, que já tá incluso com o condomínio. Você não paga extra. Eu não faço porque eu não tenho tempo, né? Eu só chego de noite.*

Pesquisadora: Não, mas é bom demais, né? Entre vizinhos, ainda... Então, essa pergunta aqui: Você utiliza os espaços comunitários do Privê Atlântico?

Elizabeth: *Não. (risos)*

Pesquisadora: Não, né. Não tem tempo. Aí aqui a próxima pergunta, então: Quais as atividades você exerce nesse lugar não tem resposta. Cite os aspectos positivos do Privê Atlântico.

Elizabeth: *Positivos? A segurança.*

Pesquisadora: A segurança é o principal, né?

Elizabeth: *É.*

Pesquisadora: E os aspectos negativos?

Elizabeth: *É fumar maconha lá dentro, né.*

Pesquisadora: (risos)

Elizabeth: *Que é o que tá acontecendo. Porque esses dias, você viu? Não sei se você viu na Federal pegou?*

Pesquisadora: Um traficante, né? Aqui dentro?

Elizabeth: *Aqui, era meia tonelada de maconha. Foi pego. Na rua principal, aquela terceira casa à esquerda.*

Pesquisadora: Na travessa da entrada?

Elizabeth: *Na entrada!*

Pesquisadora: Sêrio? Então na terceira casa à esquerda. E o cara mora lá?

Elizabeth: *Mora. Agora não, agora ele tá preso, né?*

Pesquisadora: A casa era dele?

Elizabeth: *É da mãe dele. Ele morava junto com a mãe. O filho, a esposa, os filhos e a mãe dele. Isso pra mãe é que é uma... Porque a mãe... Mas deve, não é possível que a mãe também não sabia, né? Só chegando mercadoria, mercadoria... Que mercadoria é essa?*

Pesquisadora: De certo ela desconfiava, mas ...

Elizabeth: *Que foi até Federal que pegou, uai. Saiu na televisão.*

Pesquisadora: Mas não mostrou que era lá, né?

Elizabeth: *Não mostrou não? Não falou que era no Privê não?*

Pesquisadora: Não, eu vi uma reportagem na internet falando: Polícia Federal prende traficante dentro de condomínio em Goiânia. E não falava o condomínio. Aí como eu tô, né, nessa pesquisa, eu vi essa notícia, aí eu falei gente eu preciso descobrir que condomínio que é.

Elizabeth: *Meia tonelada! 500kg de maconha!*

Pesquisadora: Aí eu mandei pro meu esposo e falei: tenta descobrir pra mim. Aí ele foi atrás de um policial. Aí o policial falou: não, é dentro do Privê, mas não divulga. Quando é em condomínio, essas coisas, não divulga pra não desvalorizar, né?

Elizabeth: *Ele é morador de lá, né?*

Pesquisadora: Pois é.

Elizabeth: *É gente de lá de dentro. Não é de fora não. Não é gente que alugou casa e mora lá não. Ele foi nascido lá dentro.*

Pesquisadora: É. Tradicional, né?

Elizabeth: *Tradicional do condomínio. Pra você ver, mora na principal, terceira casa.*

Pesquisadora: E bem nas casas que são as primeiras, né?

Elizabeth: *Bem na avenida mesmo!*

Pesquisadora: Triste. O que que você acha que transmite conforto lá dentro? Eu acho que essa pergunta (inaudível). Conforto.

Elizabeth: *Moradia.*

Pesquisadora: Moradia? Qual imagem que você tem do Privê Atlântico?

Elizabeth: *Boa.*

Pesquisadora: Uma boa imagem, né?

Elizabeth: *Porque lá é assim, você não pode ter nem som depois das 10 da noite.*

Pesquisadora: Tem as regras.

Elizabeth: *Tem as regras. Barulho, stress, só até as 10. Se você quiser fazer uma festinha na sua casa você tem que ficar em silêncio depois das 10.*

Pesquisadora: Então o lugar é organizado?

Elizabeth: *Porque se não eles chegam junto mesmo. Um dia meu genro e meu marido tavam fazendo um serviço lá com furadeira, tava incomodando, depois das 10. Os vizinhos reclamou, teve que parar. Pra você ver, não era nem festa. Tava furando a parede pra por armário. Então não pode. Por um lado é bom, por um lado é ruim, porque as vezes é aquele tempo que você tem, né?*

Pesquisadora: É o momento que você pode fazer alguma coisa, né?

Elizabeth: *É.*

Pesquisadora: Como é a relação com a vizinhança?

Elizabeth: *Uai, nem tem. Não tem, porque eu não conheço meus vizinhos.*

Pesquisadora: Quanto tempo você passa no Privê Atlântico?

Elizabeth: *Passo duas vezes por dia, né? Eu saio e volto. Só duas.*

Pesquisadora: Você vai almoçar?

Elizabeth: *Não, não venho. Eu venho de manhã e só volto à noite. Eu almoço aqui. Eu trago o almoço pra cá.*

Pesquisadora: Você só volta pra dormir né.

Elizabeth: *Só pra dormir. Saio de manhã e só volto à noite.*

Pesquisadora: Você sabia que lá já foi um conjunto habitacional?

Elizabeth: *É, lá era um conjunto.*

Pesquisadora: Você sabia.

Elizabeth: *Era um conjunto e resolveram fazer um condomínio.*

Pesquisadora: E você .. Virou um condomínio. Ele é bem diferente dos outros por conta disso.

Elizabeth: *É, porque não é casa padrão.*

Pesquisadora: Não.

Elizabeth: *Lá é a casa que você pode ter. Tem casa boa e tem casa ruim.*

Pesquisadora: É verdade. E você sabe como surgiu o nome do Privê Atlântico? Você já ouviu falar?

Elizabeth: *Não, acho que é só por causa do setor que é Jardim Atlântico.*

Pesquisadora: Isso. Eu acho que é só isso mesmo. Obrigada.

ENTREVISTA 4 : Entrevista concedida à pesquisadora, Adriana Figueiredo Carvalho, pelo morador do Privê Atlântico, Guilherme Isaac Souza, no dia 06 de dezembro de 2016.

Pesquisadora: Qual que é a sua idade, Guilherme?

Guilherme: *Vinte e cinco.*

Pesquisadora: Vinte e cinco? Seu nível de escolaridade?

Guilherme: *Ensino Superior Completo.*

Pesquisadora: Superior Completo. E o nível de escolaridade do chefe da família?

Guilherme: *Ensino Fundamen... (pausa e corrige). Ensino Médio completo.*

Pesquisadora: Ensino médio completo. A renda da família mais ou menos assim... De um, um salário mínimo, de um a três, de três a cinco, de cinco a sete, de sete a nove e acima de nove.

Guilherme: *Acima de nove.*

Pesquisadora: É... e quando você se mudou pra (sic) cá? Foi na década de 90 que você falou né?

Guilherme: *Foi na década de 90.*

Pesquisadora: Qual a principal motivação que fez vocês buscarem o Privê Atlântico?

Guilherme: *Segurança.*

Pesquisadora: E você se sente seguro aqui dentro?

Guilherme: *Sim.*

Pesquisadora: Por quê? (risos)

Guilherme: (risos) *É por que tem portaria, tem segurança armado...*

Pesquisadora: E não acontece nenhum... assim, não tem fatos de... de(sic) roubo, alguma coisa aqui dentro?

Guilherme: *Não, roubo não tem não, mas muito de vez em quando ocorre furto.*

Pesquisadora: Furto.

Guilherme: *É*

Pesquisadora: Pequenos furtos.

Guilherme: *É, muito raramente. Pequenos furtos.*

Pesquisadora: Tá. Você acha que aqui é um lugar agradável?

Guilherme: *Sim.*

Pesquisadora: Por quê?

Guilherme: *Porque... (pausa) a vizinhança é mais antiga, né? Uma vizinhança mais unida, tradicional.*

Pesquisadora: Hmmm. E você é a favor da cobrança da taxa de condomínio?

Guilherme: *Sim.*

Pesquisadora: Por quê?

Guilherme: *Por que isso tem um retorno.*

Pesquisadora: Tem um retorno?

Guilherme: *É, tem um retorno.*

Pesquisadora: E o controle de acesso de visitante? Também é a favor?

Guilherme: *Sim.*

Pesquisadora: Por conta da segurança?

Guilherme: *Sim, por conta da segurança.*

Pesquisadora: Você é a favor dos estabelecimentos comerciais aqui dentro do condomínio?

Guilherme: *Sim.*

Pesquisadora: Dos que estão ou poderia abrir mais?

Guilherme: *Dos que estão.*

Pesquisadora: Abrir mais não.

Guilherme: *Pode abrir, porque desde que atenda a demanda daqui de dentro.*

Pesquisadora: Ah, você acha que é mais pra (sic) atender essa demanda aqui?

Guilherme: *É, porque tem supermercado, tem salão de beleza...*

Pesquisadora: É, eu vi que o salão acaba atendendo gente de fora, a clínica de estética atende gente de fora...

Guilherme: *Também, é verdade.*

Pesquisadora: E você usa os espaços comunitários aqui dentro do condomínio?

Guilherme: *Sim, a praça.*

Pesquisadora: A praça?

Guilherme: *A praça.*

Pesquisadora: Você usa a praça pra (sic) quê?

Guilherme: *Caminhada. Atividade física.*

Pesquisadora: Atividade física? Tem futebol lá, né?

Guilherme: *Tem futebol lá.*

Pesquisadora: E você pode me falar alguns aspectos positivos do Privê Atlântico?

Guilherme: *É... (pensando) vizinhança, segurança, é... (pensando) tranquilidade... Lazer*

Pesquisadora: Mais algum?

Guilherme: *Não, tá bom.*

Pesquisadora: E aspectos negativos?

Guilherme: *Aspectos negativos? Me ajuda a pensar aqui! (risos)*

Pesquisadora: (risos) Pode falar aquilo que você acha que não tem! O que que pode melhorar...

Guilherme: *Falta uma academia aqui dentro.*

Pesquisadora: Ah, falta uma academia.

Guilherme: Isaac: Aí no positivo que aqui tem comércio aqui dentro, pode por, no positivo.

Pesquisadora: Comércio, né?

Guilherme: *Comércio.*

Pesquisadora: Hoje, assim... O Privê Atlântico tá (sic) numa região que já tá (sic) meio que centralizada. A gente tem algumas coisas, mas no início era complicado, né? Por que era afastado de tudo, então ficava um pouquinho isolado.

Guilherme: *Era mais afastado.*

Pesquisadora: Hoje não tem esse problema aqui. É... O que que (sic) você acha que transmite conforto aqui dentro do condomínio? Se, se é, se existe este conforto. O que é que te faz se sentir confortável?

Guilherme: *Ah, as amizades...*

Pesquisadora: E qual que é a imagem que você tem do condomínio Privê?

Guilherme: *Como assim?*

Pesquisadora: Você acha que tem a cara de um condomínio...?

Guilherme: *Ah, sim, sim.*

Pesquisadora: Tem cara de condomínio?

Guilherme: *Tem cara de condomínio.*

Pesquisadora: Por quê?

Guilherme: *Devido a uma estrutura de condomínio, também...*

Pesquisadora: É um condomínio diferente, né? Por que as casas tem muro... É.. algumas casas (a sua não), mas algumas casas tem muro, né?

Guilherme: *Ahã.*

Pesquisadora: Ele é um pouquinho diferente dos outros. Com relação à vizinhança você já falou, né? Quanto tempo você passa aqui dentro do condomínio?

Guilherme: *Quanto tempo?*

Pesquisadora: É, por dia.

Guilherme: *Ah, umas... doze horas, dez horas.*

Pesquisadora: Dez horas? Você sabe que o Privê Atlântico era um Conjunto Habitacional?

Guilherme: *Sabia.*

Pesquisadora: Você sabia?

Guilherme: *Ahã.*

Pesquisadora: Como que você soube disso?

Guilherme: *É por meio de conversas com os vizinhos.*

Pesquisadora: Com os vizinhos mais antigos?

Guilherme: *É.*

Pesquisadora: E você sabe como que surgiu o nome Privê Atlântico?

Guilherme: *Hum?*

Pesquisadora: O nome.

Guilherme: *Não.*

Pesquisadora: Não? (risos) Tá bom. É só isso, Guilherme. Rápido.

ENTREVISTA 5 : Entrevista concedida à pesquisadora, Adriana Figueiredo Carvalho, pelo morador do Privê Atlântico, Hildebrando Santana Neto, no dia 20 de dezembro de 2016.

Pesquisadora: Nível de escolaridade?

Hildebrando: *Superior Completo. Com especialização.*

Pesquisadora: A renda familiar.

Hildebrando: *É... na ver... 15 mil reais.*

Pesquisadora: Dá mais ou menos acima de nove salários?

Hildebrando: *É.*

Pesquisadora: Dá né? Idade? Eu esqueci de colocar aqui.

Hildebrando: 56.

Pesquisadora: 56. Em que ano você se mudou pro (sic) Privê Atlântico?

Hildebrando: *Eu... a última.... Eu já morei aqui em 1981, numa casa alugada. Numa casa alugada, se não me engano na quadra 126. Quadra 62 lote 26, se quiser colocar. Morei pouco tempo. E depois me mudei em mil novecentos.... Novamente em 2001.*

Pesquisadora: Você voltou então em 2001?

Hildebrando: *É aí eu fui efetivamente morar mesmo, como proprietário aqui, foi em 2001. Novembro de 2001.*

Pesquisadora: E qual foi a principal motivação que te fez buscar o Privê Atlântico essa primeira vez que você veio?

Hildebrando: *Não, essa primeira vez era uma casa que.... Uma casa, ela era dum (sic) primo meu, aí foi como se diz, foi aleatório, né? Eu vim pra (sic) cá, meu pai morava aqui perto, aí eu vim pra (sic) cá mais pra cuidar da casa dele e tudo e gostei demais.*

Pesquisadora: Aí em 2001 você voltou?

Hildebrando: *Aí em 2001 eu construí uma casa que mudei em 2001. Comprei um lote, construí uma casa...*

Pesquisadora: Então a sua casa deve ser pro (sic) lado de lá?

Hildebrando: *É. Na parte que não reformou.*

Pesquisadora: (risos) E você se sente seguro aqui no Privê Atlântico?

Hildebrando: *Ah, segurança é muito relativa. Né? Pra (sic) mim... Pra (sic) mim a funcionalidade (sic), eu me sinto seguro, sem problema. Não tenho o que reclamar não.*

Pesquisadora: E o que que te transmite essa segurança? É o controle? É o contato com os vizinhos?

Hildebrando: *Não, o controle... O controle na realidade ele é muito falho na minha análise, né? Mas assim, pra (sic)... Porque segurança é uma coisa muito complicada de se analisar de todas as formas. Qualquer condomínio hoje, se você quiser praticar qualquer coisa é possível. A gente sabe disso. Então é a média da estatística do que acontece tanto aqui quanto em outros condomínios é também de segurança. Eu não tenho preocupação nenhuma. Realmente eu não tenho preocupação. Tem que melhorar? Tudo sempre tem que melhorar. Mas não tenho muito o que reclamar não.*

Pesquisadora: E você acha que aqui é um lugar agradável? Por quê?

Hildebrando: *Eu adoro morar aqui justamente porque ele que me transmite mais assim um... Como se fosse um pedaço do interior dentro de Goiânia. Porque é justamente por ele ser misto e por não haver uma.... Uma... Vamo (sic) dizer assim... Por não haver uma igualdade entre o poder aquisitivo.... Então traz... Pra (sic) mim... Pra mim não traz malefício, só traz benefício. Justamente por isso. Da mesma forma que eu tenho um sobrado de uma pessoa mais abastada, eu tenho outro mais simplesinho. Então traz realmente uma convivência.... Eu acho muito agradável de morar aqui. Tanto que quando eu fui comprar aqui, em função até da gente ser arquiteto e tudo e sabe como funciona, o preço do lote no.... no... No.... Mônaco. No Mônaco não. Como é o nome do... Do...*

Pesquisadora: Florença?

Hildebrando: *Florença! Era praticamente o mesmo daqui. E eu optei por... Por comprar aqui. Até por questão de criar filho, e tudo. Foi justamente por isso. Não me arrependo. Se tivesse de fazer, faria tudo de novo.*

Pesquisadora: (risos) E você é a favor da cobrança da taxa de condomínio?

Hildebrando: *Não, a taxa de condomínio tem que existir, porque você tem um serviço que presta, né?*

Pesquisadora: Tem os serviços prestados, né?

Hildebrando: *Tem cobrar, porque tem que ter...*

Pesquisadora: Um retorno, né?

Hildebrando: *Não tem como! Não tem como prestar todo o serviço interno sem cobrança de taxa.*

Pesquisadora: Eu não encontrei ainda ninguém que seja contra, mas eu já ouvi falar que tem alguns moradores.

Hildebrando: *Tem muitos que não pagam, sabe? Mas tem alguns que não.. Que não pagam porque são da administração do condomínio.*

Pesquisadora: Eu não encontrei ainda ninguém que seja contra, mas eu já ouvi falar que tem alguns moradores... (risos)

Hildebrando: *Tem muitos que não pagam, sabe? Mas tem alguns que são... Que não pagam porque são da época da criação do condomínio, né?*

Pesquisadora: São os mais antigos, né?

Hildebrando: *Sim, desde a criação do condomínio. E não foi a favor da criação do condomínio desde o princípio porque era uma sociedade. Não era um condomínio, né? Então aí eles não são obrigados a pagar. A obrigatoriedade acho que não tem não. Politicamente eu não sei.*

Pesquisadora: Eu tenho que encontrar essas pessoas. Porque eu não tô (sic) encontrando. Eu sei que elas existem (risos)!

Hildebrando: *Não sei. Tem (uma pessoa) que está aqui desde a criação. Eles falavam que antes da criação do condomínio eles moravam... Ela não mora aqui mais não, mas ela é amiga nossa, mora aqui perto. Mas ela tá aqui desde a criação. Dos primeiros moradores (inaudível). Se você quiser ela é muito receptiva, eu te passo o telefone dela. (fala mais alguma coisa inaudível)*

Pesquisadora: Então você também é a favor do controle de acesso de visitantes?

Hildebrando: *Não, isso aí é imprescindível! É imprescindível.*

Pesquisadora: É uma questão de segurança, né?

Hildebrando: *É. É uma questão de segurança.*

Pesquisadora: E você é a favor dos estabelecimentos comerciais aqui dentro?

Hildebrando: *Sou, inclusive eu tenho um, né? (risos)*

Pesquisadora: (risos). É verdade. Mas só os que...

Hildebrando: *Eu acho que... Eu acho que pode até ter aqui, com controle. Mas tem que ser atividades que não venham a causar transtorno.*

Pesquisadora: Causar transtorno, né?

Hildebrando: *No qual eu acho que eu me enquadro. Certo? Realmente eu acho que eu me enquadro.*

Pesquisadora: Eu vi que no regimento interno, é permitido que continue os que já existem. Não pode abrir novos.

Hildebrando: *Isso. Exatamente. Só que isso – eu vou te... Te abrir o jogo – isso aí não é o que tá acontecendo, tá?*

Pesquisadora: Tá abrindo?

Hildebrando: *Sempre tá abrindo. Tá abrindo. Se você pesquisar no site da prefeitura, você vai achar N empresas aqui de dirigentes. Até pessoal sócio de dirigentes da administração. Fora desse período.*

Pesquisadora: Sêrio? O período é de 2005?

Hildebrando: *Não, não me lembro de cabeça pra te falar a verdade. Eu tenho a convenção, se você quiser.*

Pesquisadora: Eu tô (sic) com o regimento interno lá em casa. Mas é que são tantos documentos que eu tô (sic) confundindo as datas.

Hildebrando: *A minha não há... A minha não... Eu até abri, porque eu não gosto de transgredir de forma alguma. Eu na época eu abri a empresa e tudo, sabia que eu tava (sic) fora do prazo. Falei olha, se por acaso der problema eu tiro a minha empresa. Não tem problema.*

Pesquisadora: É, mas eu acho que o problema seria igual você falou. Transtorno, né?

Hildebrando: *Exatamente, é o meu entendimento.*

Pesquisadora: Não causando transtorno não... E você utiliza os espaços comunitários aqui dentro?

Hildebrando: *Eu particularmente muito pouco. Mas minha esposa até... Minha esposa até utiliza, minha... Minha... Eu tenho uma filha que mora aqui com minhas netas e utiliza muito o parquinho. Do mesmo jeito tivemos lá a quadra de tênis, mas já tem anos que eu comprei raquete e bolinha e nunca fui lá. Mas eu (inaudível)*

Pesquisadora: Cite alguns aspectos positivos do Privê Atlântico.

Hildebrando: *Pra mim é justamente a questão de ser heterogêneo, principalmente até por ter um estabelecimento comercial muito bom aqui que é um supermercado, que Muito bem sortido. Então tudo que a gente precisa tem lá. A quantidade de casas não é ... É uma quantidade boa pra se administrar, aqui dentro.*

Pesquisadora: E aspectos negativos?

Hildebrando: *Negativos... Bom, vamo trabalhar a questão da vigilância que não tá perfeita, também a questão do controle de acesso não tá tão adequado, apesar de que pra mim não tá atrapalhando. Existe um descuido por parte da administração de recolher certos... Certos objetos pessoais. Pequenos entulhos que como a prefeitura não recolhe, né? Porque é uma obrigação da Administração Pública recolher, é um entulho pequeno. Não é obrigado a recolher coisa grande; coisa pequena a Administração*

Pública em si não tá recolhendo, quer dizer. Pública/condomínio, né? Até porque aqui quem faz esse serviço de limpeza interna é a prefeitura, não é o condomínio. Eles brearam... Não sei se você sabe, eles brearam. A prefeitura notificou, disse que não ia mais recolher o lixo e o condomínio entrou na justiça e ganhou o direito, porque sempre recolheu aqui.

Pesquisadora: Caminhão entra aqui?

Hildebrando: *Entra aqui. Caminhão de lixo entra aqui.*

Pesquisadora: E nos outros condomínios?

Hildebrando: *Nos outros condomínios não. Nos outros condomínios é o próprio condomínio é que recolhe. Agora, temos um... Pra (sic) esse serviço de recolher de jardim, essas coisas, o condomínio tem uma pessoa que vem, recolhe e leva. E tá (sic) ficando. E assim tudo, você viu? Fiz uma limpeza aqui no depósito, deixei um pouquinho de material de construção. Uma latinha, uma lata, um pedaço de piso.... Foi um mês! Se eu não pego ali e falo pra (sic) um amigo meu que tá construindo ali pra colocar no container dele lá eu tinha que ir aonde? Não tem aonde ir! Ele fala não, cê (sic) tem que ir depositar no da prefeitura... Eu vou...*

Pesquisadora: Não tem né?

Hildebrando: *Aí o pessoal tem feito aqui, pega um lote baldio e joga nesse lote. O maior erro do mundo, né?*

Pesquisadora: É. Não dá.

Hildebrando: *O maior erro do mundo. O lote da frente ali na avenida ali você vê isso. Até pouco tempo acho que até o condomínio deixava lá, né Renan?*

Renan: *Hunrum (concordando).*

Pesquisadora: Meu Deus! Sério?

Hildebrando: *Sério! Agora aí não deixou mais. Não tá (sic) deixando mais. Mas sempre tem gente jogando lá. Pessoa do condomínio e a vizinhança. Aí a prefeitura vai lá e recolhe... (Fala algo inaudível). Tava (sic) quase que o consolidado assim: Pode... Pode jogar lá que a prefeitura vem e recolhe. Tava (sic) sendo dessa forma!*

Pesquisadora: E recolhia?

Hildebrando: *Recolhia, uai! Periodicamente recolhia. Complicado!*

Pesquisadora: É. Muito. Tem que ter um lugar certo pra (sic) colocar.

Hildebrando: *Pois é, mas no mais assim... Os porteiros são muito prestativos, a administração presta um serviço que tá dentro do esperado.*

Pesquisadora: O que é que você acha que transmite conforto aqui dentro do condomínio?

Hildebrando: *Dentro do condomínio?*

Pesquisadora: É.

Hildebrando: *Olha, aqui... De conforto.... Qual critério?*

Pesquisadora: Não, se você acha que a segurança, que é justamente essa questão de ter um supermercado, se você se sente mais confortável do que dentro do condomínio. Ou a relação com a vizinhança...

Hildebrando: *Olha, eu tenho a relação com a vizinhança, tenho a questão da relação com a vizinhança... E o grande conforto meu foi ter criado meus filhos. Quando eu mudei pra (sic) cá, tinham 15 anos, 16 anos... E esse rapaz (referindo-se a Renan) tinha sete anos.*

Renan: *11 anos.*

Hildebrando: *Esse rapaz tinha 11 anos. Não foi mais não? É 11, né? Então quando a gente mudou pra cá ele tinha 11 e os outros tinham 17 pra (sic) 18 anos. Então pra... Pra criação dos meus filhos. Então foi esse o maior conforto meu. E hoje dando continuidade com os netos. Tem duas que mora (sic) aqui... Aqui é um sossego. Nesse sentido e a parte do supermercado, né?*

Pesquisadora: E seus filhos que casaram, tiveram filhos, continuam aqui no condomínio?

Hildebrando: *Tem uma das minhas filhas que comprou uma casa aqui.*

Pesquisadora: É? Isso se repete muito aqui no condomínio, né?

Hildebrando: *Não, isso aqui a maioria é dessa forma.*

Pesquisadora: Vai virando um condomínio familiar.

Hildebrando: *Exatamente.*

Pesquisadora: Porque os filhos crescem, têm filhos e compram a casa aqui dentro.

Hildebrando: *Não, aqui eu conheço muitas e muitas famílias aqui. De frente mora meu vizinho de frente, mora o pai dele duas casas do lado e a outra irmã dele mora aqui dentro. O... Quer ver mais? Quê mais? Tem muito, viu? Da família do meu pai. E tem uma família aqui, que veio de Ceres, onde inclusive o mais velho hoje ele é padre. Ficou viúvo e virou padre tem 10 anos.*

Pesquisadora: Meu Deus!

Hildebrando: *É o padre da paróquia aqui. Aí é ele. Essa menina inclusive é neta dele.*

Pesquisadora: É mesmo? Ela mora aqui?

Hildebrando: *Mora aqui. Tá terminando a... Ela mora aqui no condomínio. Então eles têm quantas casas aqui, Renan? Quantos irmãos que moram aqui dentro?*

Renan: Uns quatro irmãos.

Hildebrando: *São umas quatro ou cinco casas da mesma família aqui dentro.*

Pesquisadora: Isso é um conforto muito grande, você poder morar perto da família toda assim. Isso é muito bom. E qual é a imagem que você tem do Privê Atlântico? Quando cê (sic) fala assim Privê Atlântico, o quê que vem na sua cabeça?

Hildebrando: *Ah, eu acho que um aconchego, um lugar bom de morar, né? Eu adoro aqui! Não sei se você tá procurando quem fala mal, aqui você não vai achar.*

Pesquisadora: Não, eu vou te falar, eu tô (sic) procurando assim... Tô (sic) procurando entender um pouco o condomínio mas eu não... É igual vocês na hora que eu te perguntei os aspectos negativos, cê (sic) ficou pensando. Todos que eu pergunto ficam pensando. Pra tentar achar esses aspectos negativos.

Hildebrando: *Aspectos negativos? Custo-benefício.*

Pesquisadora: Custo-benefício? Cê acha que o con....

Hildebrando: *Custo de aquisição.*

Pesquisadora: Ah, não o valor da taxa de condomínio?

Hildebrando: *Não. O custo de aquisição do imóvel é incompatível pelos acessórios urbanos.*

Pesquisadora: Isso é interessante!

Hildebrando: *Exatamente. É o que te falei. Justamente no começo, lá no Florença, né? Quando eu comprei aqui, o preço do lote foi praticamente a mesma coisa. Era o mesmo preço do Florença.*

Renan: *Se colocar na balança, o lote aqui vale mais do que o lote do Mônaco. Mais! Uns cem mil reais mais!*

Pesquisadora: E aqui você não acha mais quase lote pra (sic) comprar. Tem uns 3 ou quatro ali só, né?

Hildebrando: *Hoje você tem praticamente derrubar, comprar uma casa, derrubar e fazer outra, se você...*

Renan: *Você não compra uma casa muito muito velha por menos de R\$ 450 mil.*

Pesquisadora: E você vai ter que reformar.

Hildebrando: *Não, tem que desmanchar e fazer.*

Renan: *Tem que desmanchar e fazer. E quando você acha uma casa reformada, é toda feita sem orientação de profissional. Então assim, pra quem é da área, morar numa casa que alguém reformou aqui...*

Pesquisadora: É sofrido.

Renan: *É sofrido!*

Hildebrando: *Porque minha filha é arquiteta né? Quando nós fomos resolver comprar uma casa aqui, nós ficamos olhando pra achar a pior casa que existisse à venda dentro do condomínio...*

Pesquisadora: Pra (sic) poder desmanchar?

Hildebrando: *Pra (sic) poder não desmanchar, mas fazer uma reforma, pra poder fazer uma reforma sem... Pra poder aproveitar mais ou menos a estrutura. E é o que foi feito.*

Renan: *A gente refez tudo isso. A gente refez isso, refez um pouco de parede, telhado, elétrica, hidráulica, estrutura. Tudo. A gente fez tudo. Aproveitou um pouco de parede, a alocação da casa, o recuo. Só.*

Hildebrando: *Desmanchou o que tava no recuo. (risos)*

Pesquisadora: (risos) Já que ia fazer a reforma, né?

Hildebrando: *Desmanchou o que tava no recuo, que entraria.. Que entraria... (inaudível) Até aceite poderia fazer.*

Pesquisadora: Ah, com certeza! Com certeza. E eu tenho uma dúvida: Eu vi que tem algumas casas que alguns lotes, principalmente dessas travessas aqui que o lote era menor, e aí teve uma... Acho que é uma APM, Né?

Hildebrando: *É, tinha uma área pública municipal na frente. Todos esses lotes dessas quadras aqui, ó, com exceção desse são... às vezes você não sabia, mas isso daqui era uma quadra comercial. Isso aqui eram lojas... Isso aqui era um condomínio dentro do condomínio. Onde eu estou. São 8 unidades. Então é um condomínio...*

Pesquisadora: Desde o início?

Hildebrando: *Na realidade não. Na realidade o que aconteceu com isso aqui. Se você até quiser fotografar depois pra (sic) você ver, isso aqui eram 16 lojas.*

Pesquisadora: Era tipo uma galeria?

Renan: *Era (enfático) uma galeria. Mas nunca funcionou como uma galeria.*

Hildebrando: *Aí cê (sic) tinha 8 lotes voltados para lá e 8 lotes voltados para cá. Tanto que aqui nessa lateral aqui era um corredor.*

Pesquisadora: E isso já foi entregue assim?

Hildebrando: *Já foi entregue assim. Só que só o quê que tem: isso aqui ficou na mão da construtora. E ela alugava.*

Pesquisadora: Qual construtora?

Hildebrando: *Acho que era a....*

Renan: *Tem umas contas de luz aí que chega (sic) até hoje no nome dela.*

Hildebrando: *S..Sabra. Construtora Sabra. Acho que é construtora Sabra. Então isso aqui eram 16 lojas. O quê que acontece? Então não teve procura, né? O condomínio é pequeno pra poder... Tudo que cê (sic)... Aliás, tudo que cê (sic) monta aqui, exceto um barzinho de fim de tarde que monta nessa esquina aqui de vez em quando que dá certo. No mais, não tem sentido. Supermercado você monta, ou então um escritório, alguma coisa como nós, se fosse pra (sic) poder ter uma atividade. Então não tem público.*

Pesquisadora: Então dependendo do comércio não vai dar certo, né?

Hildebrando: *Não, pensar em comércio em termos de vitalidade... Eu tive até agora com uma senhora, ela era assim ajeitadinha esses dias aqui. Ela montou esses dias aqui. Uma... uma lanchonetezinha,*

Pesquisadora: Um café?

Hildebrando: *Um bistrôzinho, um bistrôzinho e tal.*

Renan: *Um negocinho de lanche da tarde, chá...*

Hildebrando: *Mas....*

Pesquisadora: É que fica muito restrito pros moradores, né?

Hildebrando: *É muito restrito, né? Quer dizer, não tem público. Não tem eventos assim... Quer dizer, os eventos aqui são bem... Bem.... Vem muita gente.*

Pesquisadora: Vem muita gente de fora?

Hildebrando: *Vem, vem muita gente.*

Pesquisadora: As festas?

Hildebrando: *É, eles permitem assim. Você traz amigos, né? Sem problema.*

Pesquisadora: Ah, tá. Não uma pessoa que tá passando e entra, né?

Hildebrando: *Não, qualquer um não. O pessoal da portaria não (deixa).... (parte inaudível) Mas é muito bom, né? Os eventos são muito bons.*

Pesquisadora: É. Eu já ouvi falar mesmo.

Hildebrando: *Muito bom mesmo.*

Pesquisadora: E essa construtora Sabra, ela existe ainda?

Hildebrando: *Eu creio que não.*

Pesquisadora: Não? Fugindo um pouquinho da entrevista, mas você tem mais tempo de prefeitura que eu. Eu queria tentar achar a planta de algumas dessas casas antigas. Dessas da época do conjunto. Você tem alguma dica de onde eu vou conseguir achar isso?

Hildebrando: *Aqui você não conseguiu não?*

Pesquisadora: Não. E eu pesquisei...

Hildebrando: *No cartório!*

Pesquisadora: No cartório?

Hildebrando: *No cartório não é condomínio.*

Pesquisadora: Aqui eu tentei achar, mas o Rodrigo me falou que o diretor ant... É... Não sei qual diretor, parece que queimou tudo. Quando ele saiu. Porque ficou com raiva e queimou todos os documentos. Então tinha as plantas, tinha tudo e foi tudo queimado. Aí eu fiquei sem...(risos) Precisava ver assim, porque não eram casas, ainda não são né casas muito simples, porque são casas de três quartos, né? Com suíte.

Hildebrando: *São casas né de 120 metros quadrados.*

Pesquisadora: Não é casa de conjunto assim, "basiquinhas".

Hildebrando: *Mas ela é um conjunto na aba de cá e a metade da aba de lá. Mais de três quartos. Aí essa parte aqui não era conjunto, era lote vago.*

Pesquisadora: É. Talvez essa parte daqui pra cima era pra ser e não deu tempo de terminar, né? Porque não...

Hildebrando: *É... às vezes eram lotes separados, né?*

Renan: *Você... você vai... Deixa eu ver aqui... Você já rodou aí, você já achou alguma original ainda?*

Pesquisadora: Tem algumas. Tem algumas ali. Que você vê assim, pela... Pela imagem da casa. Eu não entrei, eu não sei.

Hildebrando: *A que eu morava era original. Olha, desse imóvel aqui você vai achar a planta dele no cartório. O Arante tem. O Arante tava (sic) mexendo com uma modificação de uma casa aqui....*

Pesquisadora: Quem que é Arante?

Hildebrando: *O Arante é um arquiteto que tem na prefeitura... Na prefeitura não, ele era professor lá no IFG. Amigo nosso.*

Pesquisadora: Ele mora aqui?

Hildebrando: *É, eu acho que ele mora aqui desde quase quando ele fundou. Não exatamente quando fundou porque a casa dele também é fora do conjunto.*

Pesquisadora: Vou tentar achar ele então.

Hildebrando: *Ele é bem antigo.*

Pesquisadora: Bom, você já falou que a relação com a vizinhança é boa, né? Tranquilo. Você passa muito tempo no Privê Atlântico? Dentro aqui? Passa né?

Hildebrando: *Vixe!*

Pesquisadora: Trabalha aqui, né?

Hildebrando: *Tirando o tempo que eu passo na prefeitura, estou aqui.*

Pesquisadora: Tá. Então por dia, você deve ficar mais ou menos umas sete horas aqui?

Hildebrando: *Um período do dia e a noite, né?*

Pesquisadora: Você sabia que aqui era um conjunto habitacional, né? Desde quando você veio aqui pela primeira vez....?

Hildebrando: *Sim, sabia. Esse condomínio aqui ele é o padrão do parque das laranjeiras. O pessoal faz. Mas na realidade a aprovação disso aqui não foi.. Não é como conjunto habitacional. Porque isso aqui era um loteamento, né? Com certeza as unidades foram aprovadas uma a uma. Não é um...*

Pesquisadora: Você fala que não é uma seriada...

Hildebrando: *É, ele não foi aprovado como conjunto lá na prefeitura. Você pode ter certeza. Ele foi aprovado como unidades autônomas.*

Pesquisadora: Não, e até quando eu procuro no sistema não aparece. Eu já pesquisei. No sistema tem que pesquisar lote por lote. Eu fiz isso. Pegar a área construída e a área do lote.

Hildebrando: *É porque não registraram ele, né?*

Pesquisadora: É. Aí quem fez, quem construiu?

Hildebrando: *Eu acho que foi essa construtora.*

Pesquisadora: Eles são de Belo Horizonte ?

Hildebrando: *Não sei...*

Pesquisadora: Alguém me falou que... Que tem alguma coisa a ver com a... Como é que chama, gente? Do BNH da época?

Hildebrando: *Deixa eu tentar “puxar” aqui.*

Pesquisadora: Porque eu li algumas coisas falando que era voltado pra funcionário público de classe média que queria sair do aluguel...

Hildebrando: *Não...*

Pesquisadora: Tinha um financiamento facilitado.

Hildebrando: *Não sei te dizer a respeito, viu? Não sei te dizer a respeito. Porque tinha antigamente o BNH, que era o Banco Nacional de Habitação.*

Pesquisadora: E aí em parceria com a... Como é que chama a do estado que faz habitação de conjunto?

Hildebrando: *COAB.*

Pesquisadora: COAB. Justamente. Né (sic) não, né?

Hildebrando: *Eu... Não, isso aqui não... O que eu posso te afirmar com quase toda a certeza é que isso aqui não fez parte da COAB. Porque a COAB era pra habitação popular mesmo.*

Pesquisadora: Pois é.

Hildebrando: *Isso aí eu te falo porque eu comprei uma casa no Jardim Planalto uma vez que ela era financiada pela COAB. A COAB financiou tipo Vila União...*

Pesquisadora: Novo Horizonte, será?

Hildebrando: *Novo Horizonte.... E financiou também habitação popular particular. Entendeu? Pela COAB. Ela também financiava, não era só conjunto não.*

Pesquisadora: Aqui foi um conjunto diferente, né?

Hildebrando: *É, eu creio que isso aqui foi tipo um conjunto do Goiânia II, como a ENCOL fez, né? A construtora compra inúmeras quadras. O que eu sei daqui é que isso aqui inicialmente não era um condomínio fechado e que construiu as casas pra se vender. Como era muito afastado da cidade e não tinha nada, eles resolveu (sic) fechar pra transformar em um condomínio fechado pra poder... justificar (inaudível).*

Pesquisadora: Pra vender, né? Esse muro em volta do Provê Atlântico... Eu não consigo encontrar nenhuma pessoa que consiga me falar: não, esse muro já nasceu junto ou esse muro veio depois...

Hildebrando: *Não, veio depois. Que eu saiba ele veio depois; que eu saiba ele veio depois. O que eu posso ter algumas coisas aqui que eu acho que eu posso te fornecer é uma pesquisa que eu tenho de*

algumas ações do próprio condomínio, umas sentenças que... Vou ver.. Depois eu vejo, se eu achar eu te mando.

Pesquisadora: Tá.

Hildebrando: *Ai você passa seu e-mail pra (sic) mim.*

Pesquisadora: E o nome Privê Atlântico, cê (sic) tem alguma ideia de onde que veio?

Hildebrando: *Também não. Deve ser em função ...*

Pesquisadora: Jardim Atlântico?

Hildebrando: *Do próprio Jardim Atlântico, né? A SOMOPA. A SOMOPA era uma sociedade criada pelos próprios moradores do Privê Atlântico.*

Renan: *Os moradores que muraram e fizeram a SOMOPA, fizeram a sociedade.*

Hildebrando: *É, né. Fizeram a associação, fizeram o condomínio.*

Renan: *Aí nesse caso os moradores que não eram de acordo fizeram convenção e aqueles moradores que não estavam de acordo com murar e fazer todo esse gasto eles estão isentos do pagamento do condomínio. Por isso que eu comentei ...*

Hildebrando: *É, essa parte eu não sei.*

Pesquisadora: Então é isso. Obrigada.

ENTREVISTA 6 : Entrevista concedida à pesquisadora, Adriana Figueiredo Carvalho, pelo ex-moradora do Privê Atlântico, Samuel Angelo Ulhoa Aguiar, no dia 09 de dezembro de 2016.

Pesquisadora: Idade?

Luciana: *O Samuel tá com..*

Samuel: *Cinquenta e... 55.*

Luciana: *46.*

Pesquisadora: E o nível de escolaridade?

Samuel: *Superior Completo. Os dois.*

Pesquisadora: Superior completo. Qual a renda familiar? Aí tá aqui de um salário mínimo, de um a três, de três a cinco, de cinco a sete, de sete a nove e acima de nove.

Samuel: *Acima de nove.*

Pesquisadora: Em que ano vocês se mudaram pro Privê Atlântico?

Samuel: *1998.*

Pesquisadora: Década de 1990, né? E em que ano vocês saíram de lá?

Samuel: *2001.*

Luciana: *Tá vendo, Samuel? Você tinha que tá aqui mesmo. Eu não ia lembrar! (risos)*

Samuel: *É, 2001.*

Pesquisadora: E o que que fez vocês buscarem o Privê Atlântico?

Luciana: *Bom, primeiro quem mudou pra lá foi a irmã dele. Alugou uma casa. Aí depois que ela foi, foi uma outra amiga nossa também. E aí apareceu essa casa que a gente foi e morou lá. Era aluguel, era uma casa que tava desocupada, aí nós ficamo doidim, porque a gente já conhecia, né? De visitar a irmã e a amiga nossa, e a gente...*

Samuel: *E também foi quando o nosso filho nasceu. Aí antes dele fazer um ano. E aí a gente morava num apartamento apertado. Aí a gente queria ter...*

Pesquisadora: Ter espaço....

Samuel: *E na época a gente comprou o lote aqui. Então também assim, como era perto, tudo ia facilitar. Ia ser bom pra ele e pra gente enquanto tava construindo.*

Pesquisadora: Ah sim. E vocês se sentiam seguros lá no Privê Atlântico?

Luciana: *Sentia.*

Samuel: *Totalmente.*

Luciana: *É, assim, eu, a gente... a nossa casa era casa na frente e no fundo tinha tipo uma edícula. Aí lá que eu fiz meu escritório. Eu também sou arquiteta. Aí eu fazia.. fazia meu serviço lá. Aí as vezes eu passava a noite lá fora trabalhando, e era separado da casa, né? Tinha que passar pelo quintal. Nunca...nunca tive medo. Era bem tranquilo.*

Pesquisadora: Lá todo mundo se conhece, né?

Luciana: *É, no condomínio.*

Pesquisadora: É, vocês achavam lá um lugar agradável?

Luciana: *Ah, eu adorava morar lá!*

Pesquisadora: Vocês sentem falta de lá?

Luciana: *Às vezes a gente fala, né? Se nós.. se a gente tivesse saído do Florença, pra onde é que a gente ia? A gente muitas vez (sic) já falou, né? Em voltar pra lá.*

Samuel: *É, assim. Lá é um ambiente assim como... Lá ainda tinha muitas das famílias que mudaram pra lá no início e tinha assim filhos dos primeiros moradores. Então era um ambiente assim muito familiar, muito... Aí quando a gente mudou pra aqui, a gente achou que a gente ia estranhar, assim. Porque lá era mais... (risos) assim... No nosso padrão e por conta disso assim os meninos todos se conheciam... Só que também teve o....*

Pesquisadora: Foram bem recebidos?

Samuel: *É. Mais ou menos o mesmo esquema, assim de lá. Sabe, assim?*

Pesquisadora: Então vocês gostam daqui também?

Samuel: *Adoro aqui!*

Pesquisadora: É?

Samuel: Mas lá assim, a gente...

Pesquisadora: *Vocês saíram de lá porque tinham comprado o lote aqui e tavam construindo..?*

Samuel: *Isso, é! A gente já mudou pra lá, a gente já tinha comprado esse lote. Lá era já... Só que assim, muitas vezes a gente pensou nossa, a gente podia ter comprado era aqui, podia ter ficado... Só que...*

Pesquisadora: *É. E aqui tem umas perguntas que eu acho que não com.. Assim, é porque seria mais pra morador. Mas na época que vocês moravam lá, vocês eram a favor da cobrança da taxa de condomínio?*

Luciana: *Era.*

Samuel: *Era. A gente pagava, porque tinha... Era uma coisa ruim, assim... É que tinha muita gente que não pagava. Então assim, mas nós.. Quando a gente mudou e eles falaram.. nós, tentou (sic) pagar, né, porque era justo.*

Pesquisadora: *É, e tinha um retorno, né?*

Samuel: *É.*

Pesquisadora: E o controle de acessos vocês também eram a favor?

Samuel: *Ahã. (sim)*

Luciana: *Ahã. (sim)*

Pesquisadora: E vocês eram a favor dos estabelecimentos comerciais dentro do Privê Atlântico?

Luciana: *Ah, eu.. eu achava bom aquele supermercado que até hoje tem, né? Lá dentro. Tinha um salão de beleza, também. Não sei se ainda tem.*

Samuel: *Não, e lá o supermercado tinha uma padaria que quando a gente mudou pra aqui a gente continuou muito tempo indo lá, porque era muito bom!*

Luciana: *E porque naquela época não tinha, né Samuel? Não sei se agora pode, as pessoa (sic) de fora entrar pra ir...*

Samuel: *Pra ir comprar.*

Luciana: *Pra ir comprar no supermercado. Mas antes podia.*

Samuel: *E como a gente também...*

Luciana: *E era uma coisa que às vezes a segurança ficava meio... né? Porque assim...*

Pesquisadora: Mas aí vocês falavam: - Não, a gente é ex-morador!

Samuel: *É.*

Luciana: *Nessa época, ainda não tinha esse controle tão rígido, né, Samuel? Na portaria.*

Samuel: *É, mas assim... Também pelo fato como a gente tinha morado lá, acho que eles conheciam...*

Luciana: *É.*

Pesquisadora: Aqui não tem, né? Nada comercial?

Samuel: *Não. Aqui é proibido.*

Luciana: *Lá dentro, agora ainda pode? Assim, a pessoa que não é do condomínio pode entrar lá dentro pra..*

Pesquisadora: *Pode entrar assim... Perguntei na clínica lá dentro, porque lá dentro tem uma clínica de estética. Até passa propaganda no rádio. Eu já ouvi várias vezes. E aí eu fui lá perguntar, né? Como que funciona isso. Eles dão uma senha de visitante.*

Samuel e Luciana: *Ah tá.*

Pesquisadora: *Passa pra... como se fosse um visitante, entendeu? Aí a pessoa consegue entrar.*

Luciana: *É, um cliente sim, né?*

Pesquisadora: *É. Mas é um estabelecimento, assim, que você vai pra usar aquele estabelecimento. Agora o supermercado eu não sei como que funciona.*

Luciana: *Como que funciona.*

Pesquisadora: *Deve ser só pra morador mesmo. Tenho até que perguntar isso lá. E vocês utilizavam os espaços comunitários do Privê?*

Samuel: *É, o Gabriel,*

Luciana: *O Gabriel, nosso filho. Usava.*

Samuel: *Nosso menino era todo dia tinha o horário dele ir pra praça. Encontrar com os amigos.*

Pesquisadora: Aí ele ia brincar. Só usava a praça?

Samuel: *Assim, fazia caminhada, assim lá né?*

Luciana: *Andava de bicicleta, né?*

Samuel: *Eu andava muito de bicicleta lá.*

Pesquisadora: Cite aspectos positivos do Privê Atlântico.

Luciana: *Acho que deve ser.. um condomínio familiar, né? Porque eu acho que isso faz ficar aconchegante, né?*

Samuel: *É, é. Ele é agradável. Assim, o condomínio; as pessoas eram... Nós nunca tivemos problemas com ninguém.*

Pesquisadora: E aspectos negativos?

Samuel: *Era um pouco de falta de regras que às vezes tinha. Por exemplo: cachorro. Tinha gente que tinha uns cachorro (sic) grande, né? Não...*

Pesquisadora: Já é a segunda pessoa que me fala isso. De cachorro. (risos)

Samuel: *Não controlava. E tinha menor que dirigia, assim... Aí a gente ficava com medo. Porque aqui já tem essas regras. Eu acho que até... eu acho que como lá foi o primeiro, né? Foi o primeiro!*

Luciana: *Foi aprimorando, né?*

Pesquisadora: Aspectos que transmitem conforto? Lá dentro do condomínio.

Samuel: *Conforto?*

Luciana: *A segurança, né?*

Samuel: *Eu acho que as características do imóvel, dos ... das casas lá, assim como era um .. Não sei, assim... Mais*

Pesquisadora: Tem algumas casas iguais, né?

Samuel: *É. Assim, assim e mais uma classe média. Era tudo mais ou menos...*

Luciana: *Do mesmo padrão, né?*

Samuel: *Do mesmo padrão. Assim, não tinha muita diferença. Mas era bom, assim.*

Pesquisadora: Hoje lá parece que tem um pedaço assim, você entrando no condomínio do lado direito naquelas últimas quadras, já tem um padrão um pouquinho mais...

Samuel: *É, são casas que o pessoal construiu né? Que eram lotes vagos, né?*

Pesquisadora: As casas do lado esquerdo já são mais umas casas assim que parece (sic) casa de bairro, mesmo, parece que tem....

Samuel: *É, são as originais. A gente morava nesses. Descendo do lado esquerdo na penúltima rua.*

Pesquisadora: São bem bonitinhas. Uma gracinha.

Samuel: *É, tinha algumas assim que o pessoal às vezes não reformava as casas. Mas a maioria o pessoal mexia que ...*

Pesquisadora: Arrumou. Hoje, qual a imagem que vocês têm do Privê Atlântico?

Samuel: *Ah, eu acho que eu continuo ainda com a mesma... Outro dia eu fui lá pra fazer um trabalho, assim aí eu andei e eu achei que ainda permanece. Muito né assim, um lugar aconchegante e agradável, assim que você vê criança na rua,*

Luciana: *É. E ainda falando da questão do conforto, tem essa praticidade, né? De ter o supermercado.*

Pesquisadora: É verdade.

Luciana: *Tinha o salão de beleza na época, tinha a escola de natacão, que era na casa de uma vizinha nossa,*

Pesquisadora: Ainda tem.

Luciana: *Que acho que tem. A Dona Áurea, né?*

Pesquisadora: É porque tem uma amiga minha, mora lá. Ela disse que o filho dela faz natacão na casa da vizinha. Aí deve ser a mesma.

Luciana: *Às vezes num é ela mais que dá aula, porque ela já era uma senhora na época. Dona Áurea e às vezes a filha dela que tá dando continuidade. Mas era muito bom, ele chegava e contava pros amiguinhos tudo do lugar. Então era...*

Pesquisadora: A minha amiga mora na casa, ela disse que todo ano o povo cobra dela. Ela mora na casa de uma pessoa que fazia a festa junina todo ano. Parece que a dona lara.

Luciana: *Hã. (querendo saber mais sobre o assunto)*

Pesquisadora: Aí ela disse que quando ela mudou pra lá aí todo ano alguém ia cobrar dela a festa junina. Aí ela falou: Pelo amor de Deus, ela fechava a rua e fazia a festa na casa dela pra todo mundo. Mas ela tá bem participativa lá dentro também. Como que era a relação de vocês com a vizinhança?

Luciana: *Era boa.*

Pesquisadora: Boa?

Samuel: *É, era bem...*

Luciana: *Parecia interior. Bem aquela coisa bem próxima.*

Samuel: *Tinha a dona Áurea lá, que era moradora original, né? E tinha a maior coisa com...*

Pesquisadora: Eu vou anotar o nome dela! Ver se eu consigo encontrar.

Samuel: *Ela dava... Ela é fácil de identificar porque ela era professora de natação. Ela e a filha dela são formada (sic) em educação física.*

Pesquisadora: Ah, então vai ver que é a filha dela que tá dando aula agora.

Samuel: *A filha chama Ane.*

Pesquisadora: Vou pedir pra minha amiga então tentar me passar o contato dela.

Samuel: *É na rua do bordão.*

Luciana: *É. Era na nossa rua. Não atravessava nem a rua pra ir pra natação.*

Pesquisadora: (risos) Vocês passavam muito tempo dentro do condomínio? Do Privê?

Samuel: *Vixe!*

Luciana: *Passava, a gente ficava muito em casa final de semana, né?*

Pesquisadora: Aproveitavam muito, né?

Luciana: *Aproveitava.*

Pesquisadora: Vocês sabiam que o Privê Atlântico nasceu como um conjunto habitacional?

Luciana: *Você sabia, Samuel?*

Samuel: *Assim, mas já é um condomínio, né?*

Pesquisadora: É porque ele foi planejado na década... no final da década de sessenta. 1968. E aí aquelas casas lá que já eram prontas eles deram uma facilidade de financiamento. Então quem mudou pra lá no início era funcionário público que queria sair do aluguel e ter sua casa própria. Então na época não existia ainda essa concepção de condomínio aqui em Goiânia, né? Depois que foi... por isso que tem esse problema das regras que inicialmente não existia nenhum controle de acesso, né? E era um conjunto que eu talvez pela... Ainda não descobri isso, mas eu imagino que por conta da distância da cidade eles fecharam com o muro. Porque em volta era só fazenda.

Samuel: *Pois é, porque meu tio foi dos primeiros moradores. E assim, eu lembro pra gente vim pra aqui era uma viagem. Que era um "trem" (sic) isolado. Era um... Aí assim, mas eu lembro já do muro lá.*

Pesquisadora: Do muro. Mas então vocês nunca ouviram falar sobre conjunto habitacional do Privê Atlântico não, né? Vocês sabem como que surgiu o nome Privê Atlântico?

Luciana: *Também não.*

Samuel: *Não.*

Pesquisadora: Esse eu tô (sic) tentando descobrir.

Luciana: *Tem uma história engraçada com relação a esse nome. De uma menina que trabalhava pra gente. Ela tinha um noivo. E o noivo dela ficava indignado dela falar aquela palavra Privê Atlântico, porque achava que era nome de... (risos)*

Samuel: *Aquelas casas de ... (risos)*

Pesquisadora: Ah, de casa... Meu Deus!

Samuel: *Porque tem né.... A ver.*

Pesquisadora: Tem!

Luciana: *Tem! Privê Atlântico.*

Pesquisadora: Ficava preocupado? (risos) Não gente, é só isso! Vocês querem acrescentar alguma coisa? Alguma observação? São perguntas bem objetivas, mas assim, são coisas que...

Samuel: *Olha, não sei se te interessa... Eu trabalho... Eu sou engenheiro. Eu trabalho na caixa, na área de avaliação. Aí lá é um... Porque assim, porque eu imaginava assim que era um, um bairro muito mais desvalorizado, né assim, por ser aqui? E esses dia (sic) quando eu tive que fazer um trabalho lá eu vi que não, assim. É bem ...*

Pesquisadora: É valorizado?

Samuel: *É bem valorizado, assim. O pessoal...*

Pesquisadora: Inclusive uma das... Assim, uma das perguntas que eu tô (sic) fazendo na minha dissertação, tentando responder é: Que essa amiga minha que mudou pra lá, ela mudou em dois mil e dez, eu acho. Foi 2010-2011. Ela disse que comprou a casa dela num valor e passou dois anos a casa dela já tava (sic) valendo três vezes o valor que ela pagou. Então teve uma valorização assim muito significativa num período muito curto. Então uma das perguntas que eu tô fazendo é: O que que pode ter influenciado nessa valorização. Porque essa região nossa aqui tá passando por muitas modificações. Então uma pergunta é essa e a outra pergunta é: Depois que foi reconhecido, legalizou o condomínio, que passou a ter realmente o direito de cobrar a taxa de condomínio, estabelecer as regras, se não tá tendo a evasão dos antigos moradores que não têm condição de continuar no condomínio e a chegada de novos moradores com perfil diferente. Aí por isso que eu tenho que entrevistar moradores antigos. Pra ver o motivo que saíram de lá. Mas essa questão da valorização ela é importante. Eu tenho que olhar isso.

Samuel: *Eu acho que uma das coisas que valorizou também foi o surgimento dos outros condomínios.*

Pesquisadora: Dos outros, né?

Samuel: *Né? Que... E ele tem um... Um conceito bom assim no mercado, né? Com as pessoas.*

Pesquisadora: Essa amiga minha ela usa uma frase que é engraçada demais. Ela fala assim: Procurei um condomínio e achei o interior.

Luciana: *É, é mais ou menos isso.*

Samuel: *Lá é. É muita cara de interior.*

Pesquisadora: Aí ela chamou porque o filho dela brinca com o filho do sei lá... do cara simples e com o filho do médico, do juiz. Ela disse que é bom porque ele tem contato com todas as pessoas. Eu achei bem interessante, assim. Eu passei a conhecer mais o condomínio por conta da pesquisa e eu vou ficando cada dia mais encantada com o Privê. É muito bonitinho.

Luciana: *É, lá é muito bom.*

Samuel: *Pois é. Esse tio meu, se cê (sic) quiser...hoje eles têm oitenta e dois anos.*

Pesquisadora: Eles estão lá, no condomínio?

Samuel: *Não. Eles mudaram. Mas eles foram dos primeiro(sic) e eles passavam muita dificuldade, porque as filha(sic) dele estudavam lá no campus.*

Pesquisadora: Nossa! Aí atravessar a cidade...

Luciana: *Naquela época! Imagina como não era.*

Samuel: *E eles tinha que pegar ônibus...*

Pesquisadora: Não tinha nem ônibus.

Samuel: *Não, ônibus era difícil. Eu lembro que eu e minha irmã a gente morava no centro e domingo a gente vinha. Nossa, a gente ficava horas no ponto de ônibus!*

Luciana: *A sua tia conta, né assim de dia que a Débora tinha que chegar da faculdade né – fazia medicina lá na federal – e aí como perdia o ônibus não tinha jeito de vir. Não tinha mais ônibus e não tinha telefone também, né?*

Pesquisadora: Não tinha.

Samuel: *É, quando ela mudou, tinha um posto de telefone.*

Pesquisadora: Era pro condomínio todo.

Samuel: *É, aí a pessoa ia lá pra poder fazer ligação, pra marcar ou pra receber.*

Pesquisadora: É muito interior, né? Interessante.

Samuel: *Aquele supermercado lá, ele é início, da inauguração. Que era o seu Valter. Que na época que a gente morava lá ele ainda era atuante. Aí depois ele Quando eu tive lá que eu fui perguntar ele morreu e parece que são os filhos...*

Pesquisadora: Que tão tomando conta.

Samuel: *E era muito bom o supermercado.*

Luciana: *É, o da gente era cadernetinha. A gente ia lá e anotava. Fazia compras e pagava só...*

Samuel: *É, era isso.*

Pesquisadora: Pegava fiado. Igualzinho interior mesmo, né?

Luciana: *É, igualzinho.*

Samuel: *E assim, e eu acho que aquele supermercado era essencial, assim na época quando inaugurou e tudo porque...*

Pesquisadora: Porque tava (sic) longe de tudo, né.

Samuel: *Agora hoje em dia, não. Eu saio daqui e em todo lugar tem, né?*

Luciana: *Não, mas mesmo hoje em dia que tem mais facilidade é muito prático, né? Porque assim...*

Pesquisadora: É, aqui por exemplo se você for no supermercado você tem que pegar um carro pra ir no supermercado.

Luciana: *E sair na portaria, pôr a senha, e....*

Pesquisadora: Isso, agora quando cê (sic) tá lá você vai a pé no supermercado! Faltou alguma coisa, você corre lá e pega. Então é bem interessante, né? Bem tranquilo.

Luciana: *Mas aí é mais ou menos o que sua amiga falou. Tinha uma característica muito de interior. Bem interessante.*

Pesquisadora: Não, então é isso.

ENTREVISTA 7 : Entrevista concedida à pesquisadora, Adriana Figueiredo Carvalho, pelo ex-moradora do Privê Atlântico, Humberto Tannus Junior, no dia 25 de maio de 2017.

Pesquisadora: O nível de escolaridade do chefe da família? Superior completo...?

Humberto: *Superior completo com... Também mestrado e... especialização.*

Pesquisadora: A renda familiar? Aqui tá... De um salário mínimo, aí tem até acima de nove salários mínimos.

Humberto: *Acima de nove.*

Pesquisadora: Quando você se mudou pro (sic) Privê Atlântico?

Humberto: *Eu mudei pra (sic) lá em 1993.*

Pesquisadora: 1993. E qual foi a principal motivação que te fez buscar o Privê?

Humberto: *É porque na época eu tinha me separado e meus meninos eram pequenos. Eu tive quadrigêmeos.*

Pesquisadora: Meu Deus!

Humberto: *E na época eles tinham 6-7 anos. Uns sete anos. E aí como lá era um condomínio, seguro... Então eu preferi mudar pra lá já que eles.. Eu me separei mas eles moravam comigo uma época... Eles iam pra lá numa sexta-feira, ficavam sexta, sábado e domingo. (Fala mais alguma coisa inaudível)*

Pesquisadora: E quando você foi pra (sic) lá na década de 90, lá ainda era um pouquinho distante das coisas, né?

Humberto: *Esse foi o motivo de eu ter mudado depois.*

Pesquisadora: Foi? Você ficou lá até que ano?

Humberto: *Eu devo ter morado lá uns 6-7 anos.*

Pesquisadora: E quando você saiu de lá você foi pra (sic) onde?

Humberto: *Aí eu me mudei aqui pro (sic) setor Oeste. Voltei pro (sic) setor Oeste porque eu sempre morei no setor oeste.*

Pesquisadora: Então o motivo da saída foi a distância?

Humberto: *Foi, porque os meninos começaram a crescer, aí aula de inglês, aula de não-sei-o-quê, shopping, blábláblá.... Me deu um... de uma hora pra (sic) outra (eu resolvi sair de lá). Eu tinha até reformado minha casa! Foi por causa de distância de transporte, de... De deslocamento, essas coisas.*

Pesquisadora: Você não se arrependeu não?

Humberto: *Por um lado sim, né? Porque os meninos deixaram.... Aí eu me mudei pra (sic) um apartamento pequeno, eles foram morar comigo, aí eu tive que...Em pouco tempo eu tive que comprar uma outra casa. Comprei uma casa na época, aí eles voltaram de novo a morar com a mãe e aí essa casa eu não fiquei nela nem um ano.*

Pesquisadora: E essa outra casa era em condomínio?

Humberto: *Era no setor sul. Era uma viela, não era em condomínio não. Era segura, também um pouco segura, mas assim era por causa do espaço, né? Lá no Privê era muito legal essa coisa. Os quatro meninos eles tinham a bicicleta deles, a gente andava de bicicleta lá dentro.... Era muito legal!*

Pesquisadora: É, lá é um condomínio bem diferente, né?

Humberto: *Muito legal! Era uma coisa assim... Pra (sic) época então! Né? Porque não tinham outros condomínios, era o primeiro, o único conhecido. E os outros tavam (sic) começando. Não tinha outros ainda não. Tava (sic) começando a ter a ideia de condomínio e tal, o pessoal dos jardins, né?*

Pesquisadora: Isso. Porque foi na década de 1990 que (inaudível)

Humberto: *Isso, não tinha essa coisa de condomínio. Até porque não era legalizado, então não tinha essa dificuldade.*

Pesquisadora: Você se sentia seguro no Privê?

HUMBERTO: *Seguro, apesar de um dia ter entrado um ladrão lá em casa, mas eu imaginei que devia ser de alguém que tava (sic) em alguma construção, alguma reforma, alguma coisa lá.*

Pesquisadora: Algum funcionário?

Humberto: *Mas entrou só no quintal. Eu vi e ele saiu correndo.*

Pesquisadora: E você se sentia seguro por conta do quê? O que te fazia sentir seguro?

Humberto: *Por conta da portaria, né? Que é uma portaria, só entrava o pessoal que tinha identificação, era todo murado, né? Então era... tinha essa segurança. Quer dizer, a maior motivação foi essa. Pela segurança e pela liberdade dos meninos, né?*

Pesquisadora: E quando entrou essa pessoa, esse ladrão lá na sua casa não chegou a levar nada?

Humberto: *Nada, nada.*

Pesquisadora: Você percebeu?

Humberto: *Eu escutei o barulho, levantei e saí na sala e tinha uma porta de vidro grande que saía assim pro (sic) quintal e aí eu vi lá na área. Tem uma varanda, aí...*

Pesquisadora: Ele tava (sic) lá?

Humberto: *Ele tava (sic) lá. Lá da porta de vidro, eu cheguei na sala de dentro.*

Pesquisadora: E ele te viu?

Humberto: *Viu. EU falei: Vou te pegar! Corri atrás dele ele pulou o muro.*

Pesquisadora: Ai meu Deus! E lá era um lugar agradável?

Humberto: *Muito agradável!*

Pesquisadora: Por quê?

Humberto: *Porque era o seguinte: tinha uma amizade, tinha campo de futebol, que a gente gostava de jogar futebol, tinha amizade que você conhecia as pessoas, por exemplo meus meninos fizeram amizade nas redondezas...*

Pesquisadora: De fora do condomínio também?

Humberto: *Não, só dentro.*

Pesquisadora: Só dentro?

Humberto: *Lá de fora quase não tinha casas na época, pouco habitadas...*

Pesquisadora: É verdade.

Humberto: *Não tinha influência nenhuma externa. Tinha um ranchão onde tinha festas, eventos....*

Pesquisadora: Já tinha a igreja do lado de fora?

Humberto: *Já tinha a igreja. Só a igreja. Aí na entrada tinha o ranchão. Ranchão de palha.*

Pesquisadora: Ah, pois é, dizem que ele pegou fogo, né? Hoje ele é alvenaria.

Humberto: *Lá tinha muitas festas, muitos encontros, muito legal. Lá tem uma proximidade muito grande. Até hoje eu encontro pessoas que moravam lá. As pessoas eram amigas, né? Tinha gente que tinha um campinho de futebol na sua casa, além de ter... Tinha dois no condomínio, mas tinham moradores que tinham campinho de futebol, tinha espaço, aí você ficava lá. Você ficava lá, se divertia no final de semana... Lá tinha um supermercado....*

Pesquisadora: Ainda tem.

Humberto: *(Parte inaudível...).* Eles têm aquele supermercado ali na T-4 também.

Pesquisadora: Na T-4?

Humberto: *Na T-4, você descendo a t-4, passando a t-63, antes daquele sinaleiro ali do shopping buena vista, do lado direito tem um supermercado.*

Pesquisadora: É pequeno, né? Porque eu nunca reparei.

Humberto: *É pequeno. É pequeno mas é muito popular. Vive cheio ali.*

Pesquisadora: Ah, vou reparar depois.

Humberto: *Lugar legal. É do mesmo dono lá que eles tinham. É do seu.... Como é que é o nome dele? Daquele senhor, o pai e os filhos.*

Pesquisadora: É, parece que agora quem toma conta é um filho. Um morador que me falou.

Humberto: *Isso. Aí um filho deve ter ficado lá e o outro abriu esse na T-4. Mas eu fiquei sabendo depois. Ele não morava lá no Privê. Esse senhor. Haviam entrado na casa dele (ladrões) e mataram ele.*

Pesquisadora: Engraçado ele ter um supermercado lá dentro e não morar lá, né?

Humberto: *Pois é.*

Pesquisadora: Sendo que ele tava (sic) desde o início lá.

Humberto: *(fala algumas coisas sobre o ranchão, porém inaudíveis)*

Pesquisadora: É, hoje tá(sic) bem bonitinho lá. Tem muita coisa.

Humberto: *Só que não sei se foi porque você me passou o recado, mas eu tava (sic) lembrando que eu quero ir lá, quero ir lá ver a casa que eu morava...*

Pesquisadora: Ver o pessoal?

Humberto: *É, tem muita gente que mora lá ainda.*

Pesquisadora: Tem.

Humberto: *Até hoje a gente encontra.*

Pesquisadora: Eu entrevistei um casal que morou lá há muito tempo e saiu e ela disse que tinha muita dificuldade quando saiu, porque ela queria comprar lá no supermercado lá dentro, porque disse que o pão de lá era muito bom. Lá tinha uma padaria...

Humberto: *É muito bom o supermercado.*

Pesquisadora: Aí ela disse que ficou muito tempo o segurança como conhecido deixava ela entrar pra (sic) comprar pão (risos). Eu fiquei rindo e disse: Acho que hoje você não consegue mais não. Você era a favor da cobrança da taxa de condomínio?

Humberto: *Sim, claro.*

Pesquisadora: Por quê?

Humberto: *Porque você tinha que manter algumas coisas, tinha que manter a portaria, muitas coisas. E era bem cuidado.*

Pesquisadora: Quando você foi pra (sic) lá já tinha isso, né?

Humberto: *Já, já tinha. Antes era barato. Por exemplo, tenho um amigo meu, tava (sic) conversando com ele, e um condomínio hoje desses é uns mil reais, né? É caro! É caro, eu acho caro!*

Pesquisadora: De lá parece que tá quatrocentos reais. Quatrocentos e vinte.

Humberto: *Mas na época era bem barato. Acho que sinceramente não deveria ser nem esses quatrocentos.*

Pesquisadora: Você lembra de algum problema relacionado à taxa de condomínio nesse período? De morador não querer pagar....?

Humberto: Não.

Pesquisadora: Não? Porque tem uma história de que as pessoas que foram pra (sic) lá primeiro quando ainda não era condomínio não queriam pagar ou às vezes não tinham condições de pagar... Lá tem umas casas mais simples.

Humberto: Tem, tem. Ali é o seguinte: Era muito... Apesar de ser um condomínio, mas não era um condomínio como hoje. De classe mais favorecida...E tinha gente de todo jeito. Tinha gente mais simples. Tinha gente que comprava as casas bem simplesinhas, e reformava, e ficava uma casa boa. Então era bem misturado. E eu acho uma vantagem também.

Pesquisadora: E quando você foi pra (sic) lá você achou assim o preço da casa que você comprou tava (sic) num preço bom?

Humberto: Tava (sic). Tava (sic) um preço bom. Eu lembro que eu comprei ela num (sic) preço razoável, e depois eu vendi. Pra (sic) você ver, eu tinha na época eu tinha reformado minha casa inteira. Era uma casa muito boa, comprei ela bem simples, mas depois da reforma ficou uma casa muito boa. E aí eu lembro que devido a essa coisa de ficar levando e buscando menino, aí eu falei não. Resolvi de uma hora pra (sic) outra. Eu tinha reformado ela há menos de um ano!

Pesquisadora: Nem aproveitou, né?

Humberto: Nem aproveitei. Tinha uma piscina muito boa na casa. Aí eu falei: Vou vender. Encontrei com uma amiga minha que ela mexia com imóvel, e falei pra (sic) ela: Olha eu quero vender minha casa. Se você souber de alguém. Aí ela falou: Então tá (sic). Primeira pessoa que ela me ligou e me disse que tinha uma pessoa interessada. Ela perguntou: Eu posso mostrar sua casa aí? Eu disse: pode. Levou a pessoa, olhou a casa e a pessoa ficou interessada. Me perguntou quanto eu disse: tanto. A pessoa não falou um A. Não pediu nenhum centavo de desconto. Não falou nada na hora. Mas ali tinha que ser também pessoas que queriam como eu mudei pra (sic) lá na época. Pessoas que queriam aquele tipo de ambiente, de local, de imóvel, né? Era um lugar seguro, era um lugar legal, então a pessoa.... Era o tipo de coisa que ela queria. Era uma casa boa, então um bom negócio pra (sic) ele e pra mim.

Pesquisadora: Com certeza. Você era a favor do controle de acessos de visitantes, né?

Humberto: Humrum (concordando).

Pesquisadora: Isso você já falou... Você era a favor dos estabelecimentos comerciais dentro do Privê?

Humberto: Sim. Tinha pouco, né? Tinha esse supermercado e ...

Pesquisadora: É. Hoje eu vejo que tem o supermercado, tem uma clínica de estética, um salão de beleza, uma escola de música... E tem um escritório de... Eu até entrevistei a pessoa de lá. De engenharia e arquitetura. Em frente a praça, lá embaixo.

Humberto: Não tinha.

Pesquisadora: Não tinha, né?

Humberto: Não tinha. Tinha a padaria, ops! O supermercado, que tinha padaria junto, e tinha o salão de beleza (inaudível). Não tinha mais nada não.

Pesquisadora: O salão de beleza... O supermercado parece que atende mais o pessoal lá de dentro.

Humberto: Teve um negócio aí que eu lembrei na época que ficou assim.. A gente achou meio estranho. Em volta do supermercado ali, eles construíram. Eles fizeram uma construção de essas casinhas de... Tudo igual. Ficou ... Eu achei esquisito na época.

Pesquisadora: As geminadas, que você fala? Que eram duas por lote?

Humberto: Isso! Parece que a pessoa tava construindo pra vender mesmo. Entendeu? Ficou esquisito, porque não era esse tipo de coisa que a gente...

Pesquisadora: E tem mais lá hoje.

Humberto: É? Pois é, a gente... Ficou esquisito, aí até depois disso um amigo meu mudou pra uma dessas, eu lembro. Mas eu achei esquisito. Não gostei muito.

Pesquisadora: Tinha lá naquela quadra que tem um supermercado. Bem na esquina tem um predinho de quatro andares. Parece que tá abandonado.

Humberto: Aí ó.

Pesquisadora: não tinha não?

Humberto: Não tinha não.

Pesquisadora: Mas é esquisito sim.

Humberto: É isso que a gente... Porque ali é uma coisa totalmente familiar. De... das pessoas, né? E eu não gostei disso na época. Ficou uma coisa bem comercial. Não era uma coisa que a gente imaginava de lá, entendeu? A pessoa faz tipo um condomínio que as pessoas possuem pra (sic) vender, mesmo. E eu achei ruim na época, não gostei não.

Pesquisadora: E tem mais. Qual que era a casa que você morava? Você se lembra do endereço?

Humberto: Eu morava lá na rua do Calmas. Rua do Calmas era o seguinte: Você entrava, né? Na avenida principal, aí tinha o supermercado. Abaixo do supermercado tinha uma quadra, né? Tinha o supermercado assim, tinha uma quadra e o campo de futebol mais embaixo.

Pesquisadora: Ah, não. Hoje tem o supermercado, aí tem essa quadra hoje que já tá (sic) ocupada e depois é a praça.

Humberto: *Era um campinho de futebol ali.*

Pesquisadora: Sério?

Humberto: *Futebol society ali. Um campinho muito legal. A minha rua era essa do lado direito. Era a penúltima do lado direito.*

Pesquisadora: A penúltima do lado direito?

Humberto: *É, ela saía de frente à quadra assim. Do lado direito.*

Pesquisadora: Então ainda era uma rua que tinha casas antigas?

Humberto: *Tinha! Casas antigas, originais!*

Pesquisadora: Humm.

Humberto: *A minha quando eu mudei pra (sic) lá... Porque tinha vários modelos de casa lá, né? Vários modelos. A minha, quando eu mudei pra (sic) lá... A maioria inclusive eram casas originais. A minha era. Depois que eu fiz essa reforma.*

Pesquisadora: Você lembra a área dela?

Humberto: A área da minha casa?

Pesquisadora: A área construída.

Humberto: *Ah, quando eu mudei pra (sic) lá era menor. Era devia... Eu imagino que essas casas lá deviam ter uns 150 metros... Mas aí eu reformei ela e ela deve ter ficado com uns 300 metros quadrados por aí.*

Pesquisadora: Você lembra a quadra e o lote?

Humberto: *Era rua do Calmas, quadra 82, lote não lembro. Esqueci. Era entrando na rua a penúltima casa do lado esquerdo. Porque lá era o seguinte: A coisa era assim, deve ser assim ainda. As ruas faziam assim, ó (demonstra como eram as ruas). Você tinha a entrada aqui, ne? Aquela rua principal aqui, você descia, depois você tinha o supermercado aqui, você descia, virava aqui mais na frente no supermercado. Aí de um lado e do outro aqui, ó, da avenida principal e central, era o seguinte, ó: Você, por exemplo, entrava aqui na rua principal. Entrava aqui. A rua ela dava a volta assim, ó.*

Pesquisadora: É, em alça (?)

Humberto: *É, então todas eram assim. A minha rua por exemplo ela entrava aqui e voltava aqui, ó.*

Pesquisadora: Entendi.

Humberto: *Eu morava... E casa de um lado e do outro, né? Casa de cá e casa de cá. Eu morava aqui, ó. Na penúltima casa. Aí tinha mais uma aqui e virava aqui e era a última rua. Aqui era o muro.*

Pesquisadora: Ah tá (sic).

Humberto: *Entendeu? Aqui já era o muro. Na verdade, essa rua aqui fazia assim: Ela entrava aqui e vinha até aqui como rua dos Calmas. Por isso que chamava Privê Atlântico, é porque é tudo nome de peixes. Você notou isso? Rua do Cação, rua do não-sei-o-quê....*

Pesquisadora: É, um morador me falou isso mesmo, que o Atlântico é por conta do nome das ruas, né?

Humberto: É.

Pesquisadora: Mas isso é todo o Jardim Atlântico, né?

Humberto: *É. O setor todo. É. Mas quer dizer, essa Rua do Calmas ela fora do muro também devia (inaudível).*

Pesquisadora: É. Essas... Essa principal que desce, A Boulevard, do lado de fora ela é Boulevard também.

Humberto: *Essa aqui, né? Que entra?*

Pesquisadora: Ahã (concordando). Ela continua pra (sic) fora. Então...

Humberto: *Não sei se essas aqui continuavam, né? Porque tinha um muro aqui e um muro aqui. Então era isso. E eu lembro que eu e os meninos saíam e os meninos me falavam o seguinte: que iam costurar o Privê.*

Pesquisadora: É, e iam andar bastante.

Humberto: *Andavam!*

Pesquisadora: Eu tentei fazer isso a pé lá pra (sic) ir anotando as casas... EU só fiz do lado de cá. Aí eu não consegui passar do lado que você morava. Aí eu pedi pra (sic) entrar com o carro. (risos) O sol muito quente, eu falei assim: Não! E eu precisava parar na porta de cada casa, anotar, tirar foto. Aí eu falei: Não, eu preciso fazer isso de carro. Eu não dou conta.

Humberto: *Muito depois um amigo meu (palavras inaudíveis) morreu. Meu amigo ele era (inaudível) da SANEAGO. Ele tinha uma casa que quando você entrava assim (balucia algumas palavras, mas estão inaudíveis).*

Pesquisadora: Você utilizava os espaços comunitários?

Humberto: *Sim!*

Pesquisadora: Quais?

Humberto: *A quadra, os campinhos, o ranchão....*

Pesquisadora: O ranchão era mais pra (sic) festa, né?

Humberto: *Era. Era mais pra (sic) festa, mas tinha também aniversário, tinha muita coisa.*

Pesquisadora: As reuniões de condomínio eram no ranchão?

Humberto: *Eram no ranchão. Se bem que eu não participava não.*

Pesquisadora: As atividades que você exercia eram esporte, né?

Humberto: *Era esporte, era futebol.*

Pesquisadora: Cite alguns aspectos positivos do Privê Atlântico.

Humberto: *Ah, tem muitos! Segurança, vizinhança né? Legal... Meninos pra (sic) ter uma convivência com outros meninos... Tranquilidade, barulho (Não tinha barulho).*

Pesquisadora: Isso é bom.

Humberto: *Era tão pouco barulho que como eu tenho um sono muito leve, meus meninos.. Quando me mudei de lá nunca mais dormi direito. Até hoje eu não durmo direito. Vou dormir meia-noite e acordo 7h da manhã. Então eu ouvia... Não tinha nada. Eu ouvia barulho de coisas lá na Av. Rio Verde.*

Pesquisadora: Lá do lado de fora. Nossa!

Humberto: *É, porque não tinha barulho nenhum, né? E fora do condomínio em volta, tinha pouquíssimas casas fora do condomínio. Então não tinha barulho. Era a maior tranquilidade. Casa né? Morar em casa... Era outra vantagem. Tinha uma piscina boa, né? A casa era toda boa. (Balbucia algumas palavras inaudíveis). Então essas... acho que são essas vantagens: segurança, facilidade, amizade que você tinha com todo mundo. Meus amigos, o pessoal tudo em volta lá era tudo amigo. A gente ficava amigo de todo mundo.*

Pesquisadora: Hoje em dia isso é difícil, né? Você ter amizade com vizinho.

Humberto: *É verdade.*

Pesquisadora: A vida é tão corrida!

Humberto: *A gente era tudo amigo. Na época tinha um amigo meu, um senhor já de idade, que era cineasta. Eu lembro que ele foi lá em casa no final de semana e eu não tava lá. Aí tinha o vizinho da frente. Aí ele tava (sic) tendo uma festa na casa dele. Aí ele foi lá perguntar pro (sic) vizinho cadê eu. E o vizinho: Ah, cara, não tá (sic) aí não. Vem pra (sic) cá! Aí ele entrou lá e ficou na festa!*

Pesquisadora: (Risos) E ele entrou no condomínio sem você estar no condomínio?

Humberto: *Sem eu estar no condomínio! Entrou porque eu conhecia ele. Ia sempre lá, era meu amigo.*

Pesquisadora: Bom que ele não perdeu a viagem!

Humberto: *É, pra (sic) não perder a viagem ele ficou no vizinho!*

Pesquisadora: Aspectos negativos?

Humberto: *Negativos é a distância, né? O acesso. Eu odeio dirigir. A vida inteira. Então eu não gosto de dirigir. Então é muito difícil essa coisa de acesso.*

Pesquisadora: Na época o acesso lá era bem difícil, né? Não dava pra (sic) passar pelo jardim Atlântico ali, pelo Parque Amazônia.

Humberto: *É, e tinha menos movimento, né? Tinha isso também. Eu trabalhava ali próximo à praça cívica. E eu ia almoçar em casa.*

Pesquisadora: Hum.. Eu tenho uma amiga aqui na prefeitura que mora lá ainda. E ela vai almoçar em casa, mas é uns 20min pra (sic) ir e uns 20min pra voltar.

Humberto: *É...*

Pesquisadora: Eu moro lá perto. Eu moro no Jardim Atlântico, em frente ao Parque Cascavel. Aí eu....

Humberto: *Você mora em prédio?*

Pesquisadora: Moro em prédio. Aí eu fico assim... Não animo muito não.

Humberto: *Ali tem uma passagem agora...*

Pesquisadora: Então, é dessa passagem que eu tô (sic) falando. Porque fica bem mais fácil, você passa ali por dentro do Parque Amazônia e rapidinho você tá (sic) em qualquer lugar.

Humberto: *Antes você tinha que passar ou pela T-9 ou pela T-63.*

Pesquisadora: Agora não. Agora eu penso: Eu moro num lugar que é longe, mas eu gosto por conta do tanto de jeito que tem de eu chegar em casa.

Humberto: *É. Na época você tinha pouca opção mas tinha menos movimento. Mas mesmo assim era ruim.*

Pesquisadora: É. Quê que te transmitia conforto, assim, lá no condomínio?

Humberto: *Ah.. O conforto, né? De morar em uma casa, de ter plantas, piscina, o supermercado, né? Era um conforto que você tinha lá. Parecia uma família, parecia uma cidade do interior. O pessoal do supermercado era tudo amigo. Era um pessoal muito legal. Quer dizer, se ajudava também, né? Se fosse um supermercado de um povo chato... Era um pessoal legal. Era o pai... Estou pelejando pra lembrar o nome dele.... E três filhos. (balbucia mais algumas palavras)*

Pesquisadora: Lá tem muita gente que fala que parece uma cidade do interior.

Humberto: *É, parecia, né? Hoje eu não sei.*

Pesquisadora: Mas o povo ainda usa muito esse termo. A imagem do Privê Atlântico pra (sic) você?

Humberto: *Ah, é a de uma cidade do interior, de convivência com o vizinho, de prática de esporte, dos meninos poderem ter liberdade... Os meninos viviam na rua, lá. E adoravam, até hoje eles falam de lá.*

Pesquisadora: E eles acharam ruim de sair?

Humberto: *Acharam.*

Pesquisadora: A sua relação com a vizinhança era boa, né?

Humberto: *Era boa. Tinha assim pessoas que eu conhecia, né? Já conhecia de outros locais que moravam lá e tinham os vizinhos, né? Os vizinhos mais próximos.*

Pesquisadora: Você ficava quanto tempo por dia no Privê Atlântico?

Humberto: *Ah, eu ficava pouco porque eu trabalhava, né? Mas final de semana eu ficava lá e quase não saía.*

Pesquisadora: Tinha algum barzinho alguma coisa lá dentro?

Humberto: *Tinha! Tinha mas foi depois que tinha um barzinho lá. Tinha um barzinho lá também. Tinha lá e tinha de fora na entrada. Tinha um barzinho lá sim, mas não era muito frequentado não.*

Pesquisadora: o SESC já existia, né?

Humberto: *o SESC construiu na época que eu tava (sic) lá.*

Pesquisadora: Na década de 90.

Humberto: *Foi.*

Pesquisadora: Vocês frequentavam o SESC?

Humberto: *Não.*

Pesquisadora: Você tem conhecimento de que o Privê Atlântico era um conjunto habitacional? Já ouviu falar isso?

Humberto: *Não, pra (sic) mim era um condomínio fechado mesmo que não era legal.*

Pesquisadora: É. Assim, eu tô (sic) tentando descobrir como que surgiu o Privê Atlântico. Porque ele tem um pouco de condomínio e um pouco de conjunto.

Humberto: *Casas de conjunto né? Parece que tinha mais de um modelo.*

Pesquisadora: É. Eu peguei na prefeitura a área de todas as casas do Privê Atlântico e aí eu fiz uma tabela.

Humberto: *Os lotes eram iguais? Do mesmo tamanho?*

Pesquisadora: Sim.

Humberto: *Tudo do mesmo tamanho?*

Pesquisadora: É. Os lotes eram iguais e as casas têm 6 áreas. Que se repetem muito. De casa. 6 áreas. Que é todas (sic) do lado direito e as duas últimas quadras do lado esquerdo. Porque as casas repetem. Aí então eu acho que tinham seis modelos diferentes de casas.

Humberto: *Pode ser.*

Pesquisadora: Porque tava (sic) repetindo bastante, né?

Humberto: *Pode ser.*

Pesquisadora: E eu entrevistei uma pessoa que foi pra (sic) lá em 1979 e ela disse que foi entregue em 1978. Ela foi um ano depois e já tinha o muro quando ela foi.

Humberto: *Tinha p muro, né? Então já devia ser uma casa de conjunto. E aproveitaram e cercaram, né?*

Pesquisadora: É, porque você pega...

Humberto: *Porque na época devia ser muito afastado.*

Pesquisadora: É, eu acho que foi isso, porque você pega o projeto do Jardim Atlântico, e eles pegaram as quadras, um pedaço do Jardim Atlântico e mudaram. Cortou quadra no meio, cortou rua no meio, então você vê que não foi pensado como condomínio.

Humberto: *Isso é verdade.*

Pesquisadora: E tem a questão dessas casas. Então o que algumas pessoas já levantaram pra (sic) mim é que pode ser que a época, a pessoa (o loteador) ele quis valorizar a região, construiu as casas e murou pra...

Humberto: *Por causa de segurança.*

Pesquisadora: É, mas não pensava em tipo um condomínio.

Humberto: *Com certeza foi isso.*

Pesquisadora: Nisso acarretou um monte de coisa, porque os moradores se uniram, construíram o ranchão, fizeram a associação (a SOMOPA), então conseguiram muita coisa em função disso. Mas nem se pensava: Ai, é um condomínio. Na época nem existia essa concepção.

Humberto: *É verdade.*

Pesquisadora: O nome Privê Atlântico você não sabe como que surgiu, né?

Humberto: *Não.*